

Universidade Federal da Bahia - UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Esta obra foi digitalizada no Centro de Digitalização (CEDIG) do
Programa de Pós-Graduação em História da UFBA

Coordenação Geral: Marcelo Lima

Coordenação Técnica: Luis Borges



03/2016

Contatos: lab@ufba.br / poshisto@ufba.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CAMINHOS DE IR E VIR
E CAMINHO SEM VOLTA:
Índios, Estradas e Rios
no Sul da Bahia**

MARIA HILDA BAQUEIRO PARAISO

SALVADOR - BAHIA - BRASIL
FEVEREIRO - 1982

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

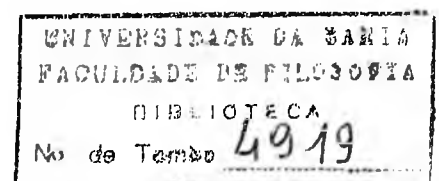
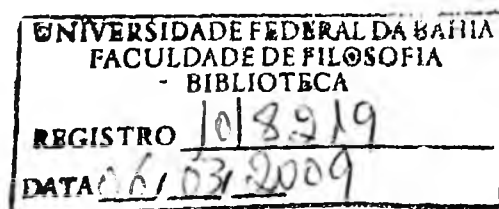
*Caminhos de ir e vir
e caminho sem volta:
índios, estradas e rios
no Sul da Bahia.*

Dissertação apresentada a UFBa., como
requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre em Ciências Sociais.

Autor: MARIA HILDA BAQUEIRO PARAISO

Orientador: PEDRO AGOSTINHO

Fevereiro, 1982



*Aos índios do Posto Indígena Catarina
Paraguaçu — Caramurú, que paciente-
mente aguardam o reconhecimento dos
seus direitos às terras.*

Nenhum homem é uma *ilha* isolada; cada homem é uma
Partícula do *continente*, uma parte da *terra*; se um *Torrão*
é arrastado para o *mar*, a *Europa* fica diminuída, como
se fosse um *promontório*. Como se fosse o *solar* de
teus amigos ou o teu próprio; a *morte* de
qualquer homem *me* diminui porque sou
parte do gênero humano, e por isso
não me perguntes por quem os
sinos dobram, eles dobram
por ti.

JOHN DONNE (trad.: Monteiro Lobato)

Amigo é coisa pra se guardar
Debaixo de sete chaves
Dentro do coração .

(Milton Nascimento - Canção da Amé
rica)

Os amigos são muitos, enquadrá-los em algumas linhas é uma tarefa dura e sempre injusta. Não conseguimos retratá-los com a precisão necessária e sempre terminamos por esquecer alguns. A ordenação ' que aqui realizamos não segue absolutamente o critério afetivo nem a importância que atribuímos a cada um deles em particular.

Aquele a quem gostaríamos de dedicar a nossa lembrança pelo apoio e incentivo é o ex-coordenador do Curso de Pos-Graduação em Ciências Sociais, professor Joaquim Batista Neves. A mesma atitude de solidariedade e companheirismo encontramos no atual coordenador , professor Luis Henrique Dias Tavares, o amigo com quem sempre contamos nos momentos de dúvida.

No âmbito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, extensão do nosso lar, local que antes de ser de trabalho, é onde encontramos um ambiente de companheirismo, muitos são aqueles a quem devemos um preito de gratidão. Inicialmente ao seu Diretor, professor Ruy Simões, amigo dedicado e compreensivo, sempre disposto a nos ouvir e encontrar formas de apoio e palavras de afeto. Não podemos esquecer a figura amiga de sua secretária Esmeralda Barbosa, companheira atenta a nossas reivindicações e tendo sempre uma atitude carinhosa para todos. Lembramos com carinho de Lupercília Florência Silva, a amiga que tornou mais suave o pesado fardo das nossas atividades didáticas. As presenças diárias e sempre carinhosas de Luisa Maria Barbosa Pinheiro, Célia M dos Santos, Darcy Campos Camelier, Iraildes Moreira, Aureliano Bispo da Silva e Davi Alberto Santana tornaram as nossas estadas mais alegres e participantes na vida dessa unidade de ensino.

Dentre os colegas destacamos alguns que viveram mais próximos de nós nesses meses de trabalho: o Chefe do Departamento de Antropologia, Jeferson Afonso Barcellar, sempre compreensivo com as nossas limitações na participação das atividades extra-curriculares

promovidas; o professor Luis Mott, sempre prestimonioso nas consultas e sempre animador nos momentos de dúvida e a professora Angelina Nobre Rolim Garcez, a pessoa responsável pelo meu deslumbramento com o complexo mundo do cacau, os agradecimentos sinceros ' pela descoberta da mina de ouro.

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, responsável pelo meu alento para enfrentar um curso de pos-graduação, amiga das horas incertas orientadora cuidadosa das etapas iniciais do nosso trabalho, a ' nossa gratidão.

A Dra. Kátia de Queiroz Mattoso, sempre disposta a nos receber, orientar e mostrar caminhos, a lembrança amiga de quem que não pode aproveitar integralmente os seus ensinamentos.

Auxiliar preciosa na coleta de dados, Célia Maria dos Santos Costa, é uma das responsáveis pelo volume de dados com que pudemos ' trabalhar.

Hildete da Costa Dória, responsável pela sistematização inicial ' dos documentos coletados no Arquivo Público da Bahia, soube perceber a riqueza que se escondia na imensa pilha de papel com que trabalhava. E transmitiu-nos esse encantamento pela perspectiva histórica permitindo-nos realizar esse trabalho.

Maria Inês Cortes de Oliveira, a amiga que sempre procurou nos ' transmitir mensagens positivas sobre a vida que passava lá fora e nós trancadas não viamos, a gratidão.

Maria Fátima Prates, aluna-amiga, leitora paciente, incansável na arrumação da bibliografia e dos dados, a amizade é o que lhe posso dedicar.

A Junaldo Gonçalves Correa, geógrafo dedicado, responsável pela ' confecção dos mapas, o meu reconhecimento pelo seu trabalho e eficiência.

Antonio Vital da Silva, companheiro precioso, responsável com a ' sua meticulosidade pela revisão do texto, não podendo, entretanto, ser-lhe imputados os erros que poderão existir.

Aos datilógrafos, amigos sofredores pacientes, responsáveis diretos pela forma final desse trabalho, uma lembrança carinhosa a vocês: Maria de Lurdes Sales Pedreira Franco e Antônio da Silva Louzado.

Ao compadre Luis Ferreira da Hora, que tão amigavelmente se dispôs, a tempo recorde, a reproduzir e encadernar essa tese, a minha gratidão.

Ao orientador Pedro Agostinho, acima de tudo o amigo e companheiro, não sei o que agradecer. Inúmeros foram as suas contribuições. Desde a paixão que soube transmitir pela causa indígena, dando um sentido mais digno a nossa formação, pela qual é altamente responsável, até a sua presença constante orientando e propondo coisas novas e estimulantes. No entanto, as nossas falhas não podem ser atribuídas a sua pessoa, mas a incapacidade de seguirmos corretamente os seus ensinamentos.

A Rosa Virginia Mattos e Silva os nossos agradecimentos pela sua compreensão quando invadimos o seu lar em busca de orientação e pelo carinho com que sempre nos recebeu.

O professor Carlos Moreira Neto, que na nossa estada no Rio de Janeiro, se dispôs a discutir o nosso projeto inicial, oferecendo sugestões preciosas, que nem sempre foram seguidas, os nossos agradecimentos.

Ao indigenista Ney Land, entusiasta e apaixonado por tudo o que se relaciona com a problemática indígena, a minha gratidão pelo carinho com que nos recebeu e franqueou a Biblioteca do Museu do Índio.

À minha mãe, personagem central na nossa formação, estimuladora constante das conquistas, ponto fundamental de apoio ao nosso crescimento e porto-seguro nos momentos de angústia e dificuldades, o sentimento de que essa vitória também é sua.

A meu marido, companheiro-amigo de todos os momentos, o Paraíso que não permitiu que me perdesse e desistisse, impulsionando, acalmando, serenando e abrindo os caminhos, o meu amor.

A meus filhos, Luis Alberto e Renata, que na sua pouca idade procuraram me apoiar e ajudar assumindo suas responsabilidades e abdicando de programas dominicais sem protesto, desejo-lhes um mundo melhor que esse que retratei, no qual o amor e o respeito aos demais seja uma constante.

A Janice Maria da Silva, responsável pela continuidade do funcionamento da minha casa, amiga constante, leitora dos textos confusos, os meus agradecimentos pela sua contribuição.

A Maria do Rosário Albañ, os nossos agradecimentos pela preciosa ajuda na elaboração do Abstract. Sem você seria difícil vencer a última prova da maratona em que se transformou elaboração dessa longa tese.

A Heliodoro Rosa Neto, o amigo que sempre nos faz sentir em casa, mesmo que estejamos interrompendo o seu laborioso trabalho diário, os nossos mais sinceros agradecimentos pelo valoroso socorro, colocando a nossa disposição o mimio gráfico do Colégio que dirige, o que nos permitiu "rodar" em tempo recorde a nossa dissertação.

A Lourival Oliveira dos Santos, que com tanta boa vontade se dispôs a "brigar" com o mimio gráfico: a nossa gratidão pela sauna que enfrentou.

Gilmara Menezes, auxiliar nas tarefas domésticas, quase nunca atrativas, principalmente se estamos em fase de tese, a nossa lembrança carinhosa.

A Anna Catharina de Carvalho Teixeira Cavalcante, a amiga-alegre, auxiliar fundamental na arrumação das cópias e volumes em que se transformaram as pilhas informes de papel, um preito de gratidão.

A Maria Ferreira Bittencourt, os nossos agradecimentos pela sua disponibilidade e carinho na concretização final do trabalho.

O preito de saudade àquele que não está mais comigo e que eu gostaria que partilhasse dessa felicidade e conquista, meu pai.

I N D I C E

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - Histórico da Ocupação da Área	
A Capitania de São Jorge dos Ilhéus	08
O Século XIX e a Situação Econômica da Província da Bahia	18
A Saída para o Sul	25
As Frentes Pioneiras e as Modificações na Economia do Sul da Bahia	29
CAPÍTULO II - Os Grupos Indígenas da Região	53
A Família Linguística Kamakã	70
Os Botocudo	85
Os Pataxó	105
Conclusões Parciais	109
CAPÍTULO III - A Política Indigenista e o Sul da Bahia	113
O Período Colonial Pré-Pombalino	115
O Período Colonial da Administração do Marquês de Pombal	122
O Período Colonial Pós-Pombal	133
Primeiro Império	139
Período das Regências	149
Segundo Império	152
CAPÍTULO IV - Os Aldeamentos dos Rios Pardo e Colonia na Segunda Metade do Século XIX	190
Olivença	192
São Pedro de Alcântara	204
Barra do Salgado	213
Salto do Rio Pardo	214
Barra do Catolé	220
Catolé	227
Cachimbo	239
Lagoa do Rio Pardo	243
Saco do Rio Pardo	246
Santo Antônio da Cruz	248
Conclusões Parciais	253

CONCLUSÕES FINAIS 256

NOTAS 282

BIBLIOGRAFIA 285

DOCUMENTAÇÃO 297

ANEXOS E MAPAS 306

R E S U M O

Esta dissertação estuda a ocupação da área compreendida entre os rios Cachoeira ou Colonia, ao Norte, e Pardo, ao Sul, que se processou em etapas sucessivas, caracterizadas pela implantação de relações de subordinação peculiares a cada um de seus momentos. Os grupos indígenas habitantes da região foram envolvidos pela expansão da sociedade nacional, recebendo tratamento diferenciado a partir do estabelecimento de um sistema interétnico composto pelos vários segmentos índios e não-índios, e das necessidades da sociedade nacional, manifestas na legislação e nas relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas. A identificação e análise das características desse sistema, elaborada a partir da documentação de fontes primárias e secundárias, é o objetivo deste trabalho, que procura demonstrar como os grupos indígenas foram usados e tratados nesse período do século XIX, demonstrando como se processava, na prática, a expropriação de terras indígenas e a utilização dos seus habitantes como mão-de-obra barata e acessível, nas suas várias etapas e formas, que permitiram a valorização das terras e a ocupação mais efetiva e rápida pelos representantes da sociedade dominante.

ABSTRACT

This research studies the occupation of the area bounded on the North by the river Cachoeira or Colônia and on the South by the river Pardo. This occupation took place in successive stages that were characterized by the implantation of relationships of subordination peculiar to each stage. The indigenous groups that live in the area were involved by the expansion of the national society and received differentiated treatment that began with the establishment of an interethnic system composed by the different indian and non-indian segments and with necessities of the national society manifested through the legislation and the established social, economic and political relations. The identification and the analysis of the features of that system, elaborated based on the documentation of primary and secondary sources are the purpose of this research, which tries to demonstrate how the indigenous groups were used and treated in that period of the nineteenth century, showing how the expropriation of indigenous territories and the utilization of their inhabitants as cheap and accessible labor force through the different stages and forms took place. Furthermore, these facts permitted the valorization of the territories and a more effective and rapid occupation by the dominante society.

INTRODUÇÃO

Integrando o "Projeto de Pesquisas sobre as Populações Indígenas da Bahia", nosso trabalho dá continuidade aos que vem se desenvolvendo a partir do ano de 1971 sob a orientação do professor - Pedro Agostinho.

Esse projeto desenvolveu-se em três campos de atividade, consoante as aptidões e interesses dos membros que compunham a equipe, e esteve voltado para estabelecer um quadro o mais possível harmônico das condições de vida dos grupos indígenas da Bahia, para ' que assim se pudesse elaborar uma proposta consequente de política indigenista para a Bahia. O primeiro campo de pesquisas desenvolveu-se com o levantamento sistemático da documentação existente no Arquivo Público da Bahia, iniciando-se pela Secção da Presidência da Província no século XIX. Esses trabalhos foram realizados por Célia Maria dos Santos Costa e Hildete da Costa Dória, e serviram como uma das bases para os trabalhos realizados no segundo dos campos citados, o de avaliar a situação dos grupos indígenas naquele momento. Isso foi desenvolvido por uma equipe de antropólogos em formação, cada um se encarregando de estudar um dos grupos que vivem na Bahia: Os Pataxó de Barra Velha, no município de Porto Seguro, pesquisados por Maria Rosário Gonçalves ' de Carvalho; os Kaimbê de Massacarã, município de Euclides da Cunha, estudados por Edwin B. Reesink; os Pankararê de Brejo do Burgo, no município de Nova Glória, pesquisa desenvolvida por Carlos Alberto Caroso Soares; os Pataxó Hãhãhã, Baenã e outros remanescentes do P. I. Caramuru e Paraguaçu, nos municípios de Itajú do Colônia, Kamakã e Pau-Brasil, investigados por nós; e os Tuxã do município de Rodelas, pesquisa realizada por Nassaro Nasser e Elizabeth Nasser. O terceiro campo abordado pelo Projeto refere-se à atuação política junto aos grupos indígenas, à opinião pública e aos órgãos oficiais competentes, na tentativa de tomar ' medidas adequadas para a melhoria das condições de vida das populações indígenas, do que resultaram alguns êxitos, nem sempre completos, mas os possíveis, e alguns fracassos também, advindos da falta de poder dos índios e da equipe.

Assim, fez-se uma rigorosa proposta de demarcação da reserva indígena Pataxó, que no entanto foi feita ignorando os moldes propostos

26

pelo Projeto. Obteve-se até a interrupção do processo de entrega oficial das terras do P. I. Caramuru-Paraguaçu, embora até o momento não se tenha efetivado a demarcação; a realizada entre os Kiriri do município de Mirandela, ainda que não tenha sido homologada pelo Presidente da República; o compromisso de demarcação dos Kaimbé de Massacarã, embora desconheçamos quando se realizará; a atenuação parcial dos conflitos de terra entre os Pankararé de Brejo do Burgo e os nacionais, ainda que tenham custado a vida do seu cacique Ângelo Pereira Xavier; ação junto à Companhia Hidroelétrica do São Francisco e da Fundação Nacional do Índio, dirigindo-lhe a atenção para os problemas que serão enfrentados pelos Tuxá com a construção da Barragem de Itaparica, que inundará as terras do grupo - embora até o momento nem a FUNAI nem a CHESF se tenham manifestado sobre a solução a ser dada para a transferência da população.

O presente trabalho move-se nos três campos referidos, ainda que iniciado naquele voltado para a situação atual dos grupos indígenas - especificamente os do Posto Caramuru-Paraguaçu, sempre nos fascinou a possibilidade de entender o momento atual a partir de um quadro referencial mais amplo, englobando-o numa perspectiva diacrônica, pois a considerávamos mais estimulante e explicativa. Por outro lado, a possibilidade de trabalhar uma documentação inédita e que nunca havia sido analisado sob essa perspectiva, deixou-nos entusiasmadas. Outras dificuldades, estas de ordem pessoal, nos levaram a adotar como definitivo essa opção de pesquisa. Os dados de que dispunhamos até então eram insuficientes para a elaboração de uma tese de mestrado. Por outro lado, não tínhamos condições de voltar a campo, já que o clima hostil criado pela expectativa da demarcação das terras indígenas do P. I. Caramuru e Paraguaçu, não oferecia segurança e nem condições para trabalho de campo. Portanto, inserimo-nos mais decididamente nos trabalhos desenvolvidos no campo histórico, estabelecendo um recorte espacial definido a partir de critérios derivados do interesse na compreensão da região sobre a qual vínhamos pesquisando desde 1976, e de outros que garantiam considerável homogeneidade ao objeto de pesquisa: a semelhança do espaço ocupado pelos grupos; o fato de viverem na região apenas quatro grupos indígenas já relativamente conhecidos; e a similitude no processo histórico por eles vivido, numa área que só teve sua conquista definitiva no

século passado, com a conjunção das frentes pioneiras agrícola e pecuária. Finalmente, consideramos que o nosso trabalho está também inserido no campo em que se propõe o estabelecimento de uma política indigenista válida para a região, como um instrumento que ateste o caráter de posse imemorial das populações indígenas que têm direito à Reserva Caramuru-Paraguaçu. Com isso pretendemos reforçar os argumentos que pesam a favor da concretização do proceso demarcatório dessa Reserva.

O caráter específico de nosso trabalho está relacionado com o fato de só conhecermos, sobre a área e sua problemática indígena, a historiografia tradicional, eivada de preconceitos e apresentando claramente a perspectiva colonialista, justificadora da dominação e expropriação sofrida pelos grupos indígenas em nome do progresso e desenvolvimento da região. A imagem do índio é deturpada, e sua forçada contribuição-fundamental- para que esse mesmo progresso ' se efetivasse são ignoradas. As únicas referências existentes descreve-os sempre como "bravos", hostis e destruidores dos estabelecimentos pioneiros dos "valorosos e pacíficos trabalhadores nacionais". O destino da população indígena após sua subordinação aos ditames da sociedade dominante são esquecidos, como se não existissem ou como se não fosse interessante conhecer os processos ' traumáticos por que passaram. Será uma forma da sociedade nacional esquecer o seu caráter violentador e apresentar uma face pacífica e fictícia, segundo a qual só reage quando é atacada. Assim, exime-se da responsabilidade pelo resultado final de sua obra: o índio genérico, discriminado, socialmente desarticulado, sem espaço territorial definido e sem participação política. E deixa crer ' aos incautos que essa condição é fruto da incúria, da incapacidade adaptativa ou de opção dos índios, já que a sociedade nacional, segundo sua própria versão, estaria sempre disposta a recebê-los' no seu seio como membros efetivos e co-participantes na construção de uma sociedade unificada em torno do grupo étnico dominante.

Este trabalho, que procura contar e analisar a história da ocupação dos vales do rio Colonia ou Cachoeira e do Pardo, preocupa-se basicamente em avaliar as compulsões sofridas pelos vários grupos indígenas locais, revelando o ângulo não explicitado nos trabalhos de caráter histórico e dando uma interpretação antropológica aos ' dados. Mas também adotando, num trabalho antropológico, uma pers

pectiva frequentemente tomada só de modo introdutório: a perspectiva histórica.

A informação utilizada é composta, basicamente, por documentos manuscritos, que se encontram recolhidos à secção histórica do Ar-quivo Público do Estado da Bahia. A documentação coletada correspondente ao século XIX, diz respeito às questões de cunho administrativo que compunham a comunicação entre os diretores de aldeias e a Diretoria Geral dos Índios, e desta com a Presidência da Província. Usamos ainda Falas de Presidentes da Província, relatórios e mapas estatísticos apresentados pelos Diretores Gerais de Índios. Além da documentação citada, trabalhamos ainda com relatos dos muitos viajantes que percorreram a região sul da Bahia, artigos da Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro, além de inúmeras outras publicações tanto de cunho histórico como etnográfico e antropológico. Com essas medidas procuramos estabelecer uma conexão entre as várias perspectivas sobre o mesmo problema, dando-lhe, portanto, uma ótica integrativa e interdisciplinar, e procurando analisá-los sob uma perspectiva mais atual.

Gostaríamos de chamar a atenção para a posição que adotamos ao transcrever os documentos da época. Ao fazê-lo, optamos por atualizar a grafia e desdobrar abreviaturas, embora tenhamos mantido a forma original de redação.

O trabalho foi desenvolvido seguindo critérios históricos com o que procuramos estabelecer um rápido quadro referencial aos séculos XVI, XVII e XVIII, centrando sempre a nossa análise no século XIX. Assim, expusemos a história da ocupação da área desde a criação da capitania de Ilhéus até o século XIX, quando se efetivou em moldes mais intensos a ocupação por nacionais devido à instalação de rotas de comércio entre Minas Gerais e o litoral do sul da Bahia, à introdução da pecuária no médio rio Pardo, e ao plantio do cacau a partir das margens do mesmo rio e do litoral. Esse avanço da sociedade nacional, predominantemente no sentido Oeste-Leste e acompanhando a estrada construída ao longo dos rios Pardo e Colonia ou Cachoeira, processou-se de forma intensa sobre os grupos índios ali existentes, estabelecendo relações conflituosas de disputa por terras e recursos outros, entre os quais, numa etapa posterior, o trabalho dos índigenas aliados e já habilitados aos exercícios das atividades necessárias ao desenvolvimento regional.

Os dados etnográficos sobre os grupos atingidos por essa expansão são esparços e pouco completos, o que nos obrigou a uma tentativa de reconstituição das principais características culturais e sociais das comunidades, nem sempre com a profundidade e a fluidez desejadas, mas sempre com a que foi possível. Abstivemo-nos de tentar estabelecer uma interpretação comparativa entre os dados que obtivemos sobre os Jê do sul baiano e os de outros grupos Jê, por considerarmos, por enquanto, arriscado, tal empreendimento, já que os elementos de que dispunhamos eram insuficientes e não nos permitiam maior margem de segurança. Assim, optamos, intencionalmente, por transcrever quase literalmente as informações recolhidas e só fazer pequenas interpretações quando nos sentíamos mais segura quanto a verossimelhança das hipóteses levantadas.

Para entendermos melhor o processo de dominação instaurado sobre os indígenas estudados, estabelecemos um quadro da evolução da política indigenista, centrando a nossa atenção no século XIX, período que mais nos interessava entender devido à proximidade com o nosso século e as circunstâncias peculiares da área que escolhemos como objeto de análise. Estabelecemos aí os pontos que nos pareceram constantes na elaboração da política aplicada aos grupos indígenas brasileiros e mais particularmente aos da região. Tornaram-se, assim, clara as relações estabelecidas entre os nacionais e os indígenas, na medida em que pudemos compreender os mecanismos oficiais de dominação desenvolvidos e aplicados com todo o rigor quando isso interessava às propósitos e necessidades dos fazendeiros locais. Para aprendermos melhor a correlação de forças estabelecida, achamos importante considerar também o papel da Igreja, no caso representada pelos capuchinhos, que se apresentavam como portadores da solução ideal para as preocupações do governo brasileiro: o controle efetivo dos missionários, transformando-os em funcionários e ao mesmo tempo representantes da cultura e civilização européia, paradigma a ser atingido pela nação brasileira em formação e preocupada em eliminar os traços das culturas "inferiores" e "pagãs" que a haviam ajudado a formar. Era, segundo a ideologia da época, preciso criar uma nação em que os padrões europeus fossem efetivamente dominantes, tanto a nível cultural como social, político, religioso e econômico. Daí porque as medidas adotadas no sentido da eliminação das sociedades tribais, como enti-

dades com formas alternativas de organização e como focos de resistência ao domínio efetivo da sociedade nacional de base européia, eram vistas como a grande meta a ser atingida. Todos os recursos humanos e materiais disponíveis eram colocados à disposição dos agentes responsáveis pela consecução desse objetivo. No entanto, obtido os resultados mais imediatos - aldear e preparar a mão-de-obra para uso posterior - o Governo se desinteressava pela sorte dos aldeados, permitindo que as novas exigências dos nacionais fossem satisfeitas: mais terras que permitissem a expansão continuada das propriedades com a chegada de mais colonos, atraídos pelo sucesso comercial dos produtos regionais no mercado nacional ou mesmo internacional.

A história dos dez aldeamentos que compunham a área em apreço mostra um processo de subordinação bastante semelhante, e que fica mais inteligível à medida em que pudemos retrair o quadro da ocupação da região, compreender as características sociais e culturais dos grupos envolvidos, e mais a ideologia então dominante no Brasil quanto à necessidade de promover a incorporação das populações indígenas. A partir da percepção do quadro empírico fornecido pelo conjunto de documentos pudemos chegar a perceber os mecanismos e etapas diferenciadas de expropriação das comunidades indígenas, e os vários processos de exploração das terras, dos recursos nelas produzidos e da mão-de-obra ali situada, a depender do estágio em que se encontrassem as relações interétnicas.

A inserção gradual dos índios no mercado, fosse como produtores de artigos silvestres, como trabalhadores não assalariados e finalmente como vendedores de força-de-trabalho, foi também motivo de nossa preocupação, e tornou-se mais claramente perceptível na medida em que pudemos estabelecer a conexão entre o desenvolvimento da sociedade nacional na área, o correspondente aumento do seu contingente demográfico, e a redução da população indígena em termos absolutos e proporcionais.

A tentativa de compreensão do modelo geral de um aldeamento do século XIX em fase de implantação, permitiu-nos perceber como a organização e a estruturação administrativa se encontrava perfeitamente coadunada com os objetivos estabelecidos de descaracterização das comunidades como entidades com identidade própria e diferenciada da nacional. A incorporação da população indígena pro-

cessava-se, portanto, em dois níveis: o econômico, como assalariados e, esporadicamente, como pequenos proprietários de lotes individuais, e cultural, como seres desprovidos de seu universo referencial de origem e na maioria das vezes em transição para a adoção de uma nova identidade cultural, nem sempre claramente definida. No entanto, a incorporação política, como seres que podiam participar das decisões a serem adotadas sobre si mesmos, não chegava a se concretizar.

O problema da identidade étnica dos grupos envolvidos nesse violento processo de descaracterização e de incorporação a uma nova realidade social, pareceu-nos pouco claro, já que em nenhum momento os documentos tratavam de tal assunto ou mesmo nos forneciam pistas sobre como essa transfiguração se processava. Em vista de tal limitação, optamos por extrema cautela em relação ao problema, levantando apenas hipóteses baseadas nas observações feitas em trabalho-de-campo que realizamos no ano de 1976 nos Postos Índigenas Caramuru e Paraguaçu, onde se refugiaram os remanescentes dos vários grupos aldeados no século XIX na região do Pardo e do Colonia ou Cachoeira. Por considerarmos que esse estudo exigirá um outro enfoque e observações mais específicas e orientadas para esse tema, deixamos a questão em aberto para trabalhos futuros.

CAPÍTULO Nº I

HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA ÁREAA CAPITANIA DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS

A área compreendida entre o rio Cachoeira ou Colônia e o Pardo pertencia à Capitania de Ilhéus. Esta, como todas as demais, não teve os seus limites claramente definidos, devido, inclusive, à falta de conhecimento preciso dos pontos geográficos mais significativos da terra do Brasil. Outro fator para a fluidez, quanto aos limites das capitanias, era a de não colocar peias aos desejos de expansão dos donatários, mas ao contrário fazer com que fossem estímulos para a concretização desse objetivo.

Os limites da Capitania eram, segundo a carta de doação, "o ponto da baía de Todos os Santos da banda sul e correrão ao longo da costa sul - quanto couber nas ditas cincoentas léguas, as quais cincoenta léguas se estenderão e serão do largo ao longo da costa, e estarão na mesma largura pelo sertão e terra firme a dentro quanto puder entrar-se - e for da minha conquista, em todas as ilhas, que houver até dez léguas ao mar na frontaria". (Vide nota 1) (V. Silva Campos, 1947: 12)

A grande imprecisão de limites, acima referida, fica bem mais evidente com relação ao limite Oeste, já que este deveria, na realidade, ser estabelecido pelo próprio donatário a partir da sua capacidade de interiorizar um projeto, que tinha como uma das suas características fundamentais o fato de ser litorâneo. Essa interiorização, na realidade, era o resultado de uma disputa de território entre dois grupos étnicos - o dos índios, já previamente instalados, e o dos portugueses, precisados de espaço, para ocupá-los conforme novos padrões econômicos, e de mão-de-obra, que lhes permitisse concretizar sua exploração.

As terras da capitania se caracterizavam, ou que permitiu sua futura ocupação, por terem uma cobertura vegetal luxuriante e ri

rica em madeiras nobres. Abundantes terrenos de boa qualidade, conjugados ao clima úmido, tornavam a região promissora à implanta-ção de atividades agrícolas.

Outro ponto destacado mais uma vez entre as características mar-
cantes de Ilhéus, assim como das demais regiões do sul da Bahia,
é a profusão de rios caudelosos, que correndo no sentido W-E, a-
lém de vários outros rios de pequeno porte, criavam uma via flu-
vial facilitadora das comunicações, e contribuíam decisivamente
para a boa qualidade dos terrenos jucta-fluviais.

A grande barreira natural encontrada pelos implantadores do pro-
jeto de colonização foram as características da costa. Por ser
retilínea, pouco articulado e exposta aos aliseos, tornava a a-
tração difícilíma, assim como nas barras dos rios, já que estas
sofriam um processo constante de assoreamento. Para um projeto e
conômico, cuja implantação estava vinculada à capacidade de comu-
nicação marítima, já que era voltada para a exportação de produ-
tos agrários e dependentes de manufaturados importados, tal difi-
culdade representou um sério entrave ao progresso pretendido.

O donatário, como agente do Rei, na incorporação econômica efeti-
va de novas áreas ao domínio da Coroa portuguesa, tinha uma série
de atividades que deviam concretizar e gerenciar. A capacidade de
aplicação de capitais próprios, que permitisse a implantação da
infra-estrutura produtiva, era a condição "sine quae non" para a
escolha do donatário. Esses investimentos iniciais funcionavam co-
mo principal atração à vinda de colonos, que aqui se estabelecenen-
do, concretizavam as propostas de exploração das novas terras. As
atividades previstas eram a descoberta e extração das riquezas
naturais encontradas e a implantação de sesmarias ou pequenas u-
nidades de produção de subsistência, que, se dedicariam a produ-
ção de subsistência, as primeiras, e de produtos exportáveis, co-
mo a cana-de-açúcar, as segundas.

Na concretização dessas atividades econômicas, o processo se de-
sencadeava com a distribuição de terras pelo donatário, sobre as
quais adquiria o direito de cobrança de dízimas sobre o produzi-
do, taxas de aforamento das terras, além daquelas obtidas com as
concessões especiais, como a construção de engenhos e salinas .
Também, o comércio estabelecido entre os índios e colonos sofria
controle do donatário, que por ele cobrava taxas.

Além das obrigações econômicas, o donatário assumia, também, responsabilidades políticas. Uma delas era a de implantação de vilas no litoral, que distassem 6 (seis) léguas uma das outras. Com essa medida, procurava criar núcleos que efetivassem a proteção da costa e a interiorização através da ocupação de todas as áreas previstas na carta de doação e também as sugeridas e sonhadas do sertão, mas sobre as quais não se tinham uma idéia muito precisa quanto as suas dimensões e aos riscos de sua conquista. A condição básica para que se efetivasse tal expansão era o crescimento da população de colonos com a consequente capacidade de ocupar economicamente novos espaços.

Outra atividade política prevista era a criação e controle de sua estrutura administrativa, que permitisse o funcionamento da estrutura social, política e econômica dos novos núcleos em implantação, fazendo com que esses novos espaços mantivessem estreita ligação de subordinação com a administração metropolitana.

Também responsabilidades jurídicas lhes eram atribuídas, como a nomeação de ouvidores, que administrassem a justiça real aos novos súditos, os índios recém-incorporados ao convívio, e desse aos colonos "justiça com alçada até a morte natural dos peões, pessoas de baixa condição, e índios e pessoas graves a dez anos de degredo com mui amplíssimos privilégios contidos no foral que lhe concedeu". (Lisboa, in Silva Campos, 1947 p.12)

Seu direito à propriedade pessoal de terras se restringia a um lote de 10 (dez) léguas, no qual o donatário realizava investimentos voltados para obtenção de produção própria, que lhe permitisse reaver e aumentar o capital investido.

Além desses recursos auferidos na exploração do seu lote, o donatário tinha direito à cobrança dos dízimos e taxas acima referidas, o que lhe garantia a capacidade de reinvestir permanentemente em obras de infra-estrutura, garantidoras do funcionamento da economia e do seu escoamento, elementos essenciais para a atração de mais colonos, condição importante para a interiorização do projeto.

Apesar desse aparente onipotência dos donatários, havia setores da vida econômica e administrativa que lhes escapavam do controle. Era o da administração do produto ali conservado como de monopólio real - o pau-brasil. Havia, ainda, a necessidade de efetivar a cobrança

do dízimo do pescado, do redizimo para a Coroa, de tudo o produzido na capitania, além das taxas especiais destinadas à Ordem de Cristo.

Para o exercício de tais atividades havia na Capitania um corpo de funcionários reais especialmente designados pela Coroa que não so friam o controle do donatário, mas antes o controlavam.

Essa estrutura de exploração das terras e de implantação de unida des agrário-exportadoras, parecem caracterizar o donatário como - governador e capitão das terras de além-mar e tendo uma forma de pagamento bastante peculiar - taxas, dízimos, terras e prerrogativas administrativas no processo de expansão do reino português em terras brasileiras.

A Capitania de São Jorge dos Ilhéus, teve a sua estrutura administrativa estabelecida dentro dos padrões gerais acima referidos. As suas peculiaridades foram decorrentes da especificidade de sua história e ~~das~~ condicionamentos particulares da estrutura aí implantada.

A doação foi feita ao escrivão-mor Jorge Figueiredo Correa, que devido as atividades que exercia na Corte, não se deslocou para efetivar a ocupação do território que lhe havia sido destinado. Entregou a administração a Francisco Romero, que se deslocou para a área na tentativa de concretizar a colonização.

Inicialmente ele teria optado pela Ilha do Morro de São Paulo para a instalação da sede da capitania, ponto radial de onde partiriam todos os estímulos necessários ao sucesso almejado. Parece que a posição estratégica, quanto as possibilidades de defesa dos ataques dos índios, foi o fator considerado de maior relevância na tomada de tal decisão. Porém a dificuldade de obter água potável em quantidade suficiente para manter uma população, que se espera va que crescesse rapidamente, e a limitação espacial de terras, o que dificultaria futuras expansões, o levaram a optar por outro local.

A nova zona escolhida é onde se encontra a cidade de Ilhéus, que sa tisfazia plenamente a todas as exigências pré-estabelecidas: terras de boa qualidade e com possibilidade de expansão constante e continua, água potável abundante, porto de acesso relativamente sequro, se considerarmos as características da costa meridional da Ba

Bahia, e um amplo sistema fluvial, importante para a penetração para o interior.

A região era, nesse período, ocupada por índios Tupiniquin com os quais foram estabelecidas relações de escambo. Os índios dedicaram-se ao fornecimento de alimentos aos colonos, (caça, pesca, frutos, raízes, tubérculos), de madeiras para construção de prédios e embarcações, e ao trabalho de derrubadas e plantio das roças, em troca de ferramentas, roupas e outros utensílios introduzidos no seu consumo a partir do momento em que entravam em contacto com os portugueses. Essas relações de caráter pacífico e de certa forma simétricas inicialmente estabelecidas, permitiram aos colonos e à vila um florescimento inicial, que se concretizou na construção dos primeiros engenhos e o início da exportação de açúcar para Salvador, o grande centro exportador-importador da época.

No entanto, a transformação da simetria dessas relações já estava prevista na própria Carta de Doação, em que se garantia ao Donatário o direito de "envio de 24 escravos que se permitia poder anualmente remeter em seus navios ao porto de Lisboa, por marinheiros e grumetes todos os escravos que bem quisesse" (Lisboa in Silva Campos, 1947 pg.12)

Porém, no início havia uma captura de índios em pequena escala, decorrente da necessidade de satisfazer o sentimento de curiosidade pelo exotismo das terras e populações brasileiras.

À medida em que o processo de colonização foi se tornando mais extensivo e exigente de trabalho sistemático, os colonos começaram a alterar suas relações com os grupos indígenas. As tentativas de escravização dos Tupiniquin (Nota nº2) começaram a se tornar mais efetivas e organizadas e a provocar reações contrárias por parte dos índios, que não aceitavam as novas modalidades de relacionamento.

Como ponto de apoio à ação dos colonos, os aldeamentos jesuíticos começaram a serem implantados na área. Os de Vera Cruz, na ilha de Itaparica, Tinharé, Nossa Senhora de Tapetinga, Camamú, São Miguel de Taperaguá foram instaladas nessa ocasião, com o apoio do administrador da Capitania e dos colonos. A ação dos padres da Companhia de Jesus estava voltada para a "pacificação" dos índios, ajustando-os aos novos padrões comportamentais da sociedade nascente, que era na realidade um prolongamento da portuguesa. Através da catequese se propunham a eliminar as diferenças culturais, afastando

o que consideravam como sendo próprio da natureza e da brutalidade incorporado aos índios, e instaurando a nova ordem da cultura e civilização, do qual a Metrópole e a Igreja eram os representantes efetivos. Como julgavam ter essa grande missão salvacionista sob sua responsabilidade, criam ter o direito de impor seus padrões e utilizar para tal as várias medidas coercitivas (castigos, prisões, jejuns, disciplina, rezas, mortificações) e sugestivas (autos, peças teatrais, exemplo pessoal, festas religiosas, pregações, danças e cânticos) disponíveis no seu arsenal teórico e prático, de ação missionária. (Vide Azevedo in Schaden, 1976 p.365/384)

O resultado dessa ação conjunta entre colonos, com sua técnica de escambo, e os jesuitas, com sua ação catequética, foi reforçar o sedenterismo dos Tupiniquin, transformando-os em trabalhadores agrícolas apropriáveis não só pelos próprios jesuitas para o funcionamento dos seus engenhos, mas também por particulares, que na medida em que iam ampliando suas atividades agrícolas, tornavam-se mais carentes de mão-de-obra. Outro efeito desastroso para os grupos indígenas foi o aumento da taxa de mortalidade em sua população em decorrência das alterações introduzidas no regime alimentar, do contágio desencadeado pela convivência forçada com pessoas contaminadas, e dos novos padrões de higiene impostos pelo moralismo dos jesuitas. (Vide Neves, 1978) Também a sua estrutura social sofreu um processo de desintegração violento, que implicou no rompimento dos laços de solidariedade que garantiam a articulação da estrutura social, e que as tornava capazes de se oporem ao avanço dos portugueses e de garantir a manutenção de ethos tribal.

A reação dos Tupiniquin foi o desencadeamento de uma revolta que levou a destruição parcial da vila de Ilhéus e dos engenhos instalados nos seus arredores. Um colono, Pedro Borges, que morava na vila, escrevia a D. João III, analisando a situação vivida naquele momento e afirmava que a tentativa de escravização dos índios era a grande responsável pela sua reação. Narrava também os efeitos da ação dos indígenas, assim como a repressão desencadeada pelo Governo. (Borges, 1550, in MARCHANT, 1943:99). Aliás, a repressão, violenta e eficiente, teve sucesso rápido devido à desestabilização demográfica e social acima referidas, que eram consequência das relações de dominação que se estavam estabelecendo.

O resultado concreto da revolta para os Tupiniquin foi a redução

brusca do seu contingente demográfico, o aceleramento de sua desagregação social e a efetivação da escratura, contra a qual haviam se insurgido. Sob a justificativa de os colonos terem direito a uma indenização pelos prejuízos que tinham sofrido dos índios, estes foram condenados a ressarcirem os danos com trabalhos gratis, que permitisse a reconstrução das roças e engenhos. É claro que a estipulação de quanto trabalho seria necessário para amortizar a dívida, fugia ao controle do grupo étnico dominado, que passou na realidade a ser engajado não só no processo de reconstrução, mas também de expansão.

Isto pode ser visto como temporária servidão por dívida, que tenderia a tornar-se permanente, e que só se diferenciava da escravidão por não haver apropriação propriamente dita do trabalhador. No entanto, na prática, funcionava como tal.

Para o capitão-donatário e sua família, no entanto, tal revolta parece ter representado prejuízos concretos ou desestímulo quanto a continuidade do projeto. Optaram, portanto, pela venda da Capitania a Lucas Geraldês, que encontrando a escravidão indígena instituída, na prática, procurou calcar-se nela e realizar novos investimentos financeiros, que atraíram mais colonos e estimularam a ocupação de novas áreas com a produção açucareira destinada a exportação.

Aparentemente após este primeiro embate se teria processado uma estabilização ou acomodação entre os dois segmentos étnicos, decretada pela incapacidade dos grupos indígenas reagirem à dominação que lhes era imposta. Os efeitos dessa nova situação de acomodação e exploração se fizeram sentir na retomada do processo de expansão, na conquista e ocupação de novos espaços com canaviais e engenhos. No entanto, o desequilíbrio demográfico provocado por uma epidemia de varíola junto às comunidades indígenas atingiu o sistema num dos seus aspectos mais vulneráveis - a dependência da mão-de-obra indígena escravizada para efetivar o projeto de exploração econômica.

A epidemia se desencadeou em 1560 e atingiu principalmente as aldeias indígenas, chegando a provocar a morte de 1/2 (um terço) da população, segundo os cálculos dos próprios jesuítas. Daí os colonos e fazendeiros optarem pelo sistema de bandeiras, que penetrando no interior buscavam aprisionar os Aimoré para com os descimen

descimentos suprirem as sesmarias e as roças com os trabalhadores que necessitavam. Porém essa tentativa de substituir os já quase extintos Tupiniquin pelos Aimoré, provocou reações inesperadas, já que estes ainda não haviam sofrido desestabilizações demográficas e sociais e puderam reagir às tentativas de apresamento com a guerra contro os colonos e suas propriedades. As reações iniciais provocaram a contratação, pelo Governo Geral, de bandeirantes paulistas, mais experimentados na luta contra comunidades indígenas, o que correspondeu a decretação de guerra aos Aimoré.

Os ataques dos Aimoré culminaram no incêndio dos canaviais e engenhos, além de algumas vilas, e na morte de escravos africanos e tupiniquins além de colonos portugueses. O abandono das roças e sesmarias pelos sobreviventes foi o efeito mais imediato, que gerou a desarticulação do processo produtivo.

Essa nova crise provocou a falência do empreendimento agrário-exportador. A capitania transformou-se em mera produtora de subsistência, capaz de garantir a reprodução da mão-de-obra já ali estabelecida, mas incapaz de oferecer atrativos suficientes para a instalação de novos colonos com interesse de se angajarem no soerguimento da capitania.

As dívidas parecem ter se acumulado em tal proporção, com a incapacidade de efetivar-se uma produção comercializável, mesmo a nível de produtos de subsistência, como ocorria com outras vilas litorâneas que pendiam para Salvador, que a família Giraldes terminou por ter a Capitania confiscada pela Coroa, para ressarcimento das citadas dívidas em 1744.

Assim em Ilhéus, iniciou-se uma nova etapa administrativa, que concretizou essa tendência ao isolamento econômico da área.

Um dos primeiros efeitos sentidos foi a interrupção de investimentos por parte da Coroa. Não havia interesse na aplicação de recursos na região. O seu marasmo econômico era um desestímulo agravado pelos ataques constantes dos índios do interior, a quem os colonos recorriam para obter escravos, já que suas posses e a limitação de perspectivas de desenvolvimento não lhe permitiam ter acesso os africanos, que pressupunha investimento inicial demasiado elevado para as suas posses.

Além do desestímulo econômico, para a Coroa a área sul da Bahia -

- capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro - transformou-se em área estratégica. A sua conservação como região de matas fechadas e habitada por vários grupos indígenas "selvagens" satisfazia a necesidade de haver uma barreira natural que impossibilitasse o acesso às minas de ouro da capitania de Minas Gerais. O controle era rigoroso, tanto no que se referia às exportações de ouro-cobrança de taxas - quanto às importações - taxaço de escravos vindos da África, gado vacum ou muar, cargas de fazendas seca ou molhada, comestíveis, ferro, aço, pólvora e o que não fosse de vestir. Os unicos acessos permitidos eram pelos rios Jequitinhonha e Mucury, e ao longo de seus cursos havia inumeros grupos de funcionários da Coroa, que fiscalizavam com grande rigor as exportações e as importações.

Culminando esses interesses concretos da Coroa com relação a área a dificuldade, em Portugal, de obter madeira apropriada para a construção naval, fê-la decretar o monopólio real das madeiras das matas do sul da Bahia, estabelecendo mais um fator de estagnação econômica e de sua marginalização do eixo agrário-exportador.

As queixas dos colonos instalados no local eram constantes, como se pode observar nesta petição enviada ao rei pela Câmara de Ilhéus em 1748

" Senhor, os juizes e vereadores, do Senado e Capitania dos Ilhéos do Governo Ultramarino da Cidade da Bahia abaixo assinados representam humildemente a V.M. a grande pobreza e suma miséria com que labutam os moradores da dita vila sustentando a vida com a maior parcimonia entre todos os povos do Brasil por falta de escravos e terem decaído os preços dos poucos efeitos com que se acham e a força de seus braços podem produzir, vendo-se vexados com uma inveterada aversão do gentio bravo que infesta os sertões desta vila, lhe impede a cultura de suas lavouras e outros sim tem falta de negócios pela oposição da barra".... (Manoel Alves Monteiro, Ilhéos, 305/1748, in ACCIOLI, Silva 1925:388).

Assim, podemos concluir que esse período compreendido entre os séculos XVI e XVIII caracterizou-se pela tentativa de particulares - os capitães donatários, colonos e fazendeiros - de implantarem um sistema econômico voltado para a exportação, no caso o açúcar, mas que devido às dificuldades existentes e agravadas -

pelas contradições e oposições estabelecidas interna e externamente as relações com os Tupiniquin e Aimoré - culminaram no abandono do projeto inicial.

A produção agrário-exportadora teve em alguns momentos surtos considerados promissores e capazes de motivar novos investimentos de capital e a instalação de novas levas de colonos no seu território. No entanto, a sua desarticulação gerou movimentos emigratórios constantes que culminaram no despovoamento da capitania e no retrocesso da atividade econômica, que se tornou meramente de subsistência, que, combinada com a caça e a coleta, garantiu a sobrevivência dos que não abandonaram Ilhéus, concentrando-se a população no litoral.

Agravando esse quadro, as chamadas condições da barra de Ilhéus - com seu constante assoreamento, impunham ainda maiores dificuldades a exportação dos produtos de subsistência e a importação de manufaturados, o que transformava a maioria das vilas litorâneas da capitania em miseráveis povoados habitados por uma população rala e pobre.

As relações mantidas com os grupos indígenas da área, nesse período, eram de choques constantes. A necessidade de obterem escravos, fazia os colonos incentivar as bandeiras e os descimentos, provocando as reações guerreiras dos grupos do interior, que, pressionados pelos deslocamentos gerados pela ocupação de Minas Gerais se deslocavam para o litoral na busca de novos espaços. Daí decorria outro tipo de relação oposta - os grupos indígenas de baixa densidade demográfica, pressionados pelos brancos, com suas bandeiras e pelos grupos indígenas em migração forçada, optavam por estabelecer relações pacíficas e aceitarem os aldeamentos jesuítas, cada vez em maior número na área - N.Sra. da Escada de Olivença, Missão de São Fidelis do rio Una, Aldeia de N.Sra. da Conceição dos índios Grêns nos rios Fundão.

Esses aldeamentos, no entanto, eram presas fáceis dos bandeirantes e de outros grupos indígenas não aldeados, o que agravava bastante as suas condições de vida. As dificuldades de manterem em funcionamento as unidades produtivas, que lhes devia garantir o sustento, tornava-se ainda mais problemático, já que eram constantemente pilhadas e os instrumentos roubados.

O SÉCULO XIX E A SITUAÇÃO ECONÔMICA DA
PROVÍNCIA DA BAHIA.

A Bahia do século XIX apresenta como grande característica o agravamento das contradições do seu modelo agrário-exportador. Pode-se observar a partir dos dados disponíveis que fatores internos e externos superpoem-se nesse período, gerando sérios problemas econômicos, sociais e financeiros vividos pela Província.

O processo de expansão gerada pela Revolução Industrial a nível - mundial, acentuou a tendência da divisão internacional do trabalho, reservando aos países não-industrializados, o papel de produtores de matérias-primas. A decadência do sistema colonial, nas suas várias manifestações na América Latina, coincide com a desarticulação do capitalismo mercantil, apeiado no monopólio comercial detido pelas metrópoles. No entanto, o capitalismo-industrial exigiu na sua articulação com os mercados uma agilização das relações a serem estabelecidas, eliminando as intermediações, ampliando e facilitando o comércio entre produtores e consumidores.

Em termos de Brasil, o rompimento desse sistema anterior se processou com a transmigração da Família Real para o Brasil em 1808. Com a abertura dos portos às nações amigas, o que se observou foi o acentuamento do caráter dependente da economia brasileira, já que reafirmou a sua posição de país produtor de matérias primas e importador de manufaturados.

Entretanto, com a eliminação da intermediação de Portugal, o que se constatou foi a aplicação de capitais portugueses no sistema - produtivo e na atividade comercial brasileira, provocando uma aparente euforia com a capitalização de determinados setores, e que permitiu a criação de uma infra-estrutura financeira direcionada para a exportação.

A manutenção da estrutura agrário-exportadora nos moldes tradicionais de produção, permitiu a manutenção da elite agrária com o poder de decisão político e social, pressionando o governo no sentido de manter inalteradas as relações de produção, o que impossibilitava o surgimento de um mercado interno dinâmico, que oferecesse alternativas econômicas à pequena propriedade, que não a explo

exploração de subsistência a nível familiar. As tentativas que se fizeram em termos de sistema produtivo fora dos padrões de grande propriedade exportadora e monocultora, sob a forma de colonias estrangeiras ou nacionais, se processaram nas regiões de fronteira, em áreas ainda não envolvidas no sistema agrário-exportador.

Ao manter essa estrutura, a Província vivia com parte de sua população economicamente ativa marginalizada por não estar inserida no circuito comercial, o que a impossibilitava de se capitalizar, e, consequentemente, se modernizar, introduzindo novos padrões de relações econômicas e sociais libertas das formas tradicionais de clientelismo, predominantes na região de produção açucareira e pecuária.

Essas grandes unidades produtivas representavam os baluartes de resistência a modernização e à introdução de relações de trabalho mais modernas - as assalariadas. Apesar de encontrarmos tais relações nas grandes propriedades, não podemos afirmar que fossem as dominantes. Parece que a situação de "moradores", em que se lhes ofereciam, lotes de terra dentro dos latifúndios, permitindo que cultivassem roças de subsistência, eram as relações predominantes em que os vínculos de subordinação eram parte integrantes e fundamentais, garantindo o prestígio político e social do latifundiário. (Vide nota n3)

Essa rigidez estrutural do sistema produtivo, limitava sensivelmente as possibilidades de serem adotadas alternativas dentro do modelo econômico. Daí acentuarem-se as vulnerabilidades de toda a estrutura, tornando-a cada vez mais dependente das flutuações externas do mercado consumidor das matéria-primas aqui produzidas.

Os produtos econômicos que compunham a pauta de exportações da Bahia nesse período eram: o açúcar, o algodão, o fumo, os couros, café e aguardentes, além de outros de menor representatividade.

Tentaremos analisar os fatores internos e os externos que faziam com que a balança comercial da Província se encontrasse nesse momento - século XIX - em descompensação, apresentando um deficit bastante significativo, obrigando as elites políticas a repensarem alternativas econômicas que tornassem viáveis as finanças da Província, sem provocar uma rutura nas alianças políticas estabelecidas com os latifundiários do Recôncavo e do norte.

Dentre os fatores internos responsáveis pela crise, indicaremos apenas alguns, que consideramos mais significativos.

João Rodrigues de Brito, na sua obra "Cartas Económico-Políticas sobre a Agricultura e Comércio da Bahia", como contemporâneo e defensor da livre-iniciativa, apontava uma série de dificuldades vividas pela economia baiana, que afirma serem as principais entraves ao desenvolvimento e ao progresso. Considerava a existência de fortes controles exercidos pelo Governo como entraves sérios, que só através de uma reformulação mais profunda na estrutura administrativa, poderia permitir a agilização do processo produtivo.

Reclamava da obrigatoriedade de plantarem mandioca em determinadas áreas de suas propriedades, alegando que lhes era retirado o direito de plantarem produtos exportáveis na totalidade da propriedade, o que representava possíveis prejuízos ao reduzir o lucro obtido com a venda de açúcar. Outra queixa muito difundida na ocasião se relacionava com a vinculação obrigatória do pequeno produtor ao latifundiário, já que existia uma legislação extramamente rígida e dificultadora da possibilidade de construção de engenhos, engenhocas, fábricas, alambiques e armações de pescar. Assim sendo, a tenência desses meios de produção se restringiam a determinados segmentos sociais, mantendo as fortes vinculações de clientelismo e a permanência da mesma estrutura de dominação elitista. (Brito, 1924)

Outra crítica feita à política econômica do período era a proibição de venda, diretamente pelo produtor, após uma especulação livre, o que lhe permitiria a obtenção de melhor preço. O mecanismo adotado era o de recolher os produtos ao Celeiro Real, que então os redistribuía através dos vendedores nomeados pelo Senado. Os efeitos nefastos de tais medidas eram a falta de controle dos preços pelo produtor, a obrigatoriedade de longos deslocamentos, e o armazenamento das mercadorias em locais não apropriados, que implicavam no emagrecimento das reses e no deterioramento dos produtos agrícolas, gerando prejuízos e insatisfações.

Esse controle rígido de comercialização era também apontado como responsável pela maior vulnerabilidade dos produtos baianos à competição dos produtos estrangeiros, vendidos livremente.

Outros fatores apontados pelo autor eram a ausência de bom sistema viário, portuário e de pontes, que permitissem a fácil trans-

transposição dos vários rios, a falta de uniformidade no sistema de pesos e medidas utilizados nos negócios, a carência de bom sistema de saúde pública, que reduzisse a alta taxa de mortalidade, principalmente de escravos, mas que também atingia a trabalhadores rurais e moradores, e provocava o despovoamento de determinadas áreas interioranas da Província, gerando carência setorial de mão-de-obra.

Havia falta de capital de giro, principalmente, após a Independência, quando o setor comercial foi fortemente atingido pela retirada dos negociantes portugueses, assim como pelos financistas envolvidos no processo. Os empréstimos eram realizados pelas casas de exportação, o que tornava vulneráveis os produtores às especulações de preços, culminando, muitas vezes, na perda das propriedades para os comerciantes. Outro tipo de empréstimo comum era o feito pelos grandes proprietários diretamente ao pequeno produtor o que provocava numa economia em crise de comercialização, a incapacidade destes saldarem as suas dívidas e na incorporação de suas terras aos latifúndios, como forma de pagamento.

O caráter aristocrático da tenência das terras era um dos mecanismos mais reacionários existentes, na medida em que impossibilitava que segmentos mais modernos e dinâmicos se apropriassem dos meios de produção, instaurando relações mais eficientes de exploração econômica.

No tocante às técnicas de exploração da terra, o que se observava era a manutenção do sistema tradicional, levando a um processo de degradação do solo, com o seu empobrecimento. As queimadas eram ainda amplamente utilizadas em adubos, fossem animais ou vegetais, não eram utilizados para recompor o equilíbrio orgânico do solo. As técnicas eram as de coivara, e a enxada era quase que o único instrumento utilizado.

Outro fator de grande responsabilidade na degradação do solo era o hábito mantido de se continuar a mover os engenhos a lenha sem utilizar a força hidráulica. Os desmatamentos constantes e, cada vez em maiores proporções, expunham o solo a erosão e à lixiviação, provocando o surgimento de grandes desertos estêreis. Até então a solução tinha sido o de promover a ocupação de novas áreas. Porém, esse sistema de exploração tropical, calcado na depredação de riquezas naturais secularmente acumuladas nas terras virgens,

teve seu limite definido pela própria finitude de espaços a serem ocupados nos mesmos moldes, principalmente, aqueles considerados adequados ao plantio da cana.

Havia chegado o momento de racionalizar a exploração e realizar investimentos vultosos na tentativa de recuperar os solos desgastados. Entretanto, não havia capitais necessários para a realização de tais investimentos e as condições do comércio externo não permitiam nem a capitalização e nem os estímulos para tais aplicações.

Uma outra opção, que não a de simples investimentos, era a de se transformar a estrutura de tenência da terra criando-se uma estrutura mais ágil e menos aristocrática, porém que contrariaria a todos os interesses da classe dominante, fazendo com que se procurassem alternativas que permitissem a manutenção de tal estruturada inalterada, resguardando os privilégios dos latifundiários e dos comerciantes voltados para a exportação de produtos agrícolas de ampla aceitação no mercado internacional.

A seca, bastante severa durante o século XIX, foi outro fator de grande representatividade na desarticulação do sistema produtivo. Levando ao empobrecimento os pequenos proprietários e a marginalização os assalariados, transformando numa população potencialmente ameaçadora ao sistema que se deslocava pelos caminhos da Província, concentrando-se em vilas e cidades litorâneas, sem contudo encontrar colocação produtiva.

Também a pecuária foi fortemente atingida na Bahia, nos moldes em que era exercida na área norte, onde tradicionalmente havia se instalado. As causas dessa situação foram as secas, a decadência do mercado consumidor local e principalmente a perda do mercado mineiro, que com a falência da mineração, não só deixou de ser comprador, como também passou a ser produtor, competindo diretamente com o produto baiano no seu próprio território, principalmente no sul da Bahia.

A desarticulação desse sistema produtivo atingiu não apenas aos criadores, mas também aos comerciantes de gado, gerando a descapitalização desses dois segmentos sociais, agravando a crise econômica e financeira vivida pelo Norte da Província.

Posteriormente, essa atividade econômica vai se desenvolver de for

forma sistemática no Sudoeste da Bahia, na região de Vitória da Conquista, como um complemento do mercado surgido com a capitalização de setores agrícolas voltadas para a produção do cacau e como uma extensão da área de criação de Minas Gerais.

No entanto, foram as causas externas as grandes responsáveis pelo agravamento dessa crise e pela geração de fatores que não permitiram a adoção de alternativas que recuperassem os setores tradicionais de produção do Reconcavo e do norte da Província.

O primeiro grande impacto de caráter global foi a política anti-tráfico instituída pela Inglaterra, que veio questionar a manutenção do sistema escravista de trabalho predominantemente adotada na região.

A ação inglesa apresentava coerência com a necessidade que tinha essa potência de instalar o capitalismo industrial, acentuando a divisão-de-trabalho internacional pela agilização da produção brasileira com a instauração de um modo-de-produção em que predominasse o trabalho assalariado, capaz de criar um mercado consumidor ativo para os seus produtos manufaturados.

Para a economia local tal decisão refletiu-se no agravamento do problema de acesso a mão-de-obra barata, que garantisse a reprodução do sistema sem a necessidade de concretizar investimentos vultosos. Numa área em que a taxa de mortalidade dos escravos era superior à de natalidade, e em que a descapitalização tornava altamente problemática a adoção do trabalho assalariado e a realização de investimentos elevados para repor os escravos, a questão se colocava de forma alarmante.

A retração do mercado internacional, no que se referia à colocação de produtos agrícolas gerados na Bahia, refletia-se diretamente na estrutura produtiva e financeira. Ao agravar-se a crise com as dificuldades de compra de escravos por preços baixos aliadas à necessidade de realizar investimentos vultosos para recompor a qualidade do solo e a de modernizar a produção para conseguir maior produtividade, criou impasses difíceis de serem superados.

Vários produtos vinham sistematicamente sendo atingidos pela retração. Destacaremos dois deles, por considerarmos que eram os mais importantes e por envolverem maior quantidade de mão de obra, assim como maiores investimentos.

O açúcar enfrentava a concorrência do produzido pelas Antilhas e pelo de beterraba da Europa, restringindo violentamente as capacidades de exportação e a capitalização e modernização do setor. Entretanto, esse produto sofria variações cíclicas de recuperação no mercado internacional, o que fazia com que os produtores se opusessem violentamente a transferência para outros mercados da mão-de-obra excedente, que começa a se adensar em volta dos engenhos. Essa força-de-trabalho era incorporada nos momentos de melhoria relativa e temporária do mercado, e nos períodos de colheita. Além disso, a existência da clientela permitia a manutenção do prestígio social dos proprietários perante a sociedade nacional, assim como todo um sistema de prestação de serviços não remunerados, porém de vital importância. Eram também eles que forneciam os produtos de subsistência consumidos pelo engenho, assim como garantiam a capacidade de seu funcionamento menos deficitário ao fornecerem sob o sistema de "meia", "terça" e "quarta" a cana que produziam. Também os pequenos produtores, sob o pagamento de taxas, aí moíam o que produziam, o que permitia aos latifundiários auferir rendimentos extras e comercializar mercadorias geradas nas pequenas propriedades vicinais.

O segundo setor fortemente atingido por fatores externos foi o da produção algodoeira. Esse produto havia sido implantado anteriormente, mas voltado para o mercado interno, especialmente a confecção de roupas grosseiras e sacos. A crise, gerada no mercado produtor americano com a Guerra de Secessão fez com que este país deixasse de vender algodão para a Inglaterra. A solução encontrada por essa potência foi estimular o surgimento de um mercado produtor alternativo. No caso, o Brasil. Investimentos foram realizados, mão-de-obra transferida para a região produtora e novas áreas incorporadas produtivamente e inseridas no circuito comercial internacional.

No entanto, o algodão brasileiro nunca deixou de ter um caráter substitutivo. No momento em que os Estados Unidos voltaram a colocar o seu produto no mercado inglês, que o considerava de melhor qualidade e mais adequado às suas máquinas devido às características das fibras, cessou o comércio com o Brasil. Os incentivos gerados pela comercialização se interromperam, fazendo com que o sistema produtivo montado para atender às exigências do mercado externo se de-

desarticulassem gerando a falência de vários proprietários e a venda de inúmeros escravos para a região produtora de café. Os trabalhadores assalariados foram dispensados e os comerciantes sem alternativas de comercialização, procuraram novas atividades para se dedicarem.

O que se constata nesse período é que cada vez maior número de áreas do norte da Província se descapitalizavam, regredindo de uma produção de mercado para uma produção de subsistência de bases familiares, capaz de garantir a reprodução da mão-de-obra, mas incapaz de oferecer-lhes alternativas econômicas, que lhes permitisse superar o estado de carência em que viviam.

A SAÍDA PARA O SUL

Os problemas enfrentados pela combalida economia baiana forçavam-na a encontrar alternativas, dentro do quadro previsto nos padrões tradicionais de exortação de um produto primário produzido extensivamente, ocupando grande quantidade de mão-de-obra, que precisava ser desviada das regiões economicamente, decadentes, para se tornar produtiva em áreas ainda não ocupadas pelas formas tradicionais.

Como já observamos anteriormente, a discussão sobre o problema de mão-de-obra na Bahia do século XIX aparenta contradições, que nos parecem ser dignas de destacar.

A crise econômica e financeira vivida pela Província, criara nas unidades produtivas do Recôncavo e do norte situações em que a exploração das terras tinha assumido um caráter de agricultura de subsistência, que usava basicamente a exploração familiar. Fora do circuito comercial, incapaz de se capitalizar e, conseqüentemente, de se modernizar, essas propriedades mantinham-se como reprodutoras de mão-de-obra apropriável pelos latifundiários nos períodos cíclicos de recuperação da lavoura comercial no mercado externo, e, ou, nos momentos de colheita ou plantio.

Por outro lado, as atitudes com relação aos escravos que representavam um investimento inicial e cuja venda poderia ser uma forma

de obter capital. Nessa época era constante a venda de escravos para a região do Rio de Janeiro e para São Paulo, onde começava a se instalar a lavoura cafeeira, carente de mão-de-obra (FURTADO, 1974: 125/49 SODRÉ, 1964:245/256 HOLANDA, 1972: 242/315)

A medida em que a crise econômica se agravava, reduzindo as possibilidades de os latifundiários absorverem a mão-de-obra, criando uma situação potencial de conflitos, e as finanças da Província atingiam limites críticos na balança de pagamentos, a opção pela criação de um novo espaço, se firmava, procurava se alocar a mão-de-obra de forma economicamente ativa para a produção de bens comercializáveis a nível internacional, que, representassem vantagens concretas. O interesse pelo deslocamento da fronteira agrícola tomava corpo nas decisões governamentais.

A idéia de fronteira, parece estar conectada diretamente com a idéia de progresso individual na medida em que a terra desponta como um bem ilimitado e apropriável por qualquer pessoa que se disponha a trabalhá-la. Otávio Guilherme Velho (Velho, 1976) considera a área de fronteira como sendo a região privilegiada para a instalação da ideologia clássica do "laissez-faire" em condições tais que de facto existe uma possibilidade ampla para pelo menos um certo grau de avanço pessoal comparado com situações anteriores vividas pelos imigrantes.

No caso concreto, tal imagem era propagada por segmentos sociais interessados em descomprimir socialmente a área da grande propriedade, que, ao marginalizar segmentos sociais - pequenos proprietários e trabalhadores assalariados, sentiam-se potencialmente ameaçados na estabilidade da estrutura social implantada e vigente.

A idéia de bem ilimitado e de possibilidades concretas de enriquecimento aberto a todos os segmentos sociais, que se deslocassem para a região era, na realidade, mais uma imagem ideologicamente construída e alimentada pelas classes dominantes do que um dado concreto. A manipulação de tal tipo de informação, principalmente por setores governamentais, vinculava-se muito mais aos interesses das elites do que propriamente aos desses segmentos marginalizados.

Para os posseiros e trabalhadores assalariados a possibilidade de participarem de um empreendimento pioneiro representava potencial

potencialmente uma trajetória social ascendente, em que a passagem da condição de trabalhadores e posseiros para a de proprietários os estimulava a enfrentar as dificuldades próprias da instalação numa região inóspita e deserta.

Outro fator de estímulo para a concretização desses projetos era o enfraquecimento dos laços de subordinação estrita e imediata que sofriam ao viverem em relação estreita e direta com os grandes latifundiários. Era a oferta da possibilidade sonhada de não só se tornarem proprietários de terras, mas também dos seus destinos e decisões.

A manipulação desses "sonhos" atingia não somente aos trabalhadores nacionais, mas, também, dentro de uma política mais ampla, de orientação imperial, a colonos estrangeiros.

Já em período anterior, o da transmigração da Família Real, a 25 de novembro de 1808 D. João VI promulgava um decreto que garantia aos estrangeiros, que viessem residir no Brasil, os mesmos direitos e prerrogativas concedidas aos brasileiros e portugueses possuidores de terras. Eram-lhes concedidas gratuitamente a terras, onde se deveriam instalar o pagamento de passagens e diárias.

Durante o século XIX inúmeras colônias foram instaladas na Bahia, assim como em outros pontos do território nacional, numa proposta considerada revolucionária por autores como Tales de Azevedo (AZEVEDO, 1975:76) já que se opunham estruturalmente aos projetos anteriormente veiculados - a grande propriedade agrário-exportadora monocultora e baseada na exploração da mão-de-obra escrava.

Na Bahia, os projetos de instalação de colônias não chegaram a entusiasmar na prática aos grandes proprietários. Talvez o caráter do projeto calcado na pequena propriedade de produção familiar, voltada, inicialmente, para o cultivo de subsistência, em regiões de fronteira, onde os latifundiários praticamente não haviam penetrado, mas que almejavam ocupar reproduzindo o mesmo sistema produtivo, não representasse os estímulos necessários.

Mesmo assim, poderíamos afirmar que algumas instalações de colônias se processaram na área do sul da Bahia, mesmo tendo um período de curta duração, não podem ser ignorados como um fator de dinamização da economia local, sendo responsável pelos continuados desmatamentos para a instalação de roças, assim como abertura de es-

estradas que permitissem o acesso às colônias.

Posteriormente, no corpo deste trabalho haveremos de nos deter com maior precisão no problema enfrentado pelos colonos e pelos projetos de implantação de colônias estrangeiras no sul da Bahia.

Os principais estímulos oferecidos pelo governo referiam-se as ofertas de facilidades quanto ao acesso das terras, e no caso das colônias nacionais, o financiamento dos lotes, com período de carência, e do pagamento das passagens e despesas iniciais de instalação nas áreas de fronteira.

Parece-nos, entretanto, que o maior estímulo econômico existente, para esses imigrantes, era a possibilidade concreta de apropriarem-se de terras, meio de produção essencial à implantação de atividades agrícolas. Outro fator, era a existência local de um produto inserido na rede comercial exportadora internacional - o cacau - que permitiria a esses grupos exercerem uma atividade econômica altamente rentável e promissora.

A nível político, podemos afirmar que o Governo oferecia estímulos manifestados na propaganda das "benesses" e maravilhas oferecidas pelo sul aos imigrantes que ali se aventurassem. Os veículos de informação utilizados para tal propaganda eram os jornais da época e principalmente, as Falas dos Presidentes da Província, que embora tivessem circulação relativamente restrita, funcionavam como orientadores dos documentos oficiais a serem levados a conhecimento público, e como base para as informações orais.

Outro fator de divulgação era a correspondência dos imigrantes para parentes e conhecidos, fatores de comunicação eficiente e rápido, e considerados fidedignos pelos que não haviam emigrado.

Creemos, no entanto, que a causa mais importante para a existência de uma imigração tão intensa era a crença que cada um tinha da possibilidade de se tornarem proprietários de terra. Também o disvinculamento das pesadas obrigações sociais e políticas, que persistiam no Norte, com sua estrutura agrário aristocrática e discriminatória, apresentava-se como uma meta ansiosamente desejada.

AS FRENTES PIONEIRAS E AS MODIFICAÇÕES

NA ECONOMIA DO SUL DA BAHIA.

Essa busca das riquezas no novo "El Dorado" do sul da Bahia provocou profundas alterações na economia local, que, como dissemos em linhas anteriores, não havia conseguido participar ativamente do mercado nacional ou internacional nos séculos anteriores.

Um dos primeiros fatores de dinamização da economia regional foi decorrente da decadência da mineração na Província de Minas Gerais. A alternativa que se apresentava mais viável para a ocupação da mão-de-obra era o criatório de gado, que dispensava as exigências de estar assentada no litoral. A sua mobilidade garantia-lhe a capacidade de deslocamento em busca de mercados consumidores, que fossem também fornecedores de produtos necessários, mas que não eram produzidos no local, como o sal, os tecidos e outros produtos manufaturados e importados.

Esse comércio, no entanto, exigia que estradas fossem abertas, estabelecendo uma conexão mais rápida e eficiente entre Minas e o litoral. Normalmente se optava pelo acompanhamento do curso dos grandes rios, aliás abundantes na região. No entanto, ocorriam algumas dificuldades práticas quanto ao aproveitamento dessas rotas naturais como sejam: carência de pontos de abastecimento, falta de segurança e dispendio de longos períodos de tempo nas viagens, já que as distâncias eram enormes e lento o transporte.

A busca de caminhos mais curtos e práticos motivaram uma série de expedições realizadas sob patrocínio do governo, principalmente após a Independência do Brasil. Verbas especiais foram destinadas à abertura de novas estradas, que permitissem viagens mais curtas entre Minas Geras e Bahia, e novas opções eram analisadas, principalmente as que independessem do curso dos rios.

Paralelamente a essa ação, como um complemento essencial e garantidor desses investimentos, verbas especiais e cada vez maiores foram destinadas à "pacificação" dos vários grupos indígenas, que se haviam refugiado nessa área. Os métodos usados eram os mais violentos possíveis, ocorrendo verdadeiros massacres, conhecidos pe

pela expressão "matar uma aldeia", o que normalmente se processava à noite ou após festins, quando grande quantidade de bebida era oferecida; aproveitando-se do estado de embriaguez dos índios, processava-se o ataque pelos colonos.

Inúmeras estradas foram abertas nesse período em toda a região sul da Bahia. Na primeira etapa elas se dirigiam fundamentalmente no sentido E-W, aliás acompanhando a direção dominante dos deslocamentos humanos. Podemos citar as mais importantes - a ligação entre Belmonte e Minas Novas pelo Jequitinhonha; Ilhéus - Minas Gerais pelo rio Cachoceira; Canavieiras - Minas pelo rio Pardo; Mucuri - Minas Gerais pelo rio Mucuri; e tantas outras abertas seguindo os mesmos padrões. Numa fase posterior começaram a ser feitas estradas no sentido N-S procurando estabelecer conexões entre as várias áreas produtoras do sul da Bahia, como a de Porto Seguro para o Salto Grande do Jequitinhonha, a Salvador - Nazareth, etc.

Apesar da legislação da época prever que seriam os proprietários das fazendas e sesmarias os responsáveis pela construção de estradas, a maioria destas era financiada pelas municipalidades ou pelo governo provincial.

Além de Minas Gerais, outra área pecuária de grande importância no movimento econômico da região foi de Vitória da Conquista. Localizada nas margens do rio Gavião, a Imperial Vila da Vitória é exemplo clássico do processo de ocupação da área e dos efeitos dessa ocupação sobre os grupos indígenas.

O pioneiro na ocupação foi o mestre-de-campo João da Silva Guimarães, com extensa família e seu genro o Cel. João Gonçalves da Costa e seus irmãos e eles foram os responsáveis pelo massacre desencadeado sobre os Mongoyô, sub-grupo Kamaka, e pela abertura de estradas, que ligavam a vila aos rios de Contas, Pardo e Jequitinhonha. Além dos Mongoyô, a família desencadeou guerra organizada e financiada pelo Governo Provincial a grupos Botocudo, que viviam às margens do rio Catolé Grande, Riacho d'Água, e aos Pataxó. A sua ação foi a de atacá-los e aldear os sobreviventes, que passaram a ser usados na derrubada da mata, abertura de estradas, e como combatentes contra demais grupos ainda não aldeados.

Como dono da sesmaria compreendida entre o arraial João Amaro, no rio de Contas, até a barra do rio Gavião, ao sul, e daí pelo ribei

ribeirão do Gado Bravo até a sua cachoeira na Serra Geral; o mestre-de-campo João Gonçalves da Silva Guimarães, procurou tornar a área um grande criatório de gado. Os combates processados na Pedra do Bom Conselho, Panelas, Porcos e Sucesso, às margens do Pardo, culminaram na destruição das aldeias dos Botocudo e Mongoyó situadas nas margens desse rio. Um dos objetivos era o de estabelecer a abertura de estradas do Sertão do Verruga para o rio Pardo, para Canavieiras, Poções, Ilhéus, Belmonte e Minas. Os desmatamentos impostos pela introdução do gado e pela construção das estradas foram responsáveis por graves desequilíbrios ecológicos que implicaram na redução da capacidade de obtenção de alimentos por parte dos grupos indígenas locais, que eram caçadores e coletores.

As solicitações de ajuda ao governo provincial eram constantes. Os produtos requeridos eram machados, facas, facões, carapuças vermelhas, enxadas, chumbo, pólvora e tecidos, que seriam utilizados para atrair os índios e introduzindo novos hábitos de consumo torná-los dependentes da sociedade envolvente. Além de satisfazer tais pedidos, o Presidente da Província estimulava a conquista das terras indígenas, oferecendo a concessão das terras.

A conquista se processou em duas etapas. A primeira efetivada pelo mestre-de-campo Guimarães e que teve como principais vítimas os Mongoyó e os grupos Botocudo da área, tendo ocorrido entre 1803 e 1806, com fortes combates. A toponímia local é lembrança dessa ação: Batalha, Conquista, Sucesso. A capela erigida sintomaticamente foi dedicada a Nossa Senhora da Vitória. A vila também recebeu um nome bastante significativo - Imperial Vila da Vitória, posteriormente, Vitória da Conquista.

Devido a essa ação, a família espalhou-se dentro da sesmaria em locais estrategicamente escolhidos, que permitiriam a continuação da conquista. As povoações foram localizadas em áreas equidistantes o que permitia o socorro imediato com deslocamento dos moradores em casos de ataques dos índios. Antônio Dias de Miranda ficou em Urubú, a 4 léguas e meia de Poções; João Dias de Miranda fixou-se na Manga, a 5 léguas do mesmo local e Raimundo Dias de Miranda estabeleceu-se em Morrinhos a 1 légua de Poções. Implantaram, além do criatório de gado, principal fonte de recursos, plantações de café, fumo, açúcar e mandioca.

Outra fonte de ingressos era as estradas de tropeiros, que cruzam

cruzando o seu território, lhes permitia a cobrança de taxas sobre as cabeças de gado que por ali circulassem em busca de pontos de comércio.

A segunda etapa processou-se posteriormente - 1826 ~ 1830 e foi de corrente não só da necessidade de expansão desses núcleos iniciais mas também da necessidade de ampliar as rotas de comércio que permitissem o escoamento do gado aí criado e a intensificação da circulação das manadas. Outra razão importante foi o deslocamento - de grupos Pataxó e Botocudo para a área, o que representava ameaças, tanto ao empreendimento agrícola-pecuário como ao transporte. A necessidade que esses conquistadores passaram a sentir de continuar a sua ação devastadora contra aos índios, para posterior aldeamento, pode ser percebida claramente neste documento:

"Antônio Dias de Miranda, capitão-mor da Conquista do Sertão da Ressaca, tendo, a exemplo de seus antepassados, empregado todos os meios ao seu alcance, ainda que com grandes dispendios de seus bens perigo da própria vida e da de seus parentes e amigos a fim de aumentar a civilização dos gentios bravios dos arredores daquele sertão e segurança das estradas, o que felizmente conseguiu com grande vantagem e proveito dos povos, por se acharem já mansos e dominados Mongoyô e Botocudo, vê-se na circunstância de empregar as mesmas diligências e fadigas para com os denominados Pataxós, que além de serem em extremo bravios e numerosos, têm sempre vivido recontrcentrados nas montanhas mais adustas, esquivando-se de toda a comunicação, por isso, que ele mesmo de per si, vendo que os indivíduos residentes debaixo do comando do suplicante e mesmo este, tendo por muitas vezes precisão de passarem por muitos lugares de suas habitações sem os ofenderem, têm-se aproximados aos recintos do dito Sertão da Ressaca, vindo até caçar junto aos nossos vizinhos das várias povoações sem ofender a pessoa alguma, o que dá grandes indícios de se quererem domesticar e por que o mais enérgico meio de os persuadir e convidar, é fazer lhes presentes de outros gêneros de que eles têm precisão. Como o suplicante não pode prestar-lhes tão dispendioso presentes, vem participar a V.Exa. o estado vantajoso que ora se oferece para tal fim dito, que parece não deve perder-se, e suplicar que haja por bem mandar por a sua disposição do mesmo suplicante, os gêneros constantes na relação abaixo inclusa para que ele levado a zelo e fidelidade com que

se tem conduzido em tão importante objeto, os faça ofertar e distribuir ao dito gentio Pataxô, e consiga domesticá-los como aos demais que acima fica dito, o que é público e notório. O Suplicante, Exmo.Sr. tendo unicamente em vista alongar a civilização daqueles povos e fazer prosperar a cultura, o sossego dos habitantes do seu Distrito e mais vizinhos e a segurança das estradas, confiando mais que tudo na integridade e benignidade de V.Exa. submisso e respeitoso - Antonio Dias de Miranda, Bahia, 6 de dezembro de 1826".

Obviamente tal preocupação com a "pacificação" dos índios apresentava outros aspectos de ordem econômica, que não meramente o de liberar terras e caminhos para a implementação de projetos de pecuária e agricultura e para criação de corredores de exportação para os produtos locais e de outras áreas mais no interior, como as de Minas Gerais. O uso da mão-de-obra indígena aldeada implicava na possibilidade de sua utilização na implantação da infraestrutura tanto das roças como das estradas. Transformavam-se, ainda, em soldados não-regulares de combate a outros grupos não aldeados, que atacavam às povoações, as plantações e os caminhos, estes de vital importância para o funcionamento da estrutura econômica local, voltada para a comercialização de gado e dependente de bens produzidos no litoral ou importados. Essa preocupação com o controle das aldeias, foi clamente explicitado neste outro documento de Antônio Dias de Miranda ao presidente da Província em 1826:

" Antonio Dias de Miranda, capitão-mor da Conquista do Sertão da Ressaca, representa a V.E., que tendo sido a mesma Conquista concluída a custa das fadigas e despesas do seu avô, o finado João Gonçalves da Silva Guimarães, a esta foi-lhe concedido a patente copiada no documento junto. Com tal disposição exerceu o dito posto, fazendo novas descobertas e estradas a custo de sua fazenda, com grande aproveitamento dos povos, portando-se de tal maneira que mereceu ser elevado ao posto de Coronel e este a exemplo de seus maiores, continuam a empenhar-se no aumento da dita Conquista sem olhar as despesas nem a perigo de sua vida conseguindo de sistir e assim facilitar novas estradas como é público e notório; e por que, Exmo. Sr., na criação da Nova Vila de Caetitê foi incorporada a esta dita vila de Conquista e os capitães-mores da Ordenança daquela vila pretendam ter domínio na repartição das ter-

terras, e este se persuade que tal pretensão não não pode ter lugar não só por sua antiguidade, franquezas, preeminências, privilégios, insenções e liberdades conferidas em sua patente, como pelo prejuizo que vem resultar ao bem do serviço, já que os índios de Conquista, sendo chamados pela Ordenança de Caetité eximem-se sob pretexto de só pertencerem a aquela Conquista, e sendo-a por esta respondem que são sujeitos aquela outra, seguindo-se disto, o negam-se a ambas as partes; além do que, aqueles habitantes da Conquista acostumados a empreenderem grandes empresas contra os índios Mongoyós, Pataxós e Botocudos, que costumam invadir, não podem levar a bem o serem chamados para qualquer outro serviço que não seja, o de domarem ou ao menos afujentarem os ditos índios para aumento e civilização da sobredita Conquista, no que muito tem o Suplicante empenhado não poupando a si ou seus parentes, a todas as despesas, fadigas e perigos de vida. Em atenção ao que é bem geral dos povos, vem o suplicante submisso e respeitoso implorar a V.Exa. se digne dar providências que julgar compatíveis a fim de que os capitães-mores da mencionada vila do Caetité não tenham jurisdição ~~na~~ repartição da Conquista do Sertão da Ressaca, até o rio Gavião, de que o suplicante é capitão-mor, sendo unicamente este e seus sucessores obrigados a prestarem-se com sua gente a todo e qualquer objeto do Serviço Nacional, como devem e são obrigados, por meio de requisições dos capitães-mores de Caetité ou em observância de Ordens de V.Exa. e mais autoridades constituídas da Província, e por isso, que todas as descobertas, abertura de novas e comodas estradas ou caminhos, que de muitos anos nessa parte têm aparecido a bem daqueles povos, tem sido com dispendio de grande soma de mil cruzados, fadigas e perigo de vida do suplicante e de seus ascendentes, o que é inegável, e para o conseguir, suplica, roga e fundada em verdade e de grande utilidade e proveito de um povo, o mais amante da integridade do Império, a deferir-lhe com a indefectível justiça e equidade de costume. Assim espera de V.Exa. Antônio Dias de Miranda (Súplica ao Presidente da Província da Bahia em 17 de maio de 1826)

A pecuária pode ser considerada como grande estímulo à dinamiza-ção da região, já que garantiu o escoamento de um produto perfeitamente inserido na rede comercial supra-local e promoveu a ocupação em larga escala de áreas com atividade produtiva sistemática.

Através dessa atividade comercial, justificar-se-ão não só os investimentos implantados, mas também a imigração e a fixação de populações economicamente ativas. A região passa a ser uma alternativa viável para enfrentar os problemas de ordem vividos pela província com a decalência da produção açucareira.

Como efeitos práticos, para a economia regional, temos uma nova orientação para as atividades econômicas, que abandonam o seu caráter familiar, para se transformarem numa atividade eminentemente comercial implicando em investimentos e permitindo a capitalização de recursos, que posteriormente, foram investidos em outros setores como o desbravamento das matas, até então domínio absoluto dos índios, e a atração e fixação de novas levas de migrantes portugueses e nacionais.

Sintomaticamente coincide com esse período a atitude sistemática de efetivar os aldeamentos dos grupos indígenas da região, reduzindo suas áreas de caça e coleta a pequenos bolsões, o que lhes dificultava sobremodo o sustento dentro dos antigos moldes e padrões os de caça e coleta. Por outro lado, começavam a ser angajados compulsoriamente em atividades, que, contrariando frontalmente a sua organização social e política, transformaria-os em seres incapazes de resistir aos interesses estabelecidos pelo grupo dominante.

Em decorrência dessa atividade econômica mais consistente, iniciase o melhoramento dos portos do sul da província visando facilitar o acesso de embarcações vindas de Salvador, com a qual se estabelecia a grande conexão final dessa estrutura de circulação, o litoral sul da Bahia cobriu-se de uma série de pequenos empórios de importação e exportação, que permitiu o surgimento de uma classe de comerciantes que se tornou, posteriormente, financiadora da penetração do interior, seja por rotas comerciais, seja por criadores de gado, ou, mais tarde, por agricultores. O interior transformou-se, conseqüentemente, num território de fronteira a ser ocupado, devastado e cortado por estradas e caminhos, o que representava para os índios o combate sistemático, o seu aldeamento e apresamento sob o controle de destacamentos militares, construídos nas rotas de comércio.

A política de criação de quartéis era idéia desenvolvida e pregada com bastante desenvoltura por vários ideólogos no trato com o problema indígena. Vamos encontrá-las já propaladas no século XVIII

por Domingos Alves Branco Moniz Barreto no seu "Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil e principalmente para a Capitania da Bahia" (1856) assim como por José Bonifácio de Andrada e Silva em "Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Brasil" (1910)

As colônias militares, combinadas com as idéias dos quartéis, tinham objetivos precisos, não só no trato do problema dos aldeamentos como também na garantia do sucesso das rotas comerciais.

Os objetivos das colônias militares eram: servir de apoio a ação catequética, oferecer garantias de paz aos colonos que se instalassem na região, proteger a navegação fluvial e estradas paralelas aos rios, e garantir a ocupação de novas áreas ainda não exploradas.

Quando as rotas eram consideradas de grande importância, inúmeros quartéis ou destacamentos eram construídos na sua rota. Segundo João Maurício Rugendas, que visitou alguns deles, não passavam de pequenos postos miseráveis, com reduzido destacamento sob o comando de sub-oficiais, vivendo em choupanas e tendo armamento leve. Além dos soldados também refugiados e índios "mansos" compunham as tropas, que funcionavam à base de ataques de surpresas e com a organização de entradas, normalmente violentas (RUGENDAS, 1979: 186/88)

O papel e a importância que eram atribuídas a esses destacamentos e quartéis pode ser constatado neste documento do Ouvidor de Porto-Seguro ao Conde de Linhares, datado de 1811:

" Pelos Botocudos no dia 27 de outubro foram atacados 3 soldados da dita cachoeira do rio Jeguithonha: feito a peito dispararam muitas setas, porém imediatamente os fiz perseguir com triunfo, e no dia 28 do mesmo mes, subi por terras à distância de meia légua, fazendo celebrar missa, a que assistiram com a minha comitiva: fiz erigir a fatura do destacamento denominado dos Arcos. No dia 29 de manhã enviei o capitão Francisco de Souza Palma a fim de explorar o caminho, que deve seguir deste destacamento até o de Aguiar, levando as cachoeiras do rio da Vila Verde, e daí ao destacamento de Linhares, erigido nas cachoeiras do rio dos Frades, nesse mesmo dia às 3 horas da tarde fiz conduzir por terra acima da grande cachoeira, na distância de meia légua, 3 canoas e lançando-as

no rio fiz subir por este o Capitão Simplicio José da Silveira com gente bastante para facilitar a navegação do dito rio até o lugar de Fuacós, e fazer persuadir aqueles habitantes que a navegação se achava desembaraçada, o que permitiria a condução de canoas e gente necessária para facilmente conduzir todos os efeitos que for necessário descer de Minas até a grande cachoeira.

Participei nesta ocasião por ofício a Plácido Martins, juiz de fora de Minas-Novas, pedindo-lhe fizesse publicar por todo o distrito da sua jurisdição que a navegação do rio Belmonte se achava aberta, fácil e sem perigo e que estava destruído um impedimento, que seus habitantes há muito suspiravam arruinar, por onde creio, Exm.Sr., principiariam a navegar o mais breve possível. Não cesso de procurar meios de facilitar os povos de minha comarca e igualmente a de Minas; e por isso passo a abrir um caminho de Alcobaça e outro de Porto-Seguro até Minas, dos quais me persuado se há de seguir uma utilidade não medíocre. Seria muito justo que V.Exa. para o serviço de S.A. Real e para honra minha quizesse por na presença do mesmo Sr. o quanto se faz necessário, que houvesse por bem aplicar os dízimos de Caravelas para pagamento da tropa, que de necessidade deve resirir neste novos destacamentos; e enquanto S.A.Real não houver por bem acordar esta graça, para serviço do mesmo Senhor, não duvidarei continuar com alguma despesa para aumento dos mesmos destacamentos.

Queira V.Exa. pelo seu grande zelo representar a S.A.Real que nesta comarca se acham alguns homens desertores de diversas praças, os quais se têm denunciado para se fazer remessa deles; porém julgo seria conveniente alistá-los nestes novos destacamentos já formados por serem homens que em grande idade dos sertões e lugares do gentio e por isso mais próprios e capazes para a defesa do mesmo gentio, seguindo-se serem mais úteis para os ditos destacamentos do que para o serviço de praças, donde voluntariamente se baniram, o que será de grande atenção para V.Exa.. Do mesmo modo seria útil formarem-se algumas povoações pelas costas e praias desta comarca, e juntamente pelo centro da terra, de que virá seguir se ser esta mesma comarca das mais opulentas, ricas e populosas de todo o Brasil"..... (CUNHA, 1811, MS)

Esses grupos envolvidos na produção pecuária começavam a despontar como uma elite capaz de pressionar o governo provincial para alcan

alcançar os objetivos que se propunham. Suas reivindicações eram no sentido de obterem financiamentos para concretizarem a abertura de estradas, os aldeamentos e o combate aos índios da região.

Quando esses recursos não eram suficientes, eles próprios aplicavam capitais próprios, pois consideravam que apesar dos investimentos serem altos, poderiam ser altamente compensadores com as perspectivas de comercialização se ampliando.

Outra frente de expansão que vai atingir o sul da Bahia no século XIX é a madeireira. Esta tinha, entretanto, um caráter de atividade complementar já que era uma decorrência dos desmatamentos implantados pela agricultura e a pecuária, principais motivadoras do impulso econômico que se implantava na região.

Como já referimos anteriormente, as matas do sul da Bahia se caracterizavam por serem ricas em madeiras nobres. Desde o início da colonização foram elas objeto de cobiça e comercialização. Porém, devido à baixa densidade da ocupação, à marginalização comercial e às dificuldades de estabelecimento de comércio sistemático com outras áreas, decorrentes das condições físicas da costa, e a transformação dessas madeiras em monopólio real no século XVIII, mantiveram-nas praticamente intactas até o século XIX.

No entanto, as novas condições criadas na região o adensamento da ocupação nacional, a recuperação dos portos para a exportação, a inserção local na rota de comércio nacional e desmatamento do norte da Província devido à atividade açucareira - criaram razões econômicas para os desmatamentos. Eles eram uma decorrência da abertura de áreas para a implantação de novas roças e estradas e forneciam recursos para amortizar os investimentos necessários na implantação das zonas de produção.

A destinação dessa madeira era a própria região e também Salvador e era utilizada não só na construção naval, como também na construção civil.

O deslocamento dessa frente secundária de expansão se processava no mesmo sentido em que ocorriam as demais, já que, como frisamos anteriormente, eram um seu desdobramento. Assim varriam a área no sentido N-S a partir do núcleo de Vitória da Conquista, no sentido W-E como o das rotas comerciais saídas de Minas Gerais - em busca do litoral e, finalmente, no sentido E-W como a frente

agrícola, que partindo do litoral procurava se interiorizar cada vez mais na busca de terras virgens e serem ocupadas por colonos imigrantes sem capital.

A mão-de-obra predominantemente utilizada era a indígena. Tanto na derrubada das matas, fosse para a instalação de roças ou estradas, como no transporte da madeira rio abaixo na busca do litoral, onde eram usadas ou exportadas para Salvador. Essa é talvez uma das atividades em que predominou de forma quase absoluta o trabalhador índio.

O seu engajamento compulsório numa atividade comercial, acentuava-lhe a vinculação ao colono, na medida em que o tornava cada vez mais dependente do que este lhe pagava para o sustento. As atividades de caça e coleta e de manutenção de alguma pequena roça, que por acaso tivesse, passava a ser um fator condicionado pela existência de tempo livre para tal empreendimento. Também a alteração do ecossistema, com as derrubadas sistemáticas, vieram a influenciar negativamente sua dieta, já que tanto a caça como a coleta se tornavam cada vez mais difíceis e os bolsões, que lhes restavam - se tornavam quase desprovidos de animais ou frutos. Outro fator a ser considerado era a presença de uma outra população, que passava a competir com eles, também em termos de alimentação usando as mesmas fontes, ainda que fosse como meio complementar de subsistência. O fato é que a resultante dessa situação foi a depauperação, a depopulação e a desorganização econômica, política e social desses grupos, tornando-os cada vez mais vulneráveis e dependentes das ações e decisões externas disvinculadas dos seus interesses.

No entanto, a frente que vai atingir de forma mais violenta e sistemática aos grupos locais é a agrícola, que vai ter sua expressão máxima no cacau.

Vimos que as tentativas de inserir a região no sistema agrário-exportador era uma pretensão tão antiga quanto a instalação do sistema de capitânicas. Entretanto, por razões que já foram analisadas anteriormente, tal objetivo não chegou a se concretizar. As propriedades, inclusive a maioria dos engenhos de açúcar, haviam se transformado em centros de produção de subsistência de exploração familiar, capazes apenas de garantir a reprodução da força-de-trabalho ali situada.

A frente agrícola teve dois modelos - o das instalações de colônias estrangeiras, financiadas conjuntamente pelo Governos Provincial e Imperial e por grandes empresários agrícolas da época; e o da ocupação da área por grande leva de imigrantes do norte da província e de Sergipe, que vão se dedicar principalmente à cultura do cacau, já então em plena ascensão no mercado nacional e internacional.

A criação de colônias estrangeiras no sul da Bahia seguiu os padrões estabelecidos pelo Governo Imperial em relação à problemática de expansão da fronteira agrícola em novos espaços. A justificativa apresentada era a da necessidade de se encontrarem alternativas eficientes para uma suposta crise de mão-de-obra enfrentada pela atividade agrícola no Brasil. Podemos considerar que tal afirmação se aplica perfeitamente à realidade sulista, onde a lavoura cafeeira se encontrava em plena expansão e cada vez mais carente de trabalhadores para concretizar os seus projetos. Outro argumento muito utilizado nesse período era a de que se precisava introduzir trabalhadores de "melhor qualidade", europeus, obviamente, que eliminassem os "vícios" e introduzissem padrões mais modernos de exploração agrícola.

O que se pode constatar é que aparentemente havia uma preocupação em se encontrar um substitutivo para os escravos, que se tornavam cada vez mais difíceis de adquirir, devido ao constante combate - desencadeado pelos ingleses, o que encarecia violentamente o preço dos que eram ilegalmente trazidos e comercializados no país. Também a alta taxa de mortalidade criava dificuldades de reposição de trabalhadores.

Numa região que se descapitalizava, como era o caso do Nordeste, os escravos estavam sendo comercializados para o sul do país, como meio dos fazendeiros obterem recursos financeiros, o que criava, aparentemente, uma crise de mão-de-obra.

A proposta de colônias estrangeiras seguia padrões que fugiam aos tradicionalmente implantados até aquele século no Brasil. Não se propunha a reprodução da grande propriedade agrário-exportadora. Ao contrário, o que se pretendia era a criação de pequenas propriedades de exploração familiar, voltadas para a produção de subsistência.

No caso da Bahia, a existência de mão-de-obra excedente no Norte

da Província, a importação de colonos estrangeiros e a descapitalização porque passava a economia local, aliados aos obstáculos a comercialização de produtos criaram dificuldades intransponíveis, que tornaram inviáveis a maioria das colônias implantadas na região.

As primeiras colônias datam de 1818, uma nacional, no rio Salsa, e outra estrangeira, a Leopoldina, as margens do rio Peruípe, na Comarca de Caravelas, as quais tiveram destinos diversos. A primeira parece ter se extinguido sem que conheçamos maiores detalhes, enquanto a outra, pelas informações encontradas, transformou-se em fazendas desenvolvidas a partir dos lotes distribuídos, obtendo a sua autonomia, provavelmente porque, paralelamente às atividades de subsistência, também houve a produção de café, exportado para o mercado internacional.

A Colônia de São Jorge dos Ilhéus, formada por 28 casais de alemães em 1822, foi financiada por Pedro Weyll e um sócio. Os colonos tinham várias profissões - ferreiros, relojoeiros, alfaiates, carpinteiros e maquinistas. Um dos fatores que provocou a falência desse empreendimento foi a guerra de independência da Bahia, que eliminou os recursos a serem aplicados, como também interrompeu o fluxo normal e necessário de importação e exportação. Os colonos migraram para a vila de Ilhéus, onde procuraram sobreviver, desenvolvendo suas profissões. Posteriormente, o Governo Imperial fez novos investimentos no local na tentativa de recompor a colônia, atraindo os antigos colonos. Uma nova área foi escolhida - o Banco da Vitória - às margens do rio Colonia, distante 3 ou 4 léguas da vila de Ilhéus, onde se dedicaram ao plantio de cacau para exportação, além de roças de subsistência. Ao que tudo indica essa colônia teve o mesmo destino da colônia Leopoldina, isto é, transformou-se em fazendas particulares. (LIRA, 1981)

A Colônia do Salto do rio Pardo foi criada por ato do Presidente da Província em dezembro de 1857, quando se iniciaram os trabalhos para a sua instalação no município de Canavieiras, as margens do rio Pardo. Os colonos aí instalados eram originários de outra colônia fracassada, que existia na região do rio Gavião, no termo das Minas Novas. Tal colônia em nenhum momento parece ter obtido condições adequadas de funcionamento, como se pode inferir dos vários relatórios enviados pelo Diretor da Colônia ao Presidente da Província. Já em 1862 o mesmo Diretor propunha a assinatura de um

contrato, que alocasse à região migrantes nacionais, na tentativa de recuperar os investimentos realizados. Outras referências posteriores não foram encontradas, o que parece indicar que esta Colônia teve a duração de 5 anos, sem que tenha conseguido firmar-se como unidade produtiva eficiente e capaz de fixar os colonos'. (LIRA, 1981)

As colônias da Empresa Moniz foram estabelecidas a partir do contrato estabelecido entre o Governo Provincial e os empresários - Egas Moniz Barreto de Aragão e Policarpo Lopes Leão em 1872. Os empresários assumiram obrigação de introduzir 10.000 colonos do Norte da Europa, pelos quais receberiam subsídios determinados pelo número de indivíduos em idade produtiva (4 - 45 anos) que instalassem na região. Havia forte regulamentação quanto à distribuição de lotes, o ressarcimento das despesas realizadas pelos empresários, o prazo de carência estabelecido, e nesse contrato ficava bem claro que a vinculação era com os empresários e não com o governo.

As colônias da empresa foram estabelecidas entre Ilhéus e Canavieiras. A Colônia Moniz situava-se a meia légua do Porto de Comanduba, e as Rio Branco e Teodora, no rio Una. Apesar da proximidade entre elas, a comunicação se fazia com grande dificuldade e sempre através do litoral.

Os problemas mais graves enfrentados pelo empreendimento foram o isolamento em que viviam as colônias, dificultando o processo de importação e exportação, essenciais à manutenção dos colonos na localidade, e a precariedade das instalações, que aliada às faltas de condições de salubridade, determinaram a morte de inúmeros colonos, a fuga de outros, e movimentos de revolta com ameaça de morte a Policarpo Leão pelos poucos que permaneceram.

No fim do ano de 1873 os empresários solicitavam ao Governo o cancelamento do contrato por considerarem o empreendimento falido, assim como o empresário Policarpo Lopes Leão; Decretada a falência das empresas Moniz, as terras foram definidas como devolutas revertendo para o Governo Provincial assim como os investimentos realizados. No entanto a maioria dos colonos não mais se encontrava no local, pois já o haviam abandonado, enquanto os que permaneceram viram o processo desarticulado e as vinculações com os empresários interrompidas com o cancelamento do contrato.

Uma das soluções propostas na tentativa de equacionar o problema dos empresários e dos colonos, foi a de doar a estes as antigas terras do aldeamento de São Fidelis. O aldeamento havia sido extinto pela Câmara alegando que os índios já eram "civilizados". Acreditavam os representantes serem os colonos estrangeiros a solução mais indicada para reerguer as finanças combalidas da vila de Valença, a qual estavam subordinadas administrativamente as terras dos índios. A falta de pagamento por parte dos arrendatários dos terrenos do aldeamento era responsabilizada pelas dificuldades econômicas vividas pela localidade.

Assim, podemos constatar que a solução procurada com a instalação de colônias estrangeiras não chegou a obter os efeitos desejados. Com exceção de alguns casos particulares, ao que tudo indica aqueles em que os moldes previstos nos projetos foram desrespeitados, com a introdução de produtos exportáveis, o fracasso e a falência, algumas vezes até mesmo do empresário, foram a tônica.

Parece-nos interessantes as sugestões apresentadas por Henrique Lira no seu trabalho "A crise de mão-de-obra na lavoura baiana no século XIX" a respeito do problema:

" Quanto a essa importação de estrangeiros, vale a pena salientar, que era fruto de uma política nacional, basicamente regulamentada por leis imperiais que visavam objetivamente atender às necessidades da florescente economia cafeeira. Porém, essa mesma política foi incentivada em outras regiões, como no caso da Bahia e outras províncias do Nordeste, que passavam por processos econômicos talvez inversos ao sul do país. Isto nos leva a pensar, inclusive, se a própria crise de mão-de-obra na Bahia, não passava de uma mera generalização de problemas existentes nas regiões do café, nos colocando questões sobre "regionalização" versus "nacionalização" de decisões política econômica, má representação de interesses regionais nas decisões imperiais e, mesmo, a assunção pelas elites regionais de um discurso "sulista" que nada tinha a ver com as questões concretas dos processos econômicos no Nordeste e na Bahia, em particular" (LIRA, 1980; 9).

Também houve tentativas de criação de colônias de trabalhadores nacionais na região. Eram resultantes da constatação da inviabilidade das colônias estrangeiras e de uma tentativa de ordenar a ocupação pelos migrantes baianos e sergipanos.

A mais conhecida, inclusive por ser a mais bem sucedida, foi a Colônia Nacional do rio Cachoeira, criada entre 1869 e 1870, que teve como diretor durante muitos anos um frade capuchinho, F. Luis de Grava, homem experimentado em projetos semelhantes, já que vinha de longo exercício da direção de aldeias de índios Botocudo e Kamakã, na mesma região. A população da Colônia teve crescimento acelerado, assim como o aumento da produção. Um dos fatores de constante inquietação, alegados pelo diretor, eram os ataques dos índios aos colonos e suas plantações. Eram grupos Pataxó e Baenã ainda não aldeados e nômades. A colônia fez também grandes investimentos na abertura de estradas - para Ilhéus - e na conservação de outras, já abertas anteriormente como a de Minas Gerais. Nela plantava-se para garantir a subsistência dos moradores mas também cultivavam-se produtos destinados à comercialização - café, algodão e cacau, - além de terem sido implantadas pequenas olarias e casas de farinha, que permitiam a auto-suficiência e o progresso da colônia.

Essa colônia apresentava como grande traço diferenciador a de ter seu Diretor explicitado a todo o momento a sua preocupação em transformar a colônia num centro propulsor dos trabalhos catequéticos que procurariam atingir aos grupos nômades, que, vagando pela região, representavam não só uma ameaça a qualquer projeto de desenvolvimento a região, como também uma perda de trabalhadores potenciais passíveis de serem utilizados na produção agrícola. (GRAVA, 1872; GRAVA, 1873). A morte de seu diretor, F. Luis de Grava em 1875, parece ter sido um dos principais fatores de desarticulação da colônia, já que inúmeros colonos a abandonaram e os diretores, que foram nomeados em seguida, não se interessaram em permanecer no cargo. Alegavam, inclusive, que consideravam inviável o projeto, já que era composto por colonos nacionais, pessoas consideradas de qualidade inferior e incapazes de realizarem qualquer tipo de empreendimento. (LIRA, 1981)

Com o insucesso das colônias estrangeiras novas fórmulas de ocupação do sul foram pensadas. Procurava-se encontrar alternativas que solucionassem os dois grandes impasses vividos pela Província: a necessidade de alocar a mão-de-obra excedente resultante da crise vivida pela produção açucareira e a de encontrar um outro produto primário, que encontrasse uma boa oportunidade de exportação no mercado internacional.

Assim sendo optou-se pela ocupação com trabalhadores nacionais , por não mais encontrarem um aproveitamento nos canaviais e engenhos, representavam uma ameaça em potencial a manutenção da estrutura latifundiária tradicional da região.

O produto que permitiu a realização desses projetos de ocupação e exploração das novas terras, foi o cacau, que a partir de 1834 começou a ser exportado para a Europa e seguiu em expansão mais ou menos constante, funcionando como o grande atrativo para a instalação de novas levas de migrantes nortistas.

O comércio do cacau, em termos mundiais, começou no século XVI , sendo levado da Guatemala pela Espanha e transformando-se num hábito de consumo bastante apreciado. Foi a França, entretanto, o grande centro exportador da moda de consumo do chocolate, que ela importava das Índias Ocidentais.

No Brasil, o cacau é nativo da Amazonia, e desde 1711 começou a ser cultivado no Pará. Já em 1746 foi trazido para a Bahia por Luis Wernaux quase como curiosidade, para Antônio Dias Ribeiro , que fez uma pequena plantação na sua fazenda às margens do rio Pardo.

Entretanto, algumas dificuldades iniciais parecem ter obstado à sua produção comercial. O fato da planta exigir um longo período de aclimação ao novo habitat, fez com que por muito tempo, as plantações de cacau se mantivessem próximas às margens dos rios, aproveitando-os os aluviões ali depositados e a umidade - mais intensa.

Parece-nos, contudo, que um dos fatores mais importantes na dificuldade de adoção de novo produto agrícola era sua demora em produzir. O período normal variava entre 4 a 8 anos, fazendo com que se tornasse extremamente difícil como opção inicial para grupos de agricultores descapitalizados. Muitas vezes as plantações das roças de cacau foram abandonadas para que surgissem em seu lugar roças de subsistência ou de outros produtos com menor tempo de espera para a primeira colheita.

Por outro lado, o cacau não era um produto comercializado e consumido no mercado interno, já que não havia a tradição de seu consumo, e nem mesmo qualquer tipo de indústria de beneficiamento. A sua adoção, foi mais uma vez uma resultante de estímulos exter-nos.

Havia, ainda, as exigências de cuidados especiais no período de plantio e nas suas diversas etapas de ciclo produtivo, o que pressupunha a utilização de pessoal capacitado e de recursos para fazer frente a estas despesas, inclusive com a contratação e manutenção salarial desse pessoal.

Poderíamos ainda citar o desinteresse efetivo dos vários governantes provinciais em realizarem investimentos na região. Os poucos recursos auferidos pela Província eram destinados até o fim do século passado as tentativas de soerguer a lavoura açucareira, o que pode ser interpretado como forma de manter as alianças políticas estabelecidas tradicionalmente, que funcionavam como suporte ao "status quo".

Em decorrência desses fatores, constatamos que o plantio do cacau ficou restrito aos quintais, às aldeias de índios e às colônias estrangeiras. Destacaremos dentre estas a dos alemães do Banco da Vitória, que, após tentarem produzir café em Almada com alguns insucessos, optaram pela produção de cacau, como já referimos em páginas anteriores.

Observa-se, portanto, que até a introdução do cacau no circuito de exportação, ele manteve-se como elemento que não merecia maiores investimentos particulares ou oficiais, sendo, portanto, meramente encarado como produto exótico. Ou então o seu plantio era desenvolvido em unidades produtivas financiadas pelo Governo, como as colônias agrícolas ou as aldeias dos índios, que funcionavam, ambas, como laboratórios experimentais, cujo sucesso ou insucesso pareciam não chegar a causar grandes preocupações aos mentores da política econômica e financeira da província.

A ocupação de terras pelo cacau, até 1860, sofre da restrição a que nos referimos acima - a de ficar circunscrita aos vales dos rios, o que fez com que sua expansão se processasse lentamente, apesar do produto já ser importante nas pautas de exportação.

No tocante a essa circunscrição do cacau aos vales dos rios, cremos que outro fator, talvez tão importante quanto essa exigência da planta, tenha sido a de aproveitar as vias naturais de escoamento para o produto, que deveria atingir o litoral por onde era exportado para Salvador. A comercialização era estruturada de forma tal, que se caracterizava pela existência de inúmeros interme

intermediários, o que transformava o preço do mercado um dado ignorado e não controlado pelo produtor. Essa situação fazia com que a acumulação do capital gerado com a produção cacaueira, nessa primeira etapa, se concentrasse predominantemente nas mãos dos donos e representantes das casas comercializadoras do produto, na sua maioria, francesas. Estas passaram, inclusive, a financiar e controlar a produção, interferindo na própria expansão da lavoura e na tenência das terras por determinados segmentos sociais.

Outro setor que as casas exportadoras financiavam era o da instalação de infra-estrutura viária que permitisse o escoamento do produto com maior rapidez. O mais famoso desses projetos que financiaram foi o da fracassada estrada de ferro Ilhéus - Conquista, na qual grande soma de capital foi investida, sem que nunca se tenha concluído tal obra, apesar de sua importância.

As estradas da região tornaram-se, portanto, vias por onde dois fluxos distintos e com sentidos diferentes circulavam. Um deles se fazia no sentido E-W, o da importação de produtos manufaturados e mercadorias produzidas no litoral. O outro se fazia no sentido W-E e era o da exportação do cacau. Essa rede comercial montou-se, no início, sobre as vias abertas anteriormente pelos comerciantes de gado. Porém à medida que a plantação de cacau se expandia, novos caminhos eram criados e procuravam atingir o interior de forma a facilitar o comércio. Porque um fato, que não podemos esquecer, é que apesar de ser um novo produto no mercado, não fugia aos padrões tradicionais de exploração econômica dominante no país. Persistia a dependência de capitais e de mercado externos para se viabilizar como produto primário de exportação.

É a partir da efetivação do processo de exportação de cacau que profundas alterações se estabeleceram no sistema produtivo. Passou-se do regime de produção familiar para o da produção comercial, basicamente monocultora. No primeiro os membros da família eram os detentores dos meios de produção, plantando para consumo próprio e colocavam no mercado o excedente comerciável, o que lhes permitia ter acesso a outros produtos primários, que não produzissem, ou aos manufaturados, que eram importados. No segundo regime - o de produção comercial - instituiu-se o trabalho assalariado e a produção voltada fundamentalmente para a produção de mercadorias, que vendidas, permitiam o acesso aos de

demais bens que não produziam.

O uso da força-de.trabalho familiar era uma decorrência da não inclusão das atividades econômicas desenvolvidas nas roças no circuito comercial. Até mesmo os escravos eram raros, já que a propriedade de unidades produtoras de subsistência não permitia o acúmulo de capital. Os índios seriam uma alternativa, porém a sua pequena densidade demográfica e a política de aldeamentos com a entrega do seu controle aos capuchinhos, ou administradores leigos, reduzia a possibilidade de uso indiscriminado desses trabalhadores em empreendimentos particulares.

A tradição monocultora vai se manifestar claramente à medida em que a produção de subsistência deixa de ser dominante e passa a ter um caráter temporário, marginal ou complementar. No primeiro caso podemos dizer que o plantio de subsistência era implantado e explorado enquanto os proprietários aguardavam a produção inicial dos cacauzeiros. Também ocorria um fenômeno desse tipo quando os desbravadores faziam os plantios iniciais e aguardavam a compra das suas burras pelos grandes proprietários, que compunham a fronteira econômica. A monocultura era marginal porque exercida em terrenos não apropriados para o cacau, e por produtores, que não conseguiam se dedicar a cultura dominante devido ao tamanho reduzido das terras que detinham ou a falta de recursos monetários e técnicos. Tinha um caráter complementar porque se permitia aos trabalhadores residentes nas fazendas que plantassem feijão, milho e mandioca em pequenos lotes de terras não apropriadas para o cacau. Assim se complementava o salário reduzido que pagavam aos seus trabalhadores.

A nova visão capitalista da administração dos empreendimentos agrícolas, já inclinava a solução do problema da mão-de-obra, na produção cacauzeira, para a contratação de assalariados. Ainda que em pequenas proporções desde o início da exportação em 1836, a importância desse produto aumentava fazendo com que grandes levadas de imigrantes se deslocassem para a região em busca de fortuna.

Na primeira etapa dos deslocamentos, essa leva de migrantes se instalavam em terras devolutas na esperança de obter lotes dos quais viessem ser proprietários. Porém, as dificuldades encontradas tornava-os vulneráveis às especulações de preço e ao sistema de empréstimos e comercialização, transformando-os em trabalhadores assalariados, pois que perdiam suas terras para os grandes proprie-

proprietários, que começavam a surgir na região.

O processo mais comum de expansão era a transformação desses imigrantes em desbravadores que se deslocavam à frente, desmatando e plantando cacau e roças de subsistência, que lhes garantiam a sobrevivência enquanto o cacau não produzia. Quando isso ocorria, chegava a segunda leva de migrantes com financiamento das casas exportadoras, que adquiriam os pés de cacau plantados pelos desbravadores. Convém salientar que o que se vendia não era a terra, como propriedade, mas a quantidade de pés de cacau plantados. A compra implicava em novo deslocamento da frente pioneira, que seguindo à frente se tornava responsável pela expansão constante da frenteira demográfica.

Nessa etapa, o que caracterizava a expansão era a ocupação constante de novas áreas, sem preocupação de racionalizar a exploração - nem de transformar a posse em propriedade através do registro legal. O caráter violento desse processo se faz sentir principalmente sobre os grupos indígenas, um dos principais obstáculos à dilatação das áreas cultivadas.

A propriedade da terra na região, até 1850, caracterizava-se por manter os padrões tradicionais, as sesmarias. Estas na maioria das vezes continuavam inexploradas devido ao caráter absenteísta da administração e ao desinteresse pela sua exploração econômica. Intermediando as sesmarias, existia grande quantidade de terras devolutas, às vezes ocupadas por posseiros, que ali instalavam as suas roças. Outras vezes era dentro das sesmarias que esses pequenos agricultores se instalavam. A expansão inicial da lavoura cacaueira se processou nessas terras devolutas, principalmente as que margeavam os rios e córregos, devido não só às exigências da cacau, mas também a necessidade de estabelecer comunicação com os portos do litoral, especificamente, Ilhéus.

A Lei de Terras número 601 de 18/9/1850, que passou a vigorar a partir de 1854, tentou pela primeira vez ordenar a ocupação das terras. O grande objetivo era o de transformar as terras devolutas em áreas produtivas, que permitissem o aumento da arrecadação de impostos, o equilíbrio da balança comercial e o aproveitamento da mão-de-obra excedente que existia no norte da Província da Bahia.

Essa legislação classificava como terras devolutas todas aquelas que não fossem cultivadas. A tentativa de legitimar as propriedades das posses através dos registros, não chegou a obter maior sucesso na região devido à dificuldade de precisar limites, que normalmente se superpunham e às despesas necessárias à demarcação e registro de áreas imensas e recém-desbravadas. No entanto, teve como efeitos paralelos o aumento da corrida para o interior e a expansão das terras ocupadas com o plantio do cacau.

As terras devolutas caíam na jurisdição do Governo Imperial e era difícil efetivar uma fiscalização adequada quanto à sua ocupação-arbitrária, o que gerou inúmeros conflitos pela definição dos limites e direito à propriedade. Uma das medidas pensadas e pouco adotadas foi o de tentar a colonização com a distribuição de lotes de terras aos imigrantes, a fim de ordenar a ocupação, reduzindo os atritos entre os posseiros. Com essas medidas procurava-se atrair braços para a região com a finalidade de atuarem na lavoura, substituindo a cada vez mais difícil e cara mão-de-obra escrava. No entanto, não chegou a se concretizar.

O segundo período de expansão da produção cacaueira, inicia-se em 1860, tendo como marco fundamental a introdução de um novo tipo de cacau - o Forasteiro, o que vai permitir um novo processo de expansão que foge das margens dos rios e se interioriza. Por ser um tipo de planta mais resistente, dispensava a presença e proximidade da humidade e aluviões fluviais, permitindo que novos espaços fossem ocupados por outras levas de imigrantes que chegavam de Sergipe e outros pontos da Bahia. Esses grupos humanos não se compunham simplesmente de lavradores, orientados para a área rural. Também grande quantidade de profissionais liberais começaram a se instalar nas cidades, exercendo atividades ligadas à comercialização. Como esta estava vinculada ao setor de crédito, muitos terminaram por se tornar proprietários rurais ao se apropriarem das terras penhoradas, quando os pequenos proprietários não conseguiam pagar as dívidas contraídas.

Assim o processo de ocupação do solo continuava a se processar de forma arbitrária e consoante a capacidade de conquista e desbravamento, onde o interesse fundamental do governo era o de estimular a transferência de grande massa de pessoas, que posteriormente se transformasse em força-de-trabalho utilizável pelos donos de roças

maiores. Os projetos de loteamento de terras não passaram das intenções, apesar dos prometidos financiamentos com prazo de 3 a 5 anos concedidos pelo Governo.

Um fator que não podemos esquecer, é o de que quanto mais se interiorizava a ocupação das terras, maiores eram as dificuldades de acesso ao mercado, o que aumentava o número de intermediários e consequentemente a vulnerabilidade dos produtores quanto à comercialização do cacau- e à compra de insumos e manufaturados, de que dependiam para se manterem embranchados nas matas.

A ocupação, caracteristicamente arbitrária, em que não se respeitavam sequer os poucos títulos de propriedade existentes -as sesmarias - quando as terras não estavam exploradas, e mesmo quando o estavam, criava atritos entre diversos segmentos sociais. O primeiro desses segmentos seria representado pelos pequenos produtores, carentes de recursos e desinteressados de legalizar a posse devido à falta de condições de fazê-lo. Os grandes produtores requeriam a continuação ao governo, principalmente por que procurava sedimentar a usurpação das terras o terceiro segmento era representado pelos donos de sesmarias, que reagiam violentamente à invasão que se processava nas suas propriedades. As relações entre esses segmentos eram marcadamente violentas.

A expansão vai se refletir sobre os territórios indígenas, que por oferecerem menor resistência, eram constantemente invadidas e tomadas para o plantio do cacau, reduzindo seus territórios e levando ao decréscimo do seu padrão-de-vida. Além dos grupos aldeados, outros, principalmente os Pataxó e Baenã, que ainda não o haviam sido, pois se refugiaram nas matas mais interioranas, passaram a ser combatidos pelos imigrantes.

Só no fim do século - 1891 - é que a cessão de terras passa a ter características distintas, já que pela Constituição daquele ano as terras devolutas passaram a ser administrados pelos Estados. Em 1897 promulga-se a Lei número 198 que determinou a criação de órgãos controladores da ocupação das terras. São a Inspetoria Geral de Terras, Colonização e Imigração e as Delegacias de Terra, que procuravam estimular a legalização das propriedades, embora tenha encontrado fortes resistências por parte de alguns segmentos que consideravam financeiramente desinteressantes tais registros, devido a seu custo elevado. Economicamente, para os grupos que ansia-

ansiavam ampliar o tamanho de suas propriedades, a cristalização da ocupação, num momento em que as relações eram ainda fundamentalmente definidas pela força e capacidade de barganha dos grupos que ali se instalavam. O clima de violência e disputa não deixava de funcionar como uma perspectiva de enriquecimento aberto a todos que se dispusessem a estabelecer alianças e lutar por áreas com outros imigrantes ou com índios.

A lei número 198 que analisaremos mais detidamente no desenrolar do trabalho, juntamente com a lei de 1953, que também analisaremos noutro contexto, representaram o golpe final sobre os territórios indígenas da região, dissociando produtores e meios de produção (no caso, índios e terra) e transformando os sobreviventes em mão-de-obra assalariada e absorvida pelos proprietários das roças de cacau.

OS GRUPOS INDÍGENAS DA REGIÃO

Neste capítulo tentaremos uma síntese das várias informações coligidas sobre os grupos indígenas da área que escolhemos como objeto de estudo, colocando preliminarmente as dificuldades que encontramos na tentativa de estabelecer uma classificação válida para os dados encontrado e as inúmeras referências a essas tribos e seus subgrupos.

As fontes bibliográficas utilizadas apresentam, em determinados momentos, grandes dificuldades decorrentes das contradições quanto à grafia dos nomes, à superposição das denominações - atribuídas aos grupos pelos não-índios e por outros grupos indígenas - e às auto-denominações; além disso, há as arbitrarias identificações de subgrupos estabelecidas por pessoas que não possuíam suficientes informações quanto às suas identidades e característica culturais.

Essas dificuldades são agravadas pela presença de inúmeros grupos e subgrupos que circulavam pela área, em decorrência das características da organização dos grupos já predominantes na região, e da tendência ao fracionamento destas tribos, para, conseguindo um deslocamento mais rápido e eficiente na fuga, obterem maiores chances de sobrevivência. A própria redução dos seus territórios tribais e a competição direta por recursos, onde exerciam predominantemente as atividades de caça e coleta, implicava na necessidade crescente de se deslocarem com maior intensidade que em períodos anteriores.

Utilizamos na elaboração desse trabalho, como já destacamos anteriormente, as Falas dos Presidentes da Província; a correspondência estabelecida entre fazendeiros, juizes, frades capuchinhos, e vigários; a do Presidente da Província e da Diretoria Geral dos Índios e os relatórios anuais desse órgão. Usamos também os livros escritos pelos principais viajantes que percorreram a área no século XIX, como Spix e Martius, Wied-Neuwied, Kidder, Avê-Lallemant, Conde de Suzanet, Douville, além de inúmeros cronistas e historiadores dos períodos anterior e posterior. Consultamos, ainda, a bibliografia especializada sobre a problemática, tanto aquela voltada para uma perspectiva histórica na sua análise, quanto a que adota perspectiva sincrônica (V. Bibliografia).

Apesar da abundância dessas fontes bibliográficas, as grandes dificuldades, quanto ao estabelecimento de classificações dos grupos e seus subgrupos, não foram totalmente superadas, deixando-nos algumas vezes a sensação de estarmos pisando em terreno escorregadio e impreciso. Consideramos que esta nossa proposta, ainda que resultante de uma análise de um número considerável de dados e informações, deve ser definida como uma tentativa de estabelecer uma classificação passível de futuras reformulações, na medida em que novos elementos sobre esse período sejam coletados em arquivos do Brasil e exterior e que outros especialistas, principalmente linguistas, se dediquem a tentar recuperar essa parte da história nacional.

A análise que tentamos está orientada principalmente por uma preocupação diacrônica, que procura reconstruir o processo de ocupação e os deslocamentos sucessivos dos vários grupos indígenas da área. Tentaremos estabelecer um quadro referencial rápido dos séculos XVI, XVII e XVIII devido, em parte, à falta de dados, mas, principalmente, a que o nosso interesse se centra sobre o século XIX, período que consideramos crítico para sobrevivência desses grupos. Essa análise mais detalhada será feita no capítulo seguinte, quando consideraremos a política indigenista desenvolvida pelo Governo brasileiro com relação às comunidades indígenas existentes no seu território.

É pertinente lembrar, neste momento, que a ocupação do território baiano não se realizou simultaneamente, como aliás procuramos demonstrar no capítulo anterior. Consequentemente, podemos afirmar que as áreas indígenas foram atingidas por frentes de expansão diferentes em momentos distintos, o que implicou na formação de bolsões no sul da Província resultantes da não inserção da área em economia de mercado. Os grupos que a habitavam começavam, nesse período, a sentir os efeitos da ação competitiva por terras e os efeitos das tentativas de escravizá-los.

A área norte da Província vinha sofrendo desde o século XVI avanços sucessivos de frentes agrícolas e pecuárias, que tinham gerado a ocupação dos territórios indígenas, alardeando os grupos e impondo-lhes uma situação de sujeição e dominação, que se manifestava, no século XIX, com as incessantes propostas de extinção das aldeias, por serem consideradas como áreas em que já haviam "desaparecido".

ou estavam suficientemente "integrados" para receberem a proteção necessária no referente ao resguardo do seu direito de posse às terras.

Usaremos na análise as idéias desenvolvidas por Roberto Cardoso de Oliveira sobre fricção interétnica, tentando estabelecer um quadro particular para a região. Assim, procuramos encarar o problema no seu aspecto mais abrangente, destacando o caráter sistêmico da relação estabelecida entre dois subsistemas sociais que se colocam em oposição estrutural a nível econômico, político e social, na qual se manifesta claramente uma situação de dominação colonial interna, como pretendemos demonstrar na sequência deste trabalho.

As primeiras notícias que temos no século XVI sobre a área referem-se às relações estabelecidas entre os primeiros ocupantes da região e os colonos deslocados de Portugal com a implantação das capitanias hereditárias. Como já destacamos anteriormente, os grupos encontrados na ocasião eram Tupiniquim, com os quais foram inicialmente estabelecidas relações de escambo de caráter pacífico, e que se tornaram bastante aquerridas à medida em que as primeiras contradições e oposições se manifestaram com a expansão territorial para atender aos objetivos propostos; criar uma área produtora de artigos exportáveis.

Os Tupiniquim ocupavam todo o litoral da Bahia na região estudada. Pelos cálculos mais ou menos impressionistas, que nos foram deixados pelos jesuitas, parece que eram numerosos. Segundo Tourinho (1953), Souza (1943), Ott (1953) e Marchant (1943), eles estariam situados numa estreita faixa que acompanhava o litoral indo de Camamu - ao Norte - até o Espírito Santo - ao Sul.

Nos núcleos coloniais inicialmente estabelecidos - Porto Seguro e Ilhéus - os conflitos não chegaram a se manifestar devido ao pequeno número de colonos instalados e a precariedade do projeto econômico estabelecido. Ainda que estivesse prevista a possibilidade e o direito de escravizarem índios, as proporções do apresamento não chegava a provocar alterações profundas nas relações dominantes de escambo estabelecidas.

O desenvolvimento das atividades açucarieiras-exportadoras no seu período inicial necessitava de produtos alimentícios básicos resultan

tes das atividades de caça, coleta e pesca, que permitia aos colonos sobreviverem enquanto não se iniciava a produção de suas roças. Necessitavam também da mão-de-obra que ajudasse a criar a infraestrutura básica, que permitiria o funcionamento das capitani-
as.

A carência de trabalhadores provocou a uma "aliança", decantada por cronistas e historiadores como um marco efetivo das boas intenções dos portugueses e do caráter dócil dos Tupiniquim (TOURINHO, 1953). No entanto, essas relações "pacíficas" não tiveram a durabilidade que se poderia esperar ante um quadro, como o que nos é apresentado pelos cronistas, de forma tão harmoniosa. Na medida em que se avolumava a população e os investimentos se tornavam suficientemente amplos, estes passavam a exigir maior quantidade de terras e a apropriação do trabalho indígena, que deixava de ser esporádico e, ou, orientado para se concretizar através do consumo dos excedentes gerados nas suas atividades tradicionais, tornando-se direta - e com isso as relações "pacíficas" deixaram de existir.

As medidas coercitivas começaram a ser sentidas no momento em que os índios iniciaram a reação contra a dominação, revoltando-se e retomando as armas antes esquecidas. Segundo os cronistas da época, e os historiadores que analisaram os fatos posteriormente, os estragos com os ataques aos engenhos foram bastante vultosos e representaram abalos sérios no sistema produtivo. Com a capitulação dos Tupiniquim, foi-lhes imposto o castigo de pagar com trabalho não remunerado os estragos contra as canaviais e os engenhos. A rápida derrota dos Tupiniquim deveu-se não só à já estarem com sua capacidade de reação bastante reduzida com as inúmeras compulsões, que sistematicamente vinham sofrendo e com as alterações introduzidas pelas novas relações de dominação impostas pela sociedade colonial, representada tanto por administradores da capitania, quanto por jesuitas, com a instalação dos primeiros aldeamentos da região e sua ação catequética. Também os fatores bióticos, manifestados, principalmente, na epidemia de varíola que atacou os índios aldeados pelos jesuitas na segunda metade do século XVI e matou 2/3 da população, ecológicas, decorrentes dos desmatamentos e outras perturbações do ecossistema, provocando mudanças radicais na estrutura organizativa, em termos sociais, políticos e econômicos. Estes fatores tornaram-nos incapazes de reproduzir a

sua sociedade e de reagir aos mecanismos de dominação impostos pela sociedade invasora.

Consideramos interessante transcrever parte do documento em que o próprio Mem de Sá relata a expedição punitiva por ele comandada contra os Tupiniquim revoltados, a qual ficou conhecida como a "Batalha dos Madadores", para que possamos não só avaliar a dureza com que a revolta foi tratada, mas também os seus efeitos desastrosos para os Tupiniquim, em termos demográficos e sociais:

"Neste tempo veio recalar o governador como o gentio Tupiniquim da Capitania do Ilhéus se alevantava e tinha mortos muitos cristãos e destruido e queimados todos os engenhos dos lugares e os moradores estão cercados e não comiam já senão laranjas e logo o pus em conselho e posto que muitos eram que não fosse por ter poder para lhes resistir nem o poder do imperador fui com pouca gente que me seguiu e na noite que entrei em Ilhéus fui a pé dar em uma aldeia que estava sete léguas da vila em um alto pequeno toda cercada de água ao redor de lagoas e as passamos com muito trabalho e antes da manhã 2 horas dei na aldeia e a destrui e matei todos os que quiseram resistir e a vinda vim queimando e destruindo todas as aldeias que ficaram atrás e por que o gentio se ajuntou e me veio seguindo ao longo da praia lhes fiz algumas ciladas, onde os cerquei e lhes foi forçado deitarem-se a nado no mar de costa brava. Mandei outros índios atrás deles e gente solta que os seguiram perto de duas léguas e lá no mar pelejaram de maneira que nenhum Tupiniquim ficou vivo, e todos os trouxeram a terra e os puseram ao longo da praia por ordem que tinham os corpos perto de uma légua, fiz outras muitas ciladas em que destrui muitas aldeias fortes e pelejei com eles outras vezes em que foram muitos mortos e feridos e já não ousavam estar senão pelos montes e brenhas onde matavam cães e galos e contrangidos da necessidade vieram a pedir misericórdia e lhes dei pazes com condição que haviam de ser vassallos de Sua Alteza e pagar tributo e tornar a fazer os engenhos. Tudo aceitaram e fizeram e ficou a terra pací-

fica em estado de trinta dias, onde fui a minha custa dando mesala a toda a lessona honrada e também digo boa, como é notório (SÁ, 1560 in SILVA CAMPOS, 1947-59/60)"

Os novos aldeamentos, criados no final do século XVI, não por acaso foram instalados nas proximidades dos engenhos dos grandes proprietários, como nos casos dos pertencentes ao donatário e ao governador Mem de Sá. No entanto, com a submissão e relocação dos Tupiniquim, o problema da mão-de-obra necessária ao desenvolvimento do modelo agrário-exportador não foi resolvido. A alta taxa de mortalidade nos aldeamentos fez ressurgir a questão da necessidade de se ter uma fonte constante de trabalhadores a serem escravizados. Optou-se pela criação do sistema de bandeiras, fossem elas locais ou paulista. O grande objetivo era a apreensão de índios nos sertões - no caso, dos Aimoré, posteriormente conhecidos por Gren e Botocudo.

Conhecem-se amplamente as técnicas utilizadas nesse período para a captura dos índios. Cabe, neste trabalho, apenas lembrá-las para que se explicita de forma mais clara o caráter violento e guerreiro que caracterizou as relações estabelecidas.

Sob a justificativa de "guerra justa", que se declarava pelos motivos mais insignificantes, como a derrubada de uma cruz de madeira implantada em território indígena, procedia-se ao aprisionamento de grande quantidade de índios desavisados. Manipulavam-se os demais grupos ou subgrupos para que estes se guerreassem e fizessem prisioneiros, que eram comprados, usando como meio de troca ferramentas e missangas. Com este comércio criava-se a figura dos "índios de corda", que acirrou os ânimos entre os vários grupos, desestabilizando-os social, econômica e politicamente, com a desarticulação do processo produtivo e demográfico, tornando-os mais vulneráveis à dominação exercida pelas colônias.

Também os "descimentos" eram bastante utilizados. Havia aqueles realizados usando-se o artifício de ludibriar os índios com promessas tentadoras de trabalho, ferramentas e alimentos fartos, que não se concretizavam em momento algum. Também a coação era utilizada para provocar os descimentos. As ameaças e as pressões se efetivavam fazendo com que o sentimento de insegurança os fizesse deslocarem-se dos seus territórios originais, para se instalarem próxi-

nos às vilas, onde eram utilizados economicamente de forma sistemática (BANDEIRA, 1919).

Todas essas técnicas foram amplamente empregadas pelos colonizadores no seu afã de conquistar mão-de-obra que lhes garantisse a expansão da produção de cana-de-açúcar. No entanto, analisaremos mais adiante os antagonismos entre os senhores de engenho e os grupos Aimoré, que tiveram efeitos graves na vida econômica da Capitania e posteriormente nos grupos indígenas.

A situação dos Tupiniquim após a rendição ao Governador Mem de Sá, agravou-se de forma acentuada, gerando a sua inserção no sistema de dominação imposto pelos colonizadores. Aldados sob a jurisdição dos jesuitas, donos de grandes engenhos na região, ou entregues como espólio de guerra aos colonos, passaram a ser usados livremente como trabalhadores escravos.

Os efeitos de desorganização econômica se faziam presentes na medida em que eram afastados de suas atividades tradicionais de subsistência, seja nas suas pequenas roças, seja nas de caça e coleta. Cada vez mais tinham o tempo ocupado na produção de açúcar, que, principal produto comercializável produzido na região, não lhes fornecia condições de suprirem suas necessidades com produtos alimentícios nos moldes costumeiros de sua organização econômica. Na medida em que se tornavam produtores de mercadorias exportáveis, seu grau de dependência para com os colonos se acentuava. Também as novas introduções de produtos manufaturados e instrumentos de ferro, alterando os padrões de consumo, atiravam-nos como consumidores num mercado internacional, ao qual participavam como produtores diretos de forma cada vez menos importante, enquanto agentes políticos.

Os reflexos desorganizativos do sistema econômico a que estavam submetidos manifestavam-se de forma acentuada na sua organização social e na estrutura demográfica da sua população. A mudança de hábitos alimentares, o empobrecimento de sua dieta, que deixou de ser variada e rica, como a dieta dos grupos de floresta tropical, para adotarem uma alimentação geralmente pouco variada e pobre em elementos proteicos, causou a perda de higiene desses grupos, tornando-os ainda mais vulneráveis à contaminação que passaram a sofrer com a presença de epidemias as mais variadas (V. FERNANDES: ')

1963:33-40).

O processo de contágio processava-se livremente e com a concentração demográfica nos aldeamentos com a falta de cuidados profiláticos, o que gerava uma taxa de mortalidade bastante elevada, principalmente nos grupos alienados, mas também atingindo aqueles que não haviam sido contactados de modo constante. Ainda que não possamos comprovar com dados estatísticos as especificamente relativos à região (V. Fernandes, 1963:39), sabemos que isso pode ser inferido a partir dos dados históricos e do conhecimento que se tem de outras situações de contacto, em que tais processos estão sempre presentes. Principalmente naqueles em que aquele tipo de cuidados não ocorreu. Além disso, algumas referências bastante sintomáticas na epistolografia, na cronística e nos historiadores, atesta o próprio fato de que os Tupiniquim nessa região foram praticamente extintos, demonstram que eles não constituíram exceção ao processo de redução populacional violenta. Esta, aliás, comum aos grupos indígenas como consequência das compulsões bióticas e ecológicas sofridas de forma mais sistemática com o estabelecimento do contacto com os colonizadores (V. RIBEIRO, 1970:263-317).

No que se refere à desestabilização social, os efeitos se concretizavam na imposição de novas relações em que a vida tribal normal era substituída pela tentativa de imposição dos padrões dos colonizadores e seus valores. A antiga ordem política era abandonada e os centros de decisão se deslocavam do terreiro da aldeia para os interiores das casas dos colonos, dos administradores dos engenhos e da capitania, além dos rétores dos colégios e das sacristias das igrejas e capelas jesuíticas. Outros agentes responsáveis por tais transformações eram os caciques manipulados pelos agentes sociais da sociedade envolvente, que, conquistando-lhes a confiança, os utilizavam como elementos modificadores da sua sociedade.

Os Tupiniquim, avassalados por todas essas pressões, minquaram rapidamente. As aldeias instaladas sob a jurisdição dos jesuitas des-povoaram-se desses índios, logo substituídos por outros apreendidos ou comprados. Havia, é claro, interesses econômicos presentes nesse constante renovamento. Por se encontrarem próximos dos engenhos ou mesmo dentro da área de alguns deles, os trabalhadores indígenas eram de vital importância no seu funcionamento. Daí a necessidade de suprir com novas levadas as terras dos aldeamentos que se

tornavam desprovidos. Quando tal processo se tornava difícil ou até mesmo impossível, por falta de substitutos para aqueles que acabavam de desaparecer, ou não mais se tornava interessante econômica e estrategicamente manter os aldeamentos, costumava-se juntar os sobreviventes de um ou mais aldeias numa nova área, mais de acordo com os objetivos estabelecidos.

O controle da casa jesuita sobre 25 casais lhe garantia o acesso à pensão da Coroa e o direito de continuar a missão. O trabalho dos índios era a forma de obter a auto-suficiência alimentar desse grupo constituído de padres e índios e a comercialização dos excedentes a maneira de obter-se lucro no empreendimento. Em termos econômicos, para os jesuitas, a mão-de-obra indígena representava a possibilidade de viabilizar a exploração das terras que possuíam. Daí os atritos entre colonos e jesuitas quanto ao acesso e utilização dos trabalhadores indígenas.

A alocação dos índios e aldeamentos em locais previamente determinados pelos jesuitas ou pelos administradores coloniais, seguia também orientação estratégica. O uso dos indígenas como combatentes dos grupos não aliados aos "bravios" fazia com que se procurasse instalá-los em áreas nas quais pudessem ser mobilizados de forma mais eficiente.

Os Tupiniquim foram aldeados em vários pontos na capitania de Ilhéus. Porém o único de que trataremos será o de Nossa Senhora da Escada de Olivença, fundado por jesuitas em 1700, na ponta de Itapuã, ao sul de Ilhéus, decorrente da reunião dos que haviam sobrevivido em outros aldeamentos anteriormente instalados mais próximos da vila de Ilhéus. A razão de nossa escolha é a persistência do aldeamento ainda no século XIX, período em que centramos a nossa análise.

A área do aldeamento de Olivença é desde o início indicada como sendo de produção de piaçava usada pelos índios para a produção de artesanato vendido em Salvador. Destacavam-se, entre os vários artigos, a fabricação de terços de coquilhos de piaçava torneados cuidadosamente. Trabalhavam ainda em artesanato de palha - chapéus, redes, esteiras e cestos - e de casca de tartaruga. Outras atividades que realizavam com extrema perícia, segundo inúmeros viajantes, era a pesca, o corte da baleira e o seu transporte.

Esse tipo de economia extrativista e artesanal, voltada para a comercialização, determinava condições de vida, consideradas por inúmeros visitantes como precárias (V. B. WIED-NEUWIED: 1953:334-336; NAVARRO, 1946). Pouco tempo lhes era permitido destinar às atividades de subsistência, que lhes garantisse alimentação de padrão adequado. Parece-nos que, por ser uma região produtora de piaçava, a caça e a coleta, assim como a agricultura, deveriam ter se processado de forma precária. É de supor que seria área originalmente de tabuleiros, pobre em flora e fauna, ou que teria sido anteriormente ocupada, provavelmente com canaviais, e que, devido à erosão e lixiviação do solo, já se haveria degradado, fazendo predominar a piaçava.

Esse aldeamento foi elevado à categoria de vila pela legislação de Portugal - Carta Régia de 1755 - afastando a administração exercida pelos jesuitas e entregando-a a Diretores civis. Continuou, porém, existindo até o século seguinte, apesar de constantes protestos de administradores e Diretores Gerais dos Índios, que, alegando constantemente o adiantado estado de civilização dos seus habitantes, consideravam inadequada a manutenção da proteção aos índios e suas terras. Posteriormente, analisaremos com mais precisão a situação desse aldeamento no século XIX.

Como dissemos anteriormente, após a etapa de despopulação violenta, sofrido pelos Tupiniquim, reiniciou-se o processo de captura de trabalhadores, desta vez, atingindo os chamados grupos do interior ou sertão: os "aravios" e "antropólogos" Timorê, Aburê e Aikorê (também conhecidos por Iren) a partir do século XVII, quando começavam a ser alçados pelos jesuitas. No século XVIII, quando se intensificam seus contactos com os colonos, passaram a ser denominados pelo nome genérico de Botocudo, devido ao costume de usarem botoque nos lábios e orelhas. Segundo a classificação linguística de Aryon d'Albuquerque Rodrigues (1972), os Botocudo pertencem ao tronco Macro-Jê, havendo inúmeras famílias e dialetos surgidos devido a sua tendência ao fracionamento, característico dos grupos Jê (V. ALBUQUERQUE RODRIGUES: 1975: 17).

No século XVI, os Timorê pareciam concentrar-se no interior dos atuais estados de Minas Gerais e Espírito Santo, realizando incursões temporárias ao litoral, principalmente nas capitâncias de

Ilhéus e Porto Seguro, áreas de ocupação colonial que, devido a quase desaparecimento físico dos Tupiniquim, optaram por tentar escravizá-los.

As primeiras referências encontradas sobre os AIMORÉ ou BOTOCUDO estão nos escritos de Padre Ingalmees Gârnivo (1964), Gabriel Soares da Souza (1939), Francisco Spinola e Aspiqueita Navarro (in EMERICH e MONSERRAT, 1975; 5). Os primeiros ataques de Aimoré à Capitania de Ilhéus de que se tem notícias são de 1565 e ficaram conhecidos como a "Guerra dos Aimoré".

Segundo Gabriel de Souza (1939) os ataques dos Aimoré concentraram-se nas vilas do litoral de Ilhéus e Porto Seguro, principalmente sobre seus engenhos e canaviais, além das aldeias dos Tupiniquim, como Timoré, Guipaba e Camamú. Além de provocarem a desagregação do sistema produtivo, como vimos, motivaram o deslocamento de grande parte da população sobrevivente para outras áreas, decretando a falência das atividades agrário-exportadoras das capitânicas em apreço.

Inúmeras expedições punitivas foram organizadas contra os Aimoré a partir do século XVI, na tentativa de "domesticá-los" e trazê-los ao convívio dos colonos, e de assim os aproveitar no trabalho constante e sistematicamente organizado da produção agrícola. Como já vimos, havia sido superada a fase das relações de escambo entre os índios e colonos, determinando a competição por terras e pela dominação de trabalhadores, fatores mais importantes do sistema produtivo local.

A capacidade indígena de resistir aos constantes ataques das bandeiras organizadas pelos colonos, consequência da manutenção da integridade de sua estrutura social, apesar de atingida pelas compulções decorrentes da inserção, ainda que de forma tênue, nesse início, no sistema de fricção interétnica, criou estereótipos quanto à ferocidade, antropofagia, tamanho e natureza hostil desses grupos.

As primeiras notícias de que se teria pacificado os Aimoré - evidentemente um de seus subgrupos - data de 1602, como consequência do trabalho de Padre Domingos Rodrigues, e teve resultados desastrosos. Os índios foram deslocados para a contra-costa da ilha de Itaparica, na aldeia de Santa Cruz, criada anteriormente para os

Tupiniquim, e, provavelmente, despovoada pela epidemia de varíola de 1560. Os Aimoré ali localizados foram também vítimas de doenças infecto-contagiosas que determinaram a morte de boa parte da população e a fuga da restante, que voltou a espremer-se nas selvas, fugindo ao contacto.

Após a sua parcial "pacificação" pelos jesuítas, a denominação Aimoré começou a ser substituída pela de *Grã Guerra*, como tal vez se auto-denominassem. As notícias sobre os vários grupos nômades que se deslocavam pelo sul da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, aumentam em proporção ao número de refregas travadas entre eles e as várias bandeiras contratadas.

A informação seguinte que se tem de ataque aos Aimoré é de 1660. A medida adotada preliminarmente foi a de destacar de 6 a 8 soldados para cada fazenda da região, como medida de proteção. Porém a ineficácia de tal decisão, que na realidade, representava a fragmentação das pequenas forças disponíveis, fez a administração colonial optar pela construção de um forte na capitania de Ilhéus, que concentrasse as forças de combate disponíveis. No entanto, a grande dispersão da população, levando a que grandes distâncias tivessem que ser cobertas, fez com que novas soluções fossem propostas em busca de uma estratégia mais agressiva.

Uma das medidas adotadas nesse período foi a decretação de "Guerra Justa" em 1673, acirrando os ânimos das bandeirantes, que passaram a ter reconhecimento legal do direito de transformarem os prisioneiros em escravos, vendidos após sua distribuição entre os participantes e financiadores das bandeiras. A mais famosa nesse período foi a do paulista João Pinheiro, que após destruir inúmeras aldeias e abrir várias caminhos pelo interior dos sertões baianos, recebeu em compensação grande sesmaria, atual Santo Inácio da Purificação, na região do Recôncavo Baiano, para onde deslocou o seu lote de escravos Aimoré, dando início a povoação e próspero engenho (ACIOLY E SILVA, 1925; 132/3; SOUTHEY, 1977; 278).

O combate aos Aimoré parece-nos ter um caráter cíclico, em decorrência de estarem eles subdivididos em pequenos grupos nômades, que atingiam o litoral de forma intermitente, onde entravam em contacto com os colonos, ou eram atingidos por seus abastecedores nas regiões interiores, quando estes buscavam escravos.

havia, entretanto, outras razões econômicas para a realização de bandeiras que se chocavam com os Grãos. Em 1723 tem-se notícia da bandeira de Domingos Dias do Prado, que os combateu entre o rio Paranaíba e a Serra dos Aimorés; em 1725, da bandeira de Antonio Gonçalves Figueira, que lutou com eles na região do rio Doce; e em 1733 tem-se mais uma, saindo da vila do Prado; a de Sebastião Leme, que lhes deu combate próximo a Ilhéus. Todas essas bandeiras tinham como preocupação fundamental a localização de pedras e metais preciosos, principalmente turmalinas, ficando o aprisionamento dos índios quase como compensação pelas despesas realizadas, que se frustraram no seu objetivo central (MUNY 1946).

Paralelamente aos combates, continuava o processo de aldear os grupos que iam sendo controlados em várias regiões. Surgiram as aldeias de Nossa Senhora dos Remédios em São José da Barra do rio de Contas, de onde foram depois deslocados para a Missão de São Fidélis do rio Una, a de Nossa Senhora da Conceição dos Índios Grãos nos rios Fundão e Itaíba, sesmária jesuítica na sua origem. Nesses centros se processava a caracterização dos grupos através de uma ação sistematicamente desenvolvida - a catequese. Além do tradicional aspecto de exploração econômica pela qual os jesuitas sempre foram criticados, parece-nos que esse ângulo da relação estabelecida - a dominação cultural que justificava e orientava a sua ação - é dos mais representativos no sistema instalado, sem que requeira o relevo que merece.

O trabalho de Luis Felipe Baeta Neves - O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios - é dos poucos que analisa a catequese jesuítica sob tal enfoque, fornecendo elementos extremamente reveladores quanto à articulação entre os segmentos sociais de dominação representados pelos jesuitas e pelos colonos, permitindo-nos inferir que a contradição se operava apenas a nível econômico, quando se referia à posse das terras e da mão-de-obra. Quanto à estruturação da política cultural e integrativa dos grupos indígenas, não se pode dizer que houvesse contradição entre estes segmentos, mas pelo contrário, um caráter de complementariedade na ação dos representantes ou agentes da política colonialista em contacto com os grupos indígenas. (NEVES, 1973).

No século XVIII houve sérias conturbações envolvendo os Grãos na capitania de Ilhéus. A razão de tais atritos foi o uso dos índios

por alguns elementos portugueses para realizarem ataques às fazendas vizinhas às cabeceiras do rio Colonia ou Cachoeira. O uso dos Aimoré em atividades consideradas inadequadas ao modelo estabelecido, provocou a reação dos administradores, que os reprimiram e aldearam.

Transcrevemos a carta de Vasco Fernandes Cesar de Menezes ao rei de Portugal em 1726, em que se pode observar claramente a orientação dominante nesse período com relação aos Aimoré e as razões do aldeamento, considerado um estágio preparativo para a extinção dos grupos, assumido de forma clara no discurso de um agente administrativo governamental:

"Ordenei ao capitão-mor Antônio Velozo, fisesse a terceira entrada para ver se encontrava com o gentio bravo, que infestava algumas vezes as cabeceiras do Cayru e Jequiriça e depois de campear muitos meses no sertão e partes donde os podia achar, deu com a sua trilha e seguindo até a aldeia, donde residiam, aí fizeram alto alguns pondo-se em diferença para melhor escaparem as suas famílias; e com efeito sendo batidos e mortos deles, por não serem de casta a se defenderem se retiraram os mais; e indo em seu seguimento se aprisionaram sete entre mulheres e neninos; e voltando depois para a mesma aldeia arrancaram as mandiocas e mais plantas que tinham para sua sustentação e lhes tomamos ferramentas, arcos e 3 mil e tantas flechas que com a pressa tinham deixado, dizimando-lhes também os ranchos e como eu tinha mandado entrar o cel João Peixoto Viegas com grande corpo, porque se ofereceu fazê-lo às suas custas, ordenei ao dito capitão-mor estabelecesse arrarial no rio Una, donde certamente lhe virá parar esse gentio, obrigado das diligências do dito coronel; porém como a falta de água e de mantimentos dificultasse aquele estabelecimento, mandei que buscasse sítio com menos dificuldades, donde se pudesse manter com o mesmo fim e escolheu o da Palma, donde fica e eu com a esperança de que todos se extingam estes bárbaros que são os que impediam também as marchas e jornadas de alguns mineiros". (IBNE

SES, 1726; in ACIOLY E SILVA, 1925; 340/41).

As aldeias se ampliavam em número, inclusive com a participação de outras ordens religiosas, como a dos capuchinhos, presentes na área desde 1705, que administravam a aldeia de Nossa Senhora dos Remédios. Quando a população indígena se reduzia devido às epidemias, mudança da dieta, super-exploração do trabalho nos engenhos e fazendas, e desorganização social que provocava o desestímulo de continuarem vivendo, continuavam a introduzir novas levas de índios recém-contactados, que eram recolocados por duas razões fundamentais. A primeira, a de recompor o contingente demográfico da aldeia, a fim de que pudesse continuar fornecendo trabalhadores para as fazendas que se situavam nas suas proximidades. A segunda, seria duplamente estratégica: a de reunir povos tradicionalmente inimigos - no caso, Aimoré e Pataxó, como em Itaipé e Itacaré - na mesma aldeia, reduzindo as possibilidades de aliança nas revoltas e obrigando à adoção da língua portuguesa, como forma de intercomunicação, já que as demais línguas utilizadas não permitiam o entendimento entre os vários povos. Também o fato de os demais já estarem acostumados ao novo padrão de vida, poderia ser o elemento importante para convencer os outros grupos a adotarem e se submeterem.

O século XIX vai encontrar os Gren aldeados, em parte. Porém a maioria dos subgrupos só foram atingidos de forma mais sistemática, quando as condições econômicas se alteraram com as modificações introduzidas pela inserção da produção local no sistema econômico nacional e, posteriormente, no internacional com a produção do cacau. Como esse período é aquele sobre o qual concentramos os nossos esforços, será nesse momento da nossa análise que nos deteremos com maior precisão sobre os vários subgrupos Botocudo.

Outros grupos referidos e combatidos desde o início da colonização foram os Menian, os Mongoyó, os Kamakã e os Pataxó, sobre os quais faremos rápidas referências quanto ao período compreendido entre os séculos XVI e XVIII, para depois os analisarmos mais detalhadamente no século XIX.

Os Pataxó viviam no sertão do interior, ainda que realizando incursões ao litoral já no século XVI (VASCONCELOS, 1846). Sua área de ação era nas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, divididos em vários subgrupos nas adjacências dos rios Grungugy, Jussiape ou

das Contas e Salinas (SILVA, 1943; CASAL, 1945: 74,100/1; SAINT-ADOLPH, 1845: 259:293)..As primeiras notícias que se tem sobre aldeamentos de grupos Pataxó é de 1693 (LEITE, 1945:177) em lugar não precisado no sul da Bahia, onde estavam sob a administração dos jesuitas. Segundo a descrição de Leite, eles viveriam em pequenos bandos. Atacavam constantemente os aldeamentos dos demais índios e apresentavam profunda resistência a viverem em aldeias por serem grupos tipicamente nômades.

Realizavam incursões às vilas litorâneas, em busca de alimentos e manufaturados, que despertavam profunda curiosidade e interesse nesses grupos. Uma das séries de ataques iniciais e mais famosos que realizaram nesse período foi em 1757, envolvendo principalmente Olivença, Una e Poxim, determinando a transferência deste último povoado para as margens do rio Patipe, local considerado mais seguro para a instalação dos colonos (ARAÚJO, 1757).

O combate sistemático aos Pataxó data dessa época com solicitação, por particulares, do direito de organizarem bandeiras, que lhes permitissem castigar e aprisionar os índios (MARQUÊS DE LAVRADIO, 1763, in ACCIOLY E SILVA, 1925:148/9).

O próprio Marquês reconhece que a razão fundamental para o ataque a esses índios, pelos bandeirantes e administradores da vila de Olivença era a de capturarem-nos para transformá-los em escravos, futuramente usados nas lavouras de forma extorsiva e abusiva, como se pode depreender do texto:

"Foi V. M. servida ordenar pela Provisão de 20 de junho de 1763 ao Governador que então existia que informasse sobre o requerimento junto que a V. M. fez Ignácio de Azevedo Peixoto, sargento-mor da capitania das Ilhéus.

Esta Provisão depois de passarem 3 anos se apresenta agora ao Governo.

Este idêntico requerimento nos faz o mesmo suplicante a que lhe deferimos com as providências que contam da cópia das cartas juntas escritas nas vilas de Ilhéus e da Nova Olivença, nas quais determinamos que as Câmaras com os oficiais da ordenança e das entradas se ajuntem para fazerem repelir o assaltar o gentio Pataxó

bárbaros. Agora temos repetido as mesmas ordens, não só as Cidades Cãmara, mas também a Capitã daquelle Distrito para que o sargento-mor suplicante e officiais da ordenança e os índios domesticados, vá commandando a dita conduta.

Os acontecimentos do dito gentio procedem sem dúvida do descuido do dito capitão-mor e das Cãmara, porquanto das cartas juntas por cópia da Câmara dos Ilhéus, consta que o vigário daquelle missão junto com alguns fizera fugir ao gentio Pataxó, aprisionando-lhes oito crianças e 2 mulheres adultas de que se conclui que os insultos de ditos gentios mais procedem da incúria das Cãmara e Capitães-mores do que do poder do dito gentio Pataxó.

Não nos parece conveniente que ao suplicante se dê a incumbência de fazer estas entradas contra o mencionado gentio por entendermos que a sua intenção é fazer cativos aos que apanhar na peleja, servindo-se deles perpetuamente para o serviço de suas lavouras e outros destinos, com a intenção de repartir alguns pelos demais aldeias; por isto agora este governo tem acautela do e advertido ao Capitão-mor e Cãmara que o gentio viverá nas nossas aldeias pelo seu trabalho livremente"

Os Kamakã, grupo do tronco Macro-Jê, que se subdividia em outros grupos como os Hongoyô, Pataxó, Lenian e Massacará (LOUKOTKA, 1931: 204; MASO in STEWARD, 1963 V.VI, 293/5), também foram envolvidos nesse processo inicial de expansão. As primeiras referências aos Hongoyô localizam-nos entre o rio do Contas e a vila do Prado, região das matas centrais das capitâneas de Ilhéus e Porto Seguro. Reagiram desde o início às tentativas de escravização desencadeada pelos bandeirantes paulistas, sendo que a primeira dessas tentativas data de 1651 comandada por Francisco da Rocha, que ataca um pequeno grupo nas matas do interior, levando-o a se aldear no local, hoje conhecido pelo nome de Belmonte (SAINT-HILAIRE, 1938: 126; CAMPOS, 1947; OTT, 1953).

Além de Belmonte, também a aldeia às margens do rio Itacaré era habitada por Lenian ou Hongoyô, ou, ainda, Kamakã, desde o século XVII, vivendo como não-de-obra estrategicamente situada, e tra-

balhando na agricultura, além de forneceras, nos colmos, alimentos obtidos nas atividades de caça e coleta. Eram, então, exímios canoeiros, amplamente utilizados nos rios e no mar. Como os demais grupos, no entanto, é no século XIX que vão ser atingidos pelas frentes de expansão de forma mais sistemática, principalmente pela pecuária, instalada em Vitória da Conquista, quando ali se cria em 1806 a sesmaria de propriedade de João Gonçalves da Costa. Também a ação da 7a. Divisão da Conquista e Civilização dos Índios, criada em Vila Rica sob a orientação do Conde de Palma, teve grande influência na região do rio Jequitinhonha, onde esses índios receberam uma sesmaria para combaterem os Botocudos presentes na área.

Os grupos indígenas atingidos, de forma sistemática ou não, durante o período, rapidamente enfocados foram os Pataxó, Kamakã e alguns dos seus subgrupos e o Botocudo, representados por várias subdivisões, que circulavam numa região de floresta tropical latifoliada quase virgem da penetração colonial.

Devem, em parte, a compartilhar um mesmo ambiente e, em parte, a fatores históricos, apresentavam uma série de características comuns quanto à sua organização social e econômica. Eram grupos, na sua maioria, que se fracionavam com grande intensidade e viviam basicamente de atividades de caça e coleta. Possuía tecnologia simples, própria de grupos que não têm residência fixa e que ao se deslocarem não podem ter grande quantidade de instrumentos, o que dificultaria sobrando as viagens. De entanto, a aparente uniformidade desses caçadores e coletores de floresta tropical, não deve ser enganosa a ponto de não nos permitir distinguir claramente especificidades culturais e sociais em cada grupo.

Os Pataxó e os Botocudo eram grupos que viviam da caça e coleta, ainda que, esporadicamente, lhes seja atribuída a atividade agrícola, que, se existia, não devia ter grande importância na sua organização econômica. Já os Kamakã eram agricultores, ainda que a coleta tivesse maior relevância na sua dieta, do que se ter, por exemplo, nos grupos de floresta tropical.

Os principais produtos plantados pelos Kamakã eram a batata-doce e o inhame, ficando o milho e a mandioca num segundo plano. Usavam apenas um pau-de-cavar inadequado à utilização no cerrado, res

tringindo, portanto, o plantio às matas de galeria.

variação sazonal implicava em alterações nas atividades predomina-
nantemente exercidas pelo grupo. O período seco era aquele em que
a caça e a coleta eram exercidas com maior intensidade, o que im-
plicava no deslocamento dos habitantes das aldeias, que se inter-
navam na mata em busca dos alimentos. Era o período em que havia
maior abundância e, conseqüentemente, maiores atividades cerimo-
niais festivas.

O período das chuvas era o de plantio e de retorno à aldeia. A vi-
da se tornava mais monótona e pobre tanto a nível da subsistência
quanto das atividades sociais e festivas. O convívio social, no
entanto, se tornava mais intenso, já que o período de vida comum,
forçada pela ausência de deslocamentos, os obrigava a compartilha-
rem de maior soma de tempo com os demais membros da comunidade.

Estabelecido esse rápido quadro dos grupos no período compreendi-
do entre os séculos XVI e XVIII, vamos analisar o século XIX, ten-
tando caracterizar etnograficamente os vários grupos envolvidos
pelo processo de expansão da sociedade nacional.

Os dados que obtivemos dos viajantes, funcionários e outros agen-
tes da sociedade brasileira envolvidos no processo de dominação e
espoliação desses grupos, apresentam variações quanto ao grau de
precisão. Outro fator que não podemos ignorar é que os dados são
de momentos distintos e representam graus diferenciados de inte-
gração dos grupos indígenas àquela sociedade com as conseqüentes
transformações sofridas nas suas características culturais.

Iniciaremos a análise mais detalhada pelos Kamakã, por ser um dos
grupos que foram primeiramente aldeados, no século XIX, na região
do rio Paraná.

A FAMÍLIA LINGUÍSTICA KAMAKÃ

Segundo Hetraux e Nimuendajú (in STEWARD, 1963 VI:547) e Mason
(in STEWARD, 1963 V,VI:293/5) a família linguística Kamakã inclu-
ía outras línguas com dialetos pouco conhecidos do grupo Jê. As
línguas seriam Kutaxã, Menian, Kamakã e Inassuarã. Os dialetos do
Kamakã seriam o ng'yã e o n'xô, e da língua Kutaxã, se conheceria
o dialeto Katatã. Na classificação de Layman e Trigueiros, publicada
por Colatti (1930:37), não consta o grupo linguístico Kamakã.

Como há pouquíssimas referências aos subgrupos, iniciaremos pela elaboração de um quadro histórico sobre estes grupos, quando for possível, pois muitas vezes os dados são tão insignificantes que nada mais permitem relatar além de sua localização.

Os Katatui

Os Katatui, subgrupo Kamakã, falavam um dialeto Kutaxõ, viviam na região nordeste da Capitania de Porto Seguro (CALSAL, 1945:74; LOUKOTKA, 1931:109; METRAUX e NIJUNDAJÚ in STERNARD, 1963 V.I:548) Desconhecemos qualquer tipo de informação sobre esse pequeno grupo. É possível que tenham ter sido absorvidos pela sociedade nacional perdendo a sua identidade étnica, transformando-se em caboclos, que trabalhassem na agricultura ou nas atividades de derrubada de madeira e seu transporte pelos rios locais. A extinção física do grupo é outra alternativa possível, assim como a de terem migrado para o interior em busca de regiões ainda não ocupadas por colonos. O fato é que desconhecemos qualquer referência a existência desse grupo.

Os Kutaxõ

Os Kutaxõ ou Kutaxõ viviam nas vertentes da Serra dos Aimorés, ao sul do rio Cachoeira e ao norte do rio Parão (LOUKOTKA, 1931:109; METRAUX e NIJUNDAJÚ in STERNARD, 1963 V.I:548) Dedicavam-se integralmente, usavam os cabelos cortados na altura das orelhas e botões nos lábios e orelhas. Pintavam-se com desenhos geométricos nas cores negra e vermelha, tirando as tintas de sumos vegetais e óleos animais. Suas habitações eram construídas com palha de palmeiras e havia uma casa situada no centro da grande aldeia, que, segundo Loukotka (1931:131), era destinada aos chefes, mas poderia ser, talvez, uma "casa dos homens".

Alimentavam-se de frutos e raízes obtidos nas atividades de coleta desenvolvidas nas florestas em que viviam, além da caça e pesca. Pelos dados que dispomos parece que os Kutaxõ não conheciam a agricultura, e que só a teriam adotado após serem aldeados e terem sido imposta pelos agentes administrativos da sociedade dominante (LOUKOTKA, 1931:150).

Os Menian

Este grupo vivia às margens do alt. Jequitinhonha, de onde foi

deslocaram-se bandeirantes paulistas, que relocaram parte do grupo em Belmonte, onde Saint-Hilaire e Wed-Neuwied os visitaram. Ambos afirmam que os Menian eram excelentes trabalhadores manuais, vendendo esteiras, chapéus de palha, cestos e redes de pescar, além de serem considerados habilíssimos pescadores, remadores e caçadores (WED-NEUWIED, 1958:235; SAINT-HILAIRE, 1938). Ambos afirmam que o grupo já estava nestigado e que havia perdido grande parte dos elementos essenciais de sua cultura (LITREUX e NIMUENDAJU *in* STEWARD, 1963 VI:548). Além da aldeia de Belmonte, que também havia sido elevada a vila durante a administração do Marques de Pombal, encontramos referências à aldeia de São Benaventura do Poxim, na localidade de Peso do Pau (GRACIA-CRÔ, 1756, ms), e a outra, próxima de Belmonte, ali localizada pelos componentes da 7a. Divisão da Junta da Conquista e Civilização dos Índios para protegerem a construção de uma estrada de Minas Gerais para o litoral, seguindo o curso do rio Jequitinhonha (GONÇALVES, 1808, ms). Spix e Martius afirmam ter encontrado um pequeno grupo de Menian vivendo com os Kamakã na Serra do Mundo Novo, no arraial de Conquista (SPIX e MARTIUS, 1976:167).

Os índios Menian, na região de Belmonte, foram utilizados na abertura de rotas de comércio pelo rio Jequitinhonha e como combatentes contra os Botocudo, guarnecendo os presídios a serem instalados na região e colonizando os vales dos rios, o que garantiria não só o comércio como também a instalação de fazendas na área.

Os Mongoyô

Os Mongoyô, Nogoyô, Gongoyô ou Cruzaiô, sub-grupo Kamakã, estavam localizados no século XIX na região ao norte do rio Parana, próximo ao ribeirão da Verruga, onde haviam sido aldeados após os combates travados entre 1806 e 1808 com o capitão-mor da Conquista João Gonçalves da Costa, fato que analisamos no capítulo anterior.

As referências mais completas que encontramos sobre os Mongoyô, ainda que de forma assistemática, sem deixar claro se era um grupo distinto do dos Kamakã ou não, são as de Wed-Neuwied, que os visitou na aldeia de São Pedro de Alcântara, vulgo Ferradas, em 1817. Segundo o autor, o aldeamento teria se formado em decorrência da estrada aberta entre Ilhaeus e Minas Gerais, congregando trabalhadores negros, espanhóis, portugueses, nacionais e índios da tribo Kamakã, principalmente do subgrupo Mongoyô (WED-NEUWIED, 1958:356/7).

Os indígenas de Ferradas viviam nessa ocasião de trabalho de construção e conservação da estrada e da mandioca plantada nas roças abertas no meio de árvores queimadas. A aldeia estaria em decadência devido ao insucesso da estrada nesse período, e à alta taxa de mortalidade dos índios ali reunidos. Um dos fatores responsáveis pela intranquilidade reinante na área, e que teria determinado o insucesso temporário da estrada Ilhéus-Minas, era a presença constante dos Botocudo e Pataxó, ainda não aldeados, e que atacavam constantemente as tropas de mercadores.

O mesmo autor noticia, ainda, a presença de grupos errantes de *Mongyô* no ribeirão de Issara e no córrego da Piaçunha, onde seria o limite entre o seu território e o dos Pataxó (WIED-NEUWIED, 1958: 357).

As habitações eram quadrangulares, com telhados feitos de cascas de árvores e as paredes com galhos entrelaçados. Dormiam em jiraus e certos com estopa, mantendo acesa uma fogueira durante a noite nos pés da cama. (IGMACE, 1912: 949/50; WIED-NEUWIED, 1958: 430).

Sua alimentação compunha-se basicamente do que obtivessem nas atividades de caça e coleta (mel, frutas, carne e peixe), além do produto de pequenas roças, principalmente a mandioca e o milho. Os aldeados colhiam algodão, mandioca e milho.

O algodão, assim como outras fibras naturais, era amplamente utilizado pelas mulheres da aldeia. Realizavam também trabalhos de cerâmica (IGMACE, 1912: 951; WIED-NEUWIED, 1958: 432).

Observamos que a denominação *Mongyô* é usada muitas vezes como sinônimo de *Kamakã*, como em Spix e Martius. Outros documentos, no entanto, mantêm a distinção entre os dois grupos. Optamos por manter essa distinção pois nos pareceu que o fato destes grupos estarem aldeados no mesmo local - Ferradas e Ilhéus - pode ter confundido a descrição daqueles autores. Consideramos que pelo fato de se constituir em um subgrupo *Kamakã*, as semelhanças culturais e sociais eram muito grandes. Além disso, as peculiaridades tendem a desaparecer quando dois grupos são obrigados a conviver num mesmo ambiente sofrendo os mesmos tipos de imposições da sociedade dominante que os localizou num mesmo aldeamento e os impossibilitou de reproduzir a sociedade tribal.

As lutas na região da Vitória da Conquista estendem-se de forma in

termitante durante dois períodos críticos - 1806 a 1808 e 1825 a 1828 - e mesmo no segundo período os grupos Mongoyô foram violentamente atacados pelos conquistadores da área. Ainda em 1826, o Capitão-Mor Antônio Dias de Miranda alega e justifica a necessidade de continuar a sua incessante luta contra os Pataxô, Mongoyô e Botocudo, que ele considerava como os grandes impedimentos ao desenvolvimento das atividades de criação de gado e abertura de estradas.

Os Kamakã

Os Kamakã, propriamente ditos, viviam numa área compreendida entre os rios Colonia, Pardo, Jequitinhonha e Contas. Estes grupos foram aldeados sistematicamente a partir de 1806, quando dos combates que travou o Capitão-Mor Antônio Dias de Miranda e seu sogro para a implantação de sua sesmaria. Ele criou ou aproveitou as aldeias já existentes anteriormente na margem esquerda do rio Pardo.

É possível estabelecer parcialmente as características culturais e sociais dos Kamakã, graças aos documentos retirados do Arquivo Público da Bahia e das observações dos viajantes, principalmente, Wied-Neuwied, Spix, Martius e Duville. Depois, procuraremos estabelecer um quadro histórico das relações estabelecidas entre os grupos aldeados e a sociedade envolvente.

No século em apreço, as primeiras observações mais detalhadas sobre os Kamakã foram feitas por Wied-Neuwied, que os visitou em Terralhas, onde estavam aldeados com os Mongoyô. Visitou-os também na aldeia de Sant. Antônio da Cruz, na do Jilóia e na Serra do Mundo Novo. Spix e Martius visitaram-nos em Terralhas, e Duville nas margens dos rios Itaípe e Colonia (WIED-NEUWIED, 1958:428-438; SPIX e MARTIUS, 1976:166/171; METRAUX, 1930:246).

Atividades de Subsistência

Os Kamakã exerciam atividades agrícolas, que combinavam com atividades de caça, coleta e pesca. O mel era um dos seus produtos mais apreciados, assim como as frutas silvestres.

A agricultura era exercida em Terralhas onde cultivavam predominantemente batata-doce, feijão, inhame, café, banana, laranja, melancia, milho, algodão, mandioca, amendoim e cana-de-açúcar (METRAUX e WILSON

DAJU in STEWARD, 1963:V.I:548/9).

A época adequada para o plantio era o período de chuvas, já que o período das secas era utilizado para a coleta e as caçadas (LOUIE, in STEWARD, 1963:V.I:381-383).

As grandes caçadas, quando obtinham sucesso, terminavam em festas com a distribuição do produto entre os membros do grupo, acompanhado de cauim preparado pelas mulheres, que mastigavam 16 horas antes o milho. Raramente usavam a batata. O milho depois era cuspiado num recipiente feito da barriguda escavada cuidadosamente e previamente preparada, no qual jogavam água fervente, levando depois ao fogo esse mesmo vaso de madeira (WILD-NEUWIED, 1958:435).

Parece-nos que as atividades de pesca, caça e coleta eram coletivas, tanto no seu desempenho, como no resultante consumo (OLIVEIRA, 1992), enquanto o produto da atividade agrícola era de propriedade do cultivador, exceção feita à banana (METRAUX e NIMUENDAJU, in STEWARD, 1963:V.I:548).

Quanto à existência de animais domésticos, encontramos uma discrepância entre as informações fornecidas por Wied-Neuwied, que afirma não haver animal domesticado nas aldeias Kamakã, e as de Metraux e Nimuendaju, que afirmam que o cão estava presente. Parece-nos que o cão deve ter sido introduzido a partir do contacto mais sistemático com a sociedade envolvente, em época posterior às observações do primeiro autor citado.

Habitações

Douville (in METRAUX, 1930) afirma que os Kamakã habitavam em grandes casas coletivas, construídas com palha e palmeiras, agrupando uma média de 20 famílias (LOUKOTKA, 1931; METRAUX e NIMUENDAJU, in STEWARD, 1963:VI:548).

Wied-Neuwied afirma que encontrou restos dessas casas perto de Ferradas. No aldeamento de Jibóia na Serra do Mundo Novo, os Kamakã viviam em cabanas feitas de madeira entrelaçada e barro, com cobertura de cascas de árvores, possivelmente já havendo nesse caso uma forte influência dos padrões arquitetônicos dos lavradores e colonos da região (WIED-NEUWIED, 1958:432).

No interior da habitação havia jiraus, que cobriam com estopa (WIED-NEUWIED, 1958:452) e em poles de animais ou folhas (GIL e LACERDA, 1976:103).

Idumentária e Adereços

Pintavam-se, predominando as cores preta e vermelha. As mulheres pareciam preferir os desenhos geométricos de forma circular, principalmente em volta dos olhos e dos seios. Os homens pintavam-se com linhas horizontais e verticais, predominando a cor negra entre estes e a vermelha entre aquelas. Usavam para o preparo das tintas as resinas das árvores, óleos de frutas e gordura de animais (LOUKOTKA, 1931:113/9; IGARICE, 1912:959; WIED-NEUWIED, 1952:431, 434). Como um sinal das transformações introduzidas pelo contacto com os missionários e, ou, administradores coloniais, Wied-Neuwied afirma que os índios batizados, que ele visitou na aldeia da Barra da Vereda - Santo Antônio da Cruz -, pintavam com urucum uma cruz nas suas testas. (WIED-NEUWIED, 1958:393; METRAUX e NIENHUIS in STEWARD, 1963:V.I:p.549).

O material utilizado para a pintura era o genipapo e o "catuã", tirado de uma árvore não identificada, além do urucum, este era triturado em água fria, e após isso aguardava-se a precipitação, colocando depois a substância a secar, cortada em quadros. Depois de desidratada, o produto obtido era desmanchado em óleo de rã ou gordura vegetal, e estava pronto para ser utilizado (WIED-NEUWIED, 1958:431; SPIK e MARTIUS, 1976:169). Pintavam-se com urucum em todas as partes do corpo, menos a cabeça, as mãos e os pés (METRAUX e NIENHUIS in STEWARD, 1963, V.I:549).

Depilavam totalmente o corpo e a face, e, no caso dos chefes, parte da cabeça sob forma de tonsura. Os homens usavam opcionalmente os cabelos cortados à altura do pescoço, usando para isso, um pedaço de taguara, ou então deixavam-nos compridos e soltos, caindo nos ombros livremente.

A única idumentária usada pelos homens Kamakã era o estojo peniano feito de folhas trançadas - tacanhoba; e as mulheres usavam saias trançadas de fios de algodão, "transparentes" (sic) com franjas frontais e posteriores coloridas em preto e vermelho (LOUKOTKA, 1931:136/7; IGARICE, 1912:950). O colorido das saias das mulheres era feito com urucum, genipapo e pau-brasil. Após o contacto, estas saias foram transformadas em aventais usados sobre as saias de caita, que passaram a adotar (SPIK e MARTIUS, 1976:167).

Os homens enfeitavam-se com colares feitos de dentes de macacos,

unhas de tapir (LETRAUX e NIWUENDAJÛ in STEWARD, 1963:VI:542).
sementes grandes e redondas (WIED-NEUWIED, 1958:386).

Os enfeites plumários não eram abundantes nas variações. Parece que eram usados em cerimônias especiais pelos chafas. Eram como barretes de penas de papagaio, tendo no centro uma espécie de coroa feita com plumas de maior tamanho (WIED-NEUWIED, 1958:433; LETRAUX e NIWUENDAJÛ in STEWARD: VI:543). Os homens usavam plumas nas orelhas, perfuradas com pequenos orifícios (LETRAUX e NIWUENDAJÛ, in STEWARD, 1963:VI:543).

Os pais Kamakã ensinavam crianças de algodão abaixo dos joelhos e ao torno dos tornozelos dos filhos com o fim de torce-los elegantemente as pernas. (LETRAUX e NIWUENDAJÛ, in STEWARD, 1963:VI:543).

Manufaturados

Os manufaturados Kamakã eram considerados como bem elaborados, incluindo o trançado, a cerâmica e a produção de armas.

Os objetos trançados eram de boa qualidade e cores vivas, predominando o negro e o vermelho. As mulheres trançavam bolsas e sacos para o transporte de frutas, raízes e animais nas atividades de caça, coleta e colheita, além dos utensílios de uso familiar quando se deslocavam pelas matas. O material que utilizavam era fibras de palmeiras, tingidas com urucum, jenipapo e pau-brasil (SPIL e MARTIUS, 1976:167/8). Wied-Neuwied considerava que esses índios eram ótimos artesãos e que as funções, que lhes eram atribuídas pelos colonos da área em que os aldeamentos estavam localizados, subaproveitavam a sua capacidade, utilizando-os, apenas, em trabalhos rudes, como a derrubada de árvores, transporte de madeiras, construção de estradas e sua conservação (WIED-NEUWIED, 1958:434).

A cerâmica confeccionada pelos Kamakã era feita com argila cinzenta (WIED-NEUWIED, 1958:432). Niwundajû encontrou, em área primitivamente habitada pelos Kamakã, restos de grandes vasos esféricos, sem formato de fundo, ou bordas definidas. Era cerâmica simples, confeccionada com rolos de argila superpostos, sugerindo, no seu efeito final, a forma de escamas de peixe ou de um talharim. Não eram decorados, e, exceto por uma simples marca sulcada próxima à borda, não havia qualquer outra indicação da existência de alças. (LONIE in STEWARD, 1963, V.I., 386)

As armas de que dispunham eram o arco e a flecha, considerados de grande tamanho, ainda que menores que os dos Pataxó.

As flechas, também consideradas de tamanho avantajado, apresentavam-se em três tipos usuais, variando o formato da ponta de acordo com sua destinação. Havia uma feita de tala de bambu que tinha uma forma fina e cortante; outras, curvas, feitas com madeira de baraúna; e as destinadas a caçar passarinhos, com pontas arredondadas feitas com bulos.

As flechas compunham-se de 3 partes: a ponta, a vareta (freshaft) de madeira de baraúna, e a haste de bambu; eram emplumadas com retrizes coloridas, azuis e vermelhas, com fibras tecidas de algodão coloridos de branco e vermelho (WIED-NEUWIED, 1953:433) Spix e Martius fazem referências à possibilidade de as flechas destinadas ao combate serem envenenadas, ao afirmar que os grupos iam até às Ilhas Novas em busca de caça, madeiras para os arcos, caniços para as flechas e plantas para lhes envenenarem as pontas (SPIX e MARTIUS, 1976:166)

O arco era feito de baraúna, sólida, segundo Wied-Neuwied, e mais bem acabado e trabalhado que o de seus vizinhos. Caracterizavam-se por apresentarem um profundo sulco longitudinal na parte dianteira.

Parte dos manufaturados dos Lamakã era vendida, no século XIX, aos moradores de vilas das áreas vizinhas às suas aldeias. Outros artigos com que comerciavam eram o mel e ceras perfumadas. Trocavam-nas por ferramentas, roupas ou quinquilharias que lhes interessassem (WIED-NEUWIED, 1953:131).

O Ciclo Vital

O nascimento de uma criança ocorria na floresta, para onde a parturiente se retirava. No caso de ser o primeiro parto, ela era acompanhada por uma mulher mais velha, que a auxiliava, acomodando-a num buraco aberto no chão. Após o parto, banhavam-se, ela e a criança, no rio que passasse mais próximo ao local.

Ao regressar à aldeia, a mulher retomava o seu trabalho normalmente. A prole era nutrida até aos três anos que determinava a grande quantidade de leite, produzido pela primeira vez aos 12 ou 13 anos.

O nascimento de uma criança implicava em ritos de passagem realizados pelo pai, que se recolhia à rede, guardando dieta alimentar rigorosa, em que estava proibida a carne de anta, queixada e macaco e recomendados o inhame e os passarinhos como alimentos ideais. Eram também proibidos o milho e as bananas. Esta dieta e o descanso forçado do homem duravam em torno de 15 dias, enquanto as mulheres assumiam as demais responsabilidades do funcionamento da unidade produtiva familiar (LETRAUX, 1930:265; LETRAUX e NIMUENDAJÚ, in STEWARD, 1963, V.I:549).

- As crianças mereciam cuidados especiais até os 3 ou 4 anos, quando então lhes era atribuída relativa autonomia. Muito cedo começavam a plantar, colher e cozinhar por conta própria. Nas caçadas, que realizavam, dividiam-se de forma uniforme o produto entre os demais membros da comunidade (LETRAUX, 1931:267 e LETRAUX e NIMUENDAJÚ in STEWARD, 1963, V.I:550).

Com relação ao casamento, as observações de Vied-Neuvial e de Espix e Martius estabelecem uma conexão direta entre as corridas de toras e as cerimônias de escolha do esposo pelo vencedor, no caso de haver mais de um pretendente. Espix, entretanto, nega essa vinculação. Os dados existentes e diretamente relativos aos Kamakã não permitem aprofundar este ponto.

O jovem que desejava casar-se teria que solicitar permissão ao líder de sua aldeia, que se encarregaria, então, das negociações para obter a noiva, quando esta não pertencia à aldeia do pretendente. Estabelecido o enlace, ocorria uma festa com a participação de membros de várias comunidades, ocasião em que eram servida grande quantidade de alimentos, principalmente milho, batata-doce e mamão. As festividades duravam enquanto houvesse comida capaz de satisfazer aos convivas. Os homens ocupavam-se com o banquete e os homens apresentavam-se paramentados com seus melhores cocares. Havia dádivas aos noivos (LETRAUX, 1930:263; LETRAUX e NIMUENDAJÚ in STEWARD, 1963, V.I:550).

Os casamentos exogâmicos, implicavam obrigatoriedade do estabelecimento de um novo acerto em que o grupo receptor doava outra mulher ao grupo que havia sido originalmente doador.

As separações eram fato comum e não implicava em dissensões entre os membros da sociedade. O pai continuava a manter a obrigação de

fornecer o alimento necessário (caça e coleta) ao sustento da criança, mesmo no caso de filhos caspentes de sua ex-mulher. A recomposição de antigos pares era também comum.

Admitia-se a poliginia, porém a normal era a monogamia.

Como a atividade agrícola era feminina, no caso de separação dos casais, o produto das riquezas continuava sob controle das mulheres, que processavam a colheita para a nova unidade produtiva que haviam constituído (REYNAUX, 1931:261; REYNAUX e NIJHENDAJU in STEWARD, 1963, V.I, 550).

Doenças, Tratamento e Medicamentos

Segundo os viajantes, os Karahí, nas ocasiões em que foram visitados, não gozavam de bom estado de saúde. Os efeitos do contágio se faziam sentir de forma violenta, inclusive gerando taxas de mortalidade consideradas alarmantes pelos observadores. Alegavam-se como causas da precária situação de saúde a pobreza em que viviam nos aldeamentos e o ambiente pouco salubre das margens dos rios. (SPIX e MARTINS, 1976:176).

Para Wied-Neuwied (1958:436/7) os doentes eram considerados como tendo sido atingidos por "divindades" da natureza. Os elementos considerados como responsáveis pelas doenças eram a ira do sol - manifesta nos seus raios intensos e quentes - e a insatisfação dos mortos quando não eram tratados de forma adequada nos momentos do funeral (LOUKOTKA, 1931:210; WIED-NEUWIED, 1958:437). Por isso, na maioria das vezes, eram abandonados à própria sorte. A terapia conhecida e usada constituía-se no ato de soprar fumaça de tabaco e recitação de longos cânticos, semelhantes a ladainhas, além de infusões e emplastros de ervas.

A Morte e Os Funerais

Os enterros faziam-se seguindo padrões. Os homens eram enterrados com seus corpos pintados e de cores, em buracos feitos normalmente nas matas. Plantavam bananeiras ou algodoeiro nas covas. Acompanhando o corpo, colocavam-se as armas e os enfeites de penas, além de jarras com bebidas e utensílios pessoais.

As covas eram cheias com terra e no seu topo colocava-se um pequeno fogo que deveria arder até se extinguir. Cobriam-nos, em segui-

da, com folhas e galhos de palmeira. Mortas de carne eram feitas pelos presentes, e, a partir desse momento, esse produto, assim como as bananas nascidas no pé plantado sobre a cova, ficavam interditos ao consumo da comunidade pelo período de uma lua. Era o tempo de luto, passado o qual, as viúvas podiam voltar a casar-se.

O desaparecimento das mortas alimentícias, era interpretado como sua aceitação por parte do morto. Isto significava que ele havia partido em paz e não mais provocaria problemas de saúde aos membros da coletividade. Caso tais ritos não fossem cumpridos, os mortos voltariam sob a forma de onça para atacar os membros do eker (aldeia).

Esse tipo de enterro destinava-se aos chefes de família. Os das mulheres eram mais simples e os das crianças feitos sem cuidados maiores. O sinal indicativo do sexo e idade do morto era dado pelo tamanho do vaso colocado com as oferendas sobre a cova.

A volta à aldeia era acompanhada de longas lamentações cantadas. Durante o período de luto, elas eram recitadas em voz alta três vezes ao dia: ao nascer do sol, ao meio-dia e ao por do sol.

A sepultura era aberta posteriormente, os ossos trazidos para as casas, onde pintavam-nos e colocavam numa urna funerária, que enterravam numa cova rasa. Nesta ocasião se realizavam grandes festas comemorativas. O enterro secundário contava com a participação de todos os membros da aldeia.

O corpo dos feiticeiros era queimado, não merecendo sepultamento. No início do período das curvas, levava-se grande quantidade de carne para consumo de caça. As almas dos mortos nasciam, tornando-se visíveis para os velhos e participando das danças com os demais membros da comunidade.

As almas das pessoas boas podiam reencarnar-se nos recém-nascidos, se este desejo fosse expresso pela mãe da criança. Quando tal fato não acontecia os espíritos iam para uma grande cabana no céu, onde havia fartura de comida. Quando já reencarnados, só nos casos de insatisfação quanto ao cumprimento dos rituais, os mortos ficavam vagando sobre a terra, sob a forma de onça, castigando as pessoas do eker. Outra forma de castigá-los era a de provocar tempestades,

que prejudicassem as atividades econômicas do grupo e assustassem as pestes (WIED-NEUWIED, 1933:137; SPIX e MARTIUS, 1976:133, 1980:174; 1931:272/3; HENAUX e NI UENDAJÛ in STEWARD, 1963, V.I, 550).

Ritos e Atividades Recreativas

Segundo Lurie (in STEWARD, 1963, V.I.:391) as cerimônias tinham um caráter predominantemente recreativo. No entanto, determinados ritos de passagem se faziam presentes: a furação das orelhas, a nomeação das crianças, a primeira manifestação da puberdade feminina, a aquisição de emblemas distintivos de status pelos adultos, casamentos, nascimentos e mortes.

No entanto, a cerimônia de maior destaque entre os Kamakã era a corrida de toros (Sbl). Alguns autores - Douville, Spix e Martius e Wied-Neuwied definiam-na como pre-sandipã da capacidade de um homem obter esposas. Lurie, como foi visto, nega tal relação.

A corrida fazia-se com toros de madeira na barriguda, com um metro de comprimento por cerca de um metro de circunferência tirados na mata. Aberto o caminho para a volta, iniciava-se a corrida. O mais forte de cada um dos grupos participantes colocava o seu toro nas costas e corria.

O objetivo dos membros do outro grupo era o de tomar o toro carregado pelo oponente. Após a corrida, que era exaustiva, todos os participantes iam banhar-se no rio.

As corridas de toros terminavam em festas à luz da lua, com consumo de cauim e de grande quantidade de comida.

Participavam dessas corridas dois grupos (provavelmente metades) - waaye e wana. A participação num dos grupos era definida pela mãe, quando considerava a criança na idade apropriada. Na corrida, o que distinguia os grupos era a pintura corporal diferenciada que usavam. A pertinência a um desses grupos não tinha implicações exogâmicas e não se definia hereditariamente. Desconhecemos se a existência e agregação dessas possíveis metades sempre tiveram este caráter, ou se quando os Kamakã foram observados por Henschelajû, neste século, sua estrutura original já se encontraria alterada pela interferência da ação missionária ou pela desarticulação social devido, inclusive, a mudanças na composição demográfica da população.

As danças ocorriam frequentemente. Eram realizadas com os participantes formando fila dupla diante da casa dos homens, cantando e balançando-se sobre os pés. As mulheres acompanhavam-nos, pondo-se em fila à sua frente; e colocavam um dos braços sobre o ombro da dançarina que lhe ficava na dianteira. Também cantavam e batiam os pés com força no chão.

Os instrumentos musicais, que conheciam, eram os chocalhos feitos de cabaça e longas cordas de algodão em que eram enfiados cascos de vealhos, de queixada e de anta. Não conheciam tambores. Emitiam ruídos raspando uma cabaça com um pequeno bastão (METRAUX, 1930; 259, 260; METRAUX e NIMUENDAJÜ in STEWARD, 1963, V.I, 398).

Mitologia

Sua mitologia centrava-se no ciclo do sol e da lua. Em alguns autores, eles são apontados como irmãos. Noutros, como simples companheiros. Ambos eram do sexo masculino.

A lua apresentava-se como um ser tolo. Envolvia-se em grandes complicações que, algumas vezes, determinavam a sua morte. O sol sempre interferia, ressuscitando-o.

Os ataques de ira do sol manifestavam-se no disparo dos seus raios transformados em flechas. A cor vermelha era indicativa de estados de fúria. Os incêndios nas florestas eram explicados como manifestações desses sentimentos. Um dos mitos que narra uma situação desta é aquele em que o sol se transforma numa capivara e sendo atacado pelos humanos, impos-lhes como castigo um grande incêndio.

Quanto à presença de cataclismos, havia referência a um dilúvio, ao ataque de jaguar nas noites de eclipse lunar e o grande incêndio, acima referido.

Referiam-se ainda a história do homem que se casou com uma estrela. A história termina com a separação do casal e a volta do homem à terra carregado por abutres (urubus?).

Outras figuras mitológicas presentes no corpo de suas crenças eram as da tribo de anões fortíssimos e a dos comedores de piolhos. METRAUX e NIMUENDAJÜ in STEWARD, 1963, V.I. 552; LOWIE, in STEWARD, 1963, V.I., 397; METRAUX, 1930, 268-271; SPIX e MARTIUS, 1976:168; LOUKOTKA, 1931:209-212; WIED-NEUWIED. 1958:437).

BOTOCUDOS

Os Botocudos no século XIX espalhavam-se por uma faixa de 80 km de comprimento, aproximadamente, e largura indeterminada entre Minas Gerais, Porto Seguro e Ilhéus, na Bahia, e Espírito Santo. Dominavam as bacias dos rios Pardo, Jequitinhonha, Mucury e Doce (LOUKOTA, 1931:108/9 e WIED-NEUWIED, 1958:248).

Como já afirmamos, os grupos Botocudo apresentavam como característica marcante da sua organização política, social e econômica, a tendência ao fracionamento constante. Essa característica fez com que inúmeros subgrupos fossem repetidamente referidos numa área tão extensa, o que nos poderia dar a impressão de que formavam um contingente demográfico bem mais numeroso do que realmente era. Parece-nos que, à medida em que os seus territórios foram sendo ocupados e a guerra desencadeada contra eles se tornou mais violenta, o fracionamento se tornou mais intenso. Os vários subgrupos recebiam denominações toponímica ou então derivada do nome dos chefes que comandavam a dispersão (V. HABERICH e MONSERRAT, 1975:17).

Atividades de Subsistência

Viviam das atividades de caça, coleta e pesca. A maioria da documentação aponta que a agricultura foi atividade adquirida a partir do contacto estabelecido com os colonizadores. Poderíamos afirmar, portanto, que, na realidade, a agricultura foi o resultado da imposição dos padrões estabelecidos pelos administradores. Mas essa interpretação poderia ser uma visão parcial, e que não excluiria a possibilidade de os Botocudo, assim como os Pataxó, terem uma agricultura incipiente na fase pré-contacto, que se teria desarticulado devido as pressões sofridas com a competição por seus territórios. Teriam, talvez, abandonado esta forma mais elaborada de sobrevivência e desenvolvido predominantemente as atividades de caça e coleta. Portanto, no momento em que se estabeleceu o contacto estariam vivendo dessas atividades, o que teria levado os observadores a pensarem que os Botocudo e, mesmo os Pataxó, não exerceriam essas práticas. Logo, os Botocudo e os Pataxó não teriam aprendido com os colonizadores as técnicas agrícolas, mas reintroduzido esta atividade, inclusive com novos padrões, estes sim, mais adequados às propostas da nova economia. De qualquer

forma, nenhuma das hipóteses possíveis tem confirmação.

A imposição da agricultura como prática econômica mais importante, relacionava-se com a oposição ao nomadismo, que não se coadunava com a proposta de aldear para liberar terras para a instalação de rotas de comércio, fazendas ou roças. Era preciso, dentro do quadro estabelecido para a colonização da área, localizar os grupos indígenas em áreas definidas e restritas, garantindo as demais para a implantação das atividades pensadas pelos mentores da política econômica do país. Uma das condições para a viabilidade dos aldeamentos era que os índios fossem capazes de garantir sua auto-suficiência alimentar em curto espaço de tempo e, posteriormente, produzir excedente para serem comercializados. Para isso era preciso que os índios iniciassem os trabalhos de agricultura logo que se tornassem sedentários.

Cultivavam mandioca, batatas doce, bananas, arroz e cana-de-açúcar. No entanto, constantemente abandonavam as roças e se interiorizavam nas matas, voltando às atividades originais de caça e coleta. Segundo Wied-Neuwied, teria sido a impossibilidade de manterem padrões adequados dos níveis de alimentação, que os teria forçado a aceitarem as condições dos colonizadores. Ele afirma, ainda, que avaros sempre famintos, o que os fazia oferecerem-se para qualquer tipo de trabalho em troca de um prato de comida.

A redução de seus territórios de caça e coleta, com a desarticulação do sistema econômico e social, levou a profundas modificações e deslocamentos dos grupos e a aceitação do sedentarismo e das atividades agrícolas (WIED-NEUWIED, 1958:233/4).

Os homens preparavam a terra e plantavam enquanto as mulheres realizavam a colheita (LETRAUX in STEWARD, 1963.V.I:533). No entanto, Wied-Neuwied afirma que a atividade de plantio era responsabilidade das mulheres, o que nos parece mais coerente com o sistema de divisão de trabalho existente entre os Botocudos (WIED-NEUWIED, 1958 293/4).

Coleta - processava-se de forma mais proveitosa no período da seca, quando abandonavam as aldeias situadas próximas ao leito dos rios e se internavam na mata. Era atividade exercida pelas mulheres. Nesse período a riqueza alimentar era maior que no período das chuvas. Coletavam basicamente o oco, palmito, injá, feijão

do mato, maracujá, araticum, araçá, jabuticaba, imbú, pitanga, saúvaia, genipapo, cansação e abacaxis.

Do reino animal, as mulheres coletavam larvas de madeira para serem assadas e insetos, como a tanajura. O mel e a cera das abelhas os obrigava a subirem em árvores altas de onde tentavam retirar integralmente o ninho. O mel, misturado com água dentro de potes feitos de talas de bambú, era bebida apreciada (WIED-NEUWIED, 1958: 300/1; METRAUX in STEWARD, 1963, V.I: 533; LOUKOTKA, 1931: 147).

Caça - Constituiu-se numa das atividades mais importantes na vida econômica dos Botocudo, sendo exercida pelos homens comunitariamente e quando o produto abundava, o consumo também se fazia em grupo, com a participação dos membros da comunidade (SAINT-HILAIRE, 1938: ; WIED-NEUWIED, 1958: 301/2).

Eram considerados hábeis caçadores com extraordinária capacidade de uso do arco e da flecha, resultante de efetivo treinamento na acuidade visual e auditiva. Imitavam com perfeição os sons e ruídos dos animais, o que funcionava como chamariz para atrair a caça.

Sua capacidade de deslocamento era grande, já que se alimentavam do que encontrassem, e independiam da existência de rios ou córregos para beber, pois sabiam como retirar água de taquaraços e bromélias. À noite faziam fogueiras junto aos locais de dormir para se aquecerem e também para espantar animais de maior porte. Para se defenderem das picadas dos insetos, usavam óleos odoríferos.

A caça de animais maiores se processava com o flechamento simultâneo do animal pelos participantes. Com essa tática, conseguiam o esgotamento da presa por sangramento. Os animais preferidos para consumo eram as antas, das quais aproveitavam tudo, menos os ossos e o couro. No entanto, os macacos também eram bastante apreciados (WIED-NEUWIED, 1958: 301). Um dos elementos introduzidos na caça a partir do contacto com a sociedade nacional foi o cão, que passou a ser incorporado no exercício dessa atividade de forma sistemática.

Os territórios de caça e coleta tinham seus limites definidos pelo chefe do grupo. Sérias atritos se estabeleciam nos casos de invasão do território de um grupo por outro (SAINT-HILAIRE, 1938: 137).

Pesca - a pesca era atividade masculina. O método usado era o de flechar os peixes e, às vezes utilizavam o timbô. Só posteriormente, com o contacto com os colonizadores, é que se deu a introdução dos anzóis, aliás bastante apreciados pelos Botocudo, que procuravam ter acesso a esse artigo através da aceitação de trabalho junto aos destacamentos, quartéis e fazendas (WIED-NEUWIED, 1958:301). As flechas usadas na pescaria não tinham acabamento em penas (METRAUX in STEWARD, V.I, 1963:533).

Cozinha - a cozinha era responsabilidade feminina. Os animais eram chamuscados e consumidos meio crus depois de esfolados e eviscerados. As vísceras eram limpas, assadas e depois consumidas. O tempero originalmente usado era a argila. O sal foi introduzido depois do contacto com os nacionais, provocando, inclusive, sérios distúrbios gástricos, acarretando mesmo a morte de alguns índios. As tanajuras eram comidas depois de assadas. Os instrumentos de cozinha usados eram longos talos de bambu, que funcionavam como panelas para o cozimento. Outros alimentos eram moqueados, e os que não eram consumidos de imediato, colocavam-nos sobre os telhados das casas (WIED-NEUWIED, 1958:303).

Moradias - Havia dois tipos básicos de moradia. Um estabelecido para estadias mais demoradas - estacas fincadas em círculos e coberta com folhas e galhos - e as temporárias - formadas com galhos de palmeiras enterrados no chão e amarradas em cima, formando uma arcada onde se penduravam os objetos de uso da família (METRAUX, in STEWARD, 1963, V.I., 534; WIED-NEUWIED? 1958:294/295).

O que constatamos é que à medida em que esses grupos iam sendo mais comprimidos nos seus territórios pelo avanço da sociedade nacional em expansão, os Botocudo abandonaram as formas mais complexas de vida e adotaram padrões mais simples. Essa tendência se refletiu também na construção dos abrigos, pois passaram a se proteger debaixo de galhos de árvores com o aquecimento de uma fogueira feita aos pés de cada grupo familiar.

Indumentária e Adereços

Os homens usavam estojo peniano de folhas trançadas ou amarravam o pênis em posição vertical junto ao abdome, num cinto, que passava pela cintura. Posteriormente, por imposição dos missionários,

passaram a adotar roupas de algodão (homens) e chita (mulheres).

A sua denominação geral - Botocudo - foi-lhes atribuída pelos portugueses em decorrência de usarem grandes botoques nas orelhas e no lábio inferior. Esses ornamentos eram feitos de madeira extraída da barriguda que, depois de cortada nas dimensões desejadas, era desidratada no fogo, o que a tornava leve e branca. Após esta fase, o botoque era pintado com urucu e genipapo, formando desenhos geométricos.

Os confeccionadores dos botoques eram os homens, seguindo as indicações estabelecidas pelo herói-cultural Maret-Khmaknian. Os botoques femininos eram de tamanho menor, mas também confeccionados e implantados pelos homens, detentores do conhecimento e do direito de exercerem tal atividade.

A cerimônia de furação das orelhas ocorria em ocasião escolhida pelo pai após a criança ter atingido 7 ou 8 anos. O lábio inferior era perfurado alguns anos mais tarde. Para a perfuração esticavam as membranas e introduziam pequenos botoques. Estes iam sendo aumentados de tamanho à medida que o tempo passava. Nos jovens, os botoques labiais ficavam em posição horizontal. Já nos idosos, pela flacidez da musculatura decorrente do longo período de uso, os botoques ficavam pendentes.

Quando ocorria o rompimento do anel dérmico ou muscular que sustentava o botoque nas orelhas ou no lábio, os índios amarravam o ponto do seccionamento com um cipô, o que garantia a recomposição do anel e da possibilidade de voltarem a usar o botoque. Em decorrência do uso desses ornamentos outras deformações ocorriam; na boca, o deslocamento dos incisivos inferiores, o afinamento do maxilar e a perda dos alvéolos.

Ao retirarem os botoques, fosse para fazerem o asseio ou porque os vendiam ou perdiam, o que se observava com o anel vazio era o pendimento da musculatura elastecida. Se fosse no lábio, não tomavam qualquer medida, ficando os dentes inferiores expostos. No caso das orelhas, a orla inferior do lóbulo era pendurada sobre a parte superior dele (WIED-NEUWIED, 1958; 286/7).

Os ornamentos de penas eram prerrogativa masculina. Usavam-nos sob a forma de pequenos cocares elaborados com simplicidade tendo as penas presas com cera-da-terra aos cordões de embira ou algo-

ção. Usavam também pequenas faixas do mesmo material amarradas nos braços, pernas e coxas. Outro ornamento usado era a colocação de penas espalhadas pela cabeça e presas ao couro cabeludo com a mesma cera (WIED-NEUWIED, 1958:290; METRAUX in STEWARD, 1963:V.I:534; LOUKOTKA, 1931:127).

Os colares eram feitos com grandes sementes brilhantes e coloridas intermeadas com dentes de animais (macacos ou pequenos carnívoros), frutos coloridos e cascas de animais de pequeno porte. Os pohuit, como se chamavam, eram usados com abundância por crianças, mulheres e pelos líderes dos grupos. Além dos colares, era comum o uso de braceletes e tornozeleiras feitos do mesmo material (WIED-NEUWIED, 1958:290; METRAUX in STEWARD, 1963, V.I:534; LOUKOTKA, 1931:130).

Os cortes de cabelo seguiam padrões estabelecidos e fixos, sendo feitos com talos de taguara fendida e afiada numa das suas arestas. Raspavam inteiramente a parte inferior da cabeça à altura de três dedos acima das orelhas. Deixavam, portanto, apenas um tope no alto da cabeça (WIED-NEUWIED, 1958:283/9; METRAUX in STEWARD, V.I:1963:534).

Homens e mulheres depilavam-se integralmente, inclusive sobrancelhas e cílios. Isso, também a navalha feita de taguara era o instrumento usado. Alguns homens deixavam pequenos tufo de pelos finos em torno da boca, remanescentes da barba e bigode que possuíam (WIED-NEUWIED, 1958:283/9; METRAUX in STEWARD, V.I, 1963:534).

A tatuagem não era conhecida. Mas a pintura era usada em abundância. As cores utilizadas eram o vermelho-amarelado, obtido do urucu, e o negro, tirado do genipapo. O primeiro era utilizado para a pintura de rosto, da boca para cima. O segundo era usado para o corpo, que normalmente pintavam quase todo. Exceto parte do rosto, os antebraços, os pés, e das panturrilhas para baixo. Estabeleciam a separação entre as partes pintadas e as não pintadas com o traçado de uma linha vermelha entre elas. Outra forma de pintarem o corpo era a de dividirem-no longitudinalmente em duas metades, sendo que uma era pintada de negro e a outra mantida em cor natural. A primeira representava a noite e a segunda, o dia. Quando só pintavam o corpo de preto era comum enfeitarem o rosto com uma lista preta traçada na altura do bigode até as orelhas. Outros ainda ficavam pintados dos ombros até os pés lateralmente deixando

o meio do corpo na cor natural.

As tintas eram preparadas numa carapaça de tartaruga, que levavam em seus deslocamentos (WIED-NEUWIED, 1958:289/90; METRAUX in STEWARD 1963, V.I:534).

Outro adereço diferencial entre os sexos era o hábito das mulheres amarrarem as pernas dos tornozelos aos joelhos com cordões de embira ou gravatã. Além do caráter de enfeite, objetivava manter as pernas finas, padrão de beleza apreciado pelo grupo (WIED-NEUWIED, 1958:291).

Manufatos

Embora após o contacto fossem considerados excelentes canoieiros e se dedicassem a ganhar a vida em muitas regiões exercendo tal atividade, parece que a introdução da canoa foi feita após o contacto com os colonizadores. A justificativa encontrada nas fontes para a ausência de canoas é a predominância, na área, de rios que apresentavam grande dificuldade de navegação. Para ultrapassarem os rios usavam pontes penseis construídas com dois cipós paralelos e sobrepostos. O inferior servia para andarem sobre ele e o segundo para corrimão (LOWIE in STEWARD, 1963, V.I:385; METRAUX in STEWARD V.I, 1963:535).

O transporte da carga era feito pelas mulheres em grandes sacos pendurados às costas e presos por uma tira que passava na testa. Além de toda a tralha da casa, aliás bem modesta, as mulheres eram responsáveis também pelo transporte das crianças menores, que iam sentadas, normalmente, sobre o saco (LOWIE in STEWARD, 1963, V.I:385/6; METRAUX in STEWARD, 1963, V.I.:535)

Os homens se encarregavam de transportar os vasilhames de água, que eram feitos de talas de taquaruçu e cortados na altura de um gomo, que servia de fundo. Levavam também as armas.

As armas dos Botocudo eram posantes e temíveis pela resistência que apresentavam. A perícia com que eram utilizadas e rapidez nos disparos sucessivos das flechas faziam com que fossem temidos pelos colonos e pelos outros índios.

O tamanho dos arcos dos Botocudo foi considerado desde o século XVI como exageradamente grande. Sua altura parece que variava entre 1,50m e 2,10m e eram feitos com madeiras elásticas e fortes

com a palasira airi e o pau d'arco. O lenho desta última árvore é branco com cerne amarelo e se torna avermelhado quando trabalhado. O airi é de cor parda que, quando polida, adquire um aspecto agradável (WIED-NEUWIED, 1958:157).

A fibra ou maior grossura do arco se situava no meio, reduzindo-se em direção às extremidades. O esforço exigido no uso de arco de tais dimensões era grande. Os índios usavam cordões feitos de cipó ou em bira ou caraguatã enrolados no pulso esquerdo para protegê-lo do impacto da corda. Com o contacto com a sociedade brasileira, esses cordões foram substituídos por linhas de pescar, o que lhes permitia o uso simultâneo para caça e pesca.

A corda do arco feita de cipó imbé ou caraguatã era torcida com bastante delicadeza e media de 3 a 4mm. Nas extremidades, principalmente, se pertenciam aos chefes dos grupos, os arcos apresentavam tufo de plumas coloridas presas com cera da terra (LOUKOTKA, 1931: 156/8; SAINT-HILAIRE, 1938:141; BETRICK in STEWARD, 1963; V.I:535; WIED-NEUWIED, 1958:296, 297 e 300; LOWIE, in STEWARD, 1963; V.I:387).

As flechas eram feitas de ubã ou canajuba, que se caracterizam por serem caniços sem nós. A emplumação das flechas era feita com penas de mutum, jacutinga, jacupemba e araras, dispostas longitudinalmente e amarradas com a casca do cipó imbé. Segundo as ilustrações de Wied-Neuwied (1958:Est.21) essa emplumação é classificável como do tipo "Brasil Oriental" (V. LOWIE, in STEWARD, 1963, V.I:).

Havia os três tipos mais comuns de flechas, distinguidas pelas pontas. O primeiro destinado à guerra e à caça de animais de grande porte, tinha a ponta feita de taquaraçu, tostado para que se tornasse mais resistente. Depois, essa ponta era entalhada e raspada de forma a se tornar lanceolada, cortante e afiada. Produzia graves ferimentos e hemorragias violentas, com o sangue se esvaindo pela parte côncava da ponta, que para isso aproveitava a própria conformação do taquaraçu.

A ponta farpada era feita da mesma madeira do arco - airi ou pau d'arco - caracterizava-se por apresentar dez ou doze entalhes dirigidos para trás, formando as farpas. Era também destinada para a caça de grandes animais e para a guerra. Provocava profundos ferimentos e era difícil de ser retirada, pois provocava na saída sê-

rios estragos nos tecidos penetrados. A técnica utilizada para ser retirada era fazer com que penetrasse totalmente para então poder se guiar a ponta e retirar a haste sem maiores danos.

O terceiro tipo era destinado à caça de animais pequenos. Suas pontas eram feitas a partir de galhos retos com um nó, de modo a obter a forma de roseta, ao invés de serem pontiagudas. O seu efeito era determinado pelo impacto que provocavam ao bater no animal.

Para conseguirem dar maior resistência as flechas destinadas à guerra e à caça de grande porte, untavam-nas de cera e faziam com que passassem pelo fogo. Usavam o mesmo processo com os arcos. Mas não tinham o costume de envenenar as pontas das flechas com qualquer tipo de substância.

As crianças aprendiam desde a mais tenra idade a atirar com perfeição. Gastavam muitas horas em exercícios coletivos, com grande incentivo paterno. Com a idade de 14 a 15 anos já estavam habilitados a participar das caçadas.

O disparo da flecha é sempre feito pelo lado esquerdo do arco. Seguravam-no com o indicador da mão esquerda enquanto a corda era distendida com os dois primeiros dedos da mão direita. A posição do arco era sempre vertical. A linha de visada acompanhava a flecha, cujo peso devia ser o mesmo em cada um dos seus componentes ou partes e ser absolutamente reta; tendo as penas da extremidade proximal no mesmo plano da taguara da ponta. Devido ao tamanho, carregavam poucas flechas consigo.

Outro tipo de arma que usavam eram pontiagudas estropes de bambú, que provocavam ferimentos graves nos perseguidores distraídos que penetrassem as matas (METRAUX *in* STEWARD, 1963, V. I, 535, 536; FIED-NEUWIED, 1958, 279-298, 300, 301, 312; LOMIL *in* STEWARD, 1963, V. I, 387; LOUKOFF, 1931:156-161). Haveria ainda arma citada por Pero de Magalhães Gândavo no seu Tratado da Terra do Brasil (1964). Parece-nos problemática a existência desses artefatos, que poderíamos identificar com porretes, já que segundo o autor seriam privativos das mulheres; elas participariam intensamente das atividades guerreiras e usavam "huns paus tostados" (GÂNDAVO, 1964:77). O que nos causa espécie, no caso, é esta única referência à participação feminina na guerra, atividade que os demais autores consideram sempre como prerrogativa masculina.

Utensílios

Os grupos Botocudo tinham poucos utensílios, que eram extremamente simples. A sua fabricação, assim como a das habitações eram de responsabilidade feminina. Para cozinhar usavam panelas de cerâmica cinzenta, e para guardar água usavam cabaças ou pedaços de talos de bambu cortados na altura de um n.º, que funcionava como fundo do vasilhame. Este rachava-se com facilidade e os remendos eram feitos com cera.

Para pescar fabricavam linhas de tucum, cordões de fibra de bromacólias ou de embira. Essa confecção era feita colocando as folhas na água para que amolecem a parte carnuda, de onde retiravam a película externa, que era depois seca ao sol. O tingimento era feito por imersão em tintas de capichaba (cor violeta), genipapo (cor negra) e urucu (vermelho-amarelado). Com as fibras coloridas faziam então os trançados.

Para dormir usavam redes. Segundo autores, como Saint-Hilaire, utilizavam-se de jirau, que, aliás, seriam os únicos "móveis" existentes nas palhaças. Segundo outros, como Wied-Neuwied, eles dormiriam diretamente no chão, forrando-o apenas com grandes tiras da casca do pau-de-estopa. Talvez a explicação das diferenças entre as observações dos autores esteja no fato de terem descrito subgrupos distintos com peculiaridades culturais e que estariam em graus diferenciados de contacto ou em condições de maior ou menor permanência num local, o que determinaria necessidade de simplificar seu equipamento.

Não confeccionavam qualquer tipo de cestas. O material que tivessem que guardar, ficava espalhado pelo chão da casa ou colocado nos sacos trançados que usavam nas viagens. Estes tinham uma tira que passava pela testa durante o transporte. Nestes sacos, as índias carregavam pedaços de taguara para fazerem as pontas das flechas, cascos de tatu e de tartaruga, urucum, estopa ou entrecasca para a confecção das camas, grandes pedras para quebrar cocos, ossos para retirar a polpa desses frutos, cordas de gravatã e tucum, colares e botões.

Como instrumentos cortantes usavam lascas de bambu e pedra. As lâminas dos machados de pedra eram amarrados entre dois galhos, sendo então, recobertos com cera. No entanto, ao ser estabelecido

o contacto tais instrumentos foram sendo abandonados e substituídos pelos de metal. São constantes as menções ao extremo valor que os índios atribuíam aos instrumentos de metal. Por eles vendiam os filhos aos colonizadores, conforme indicações de Saint-Hilaire, Wied-Neuwied, Ottoni. Noticia-se também o caráter de prestígio que a posse desses bens atribuía ao seu portador. Isto se tornava evidente no costume dos homens usarem as facas, que obtinham, penduradas no pescoço em barbantes juntamente com os colares tradicionais. (SAINT-HILAIRE, 1938:127 ; WIED-NEUWIED, 1958:290).

A primeira providência tomada pelos Botocudos quando acampavam era o acendimento das fogueiras. O processo utilizado era o de fazerem pequenas cavidades num lenho comprido; apoiavam sobre uma das cavidades a extremidade de um outro pau colocado perpendicularmente e para que este pedaço ficasse maior e, portanto, de mais fácil manejo, emendavam-no com um pedaço de flecha. Em seguida, usando as duas mãos espalmadas, faziam-no girar velozmente. Em baixo do outro pau, que estava no chão, colocavam pedaços de estopa tirados da entrecasca da árvore do mesmo nome. A fricção provocava fagulhas que incendiavam alguns fiapos, que depois comunicavam o fogo aos demais.

Tal processo era extremamente demorado e cansativo, fazendo com que várias pessoas participassem da operação. A madeira usada era tirada da gameleira ou inbaúba (NETRAUK in STEWARD, 1963, V.I:536; WIED-NEUWIED, 1958:294).

Organização Social

Os Botocudo viviam em pequenos grupos nômades. Compunham-se de 50 a 200 pessoas, organizadas em famílias extensas, cuja a exata composição ignoramos. Definiam o seu território de caça e coleta e defendiam com bastante determinação, sendo esta considerada a razão fundamental dos atritos entre os vários subgrupos Botocudo, e destes com outros grupos indígenas e com os colonizadores que se instalaram na área.

Os casamentos se faziam sem maiores cerimônias, dependendo apenas da vontade expressa dos nubentes e da concordância dos pais, tanto quanto o permitia saber as fontes disponíveis. A poliginia era permitida, e os casamentos desfaziam-se sem quaisquer restrições sociais. O fato de algumas mulheres abandonarem seus maridos, prin-

principalmente, durante a ausência destes quando saíam para a caça, provocava cenas de ciúme que se caracterizavam por agressões, e, algumas vezes, assassinatos. As crianças eram tratadas com carinho, porém, desde cedo, treinados para serem autosuficientes.

A divisão social do trabalho calcava-se nos princípios de sexo de sexo e idade. Às mulheres competiam as tarefas de construção das casas, confecção dos poucos utensílios domésticos, a atividade de lavoura, a coleta, a preparação de alimentos, o cuidado com as crianças e o transporte dos pertences nas viagens. Aos homens cabiam as responsabilidades da caça, pesca e a guerra (LETRAUX in STEWARD, 1963, V.I, 536; WIED-NEUWIED, 1958:307, 308; SAINT-HILAIRE, 1938, 140-141).

A chefia era uma posição de relativa importância. Não tinha caráter hereditário. A escolha recaía sobre aqueles que apresentassem características de bravura. A fortaleza do líder era explicada pela dotação de poderes sobrenaturais. Suas funções eram solucionar querelas internas, decidir quanto ao momento e local adequado das migrações, além de orientar a guerra. Não havia grandes diferenças entre eles e seus liderados. Alude-se a pintura diferenciada e ao uso de cocar com forma particular nas guerras, que se apresentavam como oportunidade de afirmação pessoal aos componentes do grupo.

A guerra e os combates ritualizados eram constantes. As razões das guerras eram, na sua maioria, determinadas, como dissemos, pela disputa de territórios de caça e coleta. Os combates se decidiam pela astúcia dos participantes, o número de flechas de que dispunham e sua capacidade de mobilizar combatentes e travavam-se com grande alarido. Os prisioneiros, após o contacto com a sociedade envolvente, eram transformados em presas de guerra e vendidos aos colonos e fazendeiros. A acusação de antropofagia parece-nos duvidosa. (LETRAUX in STEWARD, 1963, V.I; 536; WIED-NEUWIED, 1958:308-315; SAINT-HILAIRE, 1938:129).

Havia combates ritualizados entre grupos de Botocudo. Estes se processavam em lugar público e com dia previamente fixado, o que atraía grande quantidade de espectadores. Os guerreiros de cada grupo posicionavam-se frente a frente e iniciavam um processo de provocação mútua, enquanto improvisavam os porretes a serem utili-

zados. Havia um longo discurso cantado pelo chefe de cada grupo. Cada combatente posicionava-se diante do seu opositor e começava a bater com seu porrete sem escolher local. Um o fazia de cada vez quando era sua vez de receber a pancada, o combatente aguardava, não se defendendo ou expressando a dor que sentia. Algumas vezes o combate dava-se de forma ordenada. Um novo par só iniciava o combate após a queda de um dos dois combatentes anteriores. Outras, o combate processava-se desordenadamente, e vários pares lutavam simultaneamente. O uso direto das mãos não era admitido na pelotagem masculina, assim como o dos arcos e flechas. As mulheres também participavam destas lutas, com mordidas, puxões de cabelo, unhas e retirada dos botoques dos lábios e orelhas das oponentes. As mulheres só enfrentavam mulheres desordenadamente, com as combatentes rolando pelo chão com gritos e alaridos gerais, inclusive das crianças, que observavam o combate de dentro das malocas. Os homens participavam indiretamente da luta das mulheres, empurrando-as sobre as outras com os porretes ou a ponta-pés.

As lutas internas de cada grupo desencadeavam-se por motivos de vingança, ciúmes ou atritos entre os membros da comunidade. O combate processava-se entre dois grupos opostos, o que sugeriria a possibilidade de haver, também, metades entre os Botocudo. Cada membro do grupo, inclusive as mulheres, participavam ativamente na disputa. Essa luta ocorria com o uso de cacetes (não eram maças de guerra), que eram vibrados violentamente na cabeça dos adversários e provocavam ferimentos sérios, mas não mortes, além de atritos e descontentamentos posteriores, que culminavam, na maioria das vezes, na cisão do grupo (WIED-NEUWIED, 1958:310; METRAUX in STEWARD, 1963, V.I. 536).

A demonstração de bravura, que garantia prestígio social aos lutadores, consistia em não manifestarem a dor das feridas provocadas pelos duelos de cacetadas, muitas vezes, demorados (WIED-NEUWIED, 1958:270-273; METRAUX in STEWARD, 1963, V.I., 536).

Os membros mais velhos dos grupos gozavam de prerrogativas e de prestígio, fazendo com que tivessem posição especial nas reuniões dos homens, que se realizavam, após o contacto, no alpendre da casa da farinha. Na ocasião assavam grande quantidade de mamões verdes com farinha (WIED-NEUWIED, 1958:268; METRAUX in STEWARD, 1963, V.I. 536; SAINT-HILAIRE, 1938:360).

Ciclo Vital

As mulheres pariam no mato sem o auxílio de qualquer outra pessoa. Concluído o parto, banhavam-se e retomavam o trabalho normalmente. Não há dados quanto à existência ou não de tabús alimentares, nem de restrições à atividade dos pais ou mães.

As crianças eram tratadas com carinho, ainda que os adultos não suportassem pacientemente os choros constantes. Muitas vezes o surrar das crianças pelos pais determinava sérios atritos entre marido e mulher, o que fazia com que muitas vezes a briga se generalizasse e envolvesse todo grupo. (CHETNIK *in* STEWARD, 1963, V.I:537; WIED-NEUNIED, 1958:310).

Os casamentos realizavam-se quando a noça atingia a puberdade. No entanto, durante a juventude não havia compromisso mais sério na manutenção das relações estabelecidas entre os jovens. O ciúme era uma decorrência dos flagrantes de infidelidade, que provocavam, muitas vezes, reações violentas: surras e assassinatos. Esse era outro motivo para os atritos internos se estabelecerem. Era comum um homem criar uma menina órfã ou prisioneira até esta atingir a puberdade, quando então se casavam. Os grupos pareciam ser exôgamos e os casamentos fora do grupo, a que pertencia o noivo pressupunha o consentimento expresso dos pais da noiva e a troca de presentes. A poliginia era privilégio dos chefes ou de homens considerados suficientemente capazes de manter mais de uma esposa. Os casamentos se desfaziam com igual facilidade com que se realizavam. Não havia cerimônias em qualquer das duas ocasiões, mas Saint-Hilaire (1939 : 140) discorda da ausência de festividades nos casamentos. E registra a existência da proibição do incesto, que interditava o casamento entre primos.

Os Ritos Funerários

Há fortes divergências quanto a este item, que os vários observadores descrevem de forma bastante diferente. Talvez pudessemos explicar essa diversidade de informações devido aos constantes deslocamentos e consequentes intercâmbios mantidos entre os vários grupos com outras tribos ou, ainda, a estágios diferenciados de contacto com a sociedade envolvente, que os levaria a perderem alguns elementos essenciais da sua cultura e organização social. Outro fator explicativo para semelhantes diferenças é a simplificação de sua

cultura por parte dos vários grupos, devido às perseguições que sofriam dos não-índios, o que teria acentuado a sua necessidade de intensificar a mobilidade e o abandono de forma mais elaboradas das atividades sociais em suas várias manifestações.

Para Saint-Hilaire os enterros se processavam no mato. O defunto era enterrado numa posição que se assemelhava à de estarem sentados. Segundo ele, os joelhos ficariam de fora da cova tal a preocupação que presidia o enterramento. Sobre o túmulo construíam uma espécie de pálido feito com 4 troncos de palmeira fincados nas quatro extremidades e recobertos com galhos de palmeira. Enfeitava-se o pálido com plumas de aves e peles de animais, depois de feita a limpeza do local.

Para Wied-Neuwied (1953:318/9) os enterros eram feitos na maloca ou em suas proximidades, implicando posteriormente no abandono do local. Em Belmonte ele narra um tipo de enterro diferente. As mãos eram amarradas e o defunto enterrado em posição horizontal e nenhuma oferta acompanhava o corpo. Ele próprio dá notícias de Botocudo, na região do rio Doce, em que as oferendas de alimentos e pertences continuavam a ser feitas, afirma ainda haver encontrado formas diferenciadas de marcar o local do túmulo. Segundo ele, o pálido de folhas de palmeira era prerrogativa dos chefes e de pessoas influentes da comunidade. Para os demais membros do grupo, o que se fazia era a marcação com "bastões curtos e grossos, ou pedaços" roliços de pau, iguais em comprimento e dispostos uns justinhos aos outros". Refere-se, ainda, a um sinal de luto - o corte de cabelos das mulheres - no rio Doce, único local a manter esse costume (WIED-NEUWIED, 1958:318/9).

Para Tanizier (in LETHAUX, in STEWARD, 1963, V.I:537), os Botocudos simplesmente abandonavam os corpos de seus mortos na floresta ou nas cabanas, com alguns pertences. Parece-nos que a descrição de Saint-Hilaire, acima referida, representa a forma mais complexa de realização do ritual funerário. Também as referências de Wied-Neuwied à área do rio Doce tem a mesma característica, e nessa região os grupos ainda não haviam sido atingidos de forma mais sistemática pelo avanço da sociedade nacional.

O enterro de Belmonte, descrito por Wied-Neuwied parece-nos ter significativa influência dos padrões ocidentais-cristãos, decorrentes do contacto permanente e por longa data, e seria início de

Refluxo e desorganização cultural.

A primeira referência de Miel-Neuwied e de Manizer parecem típicas de grupos que tiveram que simplificar ao máximo os rituais, assim como outras manifestações culturais. Esta atitude seria decorrência da necessidade de se deslocarem com rapidez, escapando das frentes de expansão que penetravam nos seus territórios e alteravam profundamente os padrões sociais e culturais dos grupos aí instalados. Também a desorganização social decorrente do empobrecimento e da desarticulação social e demográfica, podem ter influenciado.

Doenças e seu tratamento.

Algumas doenças eram consequência dos contactos com a sociedade brasileira. Segundo Saint-Hilaire (1938:138) as mais comuns eram infecções respiratórias, reumatismo, e doenças venéreas. Para Miel-Neuwied (1958:317-318) a geofagia era comum - sintoma de carência dietética? -, assim como defeitos de visão, principalmente cegueira dos olhos, provocada por espinhos. Encontravam-se, ainda, outros tipos de ferimentos sofridos nos seus deslocamentos pelas matas (MARTIUS, 1039)

Atribuíam as doenças à bruxaria ou a agentes sobrenaturais, que aflagiam os membros da comunidade. Outro fator explicativo era a perda da alma principal durante o sono.

Os medicamentos poderiam ser classificados em profanos e sagrados ou ritualizados, nos quais a participação do xamã era peça fundamental.

A terapia empírica mais comum era com o uso de plantas medicinais, que forneciam bálsamos, infusões, beberagens, cataplasmas. Nessas atividades os grandes orientadores eram os velhos, profundos conhecedores das plantas e de seus efeitos curativos. As escarificações realizavam-se com a ajuda do cansanço utilizado para sessões de açoites. Também usavam para a mesma finalidade uma espécie de urtiga. Depois do açoitamento, faziam inúmeras incisões na parte do corpo que apresentasse inflamação, provocando intenso sangramento. Provocavam sangrias com a ajuda de pequenos arcos e flechas ou talos de bambú, com os quais seccionavam geralmente uma das veias da fronte.

Outra terapia, usada, principalmente, em casos de resfriado, era o

Se provocarem uma espécie de nebulização com banho de vapor. Aqueciam pedras até ficarem em brasa, quando então jogavam água fria em cima. Os pacientes ficavam o mais próximo possível para que a exposição provocasse suores e melhoria do estado.

A terapia recomendada para a cura de mordidas de serpentes era amarrar um colar (schuit) sobre o local ferido. Atendiam as dores de barriga comuns com beberagem e a fricção do casco de tartaruga ou de tatu no ventre do paciente. Medicavam as feridas externas com a colocação de emplastros de plantas previamente mastigadas e amassadas. Tratavam as doenças de pele com a fricção de plantas ou galhos de árvores, além de banhos. As coceiras eram medicadas com o arranhamento da pele com espinhos. Cuidavam os estados febris com banhos no rio ou sentando o paciente junto às fogueiras. (CRINT-HILAIRE, 1938:133; LOWIE in STEWARD, 1963:V.I:335/6; METRUX in STEWARD, 1963:V.I:537/6; WIED-NEUWIED, k958:315-16-17; HARTIUS, 1939).

Cantos, Danças e Jogos

As atividades recreativas ocorriam não só em momentos especiais, comemorativos, mas também em momentos cotidianos de alegria decorrentes de uma boa caçada. Combates com resultados positivos também eram motivos de cantos. As danças se realizavam com os homens e as mulheres formando um círculo. Colocava, cada dançarino, os braços sobre os ombros do vizinho. Batiam compassadamente e de forma alternada os pés no chão, marcando ritmo. Em alguns casos o dançarino que encerrava a fila disposta em círculo pulava sobre um pé enquanto colocava o outro sobre a cintura do vizinho. Algumas danças cerimoniais dramatizavam caçadas.

As danças eram acompanhadas pelo toque de flautas feitas de tiquaruçu com perfurações nas extremidades e que eram tocadas predominantemente pelas mulheres. Obtinham sons estridentes com tubos finos feitos com folhas de capim retorcido e outra folha enfiada transversalmente por uma pequena abertura. Usavam, ainda, apitos feitos com a cauda de tatus.

O hábito de cantar ultrapassava o mero acompanhamento de danças. Muitos discursos terminavam em longas cantorias, que se assemelhavam a ladainhas. Os homens, quando cantavam em público, elevavam

O braço esquerdo acima da cabeça ou então fechavam os ouvidos com os dedos. O canto das mulheres seria em tom mais baixo. Os temas das canções eram improvisados e referiam-se a acontecimentos corriqueiros de suas vidas ou a fatos extraordinários que lhes tivessem ocorrido. Todas as canções tinham, entretanto, um refrão repetido por todos os membros da comunidade, pois este era tradicional e conhecido pelos demais cantores.

Os jovens treinavam com arco e flecha, levando horas desafiando-se mutuamente e atirando em alvos previamente estabelecidos. O incentivo dos pais era muito grande.

Os adultos realizavam um jogo semelhante à pêla. A bola era feita com o couro da preguiça, após serem cortados os membros e a cabeça, costuravam os orifícios, enchiam-na com musgo. Os jogadores colocavam-se em círculo e jogavam a bola de um para o outro. A regra estabelecia que a pelota não devia cair no chão.

Outra diversão bastante difundida era a competição que estabeleciam dentro dos rios. A destreza e habilidade na natação e no mergulho, motivavam demoradas disputas entre os participantes. (METRAUX in STEWARD, 1963:V.I:538; LOWIE in STEWARD, 1963:V.I:302/3/4; WIED-NEUWIED, 1958:308/9; SAIT-HILAIRE, 1933:148).

religião

Cada ser humano adulto, para os Botocudo, tinha várias almas, que começava a adquirir a partir dos 4 anos de idade. A alma principal abandonava temporariamente o corpo do ser vivo para viver experiências pessoais, que se manifestavam ao dono sob forma de sonhos. Quando a alma se perdia na sua viagem, ocorria a doença. Antes da pessoa morrer a sua alma principal morreria dentro do seu corpo. As demais acompanhavam o cadáver até o túmulo sobre o qual voavam chorando. Eram invisíveis para os membros da comunidade presentes à cerimônia. Devido à falta de alimentação, essas almas complementares ficavam ameaçadas de morrer. Então espíritos bondosos vinham buscá-las e levá-las para a terra deles, de onde não mais voltavam.

Dos ossos dos cadáveres surgiam espíritos, que moravam num mundo subterrâneo em que o sol brilhava durante a noite terrestre. Estes fantasmas atacavam os seres humanos, dando preferência às mulheres. A defesa que as vítimas tinham era a de surrarem as aparições. Os

Otocado não acreditavam na possibilidade destes espíritos se transformarem em animais para atacarem os seres vivos.

Os espíritos, que viviam no céu, tinham seus preferidos na terra, aos quais se mostravam e atendiam aos seus pedidos feitos nos contactos que estabeleciam. Para os mortais comuns estes espíritos eram conhecidos por tokôn e os seus protegidos os chamavam de marét. Eles eram a fonte dos poderes extraordinários que alguns mortais detinham. Os marét eram de ambos os sexos e de todas as idades. Viviam com fartura sem precisar trabalhar, não sofriam qualquer tipo de doença e eram imortais.

O relacionamento entre o marét e seu protegido se manifestava no atendimento dos pedidos feitos pela comunidade por intermédio do xamã. Curas de doenças, recuperação de objetos perdidos e ressurreição dos mortos. Esporadicamente o xamã podia se transformar em animal para poder realizar melhor as suas funções. Como formas de castigo podiam também transformar outras pessoas em animais.

Havia uma superposição do poder político e religioso. Os caciques eram sempre xamãs, ainda que nem todos os xamãs fossem caciques. A aquisição de poderes sobrenaturais por um indivíduo ocorria depois de um teste de resistência estabelecido num longo contacto com os marét. Estes transformavam o candidato a xamã em bola e com ele realizavam um longo jogo. Caso este sobrevivesse e suportasse pacientemente e com valentia a prova, lhe era concedido o poder desejado. Desde então passavam a agir como intérpretes e transmissores dos desejos dos espíritos.

O contacto entre o marét e seu protegido se fazia numa cerimônia em que o xamã entoava cânticos em volta de um pilar sagrado por onde o espírito descia. Apesar da presença de vários membros da comunidade no pátio da aldeia em que se situava o pilar, o marét só era visível para os seus protegidos. Após realizarem observações sobre o comportamento dos membros da comunidade, o marét voltava para o céu.

O ordenamento dos espíritos era realizado pelo mais velho de todos - Marét-khmakniam segundo Manizer e Yekân kren-yirugn para Nimuendajü, que traduz "Pai Cabeça-Branca". Ele viveria no céu, mas nunca baixaria à terra. Manizer o descrevia como tendo cabelos brancos e barbas ruivas e de tamanho gigantesco, sendo respu

cável, inclusive, pela morte de mulheres que ele usava sexualmente com seu imenso penis. Era considerado um espírito benevolente, que atendia aos pedidos dos membros da comunidade, porém, também vingativo e castigava-os com o envio de chuvas e tempestades e matava os inimigos com flechas invisíveis. Responsabilizavam-no pelas inúmeras fases da lua.

Esse herói cultural era o responsável pelo ensino da confecção e uso dos botiques, além de determinadas canções (LOWIE in STEWARD, 1963:304-7; METRAUX in STEWARD, 1963:539/40).

Mitologia e Cosmologia

Tivemos acesso a poucas informações sobre este tema. Conhecemos a indicação do trabalho de Nimuendajü (1946) citado por Baldus (1954), porém o fato deste texto estar escrito em alemão, impediu-nos de consultá-lo.

Usamos os trabalhos de alguns autores que forneceram apenas dados esparsos não tendo qualquer um deles realizado um trabalho de análise detalhada desses mitos.

Wiel-Neuwied afirma que a lua era a figura central de toda a mitologia, já que os Botocudo atribuíam a ela a responsabilidade pela maioria dos fenômenos naturais. O trovão e o raio seriam seus subordinados e com a sua queda sobre a terra, tornavam-se os causadores da morte de grande número de pessoas. Era responsabilizada também por colheitas fracassadas, O arco-íris era considerado como uma sombra do sol. Explicavam os eclipses lunares como resultado das discussões entre o sol e a lua, fazendo com que ela ficasse escura de tanta raiva. (LOUKOTKA, 1931, 210-212; METRAUX in STEWARD, 1963, V.I, 540).

O beija-flor teria coletado toda a água para si, mas um amigo que o havia seguido, espalhou a água em todas as direções, criando os rios e córregos. O fogo era privilégio do urubú. O mutum fingiu-se de morto e quando ia ser assado pelo urubú, fugiu com o tição. Ao notar que estava sendo perseguido o mutum entregou o tição à garça, que o espalhou por toda a terra.

Wiel-Neuwied cita a crença em espíritos maus, grandes e pequenos que vagavam algumas vezes pela aldeia. Aqueles que os vissem estavam condenados à morte. Deitavam-se junto aos túmulos e cas-

não encontrassem fogueiras acesas, desenterravam os mortos. Batiam com paus nos cães até matá-los, assim como agrediam as crianças ' que haviam saído para apanhar água. (WIED-NEUWIED, 1953:313).

OS PATAKÔ

De todos os grupos que habitavam a região compreendida entre os ' rios Cachoeira e Parão, os Pataxô são aqueles sobre os quais se tem menor número de informações durante o século passado. A razão disso é o fato destes pequenos grupos nômades de caçadores e coletores não terem sido aldeados nessa ocasião, o que não permitiu observações mais sistemática de observadores.

Cremos que também o fato destes pequenos grupos nômades terem se tornado cada vez mais portadores de equipamentos rudimentares e terem se interiorizado nas matas da região podem servir de elementos explicativos para a compreensão do fato deste ser o único grupo que só foi "pacificado" no século XX. A outra referência encontrada anteriormente data do século XVII. As fugas constantes em que viviam, sofreram violentos ataques desde esta ocasião, o que teria provocado redução violenta da sua população e a desarticulação social decorrente das imposições e pressões sofridas.

A primeira notícia concreta sobre a pacificação dos Pataxô já no século XX é no vale do Jequitinhonha em 1912, organizada por Antônio Martins Vianna Estigarribia. Criou-se, na ocasião o Posto da Ermida, que, no entanto, não chegou a exercer atividades sistemáticas devido a falta de recursos financeiros e humanos (BARBOSA, ' 1928:28-29).

A "pacificação", na área que é nosso objeto de estudo, deu-se a partir de 1923 com ação desenvolvida a partir da Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu, criada pelo Governo da Bahia com a lei 1916 ' de 9 de agosto de 1926. Os limites foram fixados pelo Decreto de 9 de março de 1926. Os trabalhos de medição tiveram como coordenador o então Capitão Vasconcelos do Serviço de Proteção aos Índios. A direção dos trabalhos de instalação e contacto com os Pataxô ficaram sob a responsabilidade de Telésforo Martins Fontes. Os problemas enfrentados por este pequeno grupo de sobreviventes e os remanescentes das demais tribos foram concentrados neste local, ' onde sofreram compulsões decorrentes dos interesses dos fazendeiros regionais pelas terras da Reserva (PARAISO, 1976, ms).

apesar de terem sido pacificados, nessa ocasião, os Pataxó não mereceram trabalhos de análise por parte de linguistas e etnógrafos. Como resultado desse desinteresse pouco se sabe, na realidade, sobre a organização social, política e econômica do grupo na fase imediatamente posterior ao contacto.

A língua Pataxó foi considerada durante muito tempo como pertencente à família linguística Maxacali. Porém, estudos mais acurados, desvincularam o Pataxó, que passou a ser considerada como língua isolada pertencente ao tronco Macro-Jê. No entanto, Arion R. Rodrigues, reagrupou Pataxó e Maxacali em uma mesma família linguística (MELATTI, 1939).

A área total coberta pelos Pataxó compreendia as cabeceiras dos rios de Porto Seguro e Jucurucu, na vila do Prado até o rio das Unhas, ao norte e alcançando ao sul o rio Lucuri. Outros pequenos grupos atingiam intermitentemente as vilas de Alcobaga, Prado, Comuxation, Trancoso, Poxim do Sul, Barra do Salgado, Córrego da Picanha, rio Grunguy.

Atividades de Subsistência

Os Pataxó, segundo as informações obtidas, eram grupos de coletores e caçadores. Não conhecemos referências a que tivessem desenvolvido atividades agrícolas e não há dados quanto aos frutos ou raízes que preferiam. Porém, devido ao fato de viverem no mesmo ambiente dos demais grupos, podemos supor que consumissem basicamente os mesmos produtos: palmito, cocos imburi, cará do mato, ingã, feijão do mato, maracujá, araticum, araçá, jabuticaba, imbú, sapoti e talvez outros não identificados. Quanto ao consumo de larvas encontradas no interior de árvores, principalmente no taquaruçu, sabemos com certeza que as consumiam, pois tivemos confirmação oral em entrevistas que realizamos entre os seus remanescentes, em 1976, na Reserva Indígena Caramurú-Paraguaçu. (METRAUX e MLIUENDAJÛ in STEWARD, 1963:V.I:542; LOWIE in STEWARD, 1963:V.I: LOUKOTKA, 1931 146/9).

Sabemos, também, que eram excelentes caçadores dando grande preferência aos macacos, além de outros animais que surgissem nas matas por onde se deslocavam. Já a pesca não tinha importância tão relevante na sua subsistência. Para os Pataxó as técnicas de caça incluíam o uso dos arcos e flechas e de armadilhas consideradas eficientes para o abate de animais maiores (MEO-NEUMIED, 1958:215/6).

O preparo da comida era feito pelas mulheres; as carnes moqueadas em armações construídas sobre quatro forquilha fincadas na terra, em que se apoiavam quatro varas, cruzadas por outras bem juntas, o que permitia "assar ou cozer" (WIED-NEUWIED, 1958:215) o produto da caça - na realidade, desidratá-la. Desconhecemos maiores informações quanto às técnicas utilizadas (METRAUX e NIMUENDAJU in STEWARD, 1963, V.I, 542).

Moradias

Lowie (in STEWARD, 1963:383) relata a existência de uma aldeia com 15 cabanas situadas em torno de uma clareira aberta na floresta. No centro da clareira, os índios mantinham uma árvore intacta. Os demais autores, entretanto, afirmam que os Pataxó não construíam aldeias e raramente construíam cabanas, e sim apenas abrigos feitos de galhos de árvores enfiados no chão e amarrados após terem sido encurvados. Recobriam-nas com folhas de palmeiras - coqueiro ou patibá (WIED-NEUWIED, 1958:215; METRAUX e NIMUENDAJU in STEWARD, V.I, 1963:542).

Já no século XX a notícia que temos é que nem mesmo esses abrigos eles construíam. Abrigavam-se simplesmente debaixo de árvores, acendendo fogueiras aos pés de cada local em que uma família se deitava (FONTES, 1976, depoimento oral).

Podemos interpretar essa diversidade de informações a estágios distintos de contacto e, conseqüentemente, simplificação cada vez maior dos hábitos e técnicas de proteção.

Idumentária e Adereços

Ambos os sexos andavam nus. Os homens amarravam o prepúcio com um segmento de cipó. Porém, à medida em que intensificavam o contacto com a sociedade nacional, iam incorporando determinadas peças de vestuário. Elas eram usadas mais como meios simbólicos de obtenção de prestígio, de que como roupas, caracterizadas por suas funções estabelecidas pela sociedade envolvente. Apareciam nos contactos com lenços ao pescoço, carapuças vermelhas na cabeça ou calções coloridos obtidos nas diversas trocas (METRAUX e NIMUENDAJU in STEWARD, 1963, V.I, 543; WIED-NEUWIED, 1958:214/5).

Usavam os cabelos soltos, cortados no pescoço e na testa ou então raspavam-no totalmente, deixando apenas tufo na parte dianteira

o traseira (LOUKOTKA, 1931:123; WIED-NEUWIED, 1958:214/5).

Suravam o lábio inferior e orelha com pequenos orifícios nos quais eram introduzidos pequenos talos de bambu. Os grupos pacificados na região de Ilhéus no século XX ainda usavam estes adornos. (WIED-NEUWIED, 1958:215; LOUKOTKA, 1931:124; METRAUX e NIMUENDAJU in STEWARD, 1963:543).

Pintavam-se seguindo padrões semelhantes aos dos Kamakã: traços geométricos nas cores vermelha e negra. As tintas eram fabricadas com frutos e resinas de árvores e óleos vegetais misturados com óleos animais (METRAUX, 1930:286; LOUKOTKA, 1931:119).

Não temos notícias sobre enfeites plumários ou colares. Desconhecemos se sempre teria sido assim, ou se foi uma decorrência do contacto intermitente que mantinham com os nacionais. Wied-Neuwied (1958:214/5) fala do hábito de usarem pequenos sacos de embira pendurados no pescoço, onde carregavam inúmeras miudezas. Depois do contacto, penduravam também facas adquiridas no seu comércio com os colonos.

Manufaturados

Eram poucos os manufaturados ou utensílios desses grupos. Referimo-nos acima aos pequenos sacos de embira que usavam no pescoço. Na pesquisa que realizamos na Reserva Indígena Caramuru-Paraguacú em 1976, recolhemos um saco trançado feito de embira e que se assemelhava aos usados pelos Botocudo com a tira que passava pela testa.

Não se conhecem referências a cerâmica entre os Pataxó. Nenhum outro tipo de utensílios, afora as armas, é descrito pelos visitantes desses grupos.

As armas conhecidas eram o arco e a flecha.

O arco era feito de palmeira ayri ou pau d'arco. A primeira, de cor pardo-escura, e a segunda resistente e elástica, de cor clara, que se torna escura quando trabalhada. Mediam 2,55m. A maior força do arco se encontrava no centro e diminuía gradativamente nas extremidades (WIED-NEUWIED, 1958:297, 215; METRAUX e NIMUENDAJU in STEWARD, 1963, V.I, 543; LOUKOTKA, 1931:158).

As flechas provavelmente apresentavam os três modelos clássicos

quanto às pontas. Isto é sugerido por Nicot-Heuwied (1958:215) ao considerar que as flechas de caça eram pequenas, mas que acreditava ' que aquelas que eram destinadas à guerra seriam de maior porte. As flechas eram engumadas com penas de arara, mutum e ou outras aves de rapina. A haste era feita de taguaraçu ou de ubã.

Organização Social e Política

Não se conhece nada sobre esse aspecto da vida dos Pataxó. O que se pode inferir é que deveria ter pontos de semelhança com os demais grupos Jê. Sabemos concretamente que eram nômades e que viviam em pequenos bandos.

Ciclo Vital

Não há referências a esse respeito.

Religião

Aparentemente não realizavam qualquer tipo de ritual religioso. Essa informação dada por Douville (in MESTRAUX, 1930:287) e reafirmada por Boukotka (1931:212) foi-nos confirmada pelos informantes que tivemos na Reserva Indígena Caramuru-Paraguassu, quando realizamos nosso trabalho de campo, em 1976. Os contemporâneos dos períodos de "pacificação" dos Pataxó afirmam que nunca observaram qualquer tipo de cerimônia desenvolvida por eles.

Suas crenças foram descritas de forma assistemática e delas só temos fragmentos. Acreditavam na vingança dos mortos. Criam que as fatalidades eram uma decorrência da ação dos espíritos que voltavam à terra.

O direito de voltar a este mundo era um privilégio masculino. Tal retorno só era possível quando um amigo ou parente solicitava a volta do espírito no momento em que praticava ato sexual com sua mulher. O desejo de voltar era tão intenso que a solicitação desse chamado era a maior recomendação feita aos amigos e filhos. (MESTRAUX, 1930:287).

CONCLUSÃO

Pelos dados que pudemos coletar, concluímos que os grupos e sub-grupos que habitavam a região compreendida entre os rios Colonia ou Cachoeira e o Parão pertenciam predominantemente ao tronco lin-

guístico Macro-Jê. Apresentavam uma série das características comuns decorrentes de uma tradição semelhante, vivendo no mesmo ambiente de floresta tropical latifoliada relativamente rico em flora e fauna, que permitiam a sobrevivência dos grupos realizando atividades de caça e coleta. Apenas referências esporádicas foram feitas à agricultura entre esses grupos, principalmente entre os Kamakã. A dúvida é se a atividade agrícola já preexistia ou foi decorrente do processo de aldeamento, em que estes grupos compulsoriamente foram engajados. Uma das primeiras preocupações do sistema colonial e depois nacional foi a de transformar os grupos nomades caçadores e coletores em agricultores situados em áreas restritas, produzindo para seu auto-sustento e, sempre que possível, para obter excedentes a serem comercializados pelos administradores dos aldeamentos.

As pressões sofridas por estes grupos, resultantes do avanço da sociedade nacional, refletiram-se diretamente sobre os seus padrões de vida. Tendo os seus territórios de caça e coleta invalidados e reduzidas as possibilidades de continuarem a manter condições adequadas de sobrevivência para sua população, intensificaram a mobilidade espacial. Provavelmente, também, acentuaram sua tendência ao fracionamento, na medida em que a redução dos participantes de cada grupo era um fator estratégico importante na fuga, assim como, uma necessidade decorrente da redução de alimentos devido à competição e ao desmatamento.

Devido às características do ecossistema em que viviam, o período seco representava a época em que havia maior abundância de víveres. O período das chuvas caracterizava-se por uma vida grupal intensa, ainda que relativamente carente de alimentos.

A divisão social do trabalho era calcada nos princípios de sexo e idade. Só na puberdade os jovens assumiam plenamente a sua capacidade produtiva. As mulheres competiam as atividades de coleta, plantio, confecção dos utensílios utilizados pela unidade familiar, a preparação dos alimentos a serem consumidos e o transporte dos pertences nos deslocamentos constantes. Aos homens competia a confecção dos botoques e demais ornamentos, a caça, a guerra, as atividades cerimoniais, quando as havia, e o preparo das armas.

As festividades desenvolvidas eram predominantemente recreativas,

No entanto, na maioria dos grupos e subgrupos são destacadas cerimônias vinculadas a ritos de passagem: furação de orelhas, casamentos, nascimentos, mortes e aquisição de emblemas de status pelos adultos. O grau de complexidade e elaboração distintos das cerimônias descritas pelos viajantes pode ser interpretado como resultado do maior ou menor grau de interferência da sociedade envolvente, representada por seus inúmeros agentes, na estrutura social, econômica e política das comunidades indígenas, além das peculiaridades inerentes a cada grupo e subgrupo.

As moradias encontradas e registradas apresentavam o mesmo tipo de problema. Tornavam-se cada vez mais simples e rudimentares à medida em que a pressão exercida pelos agentes coloniais ficava mais eficiente. Só assim podemos entender o registro da existência de aldeias acantonadas com moradias construídas no período do século XIX e os acampamentos do fim do século feitos 'debaixo de pés de árvores' e apenas com uma fogueira para aquecer a família.

As armas utilizadas por esses grupos caracterizavam-se fundamentalmente pelo tamanho. Tanto os arcos como as flechas eram consideradas como das maiores existentes entre os Jê. Principalmente o dos Pataxó, que mediam em torno de 2,55m. As flechas apresentavam-se com as três formas mais comuns de pontas: a da ponta cortante e afiada, a da ponta farpada e a terminada em roseta. A emplumação identificada é o tipo "Brasil Oriental".

Os utensílios eram extremamente simples e pouco variados. Observava-se uma tendência à supervalorização dos produtos da sociedade não índia. O estabelecimento do escambo, a venda de crianças das tribos inimigas e de prisioneiros de guerra, o estabelecimento do regime de trabalho por empreitada eram consideradas como meios apropriados para conseguirem acesso a esses produtos. A valorização dos artigos pode-se inferir do hábito que tinham de pendurar facas no pescoço e da incorporação de determinadas peças do vestuário nacional - carapuças, lenços e calções, mesmo entre os grupos em contacto intermitente, que, portanto, não haviam ainda sofrido a coerção sistemática dos padrões morais impostos nos aldeamentos.

A organização desses grupos parecia se caracterizar pela existência de fortes laços de reciprocidade interna, como por exemplo no consumo coletivo da caça, o que não é incompatível com a tendência ao

fracionamento desses mesmos grupos, talvez uma decorrência da dependência da caça e coleta para sobrevivência e das pressões sofridas com o avanço da sociedade brasileira.

Com relação a doenças e a seu tratamento, observa-se o domínio de uma terapia em que ações sobrenaturais (invocação de espíritos protetores que apareciam em benefício do doente) e materiais (plantas medicinais, escarificações e suadouros) estavam presentes. Entretanto, tanto Saint-Hilaire quanto o Wied-Neuwied e Spix e Martius reconhecem os problemas enfrentados pelos grupos devido ao contágio resultante do contacto indiscriminado. A introdução de novas doenças não resultou necessariamente na adoção da profilaxia ou de medicamentos adequados. Daí ser este um dos fatores mais importantes na explicação do desaparecimento das populações indígenas locais.

Com esta pequena síntese, preparamos a introdução do capítulo seguinte, em que analisaremos as condições de vida dos grupos já aldeados e os efeitos, sobre eles, da política indígena adotada pela sociedade brasileira

CAPÍTULO III

A POLÍTICA INDIGENISTA E O SUL DA BAHIA

"Toda a atividade indigenista, é necessariamente um modo deliberado e consciente de intervenção na vida de povos de tradição cultural indígena, segundo os interesses, modo de organização e valores da sociedade nacional. O sucesso da política indigenista deve ser, pois, estimado em relação aos propósitos da sociedade nacional que se exprimem através da ação dos órgãos intervencionistas e não das necessidades, interesses, direitos ou valores dos grupos assistidos" (Moreira Neto, 1967;VI)

"A ideologia brasileira quer o índio - e também o negro - como um futuro "branco" dissolvido pela amalgamação racial e pela assimilação na comunidade nacional" (Ribeiro, 1967:I;1976)

A política indigenista é a expressão dos anseios e projetos da etnia dominadora sobre os grupos indígenas com os quais entra em relação. Como resultante de um projeto político de dominação, a legislação manifesta claramente a visão e os interesses destes grupos dominantes. As contradições que se estabelecem entre os dois segmentos sociais etnicamente diferenciados não chegam a apresentar problemas, pois, a etnia dominada não tem participação nas decisões que passam a ser adotadas com relação ao seu próprio destino. O que podemos observar como grande motivador das mudanças nas decisões a serem adotadas são as contradições que passam a se manifestar dentro dos segmentos que compõem a sociedade dominante, e para as quais é necessário encontrar soluções que garantam a manutenção das alianças e a aceitação da legislação criada.

Parece-nos que estas considerações iniciais procuram definir su-

cintamente aqueles princípios que consideramos fundamentais para a compreensão dos processos de transformação pelos quais a legislação indigenista passou no período compreendido entre os séculos XVI a XIX.

A perda de autonomia por estes grupos, o que caracteriza a dominação sofrida, se manifesta claramente nessa sua marginalização dos processos decisórios. Perdem assim o controle sobre suas vidas, sua população e suas terras e a capacidade de tomarem suas próprias decisões.

Consequentemente, consideramos que algumas características básicas que orientaram a política indigenista se mantiveram, na sua essência, inalterados até hoje. Com relação à população, a legislação a considerou como apropriável pela sociedade dominante, fosse esta representada pelos missionários e pelos fazendeiros, sesmeiros ou qualquer outro tipo de proprietário rural, bandeirantes ou pelo próprio governo, mais tarde. As formas de apropriação da mão-de-obra e ou do produto é que variavam conforme os interesses e as necessidades decorrentes da estrutura econômica implantada. Assim tivemos a escravidão, o trabalho servil e o trabalho assalariado como formas que se alternaram nas decisões legais. Outro princípio, que se manteve constante com relação ao tratamento dispensado às populações indígenas, foi o direito que a sociedade dominante se atribuiu de decidir sobre a localização dos aldeamentos. Os princípios estabelecidos consideravam as necessidades estratégicas militares - defesa de vilas e propriedades dos colonos contra os ataques de outros grupos indígenas, ainda não dominados e controlados - e econômicas - alocação de mão-de-obra dentro das áreas exploradas economicamente ou em suas proximidades, de forma a garantir a viabilidade do processo expansionista.

Outro princípio básico mantido durante esse período foi a prerrogativa assumida pela sociedade dominante de impor os seus padrões culturais, sociais e políticos como modelos ideais que deveriam ser adotados pelas sociedades indígenas. A perda de autonomia das sociedades dominadas levava-as à incapacidade de manterem e reproduzirem os seus próprios padrões, pois, através de uma série de instituições e agentes, a sociedade envolvente exercia inúmeras atividades voltadas fundamentalmente para sua desestabilização cultural e social. Encaradas e justificadas de forma salvacionista, as trans-

formações sociais, econômicas e culturais visavam objetivamente e acima de tudo, garantir o uso pacífico do trabalho e das terras indígenas sem que houvesse resistência e oposição. Para que tal e corresse, tornava-se necessária a eliminação das diferenças existentes entre as diversas sociedades indígenas e a dominante e, assim, estabelecer de forma mais articulada a dominação e o controle.

Com relação às terras possuídas pelos grupos indígenas, a legislação também manteve inalterados seus princípios básicos até hoje. O respeito e o reconhecimento do direito de posse das terras pelas comunidades indígenas nunca foram considerados. Essas terras eram consideradas como apropriáveis por segmentos da sociedade envolvente, na medida em que estes as considerava como importantes para a realização do seu projeto econômico. A posse da terra pelas comunidades indígenas era vista com uma etapa necessária e temporária. Essa etapa duraria o tempo necessário para a adaptação dos grupos indígenas aos novos padrões impostos pela sociedade envolvente. Superada essa fase, quando a população deixava de oferecer resistência à dominação e a mão-de-obra estava treinada para exercer as atividades que lhe eram atribuídas, a posse da terra pelas comunidades indígenas deixava de ter um sentido concreto para a sociedade dominante. Assim sendo, encontravam-se fórmulas distintas para apropriar-se dela fosse através do deslocamento da população, da ocupação dos territórios comunitários, que se tornavam de propriedade individual dos índios.

A nossa preocupação é a de, sucintamente, estabelecer um quadro histórico das características assumidas pela legislação indígena. Traçaremos uma rápida retrospectiva compreendida entre os séculos XVI a XIX, detendo-nos com maior cuidado no período compreendido entre os anos de 1850 e 1890, que consideramos de maior importância para a área, que escolhemos como objeto de estudo.

Para efeito de análise, optamos por estabelecer determinados marcos históricos escolhidos segundo critérios que estabelecemos a partir da identificação de momentos significativos. Consideramos como momentos significativos aqueles em que houve mudança marcante no trato do problema indígena e nas relações estabelecidas com a sociedade dominante. Assim definimos os seguintes períodos: o primeiro compreendido entre o século XVI e meados do século XVIII,

quando o Marquês de Pombal, na sua administração, estabeleceu novas formas de gerir o problema indígena. Ainda que pudessemos subdividir este período inicial em etapas, estas, no entanto, apresentam homogeneidade nas formas básicas de tratar as relações interétnicas estabelecidas. O segundo seria aquele que cobriria a administração do Marquês de Pombal e o terceiro, aquele entre o fim da administração pombalina e a independência do Brasil. O quarto, definimos como o que está compreendido pelo 1º Império. O período seguinte que marcamos foi o das Regências. O último considerado foi o do 2º Império.

O Período Colonial Pré-Pombalino

Dentre as várias etapas que podemos identificar nesse período, consideramos como a primeira aquela em que as relações estabelecidas são tipicamente de escambo. Nesse período as relações econômicas estabelecidas entre os índios e a sociedade nacional estavam calcadas num sistema de trocas. Aquelos grupos, com os quais se estabeleceram os contactos iniciais, caracterizavam-se por serem agricultores, enquanto os colonos, recém-chegados de Portugal, encontravam sérios entraves à produção imediata dos produtos necessários à sua subsistência. Eram, entretanto, grandes fornecedores de manufaturados, que interessavam aos índios, já que representavam economia de esforços na realização de suas atividades de subsistência, ou recaiam naquela categoria de bens que satisfaziam os desejos estéticos ou de prestígio social dos seus possuidores.

Estas relações de escambo mantiveram-se por curto espaço de tempo, pois o projeto estabelecido de implantação, no Brasil, de atividades agrárias-exportadoras, supunha a necessidade de ocupação sistemática dos territórios indígenas e o uso, como escravos, dos membros das populações situadas naqueles territórios. Essa nova realidade, que se iniciou após 1530, implicava em alterações do sistema produtivo e a produção de mercadorias, veio subverter os padrões estabelecidos, rompendo as alianças e instalando, em muitas áreas, o estado de guerra.

Paralelamente aos efeitos depopulativos dessas guerras, constatamos como agentes provocadores do desaparecimento das populações indígenas, sua contaminação com agentes patogênicos e não dominados com a profilaxia necessária e não submetida a eficientes con-

troles. Ainda na área de saúde, constatamos a mudança de hábitos alimentares com a introdução do sal, açúcar e gorduras, como elemento responsável pelos problemas enfrentados, devido a desequilíbrios dietéticos. Outros fatores podem ser indicados como a imposição do uso de roupas, de novos padrões de higiene, ou falta deles, e de moradia, responsáveis pelo contágio mais rápido dos grupos aliados.

A desagregação social, decorrente das desarticulações impostas pelas novas relações econômicas, provocaram desestímulos e impasses nem sempre solucionáveis com eficácia pelos grupos. O desinteresse por continuarem vivendo e lutando contra grupos mais poderosos na sua capacidade de impor os seus padrões, funcionaram como responsáveis pela capitulação ante o processo de dominação.

Em termos políticos, a dominação se institucionalizou através da perda de autonomia por parte das comunidades. As decisões referentes ao deslocamento, posse de terras, trabalho a ser desenvolvido por sua população e a capacidade ou não de reproduzirem a sua sociedade dentro dos padrões sociais e culturais tradicionais foram transferidas dos setores internos das comunidades para segmentos externos a elas. As relações assimétricas se instauraram e acentuaram-se com o fortalecimento da sociedade colonial, o que implicava na instalação de mecanismos cada vez mais eficientes de dominação. Calçados em princípios institucionalizados através de legislação elaborada de forma a garantir a expansão e as prerrogativas de grupos sociais co-partícipes dos benefícios da exploração das terras e da mão-de-obra indígena, os segmentos sociais colonizados pressionavam a Coroa no sentido de que lhes fossem garantidas tais prerrogativas de exploração.

Podemos afirmar que o colonizador português via o índio sob vários ângulos, que não eram necessariamente excludentes, porém, na maioria das vezes, complementares e específicos de cada situação vivida pelos segmentos que entravam em relação interétnica. Assim, o índio podia ser visto como participante na construção da sociedade e do sistema produtivo naquelas áreas em que as relações de escambo continuavam a predominar. Outra forma de considerar o índio era de trabalhador, predominante nas regiões em que se processavam a implantação de atividades produtivas voltadas para a exportação de mercadoria, o que pressupunha relações de dominação

mais eficientes no tocante à exploração de trabalho indígena. Em localidades caracterizadas pela ausência de povoamento e, principalmente, naquelas em que o grande objetivo era o de expandir as fronteiras em disputa com a Espanha, o índio era visto como o povoador, o elemento que garantia a posse da terra para Portugal. Para os missionários, de maneira geral, podemos dizer que o índio era o bugre selvagem pagão, elemento constitutivo da natureza ainda não tocada pela graça divina. Deveria ser, portanto, conquistado não só para participar do grêmio religioso, mas também econômico.

Dentre os segmentos considerados de maior relevância na efetivação do sistema de dominação, destacaremos os donatários, sesmeiros, bandeirantes e os jesuitas. Com relação aos dois indicados inicialmente - donatários e sesmeiros - as razões dos atritos eram basicamente as mesmas. As suas atividades supunham a necessidade crescente de ocupação de novos espaços e o uso, de forma sistemática, dos trabalhadores indígenas. Daí a necessidade de exercerem pressão junto aos órgãos competentes na metrópole no sentido de que fossem resguardados os seus "direitos" a escravizar os índios.

Os bandeirantes, outro segmento social de grande participação nos destinos das comunidades indígenas, representariam, praticamente, um braço armado dos segmentos sociais anteriormente citados. Através de sua ação, os donatários, sesmeiros, fazendeiros e colonos obtinham a necessária mão-de-obra e a liberação de territórios sobre os quais realizavam a expansão de suas atividades agrário-exportadoras e pecuárias. As bandeiras podiam ser contratadas por particulares, pelos Governadores ou Capitães-Donatários. A compensação econômica para os participantes era a garantia de se apropriarem dos índios capturados. Os apreendidos eram repartidos entre os participantes. Utilizavam-nos da maneira que consideravam mais compensadora, ou vendiam-nos aos interessados, ou os deslocavam para as suas propriedades, onde trabalhavam como escravos. Era comum que uma parte do prêmio por esses serviços prestados fosse a entrega de lotes ou sesmarias, o que transformava o bandeirante de explorador em colonizador. A localização dos aldeamentos seguia padrões estabelecidos segundo critérios em que as preocupações fundamentais eram as da sociedade dominante. Assim, a necessidade que os grupos da sociedade dominante sentiam de preservar

as suas vilas dos ataques de grupos indígenas ainda não dominados, determinavam a preocupação com a localização de aldeamentos em pontos estratégicos. Outro fator que levava à escolha de novas áreas para a localização das aldeias, era a necessidade de terem mão-de-obra nas proximidades dos engenhos, vilas e povoações, como forma de garantir um suplemento de trabalhadores, que permitisse a continuidade das atividades implantadas.

Os mecanismos utilizados nesse período vão desde a coação física, manifesta nas ações das bandeiras, até o convencimento da população indígena através de promessas de melhores condições de vida e acesso fácil a ferramentas, sementes e manufaturados outros. Era a promessa da abundância e de padrões "civilizados" de vida. (Vide a este respeito Capítulo I).

Outro segmento alienígena de grande importância na vida dos grupos indígenas, nesse período, foi o dos jesuitas. Para estes, os índios eram vistos fundamentalmente como pagãos que deveriam ser convertidos para a fé e para interesse próprio da Igreja, em geral, e das Ordens Religiosas, em particular. Os aldeamentos jesuíticos funcionavam como unidades produtivas tão ávaras de mão-de-obra quanto as demais. O regime de atividade era intenso e voltado para a produção de mercadorias. O trabalho era encarado não meramente pelo ângulo econômico, mas também como ação voltada para a conquista dos espaços não ocupados pela "graça divina". Este trabalho deveria ter um caráter rotineiro e organizado para que surtisse os efeitos sociais desejados. Daí porque as atividades assistemáticas, como a caça e a pesca, não eram consideradas como adequadas às propostas estabelecidas. Vejamos como NEVES (1978) analisa o problema: "O trabalho, a racional ocupação do tempo cristão é sinônimo de civilização. Assim, na verdade, os jesuitas não vêem a caça e pesca dos "brasis" como alguma coisa que efetivamente pudesse ser chamado de trabalho. Era um estranho, perigoso, fortuito "jogo para a subsistência", ou alguma coisa próxima. Além disso, o gentio tinha como fortes marcas distintivas a preguiça e a ociosidade que são antagônicas ao trabalho. Os inácianos não viam a coação a determinados tipos de exploração econômica até então não praticadas pelos indígenas como supressão da liberdade. Agora sim é que havia liberdade mas... para o trabalho e contra a ociosidade, a indisciplina e a desorganização .

"Trabalhava-se todos os dias da semana à exceção do domingo, quando o tempo era repartido por outras ocupações previstas e não apenas cristãs - ou cristãmente "admitidas" (NEVES, 1978:131/2).

Esse regime intenso de trabalho, voltado fundamentalmente para a produção de artigos comercializáveis, reduzia, ou mesmo, eliminava o tempo destinado para a obtenção direta de produtos de subsistência. Principalmente ocorria em áreas, como Olivença, - embora este mais tardio - onde as mercadorias produzidas não podiam sequer ser consumidas - os rosários feitos de coquilhos. Esta realidade se refletia no padrão de vida dessas populações, principalmente ao nível da alimentação, o que os tornava mais vulneráveis às epidemias. O processo de depopulação por que passavam os aldeamentos jesuítas, que era agravado pelos constantes ataques que sofriam dos grupos indígenas não aldeados, levava à desarticulação das unidades produtivas. Daí, em seu conjunto, a documentação parece-nos apontar que havia uma necessidade constante para os jesuitas de obter trabalhadores suplementares, que lhes permitisse manter a viabilidade de suas atividades e a possibilidade de expansão futura. O resultado era a competição que terminava por se estabelecer entre os jesuitas e os colonos quanto à prioridade que a Coroa devia estabelecer quanto ao acesso e controle do trabalhador indígena.

A disputa entre colonos e jesuitas se manifestava nos inúmeros avanços e retrocessos obtidos por cada um desses segmentos na luta pela definição do regime de trabalho dos nativos. Inúmeras tentativas foram estabelecidas no sentido de proibir a escravidão e outras tantas no sentido de garanti-la.

A primeira decisão legal que tentou preservar e garantir a liberdade dos povos indígenas foi a Bula Veritas Ipsa do Papa Paulo III em 1537. Porém, já observamos que a carta pontifícia não chegou a ser levada em grande consideração pelos colonos e donatários. Em 1570 a Coroa portuguesa também tentou declarar a liberdade indígena, reafirmando os princípios básicos e fundamentais da Bula papal. No entanto, esta legislação também foi ignorada na sua prática diária na colônia. Em 1609 foi o rei Felipe III da Espanha que tentou impor a legislação que garantia a liberdade dos índios. Essa tentativa provocou reações tão violentas por parte dos colonos e demais interessados, que foi revogada dois anos depois. Nova legislação foi instituída e nela se procurava conciliar os interesses e

opiniões contrárias. Proibia-se a escravização indiscriminada, porém encontrava-se fórmula conciliatória permitindo a escravização daqueles que fossem aprisionados em "guerra justa". O que definia o qualificativo de "guerra justa" eram pretextos fúteis manipulados pelos segmentos interessados em obter as terras ou os trabalhadores indígenas. A legislação de 1655 criava ou permitia que outras formas de aprisionamento fossem praticadas. Assim surgiam a figura do "índio de corda", ou seja prisioneiros de outras tribos que estariam condenados à morte e eram resgatados pela compra em que se usava como moeda missangas, ferramentas, roupas e outros utensílios. Continuavam em franco desenvolvimento os descimentos de comunidades inteiras. Estes poderiam ser provocados pela coação ou pelo convencimento feito através de promessas de melhores condições de vida.

Os índios eram utilizados como trabalhadores em obras públicas, em empreendimentos particulares, e eram base para cálculo dos benefícios auferidos pelos funcionários responsáveis pela sua administração. Nos aldeamentos jesuíticos, cada grupo de 25 casais era entregue aos cuidados de um missionário. Com esta medida ele se garantia uma pensão da Coroa, além da auto-suficiência dessa unidade administrativa, que é possível que tenha também funcionado como produtiva, obtida com a produção de alimentos para o consumo interno e de mercadorias para comercialização. A pensão da Coroa lhes garantia a manutenção das missões, independentemente de fatores internos e externos adversos. Assim depopulação, fatores climáticos, más colheitas ou dificuldades de acesso ao mercado, para venda das mercadorias produzidas eram absorvidas sem maiores impactos.

Além da competição por trabalhadores e por terras, a recusa sistemática dos jesuitas em cederem os índios aliados para empreendimentos particulares e públicos, provocou constantes choques e o acirramento atingiu níveis insuportáveis. A Coroa foi obrigada a redefinir de forma mais precisa o problema da administração da questão indígena, eliminando a dualidade existente entre a legislação e a prática das relações estabelecidas.

A posição adotada pelos jesuitas tornava-se cada vez mais difícil de ser sustentada, principalmente porque além das pressões exercidas pelos colonos, a nova filosofia governamental portuguesa cho-

cava-se com a maneira dos inácianos gerirem os aldeamentos. Estes começaram a ser vistos não apenas como entraves econômicos, mas também como uma ameaça à segurança interna da colônia. A insistência dos jesuitas em manterem os seus redutos fechados ao controle dos administradores da Coroa e em negarem a participação dos índios aldeados em empreendimentos particulares ou públicos faziam com que fossem denunciados por não permitirem a integração nacional das áreas geográficas e das populações que nelas habitavam sob a sua jurisdição. As acusações se faziam cada vez mais fortes, principalmente num período em que a grande preocupação política do Govern português pode ser definida como voltada para a promoção da integração territorial, demográfica, política e social através da consolidação das fronteiras internas e externas.

São estas preocupações básicas que vão caracterizar a nova etapa administrativa instaurada durante a administração do Marquês de Pombal, que começaremos a analisar agora.

O Período Colonial da Administração do Marquês de Pombal

A política pombalina calcava-se em princípios considerados prioritários na administração da colônia. Assim, as preocupações em promover a integração efetiva da população estavam vinculadas à definição de fronteiras conquistadas à Espanha e que haviam sido obtidas em luta com as populações indígenas.

Já em 1751 as preocupações fundamentais dessa política foram explicadas no item 33 das instruções enviadas pelo Marquês de Pombal a Gomes Freire de Andrada a 21 de setembro de 1751:

"E como a força e a riqueza de todos os países consiste principalmente no número e multiplicação da gente que o habita; como este número e multiplicação da gente se faz mais indispensável, agora na Raia do Brasil, para sua defesa, em razão do muito que têm propagado os espanhóis nas fronteiras deste vasto continente, onde não podemos ter segurança se não povoarmos, à mesma proporção, as nossas províncias desertas que confinam com as suas povoadas: e como este grande número de gente que é necessário para povoar, guarnecer e sustentar uma tão desmedida fronteira não pode humanamente sair deste Reino e Ilhas adjacentes; porque ainda que as Ilhas e o Reino ficassem inteiramente desertos, tudo isso não bastaria que esta vastíssima Raia fosse povoada: não só julga S.M. necessário que V.Sa. convide, com os estímulos acima indicados, os vassallos do mesmo Senhor, Reínículos e Americanos que se acham civilizados, mas, também, que V. Exa. estenda os mesmos e outros privilégios aos Tapas,

que se estabeleceram nos Domínios de S. M., examinando V. Sa. as condições que lhes fazem os Padres da Companhia Espanhóis, e concedendo-lhes outras à mesma imitação, que só não sejam iguais, mas ainda mais favoráveis; de sorte que elles achem o seu interesse em viverem nos Domínios de Portugal, antes que nos de Espanha (grifo nosso). O meio mais eficaz, em semelhantes casos, é o que se serviram os Romanos com os Sabinos, e com as mais Nações que, depois, foram incluindo no seu Império: O que, à sua imitação, estabeleceu o grande Afonso de Albuquerque na primitiva Índia Oriental; e que os Ingleses estão actualmente praticando na América Setentrional, com o successo de haverem ganhado 21 graus de costa sobre os Espanhóis. Isto se reduz, em substância, a dois pontos, os quais são: Primeiro, abolir V. Exa. toda a diferença entre Portugueses e Tapas; privilegiando e distinguindo os primeiros, quando casarem com filhas dos segundos; declarando que os filhos de semelhantes matrimônios serão reputados por naturais deste Reino e nele hão de ser para officios e honras, conforme a graduação em que se puser o seu procedimento; e estendendo, por isso, o dito privilégio a estes filhos de Portugueses e Índias extremas, de sorte que o mesmo privilégio vá sempre se comunicando a todas as outras gerações pela mesma razão. Segundo, escolherem-se os Governadores, Magistrados e mais pessoas do Governo destas novas povoações, de sorte que sejam homens de Religião, Justiça e Independência, isto é, em suma, daqueles que se costumam buscar para fundadores, e que, alifcando todos com a regularidade do seu procedimento, mantenham o respeito das leis e conservem a paz pública entre os novos habitantes das referidas fronteiras, sem permitirem que haja na administração e ainda nas matérias de graça a menor diferença a favor dos portugueses, aos quais deve ser muito especialmente defendido, debaixo da pena que se execute irremissivelmente, ridicularizem os referidos Tapas e outros semelhantes, chamando-lhes burleros, Tapuios, e a seus filhos, mestiços e outras semelhantes entonômias de ladribio e injúria. O que se pede, também, acautelar, explicando-se aos Prelados e Párcos o grande prejuizo que de tais fatos resulta ao serviço de Deus, ao impedimento da conversão das almas, e ao interesse de El Rei N. Sr. no outro impedimento (sic), da propagação e multiplicação dos vassallos, para que os ditos Párcos e Prelados contribuaem para os mesmos fins, cooperando para elles em causa comum com os Governadores e Magistrados respectivos. Ultimamente, comete S. M. a prudência de V. Exa. não só o oportuno uso de todos este meios, mas também que V. Sa. no caso de descobrir mais alguns que lhe pareçam úteis e conformes às circunstâncias desse Estado, os apresente para serem presentes ao mesmo Sr. cuja paternal providência se acha muito especialmente applicado à segurança desse Continente e à felicidade dos seus Habitantes (Marquês de Pombal - Primeira Carta secretíssima... para servir de suplemento

às Instruções que lhe foram enviadas sobre a forma da execução do Tratado de Limites in MOREIRA NETO, 1967:331-3).

Consideramos que as preocupações fundamentais podem ser identificadas em dois setores fundamentais, ainda que intimamente relacionados. Quanto ao setor externo, a meta estabelecida era a de garantir as fronteiras disputadas com a Espanha. Em termos internos consideramos como o grande objetivo a ser atingido o incremento da expansão e colonização como forma de garantir o pleno direito de propriedade das terras conquistadas. Para a efetivação desse propósito, era preciso garantir a mão-de-obra necessária. Assim como a garantia do sucesso desta proposta política, dependia da efetiva integração da população que residia dentro das fronteiras através de um processo de descaracterização das etnias que viviam no território brasileiro e a imposição dos padrões da sociedade dominante.

O que podemos constatar, no entanto, é que essas duas preocupações fundamentais estavam profundamente vinculadas e só através da consecução do objetivo interno é que a Metrópole poderia realizar a proposta a nível internacional. Essa ligação dava um destaque muito grande ao problema indígena, já que este era a base fundamental. Para a concretização da proposta pombalina de efetivar interna e externamente a ocupação e posse definitiva das terras brasileira e de estimular o surgimento de uma sociedade que apresentasse coesão e uniformidade cultural.

A legislação pombalina referente especificamente ao problema indígena está estruturada nos seguintes documentos: Lei de 6 de junho de 1754, que abolia a administração temporal dos índios sob jurisdição dos jesuitas, que até então acumulavam-na com a religiosa; Lei de 7 de junho de 1754 em que se proibia qualquer forma de escravização indígena, garantindo aos índios o direito de venderem livremente a sua força de trabalho a quem oferecesse melhores preços; Alvará de 7 de julho de 1755, através do qual se determinava a expulsão dos jesuitas das Províncias do Maranhão; Lei de 8 de maio de 1756, pela qual se estendia a decisão capitulada no Alvará anterior às demais Províncias do Brasil, e se determinava a elevação dos antigos aldeamentos a vilas, povoados ou paróquias e a constituição do "governo civil" entre os índios; e o Diretório Que se Deve Observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão, de 1757, documento em que foram expressos, de forma mais sistemática, os princípios administrativos que passaram a reger a vida dos aldeamentos.

Através deste conjunto de Decretos, Leis, Alvarás e Diretórios, o

Marquês de Pombal propôs nova forma administrativa que visava a atingir os objetivos estabelecidos: integrar e nacionalizar os grupos indígenas. Através do incremento do ensino da língua portuguesa e proibição o uso da língua geral como forma de comunicação interna aos aldeamentos, procurava acelerar o processo de desintegração dos padrões sócio-culturais estabelecidos, impondo mais eficientemente os da sociedade dominante. Outro objetivo definido era o de promover a integração territorial através da diminuição da autonomia dos aldeamentos, transformando-os em vilas, povoações ou freguesias, sendo a sua direção entregue a juizes municipais e vereadores das Câmaras Municipais. Com essas medidas, o que se concretizava era a inserção destas unidades no sistema dominante e seu controle pelo poder central, eliminando-se a autonomia que antes desfrutavam como unidades sociais administradas apenas pela ordem inaciana, nas fora da esfera controladora do Governo Real. A formação religiosa, elemento importante no contexto, passou a ser de responsabilidade dos párocos seculares indicados pela Diocese.

A nova legislação garantia a liberdade integral dos índios, inclusive, a de vender livremente a sua força de trabalho em troca de salário. Os juizes ficavam encarregados de fiscalizar o cumprimento dos contactos estabelecidos. Outra de suas características era a de eliminar toda e qualquer forma de privilegiamento e discriminação, oferecendo em termos legais e teóricos a igualdade entre os índios e os demais cidadãos da Coroa.

Podemos afirmar que em termos de política externa - a garantia das fronteiras através da consolidação da ocupação dos espaços - a legislação surtiu os efeitos desejados. Porém, o mesmo não podemos dizer a nível de política indigenista. Apesar dos efeitos liberalizantes, os seus efeitos práticos quanto à eliminação dos mecanismos de dominação da sociedade envolvente sobre os grupos indígenas, não se alteraram fundamentalmente. Talvez tenha, até mesmo, acentuado as contradições com o projeto de integração forçada de etnias bastante diferenciadas e pouco dispostas a assumirem a posição que lhes era reservada pelo subsistema dominante da sociedade global.

Alguns fatores são apontados como responsáveis pelo insucesso da proposta com relação a melhoria das condições de vida das comu-

niçades indígenas. Primeiro podemos afirmar que, na prática, o que essa legislação visava atingir concretamente era a eliminação de unidades econômicas, sociais e políticas fora do controle da Coroa, nas quais se produzia uma acumulação de capital não apropriável pelo governo metropolitano ou seus súditos da colônia. Estes consideravam como meta prioritária a ocupação de espaços, em que pudessem expandir as suas atividades, e o uso de mão-de-obra capacitada ao exercício das atividades indispensáveis ao desenvolvimento da produção. A justificativa política alegada era a de que os aldeamentos forneciam "quistos" sociais étnicamente diferenciados, ameaças à segurança e à estabilidade do Brasil e do sistema colonial português. Consequentemente, podemos afirmar que a legislação estava muito pouco preocupada com a realidade, necessidades e aspirações dos grupos indígenas. Essa inadequação foi um dos fatores presentes no insucesso dessa ação legislativa.

Razões administrativas também concorreram de forma a provocar impasses que não permitiram o pleno funcionamento da proposta pombalina. O fato de o cargo de Diretor de aldeia não ser remunerado gerou problemas sérios e de difícil solução. A falta de interesse das pessoas em se candidatar ao exercício de tal tarefa reduzia as possibilidades de opção entre elementos capacitados no desenvolvimento dos encargos que eram de sua responsabilidade. Logo, os que se apresentavam eram aqueles que não estavam capacitados ou aqueles que tinham interesses concretos na exploração do trabalho indígena ou na de suas terras para enriquecimento próprio. O direito de cobrar uma quota, como forma de ressarcimento pelo trabalho que desempenhavam na direção dos aldeamentos, tornava bastante vulneráveis as propostas liberalizantes do projeto. Outra forma de auferimento de recursos pelos Diretores era a de funcionarem como intermediários nos contratos estabelecidos entre os índios e os fazendeiros interessados na contratação dos trabalhadores indígenas ou no arrendamento das terras dos aldeamentos.

Outro aspecto negativo que pode ser apontado foi a falta de critérios mais eficientes na escolha dos aldeamentos que deveriam se transformar em vilas, povoados ou paróquias. Parece-nos que, fundamentalmente, as razões ponderadas estavam relacionadas com interesses políticos e econômicos, e com a concepção urbana da sociedade envolvente, e não com as reais condições e possibilidades de

transformação das comunidades atingidas. Por serem distantes da realidade vivida pelos grupos que ali residiam, os efeitos integrativos e dinâmicos pensados pelos legisladores, a curto prazo não chegaram a se concretizar nos moldes previstos ou pelo menos não nos níveis esperados. Os efeitos se fizeram sentir ao aumentar a competição com os demais trabalhadores e os proprietários rurais, o que acentuou o processo de incorporação de terras dos aldeamentos que perderam o caráter comunal. No entanto, apesar de provocar o agravamento das condições de vida dos índios, a nível da vida econômica das novas vilas, povoados ou paróquias os efeitos esperados de progresso não se fizeram sentir com a mesma intensidade.

Houve também problemas gerados pelo abandono sistemático das atividades de subsistência pelas populações indígenas em troca de salários irrisórios. Estes não lhes permitiam manter padrões adequados de alimentação e determinaram o rompimento das relações econômicas e sociais estabelecidas basicamente em termos de solidariedade, que passavam então a ser competitivas a nível interno e externo. Outro ângulo sobre o qual pode ser analisado o problema das novas relações de trabalho foi o agravamento das condições de dependência econômica das comunidades indígenas, já que estas deixaram de ser unidades produtivas auto-suficientes, até mesmo em termos de alimentação. Ainda podemos considerar como outro fator recorrente das novas condições a migração forçada ou estimulada de parcela considerável da população masculina, que se deslocava para áreas em que a sua força-de-trabalho era usada, fosse em propriedades particulares ou obras públicas. Muitas vezes a distância era grande e o período de tempo demorado, o que gerava o seu afastamento da vida comunitária por longos períodos. Por esta via também se acentuavam as modificações sociais, já instaladas a partir de outros fatores, o que se agravaram com o desequilíbrio demográfico gerado pelo deslocamento dos homens jovens. Como consequência dessa medida temos a intensificação dos casamentos interétnicos, aliás, um dos objetivos propostos pelos legisladores, como maneira de acelerar o processo de integração das populações indígenas à sociedade nacional.

A elevação dos aldeamentos a vilas, lugarejos e paróquias provocou a dissociação da comunidade em termos econômicos e sociais devido, principalmente, à descaracterização do sistema de propriedade comunal e a transformação das terras em lotes individuais, com a elimi-

nação dos mecanismos de proteção das terras indígenas contra o avanço perpretado pelos colonos e fazendeiros. Os territórios dos aldeamentos eram encarados, fosse a nível da colônia ou da metrópole, como passíveis de exploração mais produtiva pelos grupos dominantes e diretamente interessados na produção agrícola.

A perda das terras determinou a transformação dos índios em assalariados rurais, dependentes das oportunidades oferecidas pelos setores de atividades agrícola particulares ou por obras públicas, e em franca concorrência com os trabalhadores assalariados da sociedade envolvente. Procurava-se, assim, transformar os índios em colonos, produtores de mercadorias, ou em trabalhadores a serem utilizados por proprietários na fase de expansão da área ocupada ou de intensificação das atividades produtivas.

Em termos de Bahia, essa legislação atingiu alguns dos aldeamentos existentes, particularmente aqueles em que a administração era jesuítica. Os lemais, que estavam sob a direção de Carmelitas Descalços, padres seculares, Beneditinos ou Capuchinhos não foram atingidos. A preocupação maior era com a incorporação do patrimônio dos inacianos ao Estado, o que nos permite inferir que as determinações não eram tão gerais e abrangentes, como se poderia supor, mas direcionadas para fins concretos e pre-determinados. Os jesuítas eram o alvo pretendido. Alegava-se razões econômicas e o fato de serem uma ordem religiosa de origem espanhola, além da posição que faziam ao controle do Estado sobre suas atividades econômicas e missionárias. O que se observava era o aumento da hostilidade contra a rígida posição, que os jesuítas adotavam, de controle da vida dos aldeados, particularmente no tocante à exploração do trabalho indígena, o que levou à adoção destas medidas restritivas à sua ação.

A Diocese da Bahia tinha, na ocasião da promulgação das citadas leis, 36 aldeamentos. Destes, 20 foram atingidos pelas novas determinações, conforme se pode observar na relação abaixo, na qual indicamos apenas aquelas que foram elevadas à categoria de vila, povoação ou paróquia:

Relação dos aldeamentos atingidos pela Legislação Pombalina na Diocese da Bahia.

I - Soure - antiga aldeia de Natuba, administrada por jesuítas, situada à margem direita do rio Natuba, afluente da margem esquerda

do rio Itapicuru, hoje é conhecida pelo nome de Nova Seure.

II - Olivença - antiga aldeia de Nossa Senhora da Escala de Olivença, administrada por jesuítas, situada na Ponta de Itapuã, município de Ilhéus, hoje conhecida por Olivença.

III - Barcelos - antiga aldeia de Maraú, administrada por jesuítas, situada na baía de Maraú, hoje conhecida pelo nome de Barcelos.

IV - Santarém - antiga aldeia de Serinhaém, administrada por jesuítas, situada na foz do rio Cachoeira Grande, hoje conhecida por Santarém, sede do município de Ituberá.

V - Trancoso - antiga aldeia de São João dos Tapes, administrada por jesuítas, localizada na foz do ribeirão de Trancoso, município de Porto Seguro, ainda hoje conhecida por Trancoso.

VI - Vila Verde - antiga aldeia de Patatiba, administrada por jesuítas, situada na margem direita do rio Buranhém, no município de Porto Seguro, hoje conhecida pelo mesmo nome.

VII - Pombal - antiga aldeia de Cana Brava, sob jurisdição jesuítica, localizada na margem esquerda do médio Massacarã, afluente do rio Itapicuru, hoje conhecida pelo mesmo nome, no município de Ribeira do Pombal.

VIII - Abrantes - antiga aldeia de Ipitanga, administrada por jesuítas, situada ao norte da foz do rio Joanes, hoje conhecida por Abrantes, no município de Camaçari.

IX - Viçosa - antiga aldeia de Viçosa, administrada por jesuítas e localizada na foz do rio Maracá, hoje conhecida por Nova Viçosa, sede do município do mesmo nome.

X - Prado - antiga aldeia do Prado, administrada por jesuítas, situada na margem esquerda do rio do Prado ou Jucurucu, atual sede do município de Prado, conhecida pelo mesmo nome.

XI - Belmonte - antiga aldeia do mesmo nome, administrada por jesuítas, na foz do rio Jequitinhonha, atual sede do município de Belmonte e conhecida pelo mesmo nome.

XII - Tomar - antiga aldeia do Jerú, administrada por jesuítas, situada em Sergipe, hoje conhecida por Tomar do Jerú, sede do município do mesmo nome.

XIII - Pedra Branca - antiga aldeia de Nossa Senhora do Nazareth da Pedra Branca, administrada por clérigo secular, situada entre a Serra do Campo Alegre e a Serra do Guarirú, ou da Jibóia, ao sul do médio rio Paraguaçu, no município de Santa Terezinha, hoje conhecida pelo mesmo nome.

XIV - Alcobaça - antiga aldeia de São Bernardo de Alcobaça, na foz do rio Itanhaém, no município de Alcobaça, hoje conhecido pelo mesmo nome, sendo um pequeno povoado.

XV - Porto Alegre - antiga aldeia de São José de Porto Alegre, também conhecida por Mucuri, administrada por jesuítas e situada na barra do rio Mucuri, sede do atual município de Mucuri.

XVI - Benavente - antiga aldeia de Rezitiba, administrada por jesuítas, hoje conhecida por Guarapari, no Espírito Santo.

XVII - Almada - antiga aldeia de Nossa Senhora da Conceição dos Índios Gren, administrada por jesuítas, situada na margem do rio Itaípe, hoje conhecida pelo mesmo nome.

XVIII - Távora - antiga aldeia de Juru, administrada por jesuítas e situada no município de Lagarto, em Sergipe,

XIX - Mirandela - antiga aldeia do Saco dos Morcegos, administrada por jesuítas, situada a margem esquerda do médio Massacarã, afluente do médio Itapicuru no atual município de Ribeira do Pombal, hoje conhecida pelo mesmo nome.

XX - Almeida - antiga aldeia dos Reis Magos, administrada por jesuítas, situada no atual município de Vitória, no Espírito Santo.

Apesar da elevação desses aldeamentos a vilas, paróquias e povoados, o que implicou, na prática, na alteração do regime de administração temporal e religiosa, além do desaparecimento da propriedade comunal e da transformação dos índios em assalariados, jogando-os num processo de competição violenta com relação à estrutura de funcionamento dessas vilas pouco foi alterado. A maioria delas continuaram a existir como aldeamentos, inclusive durante o século XIX. É o caso de Soure, Olivença, Maraú ou Barcelos, Santarém, Trancoso, Vila Verde, Pombal, Abrantes, Prado, Pedra Branca, Alcobaça, Porto Alegre e Mirandela. Desconhecemos o período e como se processou a transformação dos aldeamentos pertencentes à Diocese da Bahia, mas localizada nos estados de Sergipe e Espírito Santo. (VILHEMA, 1969:460/1; DÓRIA, 1977, ms:II/20; MONIZ BARRETO, 1856:66).

Podemos dizer, então, que 20, ou seja 55,5% dos aldeamentos existentes em 1758 foram elevados a vilas; e destes, excetuando-se os localizados em Sergipe e Espírito Santo, o que faz restar 16 aldeamentos, dos quais 13, ou seja 81,2% permaneceram, na segunda metade do século XIX, como aldeamentos, inclusive, em termos administrativos, recebendo dotações governamentais e com diretor nomeado. Por

outro lado, constatamos que dos 39 aldeamentos existentes no período, que é central para o nosso estudo (1850-1889), o total daqueles que, legalmente, já não podiam ser assim considerados era de 33,3%, ou seja 16 num total de 39.

Parece-nos que a razão fundamental da manutenção, na prática, destas vilas a condição de aldeamento, foi o fato de não haver meios nem estímulos econômicos suficientes para que se concretizassem as propostas de desenvolvimento e modernização que estavam intrinsecamente pressupostas nos atos legislativos. Essa realidade pode ser facilmente percebida nas descrições que inúmeros visitantes e funcionários realizaram a estas vilas durante o século XIX. Tanto Spix e Martius como Wied-Neuwied, além de Navarro (1846) e principalmente Ottoni (1858), que escolhemos como ilustração entre os demais, explicitam claramente o estado de penúria em que elas viviam:

"Do lado da costa no mesmo decênio de 1837 e 1847 as tribos mais próximas acossadas também pelas do interior, começaram a apresentar-se aos moradores de São José de Porto Alegre pedindo socorro contra os tapuias brabos, como eles chamavam aos outros e pedindo paz aos cristãos.

"Em 1844 três tribos capitaneadas por Giporok, Mec-Mek e Potik, que se diziam irmãos, além da tribo do Capitão Urufú trabalharam puxando madeiras para a matriz de São José.

"Cada roceiro de São José teve o seu kuruca, de que uns se serviam como escravos e que outros vendiam.

"Este maldito tráfico dos selvagens, mais infame que o dos pretos da África, tem sido a causa de calamidades sem número.

"Às vezes a guerra entre diversas tribos tem por fim único a conquista dos kurucas, que são levados ao mercado.

"São José de Porto Alegre era em 1847 uma aldeia miserável, povoada em máxima parte pelos descendentes dos Tupiniquim; município po-bríssimo, sem agricultura e sem outro comércio senão o dos kurucas.

"Cada um custava cem mil réis. E vinham ao mercado não só os prisioneiros de guerra feitos pelas tribos que ali comerciavam, como também os meninos destas mesmas tribos, que lhes eram arrancados de mil modos" (OTTONI, 1858:189; grifo nosso).

Outro aspecto que nos parece relevante na compreensão do problema

agora enfocado, é o fato da maioria destas vilas, principalmente as do sul da Bahia, estarem situadas em regiões onde inúmeros grupos indígenas começavam a ser desalojados de seus habitats. A competição pelas terras entre os colonos e os índios determinava o acentuamento das migrações indígenas e a busca de antigos aldeamentos, onde antes encontravam relativa segurança, já que ali se reduziam os atritos diretos com os demais grupos e com os colonos. Eram, portanto, áreas em que sequer se havia processado a política de sedentarização dos grupos locais. Podemos concluir, consequentemente, que as vilas eram pontos de atração e de fixação da população indígena, o que fez com que continuassem a receber tratamento especial por parte do governo, que investira nelas como aldeamentos durante os séculos XVIII e XIX.

Podemos concluir, pelo acima exposto, que a legislação pombalina foi responsável pelo aceleração do processo de desintegração das comunidades indígenas. Apesar de garantir ao indivíduo o direito à liberdade pessoal, eliminando a condição de escravo para os indígenas, criava mecanismos de competição que estimulavam o abandono dos antigos padrões sociais e a adoção daqueles que os índios consideravam como capazes de lhes fornecer acesso mais fácil às terras e salários. A equiparação legal dos índios aos demais súditos da Coroa teve como contrapartida a eliminação dos mecanismos de proteção legal que estes índios tinham e que lhes permitia gozar de garantias protecionistas quanto à posse da terra, elemento essencial para a manutenção da estrutura social. Porém, a forma de administrar as terras estabelecida por Pombal facilitava o acesso a estas, por parte dos colonos, através do Estado. A sua transformação em lotes individuais e o arrendamento daquelas que não fossem distribuídas aos índios aliava-se o fato do cargo de Diretor de Índios não ser remunerado, o que criava, como já nos referimos anteriormente, as condições necessárias para que as terras fossem usadas como forma de enriquecimento pelos encarregados. Da mesma forma, a exploração do trabalho indígena continuava a se processar através dos contratos estabelecidos entre os índios e os fazendeiros locais interessados, ou, então, o diretor do aldeamento, caso este fosse proprietário rural.

No entanto, modificações de ordem econômica e política, geradas, inclusive, pelos fatores introduzidos pela administração pombalina,

como a expansão de fronteiras internas no Brasil e os impulsos gerados pelos novos fatores estruturais, determinaram alterações na política indigenista. Principalmente porque a expansão acima citada levou a ocupação de novas áreas interioranas, dando margem a atritos com grupos indígenas até então não contactados, e que opunham forte resistência a essa expansão.

O Período Colonial Pós-Pombal

O período compreendido entre o abandono da política pombalina e a independência do Brasil pode ser caracterizado como de retrocesso nas conquistas já feitas em favor do estatuto individual dos indígenas brasileiros.

As pressões e a insatisfação de colonos com o novo regime de trabalho e as necessidades recorrentes da ocupação de novos espaços exerceram papel importante na decisão de reformulação de sua política pela Coroa Portuguesa. Questionava-se a validade da política adotada até então, já que era considerada inadequada por ser "frouxa" e incapaz de promover a exploração efetiva do enorme potencial de riquezas disponíveis no país.

Outra justificativa usada para a exigência das novas medidas era o desperdício de tanta mão-de-obra, existente, mas não aproveitada pelo seu "estado de rudeza".

À guisa de ilustração desse raciocínio, citaremos o trecho do trabalho de um membro de importante família de latifundiários do sul da Bahia, os Moniz Barreto, que apresentava no ano de 1788, sugestões ao rei de Portugal quanto à forma de tratar o problema indígena.

"Sei, Senhor, que a muito me atrevo intentando contra o sistema quase geral, e seguido pelos políticos da nação (que melhor lhes chamara inimigos dela) de que os habitantes daquelas conquistas se devem conservar em 'frouxidão e ignorância; porém qual será o político cordato e de bom senso que me possa conceder, que um homem considerado no estado bárbaro pode conhecer as suas obrigações para com Deus e para com o seu Rei? Que fidelidade, que obediência, que constância, que temor e 'respeito às leis se pode esperar de um gentio e ainda' de um português, educado com aqueles?

Conseguida, senhor, a reforma entre a tosca gente do 'moço que pondero, com facilidade se conseguirão todas as outras coisas, que se fazem necessárias a uma sociedade polida. Então se desenvolverão as idéias da agricultura e do comércio e de todas as artes que estão naquelas conquistas condenadas a uma profunda ignorância, ou seja, como querem alguns, por terem saído há pouco das mãos da barbaridade, ou, como querem outros, por 'andar ali, com a fertilidade do país, unida a preguiça de seus habitantes". (MONIZ BARRETO, 1956:34).

Como se pode deduzir do documento citado, questionava-se fundamentalmente a maneira "pacífica" com que se tratava os indígenas. Começa a introduzir-se, ou melhor, a ressurgir o sentimento de que a problemática deveria ser tratada por meio de violência para que se processassem, com a necessária rapidez, as transformações julgadas necessárias, como a liberação dos territórios indígenas e o engajamento compulsório de uma população em trabalhos e atividades consideradas essenciais para o desenvolvimento das regiões interiores.

O documento que definiu a nova orientação foi a Carta Régia de 12 de maio de 1793. Nela se aboliu o direito dos índios venderem livremente o seu trabalho, restaurando a dominação mais direta dos trabalhadores com os estímulos aos descimentos e a imposição de trabalho compulsório. Eram atividades que deviam ser realizadas 'fora do perímetro da aldeia, fosse em propriedades particulares, fosse em obras públicas. Como deslocamento resultante dessas atividades, o que se observou foi o não aproveitamento das terras dos aldeamentos pelos índios, o que acelerou, dentro da nova mentalidade administrativa, os arrendamentos dos lotes a colonos. Teoricamente, os recursos auferidos deveriam se destinar a comunidade detentora da posse das terras, porém, fundamentalmente, foram destinadas a obras de infra-estrutura das vilas e povoações próximas aos aldeamentos ou ao enriquecimento dos Diretores. Poderíamos dizer, então, que nos parece que a nova legislação acentuou aqueles pontos que destacamos como responsáveis pela desarticulação introduzida com a legislação pombalina, e eliminou aqueles dispositivos que representassem conquistas e avanços no trato da problemática indígena. Assim, retiraram-se as garantias de liberdade individual

e tratamento igualitário perante a lei a todos os súditos, isto é, a uma não diferenciação legal resultante de aplicação de critérios de caráter étnico,

A chegada da família real ao Brasil, em 1808, acentuou as disputas por terras. As causas desse fenómeno podem ser encontradas no fato de novas levas de imigrantes se instalarem no país. Também os estímulos económicos, gerados pela capitalização e dinamização dos setores produtivos e comerciais com os novos investimentos e as novas modalidades de relações internacionais estabelecidas foram de grande influência. Mas, o que convém ressaltar, mais uma vez, é que a dinamização da economia alterou o caráter "pacífico" das relações interétnicas, instalando o estado de guerra entre as comunidades indígenas e os colonos apoiados pelo governo. A necessidade de instalação de "corredores comerciais", principalmente no sul da Bahia, área fronteira com Minas Gerais, repercutiu nas relações interétnicas. Os cursos dos grandes rios, rotas prioritárias, passaram a ser guarnecidas com a construção de quartéis e destacamentos, o que significava, de fato, guerra aos grupos que circulavam por aquelas áreas. Sistemáticamente, foram sendo conquistados os últimos territórios ocupados por sociedades indígenas. As justificativas usadas para esta mobilização, como diz Carlos Moreira Neto, "contêm os elementos básicos da nova política de opressão, e renova quase literalmente os argumentos utilizados nos séculos XVI e XVII para a destruição dos Aimoré e outros grupos". (MOREIRA NETO, mn:337;1967).

Na Bahia, a declaração de guerra aos Botocudo é de 1803, e tem como pontos centrais a sesmaria concedida à família de João Gonçalves da Costa, que corresponde à área hoje conhecida por Vitória da Conquista, e a ação da 7a. Divisão Militar, responsável pela construção da estrada entre Minas Gerais e a vila de Belmonte pelo rio Jequitinhonha.

As Cartas Régias de 13 de maio, 5 de novembro e 12 de dezembro de 1803 já haviam definido, basicamente, a política adotada às margens do Jequitinhonha com a instalação da Junta Militar para a Conquista e Civilização dos Índios, sob a presidência do Conde de Palma. A política básica deste órgão era a de promover a ocupação de novos espaços após o deslocamento das populações indígenas que habitavam a região, a instalação de colonos nos antigos territórios

habitados pelas comunidades deslocadas e a abertura de vias de comunicação, que permitissem o comércio entre Minas Gerais e o litoral da Bahia. Para que tal projeto se concretizasse, criou-se uma infra-estrutura militar representada por destacamentos e quartéis ao longo do curso dos rios, como forma de garantir o domínio dos antigos territórios indígenas. Os mecanismos de desenvolvimento das várias etapas de implantação dessa nova política pode ser inferida das Cartas Régias enviadas pelo Governo Central ao governo de Minas Gerais, em que se definiam os parâmetros a serem adotados na guerra movida aos Botocudo. Primeiro destacariamos a preocupação em tratar o problema pela força das armas "deveis considerar como principiada contra estes índios antropófagos uma guerra defensiva que continuareis sempre, em todos os anos, nas estações secas, e que não terá fim senão quando tiverdes a felicidade de vos assenhorear das suas habitações, e de os capacitar de superioridade das minhas Reais armas, de maneira tal que, movidos de justo terror das mesmas, peçam a paz, e sujeitando-se ao doce jugo das leis, e prometendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos úteis, como já o são as inensas variedades de índios, que nestes meus vastos Estados do Brasil se acham aldeados" (MOREIRA NETO, ms, 1967:337). Outro ponto fundamental das novas relações estabelecidas foi o direito de obtenção de trabalhadores indígenas através do aprisionamento e do seu uso em empreendimentos particulares: "que sejam considerados como prisioneiros de guerra todos os índios Botocudo que se tomarem com as armas na mão, em qualquer ataque; e que sejam entregues para o serviço do respectivo comandante por 10 anos, e todo o mais tempo em que durar sua ferocidade, podendo ele empregá-los em seu serviço particular durante esse tempo, e conservá-los com a devida segurança, mesmo em ferros, enquanto não derem provas do abandono em sua ferocidade e antropofagia" (MOREIRA NETO, ms, 1967:337/8). Destacariamos, ainda, a preocupação com transformar os antigos territórios indígenas em lotes: "se fossem logo distribuindo sesmarias aos novos Colonos que entrassem na tentativa de os povoar, e cultivar, como o principal objeto das saudáveis providências que já tinha ordenado e continuaria a dar em benefício dos Povos dessa Capitania" (MOREIRA NETO, ms, 1967:340). Também a ação dos religiosos ficava claramente definida como a de elementos responsáveis pela ratificação através do batismo da condição de escravo dos índios apreendidos: "ao mesmo

comandante ordenareis que quando seja obrigado a declarar a guerra aos Índios, que então proceda a fazer e deixar fazer prisioneiros da guerra pelas bandeiras que ele primeiro autorizar a entrar nos campos; pois, sem essa permissão, nenhuma bandeira poderá entrar; sem entendido, que essa prisão ou cativoiro só durará 15 anos, contados desde o dia em que forem batizados e desse ato religioso, que se praticará na primeira frequência por onde passarem, se lhes dará certidão, na qual se declare isso mesmo, excetuando, porém, os prisioneiros homens e mulheres de menor idade" (MOREIRA NETO, ms, 1967:339).

Com a reinstauração do sistema de guerra e o resurgimento da figura do bandeirante acelerou-se o processo de desapropriação de novos territórios indígenas e a desarticulação das sociedades que ainda conseguiam manter-se em áreas não incorporadas às propriedades dos colonos. A garantia desse processo violento de expropriação e de dominação era dada, como já dissemos, pela construção sistemática de quartéis e destacamentos ao longo dos cursos dos rios e rotas comerciais. Podemos notar claramente essa preocupação no trecho da correspondência entre o ouvidor de Porto Seguro, José Marcelino da Cunha e o Conde de Linhares:

"... no dia 28 do mesmo mes, subi por terra à distância de meia légua, fazendo celebrar missa, a que assisti mais a minha comitiva: fiz erigir a fatura do destacamento denominado dos Arcos. No dia 29 de manhã enviei o capitão Francisco de Souza Palma a fim de explorar o caminho, que deve seguir deste destacamento até o de Aguiar ..." (CUNHA, ms, 15/7/1811)

"Por último científico a V. Exa que por efeitos dos destacamentos levantados em toda a comarca e alguns deles com sua população, tenho conseguido trazer à paz quase toda a gentiliçada, principalmente os Pataxó, que continuamente nos saem em paz..." (CUNHA, ms, 15/7/1811).

O uso de outros grupos indígenas como combatentes era uma prática adotada pelos comandantes dos quartéis e destacamentos com o fim de aumentar o número de homens disponíveis e de economizar recursos, já que o engajamento desses grupos era compulsório, não implicando em remuneração. Na Bahia, os Menian foram os preferidos para o exercício de combates aos Botocudo e Pataxó. Outra atividade em que es-

ses grupos foram usados de forma abusiva era a de abertura de estradas e seu policiamento, como se pode concluir deste documento, selecionado dentre outros que tratam do mesmo problema:

"...Outro prejuizo que sente esta colonia pela obra referida, pois os índios que o dito coronel requeria dos capitães-mores respectivos das aldeias próximas e que por eles são obrigados a trabalhos da estrada, desertaram para os matos, vindo assim a inutilizar-se o incômodo e despesa de os ter civilizados, com notável desarranjo das aldeias estabelecidas e domesticadas". (CONDE DA PONTE, ms, 27/4/1806).

..."a direção não é até agora conhecida verdadeiramente e se afastado do rumo que se desejara para a comunicação interior; não chega a um conto de róis a despesa ' total para a aquisição deste desengano e com a perda ' de 3 ou 4 índios se descobriram as aldeias apontadas na dita memória com mais de 700 habitantes, todas cheias de culturas e que em muita boa paz receberam os nossos e lhes forneceram o que foi preciso, mandando voluntariamente um de cada povoação a receberem nesta cidade' os presentes com que se costumam brincar; aqui vieram conduzidos, foram vacinados e levaram as quinquilharias do seu gosto. Entre estes vieram alguns pequenos da Nação Lotocuda, que não duram muito, não obstante terem sido entregues a pessoas cultadasas que por seu gosto se empenharam em os fazer criar, porém ou pelo gênio daquelas nação ou pela diferença de alimentos, todos ' morreram. Atendendo, porém, ao que propõe o capitão e as representações que neste ano me tem sido dirigidas' das vilas de São Mateus, Prado e Caravelas, provendo a utilidade, que deve seguir-me com muita pequena despesa da Real Fazenda, de se aldearem estas populações e estabelecer com elas naquele termo uma barreira às incursões continuadas do gentio bravo em todas a costa ' sul desde o sul do rio de Contas até o rio Doce"...

(CONDE DA PONTE, ms, 31/05/1807).

Embora no sul da Bahia predominasse nesse período o estado de guerra, por ser uma região de fronteiras em que a disputa por terras '

tendia a se agravar com a introdução de novas alternativas econômicas, nas regiões em que não havia esse aceleração da ocupação de novos espaços o clima e o relacionamento entre índios e colonos era diferente. Nessas áreas onde não se havia renovado tensões e a capacidade reativa dos grupos indígenas, envolvidos no sistema de fricção interétnica, era menor ou inexistente devido ao alto grau de desestabilização social em que viviam, predominavam os princípios de já extinta legislação pomalinalina. Esta era a situação vivida pelos grupos do norte da Bahia, já em adiantado estágio de integração aos padrões da sociedade nacional e com fraca capacidade de oporem resistência à dominação imposta.

Nas áreas de expansão, porém, predominava claramente esta atitude guerreira, justificada por razões econômicas, como já referimos, e também por razões político-militares. Manipulava-se o sentimento de ameaça à integridade do reino, como se esses grupos pudessem promover movimentos de oposição à ocupação plena do território e fossem capazes de desorganizar o sistema de dominação política instaurado pelo regime colonial.

As modificações políticas que se processaram com a volta de D. João VI para Portugal não chegaram a interferir profundamente na política indigenista. Talvez, como chama atenção Carlos Moreira Neto (1976:353), uma das razões tenha sido a permanência dos mesmos homens de influência junto aos centros de decisão, como o Visconde de Cairú e o marquês de Queluz, representantes dos interesses dos latifundiários, grupo social que continuou a deter o maior poder de decisão política e influência junto ao Governo. Sendo assim, os interesses econômicos em promover a expansão das áreas ocupadas continuaram a predominar na formulação da política indigenista governamental.

Primeiro Império

Poderíamos caracterizar esse período, incluindo aquele da transição, para o Brasil, como Reino Unido a Portugal, como mantenedor dos princípios básicos da legislação anterior. A repressão e as soluções guerreiras para combater a resistência à integração proposta pelo governo continuavam como a tônica dominante nas medidas adotadas.

Devido aos interesses concretos das classes dominantes nacionais,

principalmente a dos latifundiários, podemos constatar a presença de preocupações com os problemas indígenas nas propostas apresentadas ao Parlamento do Reino Unido em 1821. Apesar de serem vários os projetos apresentados e, em alguns casos, até mesmo com detalhamento bastante grande, eles não foram considerados como importante pelas Cortes, não tendo, portanto, recebido qualquer tipo de atenção que implicasse em deliberação sobre suas propostas. (MOREIRA NETO, 1967:356; HOLANDA, 1970:V.III).

Nem mesmo após a independência, quando da instalação da Assembleia Constitucional do Brasil em 1823, o prestígio do proponente José Bonifácio de Andrada e Silva influiu para que o seu projeto de elaboração de uma política indigenista, que rompia com a tradição, fosse considerado. Segundo Moreira Neto: "Entre a perspectiva humanística de José Bonifácio e os interesses básicos dos grandes proprietários de terras que constituíam indiscutivelmente a classe dominante do país, prevaleceram estes últimos, impondo a continuidade dos velhos métodos indigenistas do período colonial". (MOREIRA NETO, 1967, *op. cit.*; 356).

Apesar desse projeto não ter sido implantado, consideramos interessante ressaltar alguns pontos, em contraposição ao Regulamento Interino para o Aldeamento e Civilização dos Índios Botocudo do Rio Doce da Província de Espírito Santo, elaborada em 22 de janeiro de 1824. A razão dessa escolha, dentre outros documentos, deve-se a considerarmos o primeiro, o de José Bonifácio, como representativo de uma corrente de opinião que não era julgada adequada ao momento e às ansiedades da classe dominante, a dos latifundiários, e a segundo por expressar a visão dessa classe, tendo sido encampada pelo governo.

Embora os projetos possam ser considerados como eminentemente discriminatórios e preconceituosos. Porém, o documento de José Bonifácio afirmava que parte da responsabilidade do insucesso da política indigenista se devia aos atos praticados por elementos interessados em se apropriarem das terras e dos trabalhadores indígenas. Embora os considere "preguiçosos, desumanos, desagradecidos e inimigos", acreditava que eram capazes de ser aproveitados num novo estágio de desenvolvimento, pois eram capazes de absorver os ensinamentos que lhes seriam "pacientemente" ministrados. Justificava o estágio de atraso em que se encontravam pelo fato de (a) terem poucas ne-

cessidades ou nenhuma; (b), se alimentarem facilmente com a caça e a coleta, realizadas com facilidade devido a riqueza das florestas em que viviam; (c), não precisarem de roupas, casas ou comida luxuosa ou mais complexas; (d), não terem ilêia de propriedade, não desejarem distinções ou vaidades sociais. Afirmava que eram incapazes de se interessar por fenômenos que não se relacionassem diretamente com suas atividades grosseiras e imediatas. Consequentemente, não teriam a capacidade de serem providentes, realizarem operações que envolvessem raciocínio abstrato nem projeções matemáticas.

A partir dessas posições, ele propõe um plano de incorporação dos índios que, segundo o próprio autor, estaria calcado nos princípios basicamente desenvolvidos pelos jesuítas na sua ação, junto às reduções paraguaias. Em linhas gerais a sua proposta implicava na eliminação do estado de guerra, que seria substituído pelo comércio, suborno com presentes, ameaças, promoção de casamentos inter-étnicos e estímulo a educação promovida pelos representantes da sociedade dominante especializados nessa atividade - os missionários. Estes reassumiriam não só a administração religiosa, mas também a temporal. Os missionários receberiam treinamento especializado em colégios criados para este fim. Para manterem um padrão de atendimento adequado, deveriam, os missionários, receber pagamento, em rendas próprias e privilégios especiais. Prevía a criação de presídios militares que estariam a serviço da ação missionária.

As bandeiras, não seriam eliminadas, porém alteradas na sua estrutura básica, já que estariam voltadas para impressionar os índios realizando manobras militares para tentarem convencê-los a se deslocarem pacificamente, acompanhando os organizadores. Este deslocamento de população deveria ser precedido por um trabalho de preparação das roças, que iriam alimentar a população indígena na fase transitória de adaptação aos novos padrões sociais. Inclusive, para facilitar tal tipo de ação, propunha que, seguindo os moldes jesuítas, a educação se iniciasse pelas crianças.

Além das demonstrações militares, outras formas deveriam ser adotadas para garantir o asseio dos índios com as benesses da sociedade nacional - festas suntuosas, de caráter lúdico, nas quais se fariam exhibições de fartura e grande ostentação de riquezas. Assim os índios, segundo José Bonifácio, sentiriam afeto e segurança, e

seriam estimulados a se engajarem no processo produtivo da sociedade nacional.

O processo de aldeamento, pensado por José Bonifácio, seguia critérios que se calcavam no princípio básico de que as transferências das populações indígenas deveriam ser evitadas. Quando isso ocorresse, o acesso a seu território anterior deveria ser pela compra, o que pressupunha o reconhecimento implícito do direito de propriedade dos índios sobre suas terras, proposta revolucionária e, provavelmente, uma das raízes que levou à rejeição da proposta por parte dos representantes dos interesses da classe dominante, tanto nas Cortes como na Assembléia Constituinte. Quando se processasse o deslocamento da população, recomendava algumas medidas prévias que considerava como de vital importância: busca de ambiente que fosse semelhante ao território original, que deveria, ainda, ser salubre, fértil e distante das vilas, o que evitaria o contágio e a corrupção. No entanto, essas terras deveriam ser pouco abundantes em animais, o que os obrigaria a abandonar a caça e a coleta como forma tradicional de garantir a subsistência e a adotarem a agricultura como nova modalidade, eliminando, consequentemente, os hábitos nômades e provocando profundas alterações na estrutura social dos grupos indígenas. Paralelos à introdução dessas mudanças, outras deveriam ser estimuladas quanto à alimentação e à maneira de vestir. As aldeias deveriam ser grandes e distantes entre si, de forma a evitar atritos entre os grupos reinstalados. As grandes dimensões das terras destinadas aos aldeamentos deviam garantir a convivência de grande quantidade de pessoas na mesma área e possibilitar a produção de excedentes, que deveriam ser, em parte, comercializados, enquanto outra parcela deveria ser estocada em celeiros construídos especialmente para tal fim, ao que parece como fundo de reserva. Assim sendo, as roças destinadas a cada grupo familiar teriam tamanho duas vezes superior ao exigido para satisfazer as suas reais necessidades de consumo.

A primeira fase de implantação das roças pressupunha a contratação de trabalhadores nacionais que construiriam a infra-estrutura da aldeia e ensinariam os índios a trabalhar na agricultura. A introdução de arados e ferramentas levaria à modernização da produção e a dignificação de tal atividade. A distribuição desse instrumen-

tal seria restrito aos índios "bravos". Os "mansos" receberiam instrumentos de artes e ofícios. Como a atividade agrícola visava não somente a garantia da subsistência, mas também o comércio, a renda obtida deveria ser destinada a uma caixa pia de economia para a qual todas as famílias contribuiriam. Os recursos obtidos seriam postos a render a juros em lances ou fora deles. O único imposto a ser recolhido seria o lízimo, que também seria depositado na caixa comunitária.

Outra introdução a ser feita era a da criação de gado vacum para consumo e comércio. Àqueles que se interessassem pelo exercício dessa atividade, deveriam receber algumas cabeças para exploração particular. A adoção de novos padrões sociais deveria ser premiada, e a resistência a sua incorporação na vida diária implicaria em castigos previamente estabelecidos, pela ação conjunta dos administradores e "caciques" ou maiorais. Para garantir que tal sistema funcionasse eficientemente, estimular-se-ia o contacto entre as aldeias e destas com núcleos nacionais, pois assim estabelecer-se-ia pontos de comércio. Estas relações visavam também assegurar a prestação de socorro em casos de ataques de índios "bravos" ou epidemias.

A integração da população indígena à sociedade nacional era prevista dentro de um leque de medidas que ultrapasavam meramente a regulamentação das atividades produtivas. Assim, o autor, propunha interferência dos administradores desde na escolha do "cacique", que deveria ser um elemento engajado na luta de promoção da integração da comunidade à sociedade nacional, e até no controle do período ideal de lactação das crianças para evitar que ficassem "frouxas e pouco sadias".

Havia também normas reguladoras dos dias de feira e mercados, assim como as de sua realização. Procurava-se dessa forma evitar o espolho que os índios produtores de mercadorias pudessem sofrer. Também fiscalizariam os contratos estabelecidos entre os índios e os fazendeiros. Assim, eliminar-se-ia a exploração, falta de pagamento e retenção do trabalhador indígena por tempo excessivo nas fazendas. Para José Bonifácio, era importante estimular a produção através da exploração das terras de propriedade da aldeia.

Em termos gerais, esta era a proposta estabelecida por Bonifácio,

que poderia ser concretizada como "desenvolvimentista". Pode-se, inclusive, perceber uma preocupação com a sobrevivência da população, pois assegurava a propriedade das terras tribais e determinava a vacinação obrigatória, além de tentar garantir-lhes um espaço dentro do circuito comercial, com uma participação efetiva, e não meramente na qualidade de consumidores, mas também de produtores. Constatamos, ainda, que a sua proposta de integração pode ser caracterizada como "pacífica" e elaborada em moldes que contrariavam basicamente a visão dominante.

Podemos corroborar tal afirmativa analisando a síntese do seguinte documento, que expressa claramente a proposta de política indigenista a ser adotada no 1º Império. Optamos por este documento devido a ser o Regulamento Interino para o Aldeamento dos Índios Botocudo do rio Doce, da Província do Espírito Santo. Foi elaborado em 1824 e nele pode-se observar claramente que a grande preocupação com as terras indígenas residia na intenção de satisfazer os requisitos dos colonos, como se pode concluir do primeiro artigo do dito regulamento:

"1º Far-se-ão no rio Doce 3 aldeias de índios Botocudos nos lugares que escolherem os diretores dos mesmos índios, designando-se para cada uma légua de frente no rio com 3 de fundo, cujo terreno lhes ficará pertencendo para as culturas dos índios, e será medido e demarcado judicialmente. A escolha destes terrenos, se haverá atenção às sesmarias que já estiverem concedidas, guardando-se o devido respeito ao direito de propriedade, na forma da lei". (COSTA, 1865:489).

Na introdução do documento, acima referido, fica melhor explicitado que a preocupação não era simplesmente a de garantir uma situação de ocupação das terras que pré-existia à demarcação das aldeias. A meta era liberar novos espaços que continuariam a ser distribuídos sob forma de sesmarias, desde que requisitadas:

"E porque, para o aldeamento dos índios, é necessário marcar terreno, e muito convém aproveitar os colonos civilizados, que forem concorrendo a pedir terras para se estabelecerem; pois que, de sua vizinhança, trato e comunicação resultam grandes benefícios à civili-

zação dos selvagens: Manda, outrossim, Sua Majestade Imperial, que o governo da província, além dos terrenos para o aldeamento dos índios, continue a dar sesmarias a particulares, que as pedirem na forma das leis." (COSTA, 1865:488/9).

O aldeamento compulsório das populações de Botocudo era encarado como forma de garantir o aproveitamento da mão-de-obra pelos colonos e assim assegurar a realização daquelas atividades consideradas prioritárias no desenvolvimento da agricultura e do comércio nas margens do rio Doce, como se pode concluir do artigo 29:

"Haverá um diretor para cuidar da civilização e aldeamento dos índios do rio Doce, dirigir os seus trabalhos, zelar seus interesses e aplicá-los à cultura das terras e a navegação do rio, fazendo cumprir os ajustes feitos com os índios pelos lavradores, que os empregarem em suas culturas, mantendo sossego entre os índios e os colonos e dando parte ao governo de qualquer acontecimento que exija providência fora do seu alcance e jurisdição;" (COSTA, 1865:489).

Era colocada à disposição do Diretor uma guarda composta de 80 homens escolhidos por ele mesmo, além do corpo de pedestres formado por lavradores, artífices e índios mansos. Estes eram responsáveis pelo corte de madeiras, construção de quartéis, casas da aldeia e condução dos mantimentos. No primeiro ano de atividades, este corpo da guarda e de pedestres realizariam as atividades de implantação das roças, já que os índios não estavam acostumados com tais atividades. Após essa etapa, se distribuiriam ferramentas, sustento e roupas como forma de modernizar e estimular a integração através da criação de novas necessidades, introduzidas com a distribuição desses artigos. Não há referências a medidas que promovessem e garantissem a sobrevivência da população ou do estabelecimento de um plano que visasse estimular o desenvolvimento das comunidades. Denota-se, conseqüentemente, que a grande preocupação era a de liberar as terras a fim de que se processasse pacificamente a ocupação da área. O destino posterior da comunidade aí relocada não chega a ser aventado. Retomava-se, portanto, ainda que de forma não explícita, a idéia de que o ato de aldear era necessário numa etapa inicial como meio de garantir a dominação das comunidades indígenas.

com maior eficiência, inclusive, com a concentração de sua população e aliberação de espaços a serem ocupados pelos colonos. Fica também implícito dentro da proposta o não reconhecimento do direito de propriedade, aos índios, no tocante às terras que ocupavam. Também a disposição de solucionar o problema através do uso da força militar fica clara com a preocupação em colocar sob controle do administrador um corpo de combatentes, que eram utilizados em casos de insubordinação dos grupos indígenas locais, aldeados ou não.

O 1º Império foi o período em que o sentimento dominante nas decisões adotadas era o de fortalecer o sentimento de nacionalidade. E a condição considerada essencial para a consecução de tal objetivo era a de forçar a integração dos vários segmentos sociais e étnicos que compunham a população brasileira. Além da orientação integrativa de caráter "pacífico" que continuava a existir e ser aplicada pelos vários órgãos institucionais - escolas, igrejas e administração - o acerbamento daquele sentimento de nacionalidade era orientado para o movimento dos mecanismos repressivos contra quaisquer grupos que se opusessem ao modelo incorporativo proposto, como se pode perceber nos dois documentos anteriormente citados.

Nesse clima de insegurança, alimentado pelas inúmeras revoltas sociais do período, principalmente no Nordeste, qualquer reação aos ditames emanados do governo central era analisada sob a ótica de ameaça à integridade do Império e à consolidação da Nação. Voltou-se a adotar, com relação aos índios, a política clássica de financiamento de bandeiras particulares ou governamentais. Apesar da constante recomendação nesses documentos de que os revoltosos "deveriam ser tratados com "brandura e afabilidade" e coibidos "atos de barbaridade e vingança", não podemos afirmar que essa recomendação fosse cumprida, já que os interesses eram muito fortes e a animosidade imperava nas relações estabelecidas entre os dois sistemas sociais em oposição.

Esse clima de animosidade e o caráter violento das relações estabelecidas podem ser constatados nos vários documentos referentes à repressão desencadeada contra os botocudos. Inúmeras técnicas podem ser relacionadas, sendo que todas elas se caracterizavam pela preocupação em reduzir a capacidade de resistência dos grupos: masacres de todas as formas eram concretizados em nome da necessida-

de de implementação do progresso e da necessidade de tornar a população indígena participante desse processo como mão-de-obra. Uma das formas mais utilizadas era a de capturar ou adquirir crianças' botocudas que eram usadas como servidores domésticos, sob a justificativa de que esta era a melhor forma de "civilizá-los".

O trabalho que apresenta um levantamento dos mais completos sobre' as técnicas utilizadas contra os Botocudo no vale do Mucuri e Doce, mas que podemos estender a Bahia, é o de Teófilo Ottoni, responsável pela instalação e administração de uma empresa de colonização' no vale do rio Doce. Usaremos a síntese elaborada por Marcato (1979: 18), que com feliz propriedade estabeleceu um quadro-resumo do relato feito por Ottoni:

- " a - cães especialmente treinados na caça ao Botocudo, alimentados inclusive com carne de indígenas assassinados;
- " b - bandeiras especialmente preparados para "matar uma aldeia", ' assassinando-se indiscriminadamente homens, mulheres, velhos e moços, reservando-se apenas as crianças para o tráfico e alguns homens para carregadores;
- " c - índios recrutados como soldados estimulados a cometerem violências contra Botocudo, dando prova de renegar suas origens;
- " d - Destacado líder da comarca de São Mateus, militar, como organizador de expedição contra indígenas do Espírito Santo, detentor de façanha de trazer como despojos trezentas orelhas' de índios assassinados;
- " e - Comércio de crianças - 1 kuruk valendo 1 espingarda - e de ' cabeças de Botocudo mortos em combate - 16 delas foram vendidas a um francês, que disse tê-las comprado para o Museu de Paris em 1846;
- " f - índios sob regime de trabalho escravo, espoliado de suas terras, doentes e mal alimentados;
- " g - contaminação proposital de comunidades inteiras através de a gentes patogênicas letais para o indígena - sarampo, por exemplo."

A manutenção deste estado de guerra era alimentado pela publicação, em jornais, de artigos que defendiam a solução militar para o problema indígena. Neles, de maneira geral, o índio era apresentado ' como o agressor de indefesos colonos atacados quando realizavam atividades agrícolas. Estes colonos eram apontados como responsáveis

pelo futuro desenvolvimento do país, merecendo, portanto, todo o apoio.

Continuou-se a construir quartéis e Colônias Militares ao longo dos leitos dos principais rios por onde se pretendia estabelecer rotas de comércio. Comprova tal afirmativa o levantamento feito por Wied-Neuwied (1953:324/5) sobre os quartéis construídos no rio Jequitinhonha até o período em que ele visitou a região:

"A comunicação se realiza melhor pelo rio, em canoas, do que pela estrada. Várias delas, carregadas de produtos, descem anualmente de Minas, levando de volta, em geral, sal e outros artigos. São precisos perto de vinte dias para chegar às primeiras paragens habitadas de Minas, viagem sempre incômoda, ainda que Mawe a pareça ter imaginado mais fácil. Para o fim de proteger tais comunicações contra os selvagens ainda hostis, diversos postos militares foram estabelecidos rio acima, em direção a Minas, São em número de seis: quartel dos Arcos, quartel do Salto, quartel do Estreito, quartel do Vigia, quartel de São Miguel e dos Tucaios de Lorena. O primeiro é geralmente apelidado Cachoeirinha, devido as pequenas quedas d'água encontradas num rio vizinho, que corre sobre rochedos"...

Com esse mecanismo de opressão, o que se garantia não era apenas o comércio mas, também, a submissão da população indígena ao sistema de dominação e a expropriação dos seus territórios tribais, que se transformavam em sesmarias e lotes entregues aos colonos.

Outra forma de usar o trabalho indígena nesse período foi a Decisão do Ministério da Marinha, de 20 de dezembro de 1825, que aprova a criação de companhias de índios para o serviço de Arsenal da Marinha do Maranhão e dos navios da Armada. Essa medida, pensada inicialmente para o Maranhão, foi, posteriormente, estendida para outras áreas, inclusive em atividades fluviais, sendo mais um elemento de desorganização social introduzido. O deslocamento da população de jovens para áreas distantes da aldeia tornou-se responsável pelo rompimento de laços de solidariedade internos e pela dificuldade de casamentos intra-tribais, já que reduzia o número de jovens em idade de casar vivendo nas aldeias. Estimulava-se, assim, os casamen-

tos interétnicos, uma das molas-mestras do projeto de incorporação da população indígena.

Com a última medida adotada ainda no 1º Império - a Decisão nº 59 do Ministério da Justiça implantada a partir de 1830 - reafirma-se mais uma vez a premissa básica da legislação do período: a eliminação dos mecanismos protecionistas, que dificultassem o acesso aos territórios tribais pelos colonos. Ao afirmar que os índios deviam ser governados pela legislação comum, referente aos demais membros da população brasileira, retiravam-lhes qualquer tipo de proteção especial, apesar da condição particular em que viviam, como grupo dominado e marginalizado no processo de decisão referente aos seus destinos. Outro aspecto complementar dessa Decisão era o de que as terras só passaram a ser demarcadas em sesmarias por requerimento dos índios ou dos colonos e com o "aprove-se" dos juizes territoriais. Estes, como membros do grupo étnico dominante, estavam, é claro, muito mais vinculados e passíveis de envolvimento com as elites agrárias do que com os grupos tribais quanto ao atendimento das reivindicações. Ao tomar tal decisão, na prática, eliminava-se a proteção e a garantia que ainda procurava preservar os territórios tribais do avanço dos colonos, mesmo que fosse por tempo relativamente curto, enquanto não se concluiu o processo de "integração" imposto pela sociedade envolvente.

Podemos, então, caracterizar o 1º Império como sendo um continuador da política joanina, que Moreira Neto caracteriza como sendo: colonialista e utilitária. Justificava-se essa posição pela necessidade de garantir a unificação nacional e a substituição da mão-de-obra escrava africana pela indígena, principalmente naquelas áreas em que esta população era dominante. (MOREIRA NETO, 1967:68).

O Período das Regências

O período das Regências pode ser caracterizado como reformista e responsável pela alteração das relações estabelecidas entre a sociedade envolvente e os índios. Inclusive, sua influência perdura durante o 2º Império, como observaremos posteriormente.

O primeiro Ato foi promulgado a 27 de outubro de 1831 e assinado pelos três membros da Regência: Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz. Por essa decisão, ficavam revogadas as Cartas Régias que decretavam a guerra aos grupos indíge

nas de São Paulo e Minas Gerais. Eliminava-se o direito dos colonos manterem os prisioneiros de guerra em estado de escravidão, passando estes a serem considerados como órfãos. Sua tutela tornava-se responsabilidade dos juizes de órfãos, que administravam os bens dos grupos indígenas e tomavam as devidas providências para que os índios recebessem socorro do Tesouro até o momento em que fossem capazes de obter salário ou aprenderem ofícios. Os juizes de paz, em particular, e demais autoridades, de maneira geral, passavam a ser responsáveis pelo cumprimento das determinações legais estabelecidas para evitar abusos cometidos contra os índios.

Posteriormente, em 1833, um novo Decreto da Regência foi posto em vigor. Regulamentava o Ato de 1831 a nível municipal, responsabilizando os juizes municipais pela administração dos bens das comunidades indígenas. O que se tentava era dinamizar as atividades de exploração dos territórios comunais, pois tal processo se realizava lentamente até quando estiveram sob a responsabilidade dos Ouvidores das Comarcas.

Outro documento legal de grande importância deste período é de 1834. Dentro da nova descentralizadora da Monarquia, através de um Ato Institucional, transferia-se para as Assembléias Legislativas Provinciais a responsabilidade da catequese e civilização dos índios. Essa medida que aparentemente visava garantir a dinamização das decisões, na realidade, tornava mais vulnerável a política indigenista, pois transferia as decisões sobre os indígenas para áreas, onde o poder de pressão dos latifundiários era mais eficiente. Com essa medida, os interesses indígenas tornavam-se mais facilmente passíveis de manipulação e ficavam atrelados a decisões, em que a promoção da colonização e do desenvolvimento eram objeto de prioridade.

Esse conjunto de decisões, ainda que liberais se comparadas àquelas tomadas nos períodos anteriores, não pode ser interpretado como desvinculada dos princípios básicos de dominação e utilização do índio como mão-de-obra pelo Poder Público. Principalmente nas áreas onde havia necessidade de se criar infra-estrutura que facilitasse o comércio entre centros produtores. Atendia-se aos interesses da sociedade dominante e para isso continuavam a ser removidas parcial ou integralmente as populações dos aldeamentos, sem preocupação com os efeitos consequentes dissociativos.

Na Bahia, principalmente na região sul, essas determinações foram seguidas e as populações indígenas amplamente utilizadas na abertura de estradas. Como exemplo dessa situação citaremos um documento dirigido ao Presidente da Província bastante elucidativo dos problemas enfrentados por estas comunidades ao realizarem tal tipo de trabalho:

"Dizem os Índios de Vila Verde da Comarca de Porto Seguro que eles abriram a estrada nova de Minas Gerais para Santa Cruz, mandados por ordem superior para se lhes pagar o seu serviço. Por isso deixaram suas famílias quase ao desamparo por mais de seis meses, alimentados só na esperança desse pequeno socorro para com ele saciarem sua fome e cobrirem a nudez de suas carnes. Porém afinal acharam-se enganados porque são passados dois anos ou mais e não se lhes tem pago o trabalho em que empregaram tantos suores e fadigas, não só expostos a todo o rigor do tempo como mesmo a morte proveniente dos gentios, das carnívoras onças e venenosíssimas cobras.

"Já a esse respeito fizeram requerimento ao Exmo. antecessor de V. Exa. o qual mandou informar ao Ouvidor de Porto Seguro que deveria efetivar o pagamento e logo deu uma contra-ordem para não pagar, cujo motivo ignoram os suplicantes e só sabem que os seus serviços devem ser pagos por Lei Divina e humana.

"Os suplicantes pela sua vida de pobreza, ignorância e impossibilidade não podem recorrer ao Imperador e sim a V. Exa., a quem ele constituiu na presidência desta província para decidir com equidade os casos que com justiça forem elevados à respeitável presença de V. Exa., como este que requerem os suplicantes, pois que já não podem mais sofrer tão longa demora, não havendo lei que os prive de receber o produto dos seus serviços e trabalhos. Portanto, pedem a V. Exa. que atendendo ao acima exposto defira aos suplicantes com a justiça com que V. Exa. costuma obrar. O Procurador Manoel Pinheiro da Paixão, em 5 de agosto de 1832".(ms).

Na Bahia, inúmeras Comarcas receberam nesse período verbas especiais que deveriam ser aplicadas na construção de estradas, principalmente a de Ilhéus. Em 1827 Ilhéus recebeu 700\$000 para aplicar na abertura e conservação de estradas. Porto Seguro e a Vila da Vitória receberam dotações especiais no ano seguinte para o mesmo

fim. Em 1833 Ilhéus recebeu a mesma dotação de 700\$000 para a limpeza da estrada entre a vila de Ilhéus e o Salto Grande do rio Jequitinhonha, sendo que a maioria dos trabalhadores era indígena. A justificativa para essas dotações era a necessidade de se criarem corredores comerciais entre o litoral e Minas Gerais (AMARAL, 1923: 258).

O engajamento compulsório da população indígena constituía, portanto, um dos problemas básicos enfrentados pelos vários grupos, apesar da legislação liberalizante que a Regência promulgara. Além disso, a já referida descentralização das decisões não torna esse período tão excepcional assim no quadro geral da política indigenista.

O Segundo Império

Esse período caracteriza-se, também, como um em que a grande preocupação residia na tentativa de satisfazer os interesses das classes dominantes - os latifundiários - motivadas pela necessidade de garantir a expansão das fronteiras internas sobre os territórios ainda ocupados por grupos indígenas. Aliás, começavam a se estruturar, nesse período, as empresas agrário-exportadoras com maior capacidade de aplicar capital e obter crédito, principalmente ao proporem a imigração de colonos europeus.

A proposta da imigração europeia relacionava-se, diretamente, com as idéias reinantes na época. O Brasil, como nação, segundo as elites, deveria se firmar no cenário mundial, em geral, e da América, em particular, com uma identidade peculiar em que os fatores europeus predominassem em detrimento dos elementos africanos e indígenas. Consequentemente, a vinda dos imigrantes europeus representava a possibilidade de fortalecer os elementos culturais e raciais europeus no cenário social brasileiro.

Além desse aspecto relativo a identidade étnica nacional, a imigração europeia era encarada como uma possibilidade de efetivar a modernização das técnicas agrícolas adotadas e das modalidades de exploração. Pretendia-se, assim, obter maior eficiência na produção rural e urbana, proporcionando a substituição da mão-de-obra escrava africana, já desacreditada e considerada anti-econômica, pois implicava em grandes investimentos de capital fixo com baixa rentabilidade. A possibilidade de ampliação das áreas ocupadas e

da introdução de novos produtos comercializáveis, apresentava-se, então, como excelente oportunidade para a aplicação de capitais ' disponíveis.

A fixação de colônias estrangeiras em áreas virgens, predominante mente, nas regiões sul e sudeste do país, aumentou as áreas de atrito entre colonos e índios. O problema passou a ter um caráter' de crise nacional, já que os índios voltaram a ser vistos como um entrave sério à modernização da agricultura do Brasil. Este en- ' trave era encarado não só em função do atrito existente entre as sociedades envolvidas na disputa de territórios e seus recursos , mas também como uma possível solução ao problema da falta de trabalhadores, principalmente naquelas áreas onde a imigração de colonos enfrentava sérias dificuldades, como no sul da Bahia. As barreiras em alocar trabalhadores estrangeiros a projetos que não estavam voltados para a produção de artigos facilmente comerciali záveis no exterior ou mesmo com escoamento interno razoável, leva va os fazendeiros em busca de outras opções que não escravos afri canos. O preço destes era elevado devido as pressões desencadeadas pelo governo inglês. Além disso eram desacreditados como trabalha dores adequados às novas formas de relação de trabalho. Já o trabalho indígena surgia, então, como uma opção que devia ser consi derada, inclusive como fórmula apropriada para evitar o processo' de "africanização", manipulado ideologicamente pela sociedade bra sileira como ameaça à afirmação do Brasil como país de origens e identidade européia. A busca de padrões europeus que satisfizessem a construção da identidade brasileira dentro das expectativas na cionais no que nos interessa, era encarada pelo ângulo da possibi lidade de socializar os índios dentro dessas novas normas estabe lecidas. Daí que a educação a ser ministrada aos índios deveria ' ser entregue a missionários de origem européia, no caso os capu- ' chinhos italianos, que passaram a exercer o "direito" e o "dever civilizador" do europeu, com relação aos grupos primitivos. Essa atitude relacionava-se não apenas com os sentimentos nacionais, ' mas também com o clima dominante em todo o mundo científico ociden tal, no qual começavam a se desenvolver as teorias evolucionistas. Com esse suporte científico, pregava-se a inevitabilidade do pro gresso das sociedades humanas dentro de moldes ou etapas pre-deter minadas que levariam a reprodução final dos moldes da sociedade '

capitalista européia. A ação dos agentes colonialistas era encarada como uma interferência benéfica e estimuladora do desenvolvimento dos grupos envolvidos no processo de dominação. Por isso o Brasil, passou a reproduzir internamente os mecanismos colonialistas aplicados pelos países europeus a suas colônias ultramarinas e a considerar as populações indígenas sob a mesma ótica, que as via como populações alienígenas a serem dominadas e forçadas a adotarem os padrões da sociedade dominante. Em nosso caso, as populações compartilhavam efetivamente do mesmo território, mas artificialmente eram colocadas num outro universo, e destituídas de qualquer poder de decisão sobre seus próprios destinos, ou de participação na gerência dos problemas nacionais.

As relações estabelecidas com essas sociedades dominadas, ainda que possam ser consideradas como mais brandas que as de períodos anteriores, eram marcadas pelo caráter impositivo de sua "civilização". As "benesses" do progresso deveriam ser garantidas até mesmo pela força da espada ou pela instituição do trabalho servil. Inúmeros ideólogos, partidários dessa política de dominação justificada pelos benefícios que seriam levados aos "rudes e brutos" habitantes desta terra, encontraram espaço para a publicação de suas obras. Destacaremos a figura de Adolfo Varnhagem, responsável por publicações em que tal filosofia colonialista pode ser percebida com nitidez e precisão.

Fortalecendo esse sentimento europeizante, e a busca da afirmação do Brasil como país branco e civilizado, constatava-se o caráter excepcional do regime político brasileiro ser monárquico enquanto os demais países da América haviam optado pelo pouco tradicional e, conseqüentemente, pouco prestigiado regime republicano. Por isso mesmo, o papel ou o compromisso do Brasil com a manutenção dos padrões europeus era considerado como uma vocação que deveria ser assumida e desenvolvida plenamente pelo seu governo, devendo para isso criar organismos adequados ao exercício da transformação dos segmentos indígenas.

As análises que se pretendiam, científicas, das relações estabelecidas entre grupos étnicos eram regidas pela preocupação dominante de classificar os povos em moldes semelhantes àqueles realizados no reino natural, em que a grande preocupação estava centrada na tentativa de ordenar espécimes exóticos de animais, vegetais e mi-

nerais. Cremos que essa preocupação com classificar se relacionava diretamente com a necessidade que emanava da expansão colonial européia, que ao transbordar de suas fronteiras e ao classificar o mundo com o qual entrava em contacto, ordenava-o facilitando a dominação. Essa delimitação do objeto de análise não permitia, ou melhor, não incluía nas suas preocupações o entendimento do processo colonialista de dominação, não ficando claro em nenhum momento os aspectos das contradições e dos efeitos desestabilizadores' introduzidos pelas relações impostas aos grupos dominados. Assim sendo, ignoravam-se, por conveniência ou por desinteresse concreto em tal aspecto, os efeitos desastrosos da política adotada pela étnia dominante. Inclusive, fazendo com que a problemática indígena passasse a ser considerada como temática meramente histórica ou literária, decretava-se sua marginalização científica. Uma questão que se pode levantar com relação a tal atitude é a de que ela seria proposital, como forma de afirmar a dominância européia na composição da sociedade brasileira, e fortalecer a imagem do índio como entidade pertencente ao passado, categórica histórica de análise sem validade para o momento em que se vivia, a não ser como figura galante dos romances de cunho nacionalista e romântico. Um dos fatores que podemos considerar como importante para a inexistência de informações sobre as comunidades índias no fim do século passado foi a vitória dos colonos sobre os grupos indígenas dominados, finalmente, pelo poder da sociedade nacional, o que significava que o problema deixara de ser importante e que se abandonara o questionamento a respeito do assunto. O índio, devido à sua marginalização e à redução de seu contingente populacional, passava a ser figura histórica, onde brilhava como figura ativa, nobre, cheia de valores puros, que contrastava com a situação vivida naquele momento de tristeza e degradação que a sociedade nacional teimava em ignorar, como forma de não perceber os efeitos desastrosos provocados pela ação colonialista, e de assim lhes dar continuidade.

Em termos econômicos podemos dizer que o Segundo Império pode ser caracterizado como sendo orientado pelo liberalismo econômico, com incentivos e estímulos ao desenvolvimento da propriedade privada e a exploração plena das potencialidades de cada empresa. O Estado não tinha funções controladoras dessas atividades, mas acima de tudo, assumia as de criar condições para que a exploração se

desse da forma mais adequada. Nessa criação de infra-estruturas facilitadoras da exploração, o indígena, em áreas em que predominava como população, teve um papel importante, já que era utilizado pelo governo como parte das condições necessárias ao desenvolvimento local.

Outra característica importante desse período, com relação ao mesmo aspecto - econômico - é a coparticipação das empresas privadas nos cuidados assistenciais a serem prestados aos trabalhadores nacionais e imigrantes. Podemos observar esse dado no modo de funcionamento das empresas colonizadoras, principalmente aquelas que realizaram projetos de uso da mão-de-obra dos colonos estrangeiros. Nestas empresas, o atendimento às necessidades dos trabalhadores era realizado pelos proprietários da empresa, que usavam recursos próprios e outros, que eram tirados de empréstimos e verbas governamentais repassados pelos órgãos encarregados de promover a expansão dessas atividades.

A legislação do Segundo Império com relação à problemática indígena é abundante, principalmente, até 1860, quando os problemas de atrito entre índios e colonos já se haviam reduzido devido a eficiência do modelo de dominação implantado, o que justificava o desinteresse pela situação em que os primeiros viviam.

As relações entre a Igreja brasileira e o Governo Imperial estavam organizadas a partir de algumas premissas básicas, estabelecidas anteriormente. Referimo-nos a forte vinculação entre o clero e o sistema governamental, o que levava a que se estabelecesse relação íntima entre o exercício da cidadania, dentro dos moldes estabelecidos de conformidade e paz com o regime, e o exercício das atividades religiosas. Assim, ser católico era ser cidadão cumpridor das determinações governamentais. A religião católica era condição essencial para a manutenção da paz e da ordem, elemento garantidor da unidade nacional e da tranquilidade dos povos. Daí porque o ato de batismo passava a ter um papel fundamental para os segmentos marginalizados quanto ao acesso à condição de cidadão e, consequentemente aos direitos, teoricamente garantidos, a todos os membros da sociedade nacional.

Apesar desse papel de mantenedora do "status quo", que a Igreja assumia como principal atividade, não podemos afirmar que as relações

entre a Igreja e o Estado fossem tipicamente pacíficas. A razão fundamental desses atritos devia-se a disputas quanto ao grau de autonomia pretendida pela Igreja com relação a interferência do Estado. Após o período napoleônico, Roma adotou uma política de controle maior sobre as Igrejas nacionais, procurando retirar boa parte da autonomia anteriormente concedida a estas, e também regulamentar a capacidade de interferência dos Governos sobre as decisões eclesiásticas. No caso concreto do Brasil, a área de atuação dos Bispos cedida pela Coroa era simplesmente a de manter a disciplina clerical e a obediência popular. Até simples nomeações de párocos fugiam a alçada decisória dos príncipes da Igreja. Por ser encarada como elemento fundamental da sua política de dominação, o Estado não aceitava a perda de sua capacidade de controle sobre a ação da Igreja. Entretanto, para os membros dirigentes da Igreja brasileira a aquisição dessa autonomia era um fator de extrema importância, pois facilitaria a manipulação de nomeações e de seu exercício político, bastante comuns nesse período. No entanto, a liberdade doutrinária e a participação política efetiva por parte dos membros da Igreja brasileira, não era vista com bons olhos por Roma, que considerava tais medidas como ameaçadoras ao controle que a Santa Sé precisava exercer sobre as unidades nacionais sob pena de se processar o fracionamento do seu império temporal e espiritual.

Era, conseqüentemente, uma Igreja que vivia em atritos constantes com o Estado brasileiro e com a Santa Sé. Esta situação representava reais dificuldades no encaminhamento de soluções, principalmente nas áreas de missões ou cataqueses, consideradas prioritárias para a incorporação, à nacionalidade, de grupos étnicos que eram vistos simultaneamente como ~~pagãos~~ e inferiores. A alternativa adotada como mais viável para a continuidade dos processos "pacíficos" de dominação e subordinação dessas populações foi a de se promover a vinda de padres lazaristas e de missionários capuchinhos, que passaram a ser responsáveis pelas atividades de missão mais importante do país. Principalmente, entre as comunidades indígenas. No sul da Bahia, foram os capuchinhos que passaram a desenvolver desde então as atividades de atração, pacificação, aldeamento e incorporação dessas populações à sociedade nacional.

A decisão de incrementar a vinda dos capuchinhos foi adotada pela

Lei número 285 de 21 de junho de 1843, e relacionava-se diretamente com a situação de conflito vivida com a Igreja brasileira e com a preocupação europeizante presente nos projetos de afirmação na nacionalidade. Além disso, o tipo de relação que foi estabelecida entre os capuchinhos e o governo brasileiro deixava clara a dependência funcional dos missionários, inclusive, através do pagamento das cóngruas, o que transformava o padre em funcionário público sobre o qual se detinha total poder de decisão e pressão. Esta é uma das razões pelas quais o projeto protecionista dos capuchinhos não chegou a se efetivar. No Decreto número 426 de 24 de julho de 1840, ainda na regência de Pedro de Araújo Lima, já se manifestava o interesse de estabelecer esta vinculação ao definir que o governo brasileiro pagaria a passagem e uma diária de \$500 réis para cada missionário que se dispusesse a vir para o Brasil. Outros documentos referentes ao mesmo assunto são o Decreto número 373 de 30 de junho de 1844, que fixa as regras de distribuição dos missionários pelas províncias, e a Lei número 426 de 24 de julho de 1845, denominada "Regimento das Missões", em que se definem as normas que orientariam, a partir de então, a ação dos missionários (Vide História da Igreja no Brasil, 1980, II).

Essa legislação pode sugerir que a presença dos capuchinhos era um fato novo no Brasil ou pelo menos o seu envolvimento com o problema das missões entre grupos indígenas. No entanto, a presença de capuchinhos no Brasil vinha, na realidade, desde o século XVII. A primeira leva fora composta de franceses, que criaram inúmeras missões na Bahia. Em Salvador construíram um hospício, atual Igreja de Nossa Senhora da Piedade, onde permaneciam durante os poucos dias que realizavam nesta capital. Com a invasão dos franceses na Bahia e no Rio de Janeiro, a situação dos capuchinhos adquiriu contornos de problema de segurança, o que determinou a sua expulsão em 1701. O Hospício passou a ser utilizado para pouso dos capuchinhos italianos que por aqui passavam a caminho de Angola e São Tomé (livro Mastro, ms, s/d).

No período posterior à expulsão dos capuchinhos franceses, as missões que estavam até então sob a sua administração foram entregues aos Carmelitas Descalços de Santa Teresa. Porém já em 1705, por ordem real, os capuchinhos italianos voltaram a assumir a responsabilidade de dirigir os aldeamentos que sua Ordem havia fundado.

anteriormente. A primeira Prefeitura criada no Brasil foi a da Bahia, em 29 de fevereiro de 1712, o que permitiu a expansão das atividades desenvolvidas na Bahia e no Brasil. Posteriormente, desmembraram-se desta a de Pernambuco, em 1725, e a do Rio de Janeiro, em 1737.

A ação dos capuchinhos na Bahia sempre foi intensa, como se pode constatar pelo número de aldeamentos por eles administrados em 1785: Irapuã, Varacapã, Pambú, Axarã, Rodelas, Vargem, São Pedro, Pacatuba e Nossa Senhora dos Remédios do Rio de Contas.

A legislação pombalina, como já indicamos anteriormente, não atingiu os aldeamentos administrados pelos capuchinhos. Por isso mesmo, eles continuaram a exercer suas atividades sem maiores interferências e as decisões tomadas durante o Segundo Império vieram fortalecer a ação já desenvolvida anteriormente.

A estrutura hierárquica das missões capuchinhas só pode ser entendida se relacionada com a história da Ordem. Sua característica, com relação a esse aspecto, é a de uma organização orientada por critérios especiais de administração, definida por Províncias com direção própria e vinculadas de forma pouco rígida a uma chefia central. E para entendermos a opção do Governo Brasileiro pelos Capuchinhos italianos, consideramos importante, também, estabelecer um pequeno quadro histórico da Ordem, quando serão estabelecidas algumas das premissas básicas da ação desses missionários, que satisfaziam plenamente aos planos estabelecidos para os índios pelo governo.

Os capuchinhos formam um ramo autônomo da Primeira Ordem dos Frades Menores da Ordem de São Francisco. Esta Primeira Ordem encontrava-se inicialmente dividida em Conventuais e Espirituais. Os Conventuais introduziram uma série de reformas modernizadoras desenvolvidas a partir dos princípios estabelecidos pelos Dominicanos, o que motivou a separação entre os dois grupos.

Os Conventuais criaram especializações internas, o que veio gerar distinções e oposições. Os frades ordenados se especializaram em serviços externos de pregação, o que fazia com que recebessem tratamento preferencial e detivessem maior parcela de poder nas decisões da Ordem. Em decorrência da sua atuação em atividades junto ao público, os ordenados sugeriram a incorporação de modernizações

à Regra Original, propondo uma vida comunitária mais aberta à participação através do estudo e da pregação. Obtiveram a permissão do Papa para a efetivação da reforma, o que determinou o incremento das discordâncias internas. O principal foco de oposição ocorreu entre os frades da cidade de Marches, principalmente no que se referia ao voto de pobreza. Os ordenados propunham, refletindo o espírito da época, a necessidade do fortalecimento econômico da Ordem, seguindo os padrões estabelecidos pelas demais Ordens Religiosas.

A oposição dos não-ordenados às reformas introduzidas provocou fortes perseguições por parte dos ordenados, acusando-os de heréticos. A proposta dos contestadores superava a recusa da nova reforma. Consideravam que era necessário fazer retornar os princípios básicos e fundamentais da Ordem franciscana. Esta busca das origens foi promovida sob a direção de Frei Mateus de Bassi e teve a permissão concedida pelo Papa Leão X, sendo confirmada, posteriormente, por Clemente VII.

Inicialmente pensaram em continuar sob a ordenação dos Conventuais, inclusive, pensando na possibilidade de introduzirem as transformações propostas aos demais membros da Ordem. No entanto, a violenta reação dos ordenados, mais progressistas, tornou essa possibilidade conciliatória impossível, obrigando a interferência do Duque de Camerin no ano de 1525, o que garantiu a separação dos contestadores, que receberam o nome de Capuchinhos, passando a formar um grupo autônomo. Inicialmente, no ano de 1525, obtiveram o direito de viver em eremitérios isolados sob a proteção do Bispo de Camerin. Em 1526 a separação definitiva se concretizou.

A proposta dos capuchinhos incluía a adoção do antigo modelo do hábito franciscano, do qual o capucho era parte integrante. Os princípios fundamentais da nova organização eram a pobreza, incentivo ao estudo das santas escrituras e dedicação preferencial à pregação feita através de discursos simples e diretos. Suas igrejas deviam ser pequenas e simples e suas casas, além dessas características, deviam ser fora da cidade e não podiam ser adquiridas por donativos, mas resultar do trabalho de pregação pelo qual não podiam receber remuneração, mas apenas esmolas.

A organização dos capuchinhos pode ser caracterizada como eminentemente

orientada para a ação prática, ainda que muitas vezes pouco fundamentada em termos teóricos. A partir de 1619, a Ordem criou os cursos preparatórios para formação de missionários, atividade em que se especializou, formando, juntamente com os jesuitas, o grupo de maior participação nessa atividade. (Encyclopedia Britannica, vol 9, 1972; The Catholic Encyclopedia, vol III:1913.S.V. Capuchins)

Foram, portanto, estes homens voltados para uma pregação emotiva e preparados para uma ação concreta de transformação das pessoas e das comunidades com que trabalhavam que o Governo brasileiro contratou para o exercício da ação missionária junto aos grupos indígenas.

As dificuldades enfrentadas pelos missionários na sua atividade eram grandes. Indicavam, inicialmente, a grande dispersão dos missionários pelos sertões interioranos, determinada pela vasta extensão da área a ser trabalhada e pelo pequeno número desses religiosos imigrados para o Brasil. Um agravante dessa dispersão eram as dificuldades de comunicação entre as diversas aldeias e os centros de decisão e apoio, o que tornava sua missão altamente vulnerável às interferências dos potentados locais.

Em decorrência da forte subordinação da Ordem aos ditames governamentais, tornavam-se comuns as queixas contra a falta de liberdade de os superiores indicarem os missionários que deveriam exercer atividades em determinadas áreas. Assim, os grupos e agentes econômicos fortes e com interesses na região, conseguiam, através de sua influência, manejar os missionários em detrimento dos interesses dos índios. Podemos, como exemplo, observar esse fato no seguinte documento do presidente da Província ao Diretor Geral dos Índios.

"Tem sido removido da aldeia de Santo Antonio da Cruz para a vila do Prado, Frei Francisco Antônio de Falerno, e não podendo ele achar nos matos que percorria no Prado, indígenas que se prestassem à cataquese, retirou-se, pediu demissão e foi para a Europa.

"Frei Joaquim de Colorno serviu com muito proveito aos Botocudos, pertencentes à missão do referido Frei Francisco Antônio de Falerno quando este se achava em Santo Antonio da Cruz e não queriam os Botocudos sair do Saco, onde servia-lhes de diretor o mencionado F. Joa-

quim de Colorno. Retirado este em 1850 por ordem do prefeito, que depois faleceu, Frei Luis de Grava foi seguido pelos Botocudos em massa até quase o litoral e não quisera^m eles mais voltar para o Saco e fundaram por si mesmos a sua aldeia na Barra do Catulês, onde fizeram 'plantações. Todavia o ano passado ou por causa das en-^{ch}entes extraordinárias do rio Pardo ou por qualquer ou^{tro} motivo abandonaram todos eles a aldeia e foram para o Saco donde já voltaram este ano, segundo me informaram os missionários do rio Pardo, Frei Luis de Grava e dos Mangoyôs de Catulês, Frei Rainero de Ovada.

"Parece-me de grande urgência que vá servir de diretor' dos ditos Botocudos, o mencionado Frei Joaquim de Colorno como tenho sempre indicado posto que o prefeito, por falta de operários no Hospício desta Capital, sempre teⁿha feito oposição a este expediente; mas agora estando no Hospício, Frei Ângelo da Conceição não pouco chegada' da Europa não fará tão grande falta Frei J. aqui^m de Colorno e por isso proponho que V. Exa. nomeie diretor dos ditos Botocudos que são mais de noventa para substituir Frei Francisco de Falerno, que se retirou para a Itália, a fim de evitar que os Botocudos ou voltem para as matas ou infestem as estradas entregues a si mesmos (LI/IA, 1855; ns).

Outro problema enfrentado pelos missionários, que refletia na sua ação junto aos índios e que também é sugerido no documento acima 'citado, foi a inadaptação dos frades às novas condições culturais e econômico-sociais que enfrentavam nas regiões interiores em que passavam a viver, para o exercício do seu apostolado. Era comum o abandono da missão pelos frades, que passavam^a morar nos centros' habitados pelos nacionais ou mesmo voltavam para a Europa.

A localização das aldeias nas proximidades das vilas e povoados per^{mit}ia a interferência e as pressões dos proprietários locais na ação dos missionários. A pressão política, econômica e mesmo polici^{al} sobre os aldeamentos fazia com os frades se tornassem incapazes de reagir à manipulação dos interessados em desalojar os aldeados' e em transformar os territórios indígenas em fazendas ou futuras 'vilas e cidades. A indiferença do Govern. em manter os aldeamentos

após estes terem cumprido a sua tarefa inicial - a de domesticar os índios e liberar a área que anteriormente dominavam - tornava qualquer possibilidade de reação dos capuchinhos uma hipótese remota.

Outra questão levantada era a falta de recursos para a realização dos investimentos necessários, na fase de implantação e expansão dos aldeamentos. Os recursos investidos eram obtidos através das Loterias Bancadas pelo Governo. A fonte era a mesma de onde se obtinha recursos para o sustento das Santas Casas de Misericórdia, principalmente na que se referia à construção de prédios, capelas e outros edifícios necessários e despesas extraordinárias, conforme se constata no Decreto nº 285 de 24 de junho de 1843. A falta de recursos para investimento decretava a falência dos aldeamentos, principalmente, dos que não se tornavam auto-suficientes.

A vinculação dos missionários capuchinhos ao Governo Imperial ficava clara no Decreto nº 373 de 30 de julho de 1844, como se pode observar na citação desse documento, que consideramos de vital importância para o entendimento do processo posteriormente desenvolvido:

"Art. 1º- A Missão dos Religiosos Capuchinhos, estabelecida nesta Corte, em virtude do artigo primeiro do decreto sobredito, fica dependendo do Governo no que respeita a distribuição e emprego dos missionários nos lugares onde o mesmo Governo entender que as Missões podem ser de maior utilidade ao Estado e à Igreja... Art. 2º O Governo, à representação dos Bispos ou Ordinários das Dioceses para onde forem reclamados. Art. 3º - Os Missionários Capuchinhos, na Corte, e nas Províncias em que se acharem em missão, na forma dos artigos antecedentes, estarão sujeitos e dependerão unicamente dos Bispos em tudo quanto disser respeito ao Ministério Sacerdotal; e nos lugares em que houver Hospício e pelo tempo que aí residirem, os missionários dependerão do Superior Local, enquanto aos Ofícios e funções meramente regulares. Art. 4º - Nenhum Missionário Capuchinho solicitará de seu Superior Geral em Roma obediência ou outra ordem semelhante, que o desligue da missão, ou transfira para outro lugar que não tenha sido designado pelo Governo, ou indicado pelos Bispos ou Ordinários, sem prévio consentimento do mesmo Governo. Art. 5º - Tanto as obediências ou ordens semelhantes de que trata o artigo antecedente, com aquelas que não forem precedidas da formalidade do mesmo artigo, ficam dependendo, para a sua

execução, de Beneplácito Imperial."

Além da regulamentação da ação missionária prevista no Decreto acima citado, o Governo Imperial procurou sistematizar a legislação dispersa que versava sobre os indígenas, através do Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845. Transcreveremos a análise de Perdigão Malleiro realizada no seu trabalho sobre a legislação indigenista até 1867, e que é citada por Moreira Neto (1967:368-70).

"Este Decreto pode se denominar o Regimento das Missões, como no mesmo se indica. Suas disposições constam de 11 artigos, dos quais o primeiro se desenvolve em 33 parágrafos e o sexto, em 7 parágrafos. Em cada Província deve haver um Diretor Geral dos Índios, nomeado pelo Imperador. Em cada aldeia um Diretor nomeado pelo Presidente, sob proposta do Diretor Geral; Um Tesoureiro, Almoxarife e Cirurgião, cargos que dependem do estado e importância da aldeia, e que podem ser exercidos pelo mesmo indivíduo; outros agentes, como pedestres, oficiais de ofício, etc.; e, finalmente, de um missionário pelo menos. Nos artigos 1º e 10 se declaram quais as atribuições e obrigações do Diretor Geral; no artigo 2º as do Diretor da aldeia; nos artigos 3º e 4º as do Tesoureiro; no mesmo artigo 4º as do Almoxarife; no artigo 5º as do Cirurgião (que é igualmente o encarregado da Botica), e do enfermeiro; no artigo 6º as do missionário. Finalmente, no artigo 11 se confere, enquanto servirem, ao Diretor Geral a graduação honorária de Brigadeiro, ao Diretor da aldeia a de Tenente Coronel, e ao Tesoureiro a de Capitão; facultando-lhes o uso do uniforme respectivo estabelecido para o Estado-Maior do Exército. As idéias capitais desse Regulamento são: 1º conversão dos índios ao cristianismo, e sua educação religiosa, a cargo dos missionários; 2º instrução primária, também a cargo dos mesmos; e criação de aulas para ela, se o missionário não for suficiente; 3º proibição expressa de força e violência para atrair os índios às aldeias, para a educação religiosa, nem para outros qualquer fins de sua catequese e civilização; 4º instrução de índios nas artes mecânicas segundo as suas propensões, promovendo-se para este ofício o estabelecimento de oficinas nas aldeias; 5º mais particularmente, o aproveitamento deles na cultura ou lavoura; 6º demarcação dos distritos das aldeias, e das terras concedidas aos índios em comum ou separadamente; podendo mesmo de simples usufrutuários virem a ser proprietários; 7º proteção dos índios, quer em su-

as pessoas e liberdade, quer em suas terras; 8º proibição de serem dados a serviço particular; 9º procurar pelos missionários atrair os índios selvagens, e aldeá-los ainda que em separado; 10º proibição de irem de fora pessoas negociar nas aldeias ou estabelecer-se nelas, salvo com licença 11º promover os casamentos dos índios entre si e com pessoas de outra raça; 12º fazer expulsar das aldeias para além de 5 léguas fora dos limites dos distritos respectivos as pessoas de caráter rixoso, de maus costumes, que introduzam bebidas espirituosas ou tenham enganado os índios, lesando-os; 13º proibição de vexá-los com exercícios militares, contrariando aberta e desabridamente os seus hábitos e costumes; 14º garantia de jornais ou salários aos índios, quando chamados a serviço público ou da aldeia; 15º auxílios a bem de suas necessidades, de sua saúde e bem-estar; 16º proteção das aldeias pela força militar, quando necessário; 17º proteção às viúvas e herdeiras dos índios. Por seu lado ficam os índios sujeitos: 1º a serviço público mediante salário que deve ser fixado; 2º a serviço da aldeia, igualmente por salário; 3º a alistamento para serviço militar, sem que todavia sejam vexados; 4º a prisão correccional até 6 dias, em certos casos, ao árbitro do Diretor-O Maioral dos índios deve ser consultado para se ir de acordo com ele quanto se possa, quando se tiver de designá-los para as plantações e serviço da aldeia ou público. As terras das aldeias, quando possam ser dadas de aforamento, somente o serão para edificar casas, e jamais para cultura. Recomenda-se, também, no citado documento que as festas religiosas e civis sejam feitas com a maior pompa; e que se introduza nas aldeias o gosto pela música instrumental. O Diretor Geral e os Diretores das aldeias são constituídos procuradores dos índios e podem nomear quem os represente perante as Justças e autoridades. A força militar da aldeia pode ter um regulamento especial. As próprias aldeias terão seus regimentos especiais e instruções, propostos ao Governo Imperial pelos Diretores Gerais. O regime econômico e outros assuntos ainda aí foram providenciaes; incumbindo aos diversos empregados os seus relatórios e informações; e recomendando-se, finalmente, ao Diretor Geral que exponha ao Governo os inconvenientes encontrados na execução do mesmo Regulamento e de outros que sejam expedidos e indiquem as medidas que entendam mais apropriadas ao grande fim da cataguese e civilização dos índios."

A análise mais detida desse decreto aparentemente benéfico aos índios permite-nos, entretanto, perceber que uma série de dispositivos previstos permitiam a manipulação das terras e da mão-de-obra indígena de forma a resguardar os interesses da sociedade dominante. A hipertrofia das funções do Diretor Geral dos Índios, ainda não remuneradas, caracterizava plenamente os princípios básicos do sistema de dominação. Assim desarticulava-se a autonomia dos grupos indígenas e impunham-se decisões no referente ao acesso e manutenção de terras por esses mesmos grupos os quais visavam atender aos interesses do segmento nacional em detrimento dos que eram próprios aos índios. Moreira Neto (1967:321/2) destaca na legislação os seguintes pontos que caracterizavam essa dominação:

A capacidade do Diretor Geral decidir sobre a conveniência ou não da manutenção das aldeias nos locais originais. O critério considerado não se referia aos interesses da comunidade indígena, mas, no mínimo, dentro de uma ótica empresarial já bastante questionável em si mesma, à possibilidade de transformação do território tribal em centro produtor agrícola, para a instituição de comércio eficiente. (§2º do artigo 1º);

A forma de remoção dos índios, caso o Diretor opinasse pelo deslocamento, o que já caracterizava a violência e arbitrariedade da decisão, também era da competência do administrador. Tanto se poderia fazer a transferência de forma pacífica ou mesmo usando-se a força, o que demonstra que o sistema reconhecia implicitamente a possibilidade dos índios reagirem as propostas de mudanças. (§3º);

A destinação das terras indígenas desocupadas voluntariamente ou em decorrência do disposto no parágrafo anterior eram também decisão do Diretor. Se considerarmos o fato de o Diretor pertencer à elite da sociedade dominante e o fato de o cargo não ser remunerado, o que pressupunha interesses e alianças, entendemos como este mecanismo legal representava uma séria ameaça aos interesses das comunidades indígenas. Caso não correspondesse à realidade essa colocação, o fato de ser Diretor Geral dos Índios numa sociedade em que o prestígio social relacionava-se diretamente com a posse da terra, as facilidades oferecidas pela Lei, criavam oportunidades concretas da pessoa se transformar em proprietário. (§4º).

Cabia ainda ao Diretor Geral a decisão sobre a transferência de populações indígenas inteiras e os meios e critérios a serem adotados

na demarcação das suas terras, o que mais uma vez caracteriza não só a dominação como também a grande parcela de poder entregue ao Diretor, o que lhe permitia grande margem de manipulação dos bens indígenas em prol dos interesses dos latifundiários e demais representantes da sociedade nacional. (§§89 e 119 do mesmo artigo); Isem as terras que haviam sido demarcadas e que, portanto, pelo menos em termos teóricos pertenceriam as comunidades indígenas não escapavam da manipulação. Assim o Diretor podia decidir sobre investimentos a serem realizados para o incremento das atividades econômicas a serem implantadas nos aldeamentos a partir da nova ótica gerencial. Decidia também sobre o arrendamento pelo prazo de 3 anos, ainda que não tivesse o Diretor o poder de decidir sobre a prática ou não das derrubadas de matas nos arrendamentos. Essa atitude demonstra claramente que os aldeamentos eram considerados como etapas necessárias que visavam resguardar temporariamente as populações sem contudo eliminar a possibilidade de expansão da sociedade nacional sobre aqueles territórios reservados. Justificava-se a prática dos arrendamentos com a alegação de que a presença dos colonos traria estímulos importantes no aceleração do desenvolvimento local. Os "exemplos de atitudes", os casamentos interétnicos, facilitados com a convivência na mesma área e o comércio estabelecido entre as duas populações seriam os agentes responsáveis pela consecução de tais objetivos. A medida preservativa adotada para evitar, legalmente, a tomada das terras - a proibição de instalação de roças - não surtia o efeito desejado. A permissão do Presidente da Província para que se concretizassem as derrubadas, o que só faz sentido se fossem destinadas ao plantio, comprova que o avanço se processava sem grandes percalços. Problemas futuros iam ser criados à medida em que, posteriormente, esses arrendatários se atribuissem prerrogativas de proprietários, e, alegando o avançado estágio de aculturação dos índios ali residentes, ou a redução da população indígena da aldeia, iniciavam o processo de apropriação definitiva das terras (§129 e 139).

Um dos dispositivos dos mais perigosos e que se relacionavam diretamente com o exposto anteriormente referia-se à possibilidade de transformação do território tribal em lotes individuais. Estes eram distribuídos preferencialmente no perímetro externo da aldeia, e sua propriedade definitiva se daria após 12 anos de trabalho ininterrupto por parte do índio aquinhoador, comprovados por relató-

rios e observações dos encarregados. Promovia-se assim o enfraquecimento da solidariedade tribal, determinado pela introdução da competição e pelos estímulos ao abandono das práticas originais, já que só aqueles indígenas "que por seu bom comportamento e desenvolvimento industrial" adquiriam direitos aos lotes, em detrimento dos demais membros da comunidade. O critério de 12 anos de trabalho efetivo também era uma forma não assegurada de garantir a propriedade definitiva. Cremos que com tais medidas, o que poderia representar de vantagens para a sociedade dominante era não só o desestímulo aos indígenas pela luta para garantir o território tribal, como também um mecanismo de apropriação do trabalho indígena de forma indireta. Como estes, para fazerem suas roças, precisavam desmatar e preparar a terra, o que, como trabalho incorporado à terra, passava a representar sua valorização, sendo posteriormente tomada pelos fazendeiros. (§15);

Outro dispositivo que representava séria ameaça à integridade das comunidades indígenas foi a permanência do costume de recrutamento de índios para obras públicas assim como para o serviço naval. Assim aumentava-se o fracionamento dos grupos, além de reduzir as possibilidades de cultivo do solo dos aldeamentos, o que oferecia justificativas aos Diretores para promover o arrendamento das terras ou a extinção dos aldeamentos, alegando ou a redução da população, ou o abandono das atividades, ou, ainda, a não aproveitamento adequado das terras concedidas.

Pode-se perceber claramente a intenção de apropriação do trabalho indígena pelos critérios de classificação usados para o entendimento dos índios: isolados, hostis, aldeados e integrados ou destribalizados. (3) As três primeiras categorias eram consideradas como referentes a estágios a serem superados, razão pela qual todos os investimentos deveriam ser canalizados para esses estágios iniciais pois o objetivo era fazer com que todos os índios atin-gissem rapidamente a condição de integrados ou destribalizados. Então tornavam-se apropriáveis para o exercício de atividades agrícolas. Procurava-se, assim, garantir a mão-de-obra necessária para a realização das tarefas domésticas, do corte e transporte de madeira, construção de infra-estrutura, principalmente viária, essenciais ao desenvolvimento da economia nacional;

Toda o aldeamento pressupunha, além do arcabouço administrativo, a presença de um contingente militar nas proximidades para garantir

a paz. O objetivo da existência desse contingente relacionava-se com o medo, por parte dos Diretores e do Governo de maneira geral, de possíveis reações dos índios à dominação, ou da tentativa de readquirirem a autonomia dos aldeamentos, o que sempre motivava repressões violentas exercidas não só pelo governo como também por particulares.

Consideramos que o Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845 pode ser compreendido a partir da identificação da filosofia fundamental da política indigenista do período. A preocupação em transformar o índio em alternativa econômica de substituição da mão-de-obra estrangeira, principalmente nas áreas em que essa colonização fracassou, levava a que se reforçassem os mecanismos de integração das comunidades indígenas ao sistema nacional através da introdução de elementos desorganizativos do sistema tribal o que estimulava a alocação de novos padrões sociais. Para se atingir tais objetivos, incentivava-se o ensino da língua portuguesa, a implantação dos aldeamentos nas proximidades de projetos de colonização - onde a influência dos colonos se fazia sentir de forma mais premente - e o deslocamento de trabalhadores indígenas. Outro fator anteriormente destacado e que consideramos de grande relevância nesse processo era a premiação dos índios mais ajustados aos novos padrões com a possibilidade de se transformarem em proprietários particulares em detrimento da posse coletiva das terras do aldeamento. A própria orientação do desenvolvimento pensada para a gerência administrativa caracterizava-se como o incentivo aos índios a abandonarem o antigo sistema produtivo comunal, base da sua organização social, para se transformarem em produtores para mercado, visando não apenas criar os estímulos necessários à integração econômica e social, mas, também, viabilizar o sistema de comunicações implantado no país, já que o excedente deveria ser destinado ao consumo dos viajantes e comerciantes. Coroando todas essas decisões temos ainda o sistema de força implantado na região dos aldeamentos com estabelecimento de forças policiais que visavam garantir a dominação instalada e administrada pelo corpo de diretores nomeados pelo Governo. O grande objetivo dos aldeamentos era de transformar a população que ali residia em trabalhadores rurais capazes de promover a ocupação e exploração correta das áreas interiores, para que, posteriormente, se transformassem, as

terras, em núcleos das futuras vilas sertanejas produtoras e comercializadoras de mercadorias.

Apesar da vigência desse Decreto, decisões que contrariavam frontalmente seu espírito foram tomadas no período subsequente. Ainda que dirigidas e pensadas para situações e locais concretos, consideramos que são representativas das incongruências e contradições entre a proposta teórica para o trato do problema indígena e as ações práticas a serem adotadas nos conflitos surgidos em áreas de expansão, principalmente após a promulgação da Lei nº 601 de 10 de setembro de 1850, que procurava regulamentar a administração das terras devolutas do Império. O objetivo primordial dessa Lei era o de promover a modernização da agricultura e a promoção da ocupação das terras ainda incultas. O estabelecimento de novos padrões de legitimação de propriedade da terra, determinava que o sistema de aquisição deveria ser a compra e que as propriedades deveriam ser demarcadas e tituladas, o que criava problemas sérios quanto à manutenção das propriedades obtidas e mantidas pelo regime tradicional de posse. Incluam-se, portanto, entre os prejudiciais tanto os pequenos posseiros, sem poder de pressão junto às autoridades para fazerem valer os seus direitos, e sem recursos financeiros para satisfazerem as novas exigências de pagamento de demarcação e registro, quanto os índios. Estes aliavam, além das dificuldades relacionadas com as condições difíceis dos posseiros as inerentes à situação de grupo marginalizado das decisões, sem autonomia e inserido num sistema do qual desconhecia os mecanismos de funcionamento. O próprio conceito de posse da terra elaborado pelos grupos indígenas não se enquadrava nos parâmetros estabelecidos legalmente. Para os índios a posse se relacionava com a ideia de efetivo domínio de uma área sobre a qual exerciam as atividades econômicas necessárias à sua subsistência.

A Lei de Terras combinava dois artigos que atingiram diretamente as comunidades indígenas. O primeiro deles era o 129, que atribuía ao Governo a capacidade de reservar as terras devolutas a partir de critérios por ele estabelecidos em função das condições encontradas, dos interesses dos nacionais nas terras e dos objetivos que visassem. Essas terras poderiam ser destinadas à ocupação pelos índios, à fundação de povoações, abertura de estradas e outros fins considerados adequados, além da reserva das matas para

a construção naval. O outro artigo, que se relacionava diretamente com este e que, combinado, permitia a desapropriação dos territórios indígenas era o direito do Governo vender as terras devolutas em hasta pública sempre que considerasse adequado aos interesses públicos.

Em termos da região em apreço a do sul da Bahia, como já dissemos em capítulo anterior, a Lei de Terras em 1850 não chegou a exercer grande influência. O fato da área em apreço ser altamente rarefeita em termos de ocupação, em decorrência das poucas alternativas econômicas existentes, não chegou a criar acirramentos mais sérios no primeiro momento. Porém, posteriormente, as disputas pelas terras tornaram-se comuns. Com relação a essa Lei, o que se pôde constatar foi a preocupação em demarcar lotes, e a sua venda, que tinha como objetivo atrair colonos e estimular a sua fixação no local. No entanto, em termos de Bahia as áreas mais atingidas pela citada Lei de Terras foram os aldeamentos do norte da Província, em decorrência de Decisão do Ministério do Império em 21 de outubro de 1850. Esta deliberação mantinha que fossem extintos os aldeamentos em que a população indígena não mais vivesse aldeada, por estar em intenso contacto com a população circundante. Ora, se considerarmos que o Regulamento das Missões previa o arrendamento das terras dos aldeamentos pelo prazo de 3 anos a nacionais e criava estímulos para que se efetivasse o abandono dos hábitos tribais pela população indígena, além do fortalecimento das relações comerciais entre aldeados e viajantes ou mesmo núcleos sertanejos, podemos concluir que a preocupação em reservar terras para as comunidades indígenas era realmente uma etapa que tinha objetivos a serem atingidos no período de tempo mais curto possível. As terras resguardadas só tinham sentido em serem mantidas como tais até o momento em que se promovia a diluição da população indígena no contexto nacional. Consequentemente, nesse período de transição todas as medidas positivas e restritivas adotadas se justificavam, assim como os investimentos realizados tanto em termos materiais como humanos. Ultrapassada esta fase, no entanto, os direitos das comunidades indígenas não mais eram considerados como importantes. As terras passavam a ser objeto de apropriação pelos grupos nacionais que se haviam instalado nas rotundas e enriquecido a partir do arrendamento das terras e da apropriação dos investimentos

realizados pelo poder público para a criação da infra-estrutura de exploração e escoamento dos produtos. Também a utilização da mão-de-obra indígena por preço inferior ao do mercado, fosse de trabalhador escravo ou de assalariado, e a incorporação de valor-trabalho às terras já desbravadas por índios, ou com recursos destinados originalmente aos aldeamentos, ou, ainda, com verbas desviadas para aplicações nas vilas sertanejas, representavam uma valorização das terras a serem ocupadas.

As questões suscitadas a partir desses dispositivos legais podem ser avaliados pelos problemas enfrentados pelas comunidades indígenas, que já se encontravam numa etapa mais "avançada" no processo de integração à sociedade nacional, como podemos depreender do seguinte documento, enviado ao presidente da Província pelo administrador J.J. de Vasconcelos:

"Se no município de Santarém ainda existem alguns índios é fora de dúvida que estes devem ter seu diretor, não para desfrutar em nome deles o rendimento das terras que lhes foram dadas para cultivar e daí tirar a sua subsistência; mas para impedir que sejam perturbados em suas posses, dirigí-los no trabalho e dar-lhes a necessária instrução civil e religiosa. Se porém já não existem índios, então não há mais necessidade de diretor. As porções de terra que na conformidade da decisão dada pela Presidência em agosto do ano passado, foram marcadas para cada um cultivar, deverão passar a cargo da Câmara como já leviam estar as sobras para dadas de renda a quem queira e possa cultivar empregando o seu produto a benefício do município até que o poder competente as mande incorporar aos próprios nacionais ou as dê definitivamente para o patrimônio da Câmara." V. Exa. porém decidirá como lhe parecer mais acertado" (VASCONCELOS, ms, 19/12/1849).

A preocupação com os rendimentos a serem obtidos pela exploração das terras indígenas pode ser comprovada com as medidas adotadas pelo Diretor Geral dos Índios, que já em 1851 procurou alaborar um relatório minucioso sobre a situação das aldeias da Bahia e cuja preocupação central era a de avaliar as condições de geração de renda e as possibilidades futuras de tornar os aldeamentos em centros

produtores capazes de render lucros. Assim, pretendia-se obter o auto-financiamento da atividade catequética, liberando o Estado da pesada carga econômica de investir em áreas consideradas prioritárias, já que se caracterizavam como regiões em que se processava a expansão da sociedade nacional. Podemos observar essa preocupação nos relatórios elaborados a partir de 1845 e escolhemos como ilustração trecho de um relatório de 1855:

"Presento a V. Exa. o relatório anual do estado das aldeias desta Província em cumprimento ao regulamento de 24 de julho de 1845 e do Aviso de II de dezembro do ano passado, que me foi comunicado por officio do corrente mes.

"Na Comarca de Ilhéus é que existem aldeias de catecúmenos, sendo uma delas no rio Catolé, na estrada da vila de Ilhéus para o rio Parão. Tem 106 índios Kamakãs regidos pelo missionário capuchinho italiano Frei Rainero de Ovada, o qual vence a congrua de 620\$000. As terras não estão medidas e como não tinham vizinhos não se sabe da extensão que elas poderão ocupar com plantações alimentícias, na certeza de que está a aldeia cercada de matas virgens sobre as quais ninguém tem posse. Não se lhe pode arbitrar valor nestas circunstâncias.

"Na barra do rio Catolé com o rio Parão, está a aldeia de Botocudos que contém 125 indivíduos catecúmenos regidos por missionário capuchinho italiano Frei Luis de Grava, o qual vence a congrua de 620\$000 pelo cofre geral. As terras estão nas mesmas circunstâncias da primeira aldeia mencionada. Estes indígenas são trabalhadores e têm plantado muita mandioca e outros artigos de alimento... No termo da vila de São José, pelas matas que bordejam as margens do rio Mucuri, sabe-se que vagam selvagens indígenas em algumas bandos, que muito convinha catequisar para desembaraçar a navegação deste rio do obstáculo que as hostilidades destes índios podem causar...

"Na Comarca de Valença está a vila de Santarém, que na parte superior da (.....) é habitada por 70 índios civilizados. A Câmara Municipal está entregue a administração das terras, cuja a extensão é de uma légua quadrada por Alvará de 23 de novembro de 1700 e que podem valer 200\$000 por venda.

Acima da cidade de Valença, numa légua, tem a aldeia de São Fidelis com 170 índios civilizados, que se ocupam de descer madeiras de construção pelo rio Una. As terras tem 1 légua em quadro. O jo

verno Imperial as mandou medir e demarcar por Aviso de 18 de junho de 1853. O Exm^o Sr. Presidente da Província mandou pelo juiz municipal executar a ordem. Apenas pude obter a citação dos confinantes e todos os dias espero que o juiz se resolva a ir começar o ato no terreno em questão. Podem valer 300\$000 as terras por venda. Atualmente rendem 150\$000 anuais.....

"A aldeia de Santo Antônio no termo de Nazareth tem 108 indígenas civilizados. As terras têm 10 léguas de extensão mais ou menos porque nunca foram medidas ou demarcadas. Podem valer 40 000\$000 por venda. Rendem 950\$000 anuais. Os rendeiros têm nelas edificações 2 engenhocas de açúcar, oito engenhocas com plantação de canas e mais de cem fazendas de café e mandioca.....

"Na Comarca de Itapicuru, a aldeia de Nossa Senhora da Saúde tem 160 índios ocupados na pesca e plantação de gêneros alimentícios. A meia légua das terras doadas em 3 de fevereiro de 1759 a margem do rio Itapicuru rende 197\$000 anuais e podem valer 2 000\$000 por venda. A vila de Itapicuru está nestas terras com cento e cinquenta casas, além destas há 35 sítios de agricultura de renda

(MADUREIRA,ms,31/1/1855).

A relação fica mais clara se analisarmos uma proposta anteriormente elaborada para pagamento dos missionários, um dos problemas de difícil solução pela carência de verbas. As alternativas apresentadas implicavam em sérios prejuízos para os grupos considerados em avançado estado de "civilização", como o comprova o seguinte documento:

"Consignando a lei provincial do orçamento quatro contos de reis para a catequese dos indígenas, acha-se esta consignação distribuída de um modo que atualmente parece-me deve ser alterada, suprimindo-se as gratificações marcadas aos Diretores das aldeias de Pedra Branca e Massacarã da mesma sorte que V. Exa., em novembro, suprimiu a do Diretor de Mirandela, tornando gratuito este cargo enquanto por uma providência geral não é ele extinto nesses lugares, onde os índios vivem como os outros brasileiros e não carecem de catequese.

"Foram marcadas congruas a missionários para as aldeias de Sany, Boqueirão e Massacarã sem que nelas haja missionários, nem me conste que sejam eles ali mais necessários. Convinha, pois, su-

primir essa distribuição e elevar a 500\$000 ou 600\$000 as cõngruas dos missionários de Santo Antônio da Cruz, no sertão da Ressaca, São Pedro de Alcântara, das Ferradas, de duas Barras no termo do Prado, de Lucuri, onde há várias hordas de selvagens, que à falta de missionários não são chamados à civilização, a ver se assim aparecem sacerdotes dignos dessas novas missões, que delas se incubam. A aldeia de Catolô, para a qual V. Exa. arbitrou duzentos mil réis ao missionário, é de indígenas que carecem de catequese, pelo que a cõgrua deste missionário pode ser elevada a maior quantia.

"Já pedi por intermédio de V. Exa. ao Governo Imperial alguns missionários capuchinhos italianos para as missões referidas das Comarcas de Caravelas e Porto Seguro, onde não há um só pretendente (MADUREIRA, ms, 1351).

A utilização de verbas auferidas num alçamento em outras áreas consideradas prioritárias pode ser comprovada no relatório que escolhemos como ilustrativo dessa prática administrativa, usual num período em que regiões como a Bahia já eram pouco aguçadas em termos de verba para ser aplicada no problema indígena:

"Pela carta do Tenente Domingos Jorge Correa, da vila do Prado, com data de 31 de agosto, a qual foi entre os seis documentos que com officio datado de hoje apresentei a V. Exa, é para serem abonadas' as despesas feitas com a missão de Frei Ângel da Conceição para catequisar as hordas de trezentos indígenas selvagens, que várias vezes têm saído das matas do Prado para se apropriarem das lavouras dos pacíficos fazendeiros do lugar. Verá V. Exa. que já dez ' indígenas estão em companhia do missionário que para eles pede ' roupa e, que o dito Correa, calcula 400\$000 as despesas da derrubada para plantações e abertura da nova aldeia projetada. Como esteja esgotada a verba do orçamento provincial para a catequese, peço autorização a V. Exa. para aplicar a estas despesas 334\$000 que exigi agora e já havia recebido do Capitão João Pereira da ' Fonseca pertencentes às rendas das terras dos índios de Abrantes' que como diretor tinha arrecadado em anos anteriores, os quais eu não quis receber então por não ter urgente aplicação para dar-lhe conforme o Regulamento de 24 de julho de 1845.

"Julgo conveniente pedir a V. Exa. faculdade para enviar ao missionário ao menos dez cobertores de algodão, seis peças de riscado

incorpado da mesma fazenda para calças, camisas e jaquetas e dez carapuças de lã para os ditos dez indígenas" (ADUREIRA,ms,28/05/1856)

A expropriação das comunidades indígenas mais "adiantadas" na sua relação com a sociedade nacional atingia a própria possibilidade de perderem as terras, pois a alternativa de demarcá-las não era considerada interessante ou necessária:

"O inspetor interino da tesouraria põe-se à medição das terras da aldeia de São Fidelis por não julgá-las compreendidas no Decreto de 24 de julho de 1845, em razão de serem civilizados os índios e não carecerem de proteção do governo."

"Certamente os índios da margem do rio Paró, nas comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, cujas aldeias estão há poucos anos estabelecidas são as que mais urgentemente carecem desta proteção, por mostrarem ainda desejos da vida selvagem. Mas é fora de dúvida que o Decreto de 24 de julho de 1845 não estabeleceu uma distribuição tão rigorosa entre os índios nem desacompanhou de proteção os índios estabelecidos de data mui remota, que se julgam civilizados só porque falam a língua pátria e se entenderam facilmente com os mais habitantes do país, estando aliás num estado miserável quanto à instrução e aos meios de passar a vida."

"A presidência da Província tem entendido que os índios de São Fidelis e de Pedra Branca e R. delas ainda carecem, por enquanto, de proteção pelo que lhes tem dado Diretor e Missionário. O Governo Imperial ainda considera os de São Fidelis e Pedra Branca necessitados da proteção do governo, exigindo informações sobre a queixa de que lhes falta proteção e solicitam providências a este respeito."

"Sendo assim, parece-me conveniente que se execute as determinações de sustar qualquer ação demarcatória até que se concretize a tomada de informações necessárias para que sejam feitas as investigações necessárias" (ADUREIRA,ms,20/07/1852).

Mais uma vez, as medidas adotadas relacionavam-se com a preocupação em efetivar a apropriação das terras dos índios. Estas eram importantes, como já o dissemos, como forma de garantir o processo de expansão continuada da sociedade nacional, principalmente sobre áreas em que já havia se processado investimentos governamentais em nome da catequese e da necessidade de estabelecer contacto entre as aldeias. Também o uso do trabalho indígena tinha

uma importância capital devido ao insucesso das experiências com colonias estargeiras e à rarefação da população nacional numa área em processo de ocupação e para a qual trabalhadores era um fator vital, se se queria garantir o sucesso desejado. Podemos constatar tal importância pelo documento abaixo transcrito:

"Em virtude da conferência verbal que V. Exa. se dignou conceder-me passe a prestar informações acerca dos meios mais eficazes de trazer, se não à completa civilização, ao menos tornar mais sociáveis e menos destruidores os gentios que estanciam nas matas do Parí e dos rios que nele têm a sua foz. Julgo que proporcionando a V. Exa. os meios que passo a apontar, serão sanar o mal que sofrem os fazendeiros do interior ao menos há de minorar-lhes o sofrimento e com a continuação e andar do tempo, tornar essa porção de selvagens, que não deixam de ser nossos irmãos, úteis a si e a sociedade, mormente na presente época em que os braços livres escasseiam. O primeiro e mais eficaz meio de dar começo a essa cruzada pacífica é a residência permanente entre a horda mais numerosa de um missionário apostólico, que mediante a civilizadora religião do Crucificado vá conduzindo e ensinando nessas almas virgens a necessidade do trabalho para com ele haver as comodidades da vida social.

"Junto e de acordo com o missionário, haverá um administrador, que reunindo a perícia agrícola à prudência e vigor de caráter para se tornar respeitado, dirija os trabalhos da lavoura de forma que haja sempre abundante alimentação por ser esta a única ambição dos selvagens; para que não falte abundância, deverá haver três grandes roças plantadas de mandioca e para o fabrico desta haverá a indispensável bolandeira e dois ou mais fornos para cozer a farinha devendo estender as plantações a cereais, legumes, frutas, especialmente a bananeira e propagar a plantação da árvore da Fruta-ão e mais tarde ir iniciando a plantação de cacau, café e outros produtos de exportação e consumo, com o que reembolsará o governo com vantagem as despesas feitas com esta colonização.

"O administrador deve ir provido de meios para sustentar os selvagens enquanto pelas plantações se não puder fazer esse dispêndio e bem assim ter à sua disposição ferramentas de lavoura, como enxadas, machados, foices, facas de arrastro ou facões, alguma ferramenta (a mais indispensável) de carapina, anzóis, canoas e etc.

Estabelecidos estes meios e havendo boa administração e igual distribuição, tratamento dócil e trabalho moderado para vencer a indolência natural dos selvagens, estou convencido que nada será mister para que esses infelizes reconheçam, em pouco tempo, as vantagens da vida social à errante e precária em que permanecem, trazem de este estado de coisa à nossa lavoura braços que até agora se tem empregado em destruí-la, roubando as fazendas e plantações que lhes ficam limítrofes por cuja causa tem deixado de serem aproveitados terrenos fecundíssimos de cuja riqueza não só aproveitariam os particulares que os explorassem como o Estado, com o aumento da produção. (MADUREIRA, 05/03/1856).

O Aviso de 2 de janeiro de 1845, dirigido pelo Ministério do Império ao Presidente da Província do Maranhão, regulamentou a forma de recrutamento compulsório de índios para trabalho em atividades promovidas pelo Governo ou mesmo por particulares. As exigências estabelecidas para que ocorresse a conscrição do trabalho indígena eram: "1º - sustentá-los, vesti-los e tratá-los por três anos, sem mais retribuição alguma pelo seu trabalho; 2º - a pagar anualmente, findos os três anos, 25\$000 por cada índio maior de 18 anos e 15\$000 a índias maiores de 16 anos, além do sustento, vestuário e tratamento nas enfermidades; 3º - a franquear os seus estabelecimentos ao agente que o Governo encarregar da fiscalização do cumprimento do contrato..." (MOREIRA NETO, 1967:375).

Ainda que fossem feitas ressalvas quanto à observância obrigatória do Regulamento de 1845 proibindo o uso da violência para a arregimentação do trabalho indígena, o que se observava na prática era a reinstalação dos descimentos em determinadas áreas e a falta de critérios na seleção dos indivíduos que deveriam prestar serviço ao Estado. A violência física aplicada aos aprendizes de qualquer profissão era prática comum. Podemos comprovar a violência desse relacionamento no relato abaixo:

"Tendo o índio Manuel Ferraz se mudado da aldeia desta vila com sua família para o distrito da vila de Maraú e entregue um seu filho Manuel Ferraz, ainda puber, ao mestre-pedreiro, o crioulo José Rôiz Tamarindo e achando-se este já alianteado no seu aprendizado estabeleceu-se a confusão. O menino fora recrutado por ordem do Delegado daquela vila o capitão José Manuel da Costa Baunilha e, logo

tal prisão me constou, fui diretamente àquela vila à casa do Delegado para solicitar a soltura do índio por entender ser meu dever, tanto por se achar alistado no meu arruamento e ter vindo o pai ter comigo a fim de mudar-se para a sua terra como também por julgar não dever ser recrutado um índio da aldeia desta vila pelo Delegado daquela vila. Entendendo-me com o dito Delegado a tal respeito, disse-me que o tinha recrutado por que o índio dizia que não queria mais trabalhar com aquele criolo e que há dias não trabalhava com o dito mestre. Afirmou também que o dito índio já se achava adiantado e era muito habilidoso. O pai do índio me disse que seu filho não queria acabar de aprender com o dito mestre porque este o maltratava muito de pancadas.

"A vista do acima exposto, imploro a V. Exa. se digne dar suas ordens para que o dito índio recrutado seja restituído a aldeia desta vila a fim de acabar de aprender o seu ofício e ensinar aos outros porque na aldeia desta vila não há índio algum que saiba tal ofício. Nela, entre índios legítimos e mamelucos, o número excede de duzentos e muitos trabalhadores nos piores terrenos de suas terras, isto porque os melhores terrenos de cultura, a Câmara tem arrendado a pessoas particulares por preços muito diminutos e onde pouco lucram de seus trabalhos de tal forma que muitos não têm com quem por os seus a aprender a ler na Aula Pública. Apesar de só existirem índios e seus filhos nãa percebem estes das rendas de suas terras porque a Câmara, que sempre tem arrecadado tais rendas, apenas dá mortalha àquele que morre e até hoje ainda existe de posse dos livros de arrendamentos e títulos das terras que pertencem aos índios e se recusa a entregá-los sem ordem superior. Solicito a intervenção de V. Exa. para que sejam fornecidos os esclarecimentos a tal respeito". (JORGE, ms, 1857).

Os problemas gerados com a indefinição do destino a ser dado as terras das aldeias dos índios já considerados em "adiantado estado de civilização" exigiam regulamentação adequada de forma a evitar atritos e dúvidas quanto a aplicabilidade da Lei de Terras às aldeias indígenas. A regulamentação foi feita através do Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854. O espírito desse Decreto é o de regular a quantidade de terras devolutas sob a responsabilidade do Governo e estimular a sua transformação em propriedades particulares exploradas economicamente e fornecendo renda usada em investi-

mentos estatais. No tocante às terras dos aldeamentos, o Decreto no seu artigo 72, afirma: "serão reservadas terras devolutas para colonização e aldeamento dos indígenas nos Distritos onde existirem terras selvagens" (JOREIRA NETO, *op. cit.*, 1967:367). Essa posição determinou a lesativação de inúmeras aldeias, principalmente nas áreas de ocupação mais antiga, onde os efeitos da dominação se faziam sentir de forma mais efetiva, forçando ao abandono das terras pelos índios, devido às pressões ou aos estímulos criados pela sociedade nacional. Podemos inferir tal comportamento do seguinte documento:

"Em observância do artigo 37 do Decreto de 24 de julho de 1845 levo ao conhecimento de V. Exa. a relação inclusa das aldeias de indígenas desta Província e do estado em que elas se acham, segundo as escassas informações que obtive.

"Não posso apresentar argum. de renda e despesa das aldeias, que têm rendas porque nelas nenhuma despesa de urgência há e nem os Diretores Provinciais têm apresentando e porque se têm rendas algumas aldeias cujos habitantes já são civilizados, provenientes dessas rendas das terras que os índios não ocupam nem cultivam. Tais são as aldeias de Abrantes, de Santo Antônio de Nossa Senhora dos Prazeres e de São Fidelis. As rendas são mal arrecadadas pelos Diretores e nunca dão conta satisfatória delas. Tais rendas deviam ser arrecadadas pela Fazenda Pública enquanto as terras não lhe fossem incorporadas, como me parece que devam ser todas as aldeias desta província, com exceção das quatro que se acham às margens do rio Parão entre as Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro, onde unicamente os indígenas precisam dos Diretores e que estes sejam como tem sido missionários capuchinhos.

"As algumas aldeias devem se deixar aos índios das outras aldeias o terreno que eles atualmente ocupam com habitações ou cultivam, ficando-lhes a propriedade com a condição de ser unicamente transmissível a outros índios.

"Das terras das aldeias de Pedra Branca, Itapicuru, Mirandello, e das, Sahy não dão notícias das rendas os seus diretores pois que se encontram ocupadas por rendeiros. Tudo conspira para provar quanto é inútil o cargo de Diretor para índios civilizados, que de príncipes, vivem dispersos, com os outros brasileiros, enquanto convém que eles não se julguem senhores de terras que nunca

desfrutam, nem vivem a queixar-se da usurpação que lhes fazem os rancheiros e os diretores.

"Convinha que o Governo Imperial suprimisse as Diretorias de todas as aldeias da Província, a exceção das que existem à margem do Rio São Francisco, e das que se pudessem estabelecer de novo nas Comarcas de Ilhéus, Porto Seguro e Caravelas onde há muitas hordas de Botucos, Mangayós e Namakãs que precisam da ação catequética". (MADUREIRA, ms, 12/10/1856).

O Sul da Bahia, com podemos concluir do documento, não era atingido por essas medidas que visavam desativar aldeias, por ser região onde se processava a expansão da sociedade nacional, e onde os grupos indígenas estavam em fase de "pacificação" ou em fases iniciais de montagem dos aldeamentos. Nos vários documentos referentes à região encontramos sempre a afirmativa de que o trabalho desenvolvido pelos missionários ainda não estava bastante solidificado, o que fazia com que os índios ainda tivessem "ímpetus de viverem nas antigas condições selvagens", o que justificava a manutenção dos aldeamentos e novos investimentos neles feitos.

Outro documento de grande importância nesse período foi o Decreto nº 2.747 de 16 de fevereiro de 1861. Ele dava execução à lei nº 1.967 de 28 de julho de 1860, que criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. São as administrações desse novo órgão ficavam "os negócios concernentes aos registros de terras possuídas, a legitimação ou revalidação das posses, sesmarias ou outras concessões do Governo Geral ou das Províncias, a concessão, medição, demarcação, descrição, distribuição e venda de terras pertencentes ao Estado, a sua separação das que pertencem ao domínio particular, nas terras da Lei de Terras, ao novo Ministério passa também a depender a colonização, menos a parte relativa às colônias militares, que ficam a cargo do Ministério da Guerra, e as colônias penais, que são competência do Ministério da Justiça. Finalmente, a Pasta da Agricultura passa a abranger, também, a catequese e civilização dos índios, e suas missões e aldeamentos. Essa transferência de atribuições, de caráter puramente formal, nenhuma mudança produziu nos propósitos, modos de ação ou objetivos dos órgãos oficialmente encarregados da questão indigenista do Império." (FONSECA NETO, 1967, ms, :376,377).

Creemos que o objetivo, ao se criar um Ministério que não só abrangia pessoalmente especialmente habilitado, com recursos específicos para o tratamento dos problemas agrários do país, era agilizar as medidas a serem adotadas no sentido

de aumentar a produção de artigos exportáveis. A busca de recursos materiais e humanos procurava, na realidade, tornar operacionais as medidas tomadas anteriormente com a Lei de Terras, e que até então não haviam sido concretizadas. Uma das medidas adotadas com maior presteza pelo Governo da Província da Bahia' foi o de mandar avaliar a situação das terras dos aldeamentos existentes, após um levantamento da situação de ocupação dos terrenos por particulares ou pela Câmara Municipal, estipulava-se que a renda fosse empregada em benefício dos índios residentes na área. Caso, segundo a determinação, se ali não existissem descendentes de índios, a população deveria ser equiparada aos demais brasileiros e as terras incorporadas ao patrimônio do Estado sob a forma de terras públicas. Antes deveriam ser retirados os lotes familiares destinados aos remanescentes indígenas, que deveriam ocupá-los efetivamente por 5 anos para garantir o seu direito de proprietário e o restante seria entregue a lavradores nacionais.

As medidas adotadas visavam, a curto prazo, estimular a apropriação privada das terras dos antigos aldeamentos. A instalação de uma Comissão de Medição de Terras apresentava determinações concretas na relativa a despesas e as perspectivas de obtenção de rendas, com ordem a observar no seguinte documento:

"Acuso recebimento no dia 8 do corrente do offício sob o nº 307 de 24 de fevereiro do corrente ano, no qual V. Exa. me ordena que remeta o orçamento de todas as despesas com a Comissão a meu cargo para o exercício de 1876 e 1877;

"Em cumprimento ao que V. Exa. me ordena no citado offício, passo às mãos de V. Exa. o orçamento das despesas da Comissão, tomando por base o de um aldeamento com a superfície de 43 560 000 m², dividido em 36 lotes de 1 210 000 m² cada um, sendo feitas por conta dos interessados as despesas com a medição dos lotes. Tomando esta base, fundei-me nas informações que tenho de haverem ao Norte desta Província muitos aldeamentos extintos ocupados por indivíduos remediados, permita-se-me a expressão, não caso de pagarem as despesas com a medição das terras que ocupam. E por haverem alguns aldeamentos ocupados por importantes engenhos de açúcar e fazendas de lavoura, como por exemplo, o de Santo Antônio, na Comarca de Nazaré, se comprovam a minha ilóia.

"O orçamento anexo foi feito na hipótese de cada habitante ocupar a área de 1 210 000 m² (área máxima), cuja medição por conta da

fazenda é autorizada e que corresponde a 36 ocupantes e poder pagar o seu valor na razão de meio real por $4,84 \text{ m}^2$, preço mínimo da Lei. A preço de 0,5 real importam os 36 lotes em 4 500 000 reais e adicionando os direitos em 4 824 400\$000, vê-se, pois, que a Fazenda perceberá um lucro líquido de 1 704 000\$000. Pode-se, sem gravame, fixar em 0,4 do real o valor da unidade de $4,84 \text{ m}^2$ para as terras em capoeiras produtivas e um real para as terras em matas, quando se tratar de pequenas superfícies; então a Fazenda terá um lucro líquido de 3 504 000\$000 no primeiro caso e de 4 224 000\$000 no segundo caso ou seja 4 854 000\$000 em termo médio.

"Se, porém, o aldeamento for ocupado por habitantes que não possam pagar as despesas com as medições e mais do que o mínimo da Lei, a despesa absorverá a receita e a Fazenda terá de concorrer com o excesso. É o que acontecerá com os aldeamentos de São Fidelis e Prazeres, na Comarca de Valença, os quais estão ocupados por grande número de habitantes, que apenas podem pagar o valor de pequenas áreas inferiores a $1 210 000 \text{ m}^2$.

"Sua opinião que o Governo deverá abandonar pura e simplesmente tais terrenos que não representam possibilidade de renda para a Fazenda. A regularização se dará normalmente entre os ocupantes e as Câmaras". (MONTeiro;ms,12/14/1876).

Essa situação instalada inicialmente no norte da Província estendeu-se, posteriormente, ao sul da Bahia. Na região que escolhemos como objeto de estudo, o processo iniciou-se com consequência da expansão da lavoura cacaueira, ávida por novas terras onde se situavam as ondas sucessivas de imigrantes vindos do Norte. Estes eram desalojados pela seca que assolava a região, especialmente na Bahia, Sergipe e Alagoas e pelas dificuldades enfrentadas em decorrência da estrutura fundiária elitista que dominava a área de origem dos imigrantes.

Assim, à medida em que se processava a integração dos grupos indígenas da região aos padrões estabelecidos pela sociedade nacional, ou se operava o desaparecimento da população indígena em decorrência das doenças infecto-contagiosas, das mudanças de hábitos alimentares, da depauperação física resultante da sub-alimentação e da super-exploração do trabalhador, além dos combates em que sempre se viam envolvidos, o processo de desativação das aldeias se realizava lentamente. Uma das medidas adotadas foi a fusão de

aldeias de pequena população, mesmo provocando sérios problemas de inadaptação entre grupos tradicionalmente rivais e que tiveram esse sentimento de animosidade acirrados pelo frequente uso de grupos indígenas para o combate àqueles que ainda não haviam sido aldeados.

Um golpe legal que repercutiu contra os territórios indígenas, mas que pouco atingiu o sul da Bahia independentemente do estágio de integração em que se encontravam os grupos indígenas, foi a promulgação da Constituição da República em 1891. O seu artigo 64 decretava que as terras devolutas passavam a ser administradas pelo Estado, o que permitia uma maior facilidade na ocupação de terras ainda não ocupadas efetivamente. Os aldeamentos indígenas foram extintos em decorrência de um desdobramento dessa determinação.

A Lei 193 de 21 de agosto de 1897 criou a Inspeção Geral de Terras, Colonização e Imigração que se tornou responsável pela guarda e desenvolvimento das propriedades rurais, incrementando as atividades produtivas pela regularização da propriedade do solo. A mesma lei decretava a extinção dos aldeamentos definida a partir do abandono das terras pelos antigos ocupantes. No entanto, na região considerada, já haviam sido desativados por Decisão anterior.

O destino das terras indígenas foi a sua incorporação às propriedades dos cacauicultores. A população, abandonada à própria sorte, sobreviveu em pequenos grupos nos locais não atingidos pela expansão dos não-índios devido a dificuldade de acesso a determinadas áreas mais interiores, ou à inadequação do solo ao cultivo do cacau.

Podemos concluir que a legislação aplicada, ou com efeitos sobre os índios seguiu padrões bem definidos e de certa modo constante, apesar das aparentes alterações introduzidas ao longo do período abordado.

O fato de em todos os momentos históricos as populações indígenas serem tratadas de forma marginal sem que tenham participado de qualquer decisão sobre os seus destinos caracteriza o sistema de dominação a que estiveram submetidos.

O uso dos territórios e do trabalho indígenas são decorrência dessa estrutura colonial instaurada nas relações entre a sociedade dominante, fosse esta a portuguesa ou a brasileira, e os grupos indi-

grupos. As formas peculiares de sua apropriação variavam de acordo com os interesses e as condições econômicas e sociais vividas pela sociedade envolvente, que estipulava os mecanismos legais orientadores, reguladores ou legitimadores das ações desenvolvidas nas relações diárias, principalmente nas regiões de fronteira econômica onde os atritos eram mais comuns.

A perda da autonomia dos grupos indígenas se processava não apenas pela nomeação de administradores externamente decidida. Um dos mecanismos estabelecidos e de grande importância era o atrelamento econômico dos índios, na qualidade de consumidores, ao mercado nacional, através da introdução de novos hábitos de consumo. Essas relações, devido à incorporação assimétrica dos grupos indígenas ao mercado, determinavam, concretamente, a perda de autonomia e reduziam a capacidade reativa ante o processo de dominação que começava a se instaurar.

Os processos dissociativos introduzidos pelo sistema de socialização forçada e pela desorganização do sistema produtivo de estrutura comunal fortaleciam-se à medida em que se firmavam os mecanismos de expansão e ocupação de novas regiões do interior do país. Com o objetivo claro de criar e controlar espaços, e de preferência com trabalhadores indígenas já instalados ou ali situados posteriormente, através dos mecanismos dos descimentos, fossem estes de caráter pacífico ou não, a sociedade dominante manipulou a localização dos aldeamentos de acordo com os seus interesses específicos.

O reconhecimento do direito das comunidades indígenas aos territórios que ocupavam não ocorreu em nenhum momento. Nem mesmo na tentativa efetuada por José Bonifácio de Andrada e Silva, pois encontrou forte resistência por parte dos latifundiários, o que fez com que nunca passasse de projeto. O direito ao uso das terras pelas comunidades evoluiu no sentido de fortalecer um princípio que esteve sempre presente: os territórios indígenas deveriam ser, numa fase inicial, precisamente limitados a fim de forçar a sedentarização dos grupos ali instalados. Assim, poder-se-ia controlá-los melhor e exercer de forma mais efetiva o domínio e a ação ressocializadora promovidos pelos agentes especializados da sociedade na-

cional: missionários ou administradores leigos, conforme o momento histórico concreto.

No entanto, a garantia de ocupação da terra pelas comunidades indígenas era considerada como um estágio necessário que seria superado após a consecução do objetivo proposto: o de promover a desarticulação da sociedade ali anteriormente instalada. Superada esta fase e esgotada a possibilidade de exploração do trabalhador indígena, as terras dos aldeamentos passavam a ser encaradas como passíveis de serem apropriados pelos grupos de colonos em expansão. A mão-de-obra indígena sempre foi apontada como uma alternativa interessante para solucionar a carência de trabalhadores, principalmente nas áreas de fronteira econômica. A falta de estímulos para que colonos se deslocassem para as regiões de expansão, e a população indígena ainda numerosa devido ao curto período de contact, formavam os vetores essenciais para o entendimento da política de aproveitamento do trabalho indígena.

O trabalhador indígena era considerado como importante devido à representação que ele apresentava como dócil, barato e abundante. Posteriormente, outros fatores iriam se aliar a essas premissas para justificar as medidas coercitivas adotadas contra os grupos que não se submetiam à dominação e exploração que lhes eram impostas, ou contra aqueles que estavam em áreas onde a presença de trabalhadores nacionais dispensava o concurso do trabalho indígena. Nessas regiões, as disputas se relacionavam diretamente com o problema da posse da terra. Dentro da perspectiva nacionalista implantada a partir da Independência, a opção pelo trabalho indígena fortaleceu, principalmente após a política desenvolvida pela Inglaterra contra o tráfico negreiro e o insucesso das colônias estrangeiras em várias regiões do país.

Outro elemento bastante manipulado ideologicamente pelas elites econômicas e dirigentes do país era a imaginária possibilidade de uma aliança entre os vários grupos indígenas e quilombolas. Essa perspectiva era vista como uma séria ameaça à integridade e a unidade nacional com a possível subversão do modelo de dominação vigente, assim como da "vocaçào européia" da nossa organização social, cultural, política e econômica. Era a luta contra a "barbarie e a selvageria" desencadeada pelas forças "progressistas e civilizadoras" o que justificava todas as formas de violência desenca-

deadas contra aqueles que se opunham ao desenvolvimento do país, representada pelos colonos, franceses, portugueses, mas mais ainda por estrangeiros.

Um dos segmentos sociais que mais se beneficiaram com esta política de aproveitamento do trabalhador indígena, justificando a sua ação e as verbas auferidas do Governo, foi constituído pelas ordens religiosas, principais responsáveis pela execução dos projetos de incorporação da mão-de-obra indígena. Como entidades incumbidas da adequação do índio às novas condições de vida, os religiosos de várias ordens receberam prioridades no tratamento recebido, e privilégios econômicos que variavam no tempo. Os jesuítas, além de receberem pagamento pelo número de índios sob a sua responsabilidade, tinham acesso a terras e direito de uso do trabalho dos novos convertidos, o que lhes permitiu amacalhar recursos consideráveis e a formação de um patrimônio de grande vulto. Os párocos, principalmente no período pós-pombalino até o Regimento das Missões recebiam cômmodos especiais pelo exercício de suas atividades em áreas indígenas, o que lhes permitia certas vantagens, se comparados com os demais sacerdotes que trabalhavam em vilas sertanejas ou mesmo em áreas urbanas. Também os capuchinhos, anteriormente, tiveram acesso a recursos especiais, sob forma de pagamento pelo trabalho desenvolvido, e a possibilidade de manipular grandes somas de meios destinados à construção de estradas, igrejas, pontes ou aldeamentos. E não questionamos aqui a mal verificação desses recursos, ou mesmo a apropriação indébita dos patrimônios das comunidades indígenas, fato que era acusado constantemente como fonte de enriquecimento das Ordens. Porém, as condições legais, que permitiam de antemão a formação de patrimônio pelas Ordens Religiosas já existiam antes mesmo de começar esse processo de acumulação.

Um dos fatores de grande valorização das terras indígenas parecem ter sido os investimentos realizados na fase inicial de implantação dos aldeamentos e a utilização dos trabalhadores indígenas em atividades que deveriam, segundo os ideólogos da ação indigenista, prepará-los para as futuras responsabilidades. Esses investimentos iam desde a derrubada das matas, plantio de roças, abertura de estradas, implantação de núcleos sertanejos nas proximidades, para estimular o comércio, o contacto e a consequente in-

tegração da população indígena à sociedade nacional, até a construção de igrejas. Todos esses investimentos eram feitos com verbas provenientes dos cofres públicos, o que valorizava as terras e representava concreta economia dos recursos a serem aplicados inicialmente pelos colonos. Numa etapa mais adiantada da relação entre comunidades indígenas e a sociedade nacional, quando já se iniciava o processo de arrendamento das terras dos aldeamentos, os investimentos anteriormente realizados permitiam cobrar uma renda mais elevada, e os meios assim obtidos passavam sistematicamente a ser utilizados para investimentos dirigidos pelas Câmaras Municipais. Esses recursos utilizados pelas Câmaras destinavam-se a beneficiar as áreas urbanas circundantes do antigo aldeamento, e as estradas e caminhos que facilitassem o acesso às propriedades dos fazendeiros e o escoamento dos produtos de suas fazendas. Com a legislação desenvolvida a partir da segunda metade do século XIX, o que observamos foi a incorporação final dos territórios indígenas, que, leiloadas em hasta pública ou loteadas pelos governos provinciais, permitiram grande captação de fundos que foram aplicados, principalmente, em estímulos ao crescimento da lavoura, grande fonte de recursos da Província. O que significava, na realidade, a capacidade de conquista de territórios indígenas ainda não devassados, como foi o caso dos Patxó-Hãhãhã e Baenã, que só no início do século XX foram aldeados após sangrenta perseguição.

Cremos, portanto, que a obra desenvolvida pelo Governo no sentido de integrar as populações indígenas à sociedade nacional foi aut -financiada, já que os recursos gerados pela exploração das terras e do trabalho indígena parecem ter sido suficientes para garantir a manutenção das atividades. Sentimo-nos mesmo capaz de aventar a hipótese de ter sido uma atividade que permitiu a obtenção de lucros tanto pelo Governo como pelos particulares, talvez depois reinvestidos em outras atividades de maior interesse para o grupo étnico dominante, e que se refletiam sempre numa expansão continuada sobre os territórios e as populações nativas.

A imagem do índio criada e manipulada pela sociedade nacional relaciona-se diretamente com as peculiaridades do momento histórico por ela vivido e pelas situações concretas experimentadas pelos vários segmentos e sociedades em contacto direto. A própria

discussão estabelecida através de órgãos científicos ao longo de todo o século XIX demonstra a divergência de perspectivas quanto à validade de medidas mais brandas ou mais violentas. O que não se questionava era o "direito" de atrair os indígenas para a participação como trabalhadores na construção do país, em moldes europeizantes em que as fórmulas de dominação sobre suas comunidades não se punham como problema,

A legislação elaborada e voltada para os interesses das elites econômicas nada mais foi que um reflexo dos seus desejos. Refletindo as necessidades e anseios de um projeto de dominação e nada mais se propunha que sistematizar, orientar e agilizar as formas de apropriação dos recursos econômicos das comunidades indígenas, no que tinham de mais importante para garantir a expansão do modelo nacional: as terras que controlavam no período pré-contato e o trabalho, antes direcionado para a reprodução dos seus modelos comunitários, e depois reorientado com o intuito de garantir a expansão da sociedade que passava a ter controle sobre suas vidas e seus destinos.

CAPÍTULO IV

OS ALDEAMENTOS DOS RIOS PARDO E COLÔNIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Um dos elementos básicos na filosofia indigenista brasileira na segunda metade do século XIX era a imposição do sedentarismo aos grupos indígenas contactados. As razões fundamentais dessa orientação administrativa eram as necessidades concretas de operacionalizar as medidas que deveriam ser adotadas no sentido de liberar as terras pertencentes às comunidades indígenas que passavam a ser apropriadas pelos colonos que penetravam nos territórios tribais. Outras medidas facilitadas pela sedentarização eram as referentes à preparação da mão-de-obra indígena para assumir as responsabilidades que lhe seriam impostas nas novas relações de dominação instauradas a partir do contacto.

No entanto, apesar da importância que a sedentarização representava nas relações entre sociedade nacional e grupos indígenas, os aldeamentos eram encarados como uma etapa necessária e importante. Ela, porém, deveria ser superada no mais curto prazo possível. Nessa etapa todos os gastos realizados se justificavam e não eram questionados pelo governo provincial ou imperial, já que eram considerados como investimentos necessários para consecução do objetivo de garantir a expansão da sociedade dominante sobre os territórios indígenas, e a apropriação do trabalho das populações tribais. Posteriormente, entretanto, à medida em que os objetivos eram atingidos de forma satisfatória, os aldeamentos tornavam-se desinteressantes. Isto ocorria quando as terras indígenas eram incorporadas ao patrimônio dos membros da sociedade dominante ou quando a mão-de-obra dos selvícolas deixava de ser uma alternativa estimulante para a região. As razões para tal fenômeno decorriam ou da incorporação individual dos indígenas nos segmentos rurais da população nacional, como trabalhadores assalariados, após a desorganização dos grupos, ou do fato da área em questão já se encontrar densamente povoada por colonos, o que dispensava o concurso do trabalho indígena nas atividades locais. Outra razão que nos parece importante era o fato da região estar suficientemente capitalizada, o que eli

minaria o interesse pelos investimentos provindos dos governos pro
vincial e imperial.

Com a consecução dos objetivos propostos-em termos gerais a "incorpo
ração dos braves selvagens e infiéis ao grêmio e a paz da socie
dade e da igreja católica" - os aldeamentos começavam a ser vistos
como superflúos, desnecessários, onerosos e sem sentido, o que de-
terminava uma reação em cadeia contra a sua existência. Inicialmente,
a redução dos investimentos, depois a sua suspensão sob a alega
ção de que a comunidade já era capaz de ser auto-suficiente em
termos produtivos, e, até mesmo, produtora de excedentes comercia-
lizáveis. Devido ao insucesso dessa prática, optava-se pelo arren-
damento das terras dos aldeamentos, o que permitia legalmente o in-
ício da ocupação dos territórios reservados para as comunidades tribais.
As rendas, que deveriam suplementar os recursos a serem em
pregados nos aldeamentos que os gerassem, eram desviados para ou-
tros aldeamentos, em fase inicial de implantação, ou em obras rea-
lizadas pelas Câmaras Municipais locais, destinada a suprir as exi-
gências de infra-estrutura que permitissem maior flexibilidade na
ocupação das terras dos aldeamentos, e a valorização das terras lo-
cais.

Posteriormente, os aldeamentos passavam a enfrentar problemas mais
concretos e de difícil solução. Os arrendamentos tornavam-se obje-
to de disputa pela legalização do "direito" de propriedade pelos o-
cupantes nacionais. De pouco adiantavam os rogos dos índios no sen-
tido de o Governo Provincial, através da Diretoria Geral de Índios,
adotar atitudes no sentido de efetivar a demarcação e o registro das
terras em nome da comunidade e a consequente expulsão dos arren
datários. Sob a alegação de que os índios já eram civilizados e dispensavam,
portanto, qualquer tipo de tratamento especial, eram,
então, transformados em pequenos proprietários com lotes individu-
ais, o que descaracterizava o caráter comunitário da apropriação do
território. Os arrendatários justificavam a justeza de suas pre-
tensões alegando a transformação dos índios em cidadãos iguais a eles,
o que tornava a reserva de terras um contracenso, no quadro
do modelo expansionista nacional.

A realidade é que os aldeamentos, ao serem considerados desnecessá-
rio, pelo fato de que a ocupação nacional se sedimentara na região,

eram desativados. O que ocorria com os sobreviventes e os aldeamentos não chegava a ser motivo de preocupação para os governantes ou para os moradores locais. As razões dessa despreocupação era o fato de não mais representarem perigo ou ameaça à ocupação local, por serem numericamente irrelevantes se comparados ao contingente nacional ali situado. Também em termos econômicos, como trabalhadores contratados por particulares ou pelo Governo, ou mesmo como justificativa de aplicação de verbas governamentais, deixavam de ser importantes.

Na região que escolhemos como objeto de estudo, esse processo se realizou da forma que acima expusemos, e em ritmo acelerado, a partir da segunda metade do século passado, devido aos estímulos econômicos introduzidos pelo plantio de cacau, pelo comércio e pelos investimentos realizados pelo Governo, que estimulavam o deslocamento de grande quantidade de trabalhadores rurais advindos do norte da Província e de outras nordestinas.

Trabalharemos com dez aldeamentos situados entre os rios Colonia ou Cachoeira dos Ilhéus e o Parão. Ainda que compreendidos numa mesma área geográfica, fatores históricos e econômicos, além das especificidades dos grupos aldeados e das frentes pioneiras que se instalaram na região, estabeleceram relações específicas entre grupos humanos com organizações sociais particulares o que determinou, conseqüentemente, peculiaridades na vida de cada aldeamento da região. Daí porque procuramos traçar um quadro histórico particular para cada aldeamento para, posteriormente, tentarmos chegar a uma análise mais geral e abrangente da situação na área.

O aldeamento mais antigo da região, o que apresentava como principais características o fato de ter sido fundado por jesuítas e de preceder o século XIX, era o de Olivença, situado no litoral. O povoamento inicial desse aldeamento foi feito com os sobreviventes de outros aldeamentos da capitania de Ilhéus, dizimados, principalmente, por doenças infecto-contagiosas.

A região era tipicamente de produção de piaçava, o que estimulou a opção econômica dos jesuítas pela exploração do artesanato indígena, adaptado aos novos padrões de consumo dos colonizadores. Os índios dedicavam-se, principalmente, à produção de rosários feitos de coquilhos de piaçava torneados, que tinham um bom mercado

em Salvador, em cujo colégio dos jesuítas recebiam o tratamento fi-
 nal. Além disso, os índios com a palha desta palmeira, com a qual con-
 feccionavam chapéus, redes, esteiras e cestas, vendidos na região,
 e exportada para Salvador a parcela que não encontrava colocação
 no pequeno mercado local. Também o casco de tartaruga era amplamen-
 te utilizado na confecção de objetos para serem comercializados pe-
 los jesuítas.

Outras atividades econômicas eram desenvolvidas, tanto para suprir
 as necessidades alimentares do grupo como para garantir a alimenta-
 ção dos missionários e, eventualmente, a comercialização de exce-
 lentes. A pesca era a principal delas. Poucas referências encontra-
 mos à caça ou mesmo à coleta com atividades sistemáticas de rele-
 vância na economia desse aldeamento. Realizavam ainda o corte e o
 transporte de madeiras que se destinavam às construções que começa-
 vam a ser erigidas na Capitania de Ilhéus e na da Bahia.

O tipo de economia extrativista desenvolvida pelos jesuítas deve
 ter tido sérias implicações no padrão de vida dos grupos ali con-
 centrais. A destinação do tempo para atividades que não revertiam
 diretamente na produção de alimentos, e o exíguo pagamento destina-
 do aos produtores, apesar de seus artigos terem bom preço em Salva-
 dor, pode ser um elemento explicativo das constantes referências
 às condições precárias vividas pelos índios no local.

Para agravar os problemas dos índios aldeados em Nossa Senhora da
 Escada de Olivença, há notícias constantes de ataques de índios não
 aldeados a Olivença, o que provocava sérios distúrbios à vida da
 comunidade. Os que já se encontravam sob controle dos jesuítas re-
 agiam e reagiam a esses ataques, e, ainda que armados com equipa-
 mento mais eficiente provido da sociedade nacional, sofriam pesa-
 das perdas, não só em termos humanos como também a desarticulação
 do sistema produtivo.

O aldeamento de Olivença foi elevado à condição de vila em decorrên-
 cia de decisão expressa em Carta Régia de 1755, durante a adminis-
 tração do Marquês de Pombal. Foi afastada a direção exercida pelos
 jesuítas, e as atividades posteriormente efetuadas foram entregues
 à Câmara Municipal, criada em decorrência das medidas legais pomba-
 linas. No entanto, devido às condições de marginalização econômica
 vividas pela região, Olivença continuou sendo, na prática, até o

século XIX, um aldeamento indígena, apesar dos constantes protestos dos administradores, tanto locais como do Governo Provincial.

Wied-Neuwied, que visitou Olivença em 1817 assim a descreve:

"Vila Nova de Olivença é uma cidade de índios fundada pelos jesuítas a uma centena de anos. Nessa época, buscaram-se índios dos rios dos Ilhéus ou São Jorge para trazê-los para aqui. A vila possuía agora cerca de 180 fogos e todo o seu território conta com cerca de mil habitantes. Com exceção do padre, do escrivão e de dois negociantes, Olivença não conta quase com portugueses. Todos os demais habitantes são índios, que conservam os seus traços característicos em toda a sua pureza." (WIED-NEUWIED, 1958:335).

Sobre o estado de aculturação dos habitantes, o mesmo autor afirma:

"Infelizmente, porém, perderam as suas características originais. Lastimei não ver avançar na minha direção um guerreiro Tupinambá, o capacete de penas à cabeça, o escudo de penas (enduap) nas costas, os braceletes de penas enrolados nos braços, o arco e a flecha na mão. Ao invés disso, os descendentes desses antropófagos me saudaram com um "adeus" à moda portuguesa. Sentí, com tristeza quão efêmeras são as coisas deste mundo, que fazendo essas gentes perder os seus costumes bárbaros e feroces, despojou-as também de sua originalidade, fazendo delas lamentáveis seres ambíguos". (WIED-NEUWIED, 1958:334/5).

Sobre o mesmo assunto acrescentam Spix e Martius, em 1819:

"Da sua língua primitiva não encontramos mais vestígio algum entre eles; falam todos um português deturpado. Pareceram-me esses índios, de todos os que tive a oportunidade de observar no Brasil, os mais assimilados aos europeus". (SPIX e MARTIUS, 1976:159).

O artesanato praticado pelos índios parecia ser bastante lucrativo para os encarregados da administração do aldeamento. A sugestão de que tais rendimentos eram abundantes, apesar de não reverterem diretamente em benefício dos índios, pode ser encontrada nos autores acima citados:

"Segundo me informaram, eles têm despachado para a Bahia, em alguns anos, o valor de mil cruzados dessas contas, embora no local um rosário custe apenas dez réis" (SPIX e MARTIUS, 1976:159).

"Um trabalhador pode fazer num dia uma dúzia de rosários que cus-

tam apenas no local 10 réis (7 cêntimos) cada um". (WIND-NEUWIND, 1953:336).

Wind-Neuwied calculava a população total do lugarejo, segundo ele predominantemente indígena, em 1000. Já Spix e Martius afirmavam ser apenas de 300 índios Tupiniquim mestiçados com Botocudo.

A Câmara de Ilhéus era, em 1851, o órgão encarregado de administrar as terras e inspecionar o uso do trabalho indígena na vila de Olivença. A sua opinião sobre o estado em que viviam os grupos ali aldeados demonstra claramente a intenção de transformar o aldeamento num centro de produção agrícola ou num centro de fornecimento de trabalhadores a serem usados pelos colonos que começavam a se instalar na região. Os colonos dedicavam-se inicialmente à cerrubada de madeiras, como verificamos noutro documento:

"Em resposta ao offício de V. Exa. datado de 27 de janeiro temos de responder a V. Exa. que os índios pertencentes a esta Comarca são os da vila de Olivença e os da Freguesia de São Pedro do Alcântara. Sobre os primeiros informamos que sua população é de mais de mil almas. Sobre a agricultura apenas têm umas rocinhas de mandioca para comer; indústria só têm de se tornarem jornaleiros pelo preço de 320 a 400\$000 por dia com comer e; comércio nenhum deles tem. Finalmente o melhor meio que o governo poderia empregar em benefício daqueles índios é sujeitá-los a um Diretor e esse como obrigação de fazê-los plantar em tempo próprio e no tempo que lhes sobre, alugá-los a alguns proprietários e esses dirigirem-se ao Diretor para receber o respectivo pagamento... (CÂMARA DE ILHÉUS, 22/03/1851,ms).

Entant, a posição do Governo provincial se punha claramente à da Câmara de Ilhéus. Por considerar que os índios já eram "bem mestiçados", o Diretor Geral dos Índios afirmava no relatório elaborado em 1851 que Olivença não precisava de Diretor, o que pressupunha que o seu território deveria sair da lista dos aldeamentos que mereciam apoio material do governo. O que se procurava era a sua extinção na prática, o que implicaria na transformação das terras em lotes individuais para serem distribuídos entre remanescentes indígenas e colonos interessados (MADUREIRA, 1851,ms).

A proposta do Diretor Geral não chegou a se concretizar de imediato, já que em 1853 ele mesmo opina sobre problemas gerados com a

a exploração do trabalho indígena por grupos nacionais e estrangeiros. A questão iniciou-se com denúncias sobre o estado de escravidão em que viviam os índios:

"Me apresso a informar a V. Exa. sobre o objeto de representação que contra mim dirigira a V. Exa. o portuguez Luis Antonio de Souza Lisboa, que corresponde com o seu sócio e réu de polícia, o dinamarquês Martinho Sellman e as autoridades de Ilhéus, tem satisfeito o seu apanágio, exercendo sobre essas autoridades toda a prepotência. E o mesmo procurava ele em mim... quando adivinhando das minhas intenções para com o seu sócio Sellman, dirigiu-me a carta que consta do instrumento junto 3 e 4 que dei o devido merecimento. Muitos fatos praticados ali pelas autoridades em proveito unicamente deste estrangeiro e com prejuizo dos órfãos, com menosprezo pelas leis criminaes e em detrimento da fazenda nacional bem podia eu para aqui trazer, informando a V. Exa. Proscindendo porém de os apresentar, limitando-me somente ao objeto do meu edital em que prohibia aos índios as derrubadas das matas.

Que as derrubadas das matas é um crime policial, vê-se pela Lei de 15 de outubro de 1827, § 12 do artigo 5º e também pela Lei ultimamente confeccionada pela Câmara dos Representantes da Bayão, e que o Governo Provincial não cessa de recomendar às autoridades locais toda a inspeção e respeito, é um fato e sancionado pelo seu regulamento de 17 de setembro de 1846. Que nos Ilhéus nenhum sítio possuidor de terrenos os tem demarcados e matados e bem assim que nenhum dos possuidores destes têm autorização do Governo para tirar madeira, é uma verdade constante que atesto. Que finalmente Martinho Sellman principal responsável pelas derrubadas das matas é réu deste crime pelos abusos cometidos em terrenos de diversos possuidores e que já foi processado e sentenciado pelo Juiz da Barra do Rio de Contas e, em virtude do qual, foi preso em Ilhéus e fugiu da prisão, não sendo ainda processado por este novo crime, dá notícia o instrumento junto página 3, além de igual processo instaurado por queixa do Brigadeiro Sá como consta dos respectivos autos existentes no cartório do tabelião Mendes de Castro. Qual seria pois o Jiz zeloso, no cumprimento de seus deveres que não reprimiria semelhante abuso de derrubadas de matas, quando movido pela franca e sincera posição da autoridade policial da vila de Olivença deveria dar providências reclamadas em seu officio que se

vê do instrumento junto à página 1 e 2. Assim pois, Exm^o Sr., tenho consciência de que mandando afixar o edital proibindo aos índios as derrubadas das matas pratiquei um ato legal já que sou, particularmente, como juiz de órfãos de cujas providências dependem os índios, como é expresso na carta da Lei de 27 de outubro de 1831 e o Decreto de 3 de junho de 1833 e mais legislação em vigor. Posso afirmar a V. Exa. que os mais entendidos índios de Olivença muito que estimaram esta minha providência e a própria Câmara Municipal deles igual edital logo mandou afixar, donde resultou que indo eu dias antes retirar-me para esta cidade, naquela vila, não menos de dez casas observei o que se estava fazendo em prejuízo dos índios. Como, portanto, o bem particular de um ou dois homens não pode prevalecer ao bem geral de um povo, que pelo seu estado muito e muito precisa dos benefícios promovidos pelo governo, assim penso pelo que é deduzido que justificado tenho o meu proceder. V. Exa. em sua sabedoria resolverá o que for de justiça e de bem para aqueles miseráveis índios". (SANTOS, 6/7/1853, ms).

O que começa a ficar mais claro no documento seguinte é uma disputa entre setores governamentais e particulares sobre o direito de usar o trabalho indígena em benefício de um ou outro segmento. Confirma-se assim a hipótese de que em áreas de população nacional refeita e com pequenas opções econômicas, o trabalho indígena, sendo direcionado para os interesses da sociedade nacional, representava possibilidades concretas de recursos apropriados por quem o explorasse. Vejamos a posição dos representantes dos setores econômicos particulares ao insistirem na justeza do uso da mão-de-obra indígena:

"Cumprindo o despacho de V. Exa. de 1^o do corrente mês, que com os documentos que acompanhavam a informação que deu, ao Exm^o Sr. Presidente desta província, o Dr. Francisco Marques dos Santos respectivo a um edital que mandou para a vila de Olivença, cujo edital foi por mim interinamente suspenso, tenho a informar a V. Sa. que tenho bastante conhecimento dos índios daquela vila de Olivença. Há mais de sessenta anos tenho me servido de seus serviços e digo que são próprios para tudo que se quiser fazer, mas são frouxos. Seu estado até a nossa admirável Independência era um cativo, governado por um diretor, os corregedores desta comarca não consentiam o trabalho alugado desses índios, só algum com ajus

te daquele diretor e seu produto era recolhido a um cofre. Com esta cautela não passavam de uma camisa e uma calça de algodão, as mulheres, a maior parte, com uma tanga do mesmo pano de algodão e poucas vestiam saias. Os homens a maior parte se ocupava em torner coquilhos para rosários e plantavam mandioca quanto comessem.

"Apareceu a nossa Constituição e, com ela, as leis da liberdade que chegou. Aqueles índios hoje põem melhor juízo respectivo a seus interesses, escolhem o que melhor lhes convém. Quando não acham alugueiros de 800\$000 e mais por dia, vão trabalhar no tempo próprio de plantações, fazem seus roçados e as mulheres e filhos mais pequenos os plantam e vendem farinha e assim já não se vêm aquelas mulheres de tanga e sim de saias de chitas, camisas finas e muitas de vestidas e chales. Os homens, de casaca a maior parte e algum dinheiro corre nessa vila. Assim conhecerá, V. Exa., a diferença que lhes deu a liberdade. Sobre as casas, de que trata a parte do seu delegado, penso ser coisa encomendada porquanto aqueles índios não levam tanto tempo no mesmo trabalho. O de tirar madeira, o mais que dura é de 15 a 20 dias e, por força, nem fora das matas estão o tempo que lhes parece para depois voltarem àquele serviço. Nesse tempo podem fazer casas, pois a feitura delas e suas construções em um mes as podem fazer e por isso julgo que aquele Dr. Juiz Municipal obrou sem conhecimento de causa.

"O que respeita ao estrangeiro Martinho Sellman, conheço-o de vista, mas estou ao fato do seu negócio. Comprou de sociedade com o negociante da praça da cidade da Bahia, Luis Antonio de Souza Lisboa, um quinhão de terras à margem do rio Cachoeira, denominada Sant'Ana e nelas principiou a tirar algumas madeiras de jacarandá, mas não sei qual o motivo porque suspendeu de per si. Convidou a vários homens nacionais que fossem tirar aquelas madeiras e que ele supriria, conquanto que elas haviam de ser vendidas a ele, Sellman. Com efeito, alguns daqueles homens e mesmo os índios se empregam naquele ramo de negócio e quando chegam com elas abaixo das cachoeiras lhas vendem a 400\$000 cada uma arroba daquela madeira e lhes paga em dinheiro e algumas fazendas.

"Finalmente, respectivo às matas em que tiram aquelas madeiras, não posso acreditar que sejam só tiradas nas terras daquele estrangeiro e sim em terras nacionais". (PEREIRA, 11/08/1853, ms).

A posição adotada pela Diretoria Geral dos Índios questiona basicamente a justiça da interferência do juiz de órfãos, no referente a administrar os índios de Olivença. No seu raciocínio básico os trabalhadores indígenas locais deveriam ter o direito de decidir a forma de empregarem-se como trabalhadores com aqueles que lhes oferecesse maiores salários. O que está contido nesse pensamento é a idéia de que não mais havia razões para dar continuidade a disposição de terras em área ac modada, na qual a população já estava preparada para se tornar em fornecedora de trabalho utilizável pelos colonizadores de Olivença. Assim podemos concluir do seguinte documento:

"Cumprindo o despacho de V. Exa. de 9 do corrente sobre a representação que fizera Luis Antonio de Souza Lisboa contra o edital do juiz municipal dos termos de Ilhéus e Olivença de 30 de abril deste ano, no qual o dit. juiz marca aos índios de Olivença trinta dias para se recolherem da derrubada das matas sob pena de desobediência, devo informar a V. Exa. que pelo Decreto de 3 de junho de 1833, pertence aos juizes de órfãos a administração dos bens e pessoas dos índios, só entro em dúvida, se por ventura, o Decreto de 24 de julho de 1845 incumbindo aos diretores das aldeias igual administração, pode ter força de revogar aquele do Poder Legislativo.

"Aumenta a minha dúvida o estado de civilização de alguns índios, como os de Olivença, os quais dispensam a autoridade de diretor parcial e põe os mesmos índios fora da alçada dos empregados que se criaram pelo dito Decreto de 24 de julho de 1845, segundo tem o Governo Imperial declarado em diversos atos.

"Parece-nos, pois, que estando em vigor o Decreto de 3 de julho de 1833, principalmente a cerca dos indígenas civilizados, por compreender o Regulamento de 1845 somente os catecúmenos e selvagens, convém pedir esclarecimentos ao Governo Imperial para decidir até que ponto tem vigor o dito regulamento, se ele incide apenas sobre os indígenas selvagens e os catecúmenos e se está em vigor o Decreto de 3 de junho de 1833 para todos os índios ou somente para os civilizados, como os de Olivença e outras vilas, que foram de principio povoadas por indígenas. Só com uma decisão precisa a esse respeito pode-se resolver se ao juiz de órfãos de Ilhéus e Olivença competia manter que os índios deixassem um trabalho que ele julgava pouco útil ao progresso daqueles homens em geral susceptíveis de serem desviados de seus verdadeiros interesses". (MADUREIRA, 23/09/1853, ms).

Desconhecemos o processo desencadeado a partir de então, porém o relatório de 1855 sobre as aldeias da Bahia aponta a Vila Nova de Olivença como sendo "habitada por 200 índios civilizados que se ocupam da pesca e corte de mafeira. As terras são administradas pela Câmara Municipal". (MADUREIRA, 1855, ms). Supomos, consequentemente, que os índios do aldeamento foram atingidos pela frente madeireira que se deslocou sobre a região, levando-os a se engajarem em atividades extrativistas. Teriam, portanto, abandonado as tradicionais atividades artesanais a que sempre se haviam dedicado e nada indica que tenham optado pela agricultura como forma de acesso a mercado, embora seja de supor que a praticavam para consumo.

Documentos a partir de então deixam de se referir aos índios da Vila Nova de Olivença devido ao fato desse aldeamento já se encontrar extinto na prática. A única referência mais tardia refere-se ao fato de os índios de Olivença terem sido capturados e enviados para combater na guerra do Paraguai em 1865. Nessa ocasião os índios já estariam entregues às pressões dos fazendeiros, interessados em transformar o local em zona de veraneio.

Legalmente, entretanto, o aldeamento de Olivença foi extinto em 1875 por decisão governamental, que extinguiu os remanescentes do Município de Ilhéus.

Apesar do contacto tão antigo, os índios de Olivença de composição mista desse a fundação do aldeamento - Tupiniquim, Botocudo e Kamakã - mantiveram a consciência de oposição e identificação étnica face aos novos moradores, que ali se instalaram em decorrência da expansão e ocupação de espaços antes ocupados pela comunidade indígena.

O outro documento que se refere a Olivença já caracteriza a estagnação em que se encontrava a descaracterização do antigo território tribal neste século e comprova a centralização de poder nas mãos dos fazendeiros no início do século:

"A comissão abaixo-assinada dirige-se a todos os espíritos progressistas, especialmente aos habitantes deste município de Ilhéus e dos circunvizinhos, para entre eles coletar a quantia necessária a uma obra que tornará franco o acesso à saudável e pitoresca vila de Olivença.

E para que não produza estranheza tal pedido, roga-se ao público

ler atentamente a exposição seguinte dos motivos por que a referida obra interessa a todos em geral, e porque não se peço do proficiência, a sua execução aos poderes contituídos.

"A antiga vila de Olivença é proclamada de todos os tempos, e com a máxima justiça, uma localidade salubérrima, a mais salubre talvez de todo o sul do Estado.

"Desfruta-se ali de um ameníssimo clima, estreme dos miasmas paludosos, que não lograram alcançar promontório elevado, e circundado de terrenos compactos, onde outra humidade se não observa além de afamados ribeiros entre as águas das quais existem mesmo algumas a que o povo atribue milagrosas virtudes terapêuticas.

"Fertilísimos e aprazíveis são ainda os arredores, quase totalmente devolutos, da tradicional povoação; uns, os do litoral, apropriados à cultura do coqueiro, outros, os do interior, às chácaras, pomares e roças de legumes e cereais e todos eles à criação de qualquer espécie de gado.

"Gozando de tão invejáveis requisitos, nem assim tem podido Olivença prosperar, e o maior óbice que tem encontrado é a dificuldade de comunicação com esta cidade.

"Do Pontal para aquela localidade estende-se a praia oceânica, magnífica estrada carroçável natural; a meio caminho, porém, desagua no mar o ribeirão Cururupe, formando uma barra difícil, dando vau na maré baixa, e absolutamente inviável na preamar.

"É para uma ponte sobre essa barra que a comissão pede o "concurso" do povo.

"Realizando este melhoramento, cessará tudo quanto há de menos conveniente em Olivença; construir-se-ão boas residências para o verão, e circularão automóveis do Pontal para o local, que deixará de ser considerado aldeamento de índios mansos para receber o título de estação balneária, a mais apropriada de todo o estado. (grifo nosso).

"Então, não mais senão em casos especialíssimos os que forem presos nesta zona de doenças rebeldes, terão de emigrar para Itaparica, Cipó, Caxambú ou Poços de Caldas: disporão de um sanatório ideal ali perto, a três léguas, sem se privarem completamente da gestão de seus negócios e da presença de amigos e parentes.

"Sem precisar desenvolver as razões de aproveitamento para o sexto distrito e para o município de Una por estarem no conhecimento das respectivas populações, julga a Comissão Ser útil e necessária a necessidade de melhoramento proposto.

"E porque há de o povo pagador de impostos fazer a sua custa, "em vez" de exigir da União, do Estado ou do Município?

"Porque o trabalho urge, e os poderes públicos são farão com "de mora": a União e o Estado depois de nil empenhos para a decretação da obra e em seguida um sem número de formalidade para a "abertura de crédito, estudo, concorrências, aprovação de contratos etc.; o Município, porque em embraças financeiras, assediado pelas reclamações dos habitantes de distritos mais consideravelmente contribuintes, não poderá dispender de preferência quantias relativamente avultadas em Cururupe, apesar da boa vontade que se leve supor ao Sr. Intendente, e como imediato interessado na zona em que é morador e proprietário; porque, enfim, nós os habitantes desta região generosa, já estamos acostumados a anteciparmo-nos aos governos fazendo à nossa custa estradas e pontes nos sítios por que nos interessamos, e não devemos ficar indefinidamente à espera de uma obra de pr. veito comum, quando para fazê-la só temos de dispendir 10 a 15 centos de réis.

Os abaixo assinados munidos de listas que serão semanalmente publicadas, vão recorrer aos seus amigos e conterrâneos, comprometem-se a dar prontos os estudos da ponte e fazer as necessárias encomendas e contratos logo que as subscrições hajam atingido a 4:000\$ 000". (in CAMPOS, 1947: 143-5).

Em 1936 Olivença foi palco de movimento reivindicatório desencadeado pelos remanescentes indígenas ali situados. Sob o comando do Caboclo Marcelino, os índios tentaram promover uma revolta que resultasse na expulsão dos moradores não-índios da vila de Olivença. A proximidade de Ilhéus determinou com que a repressão se desencadeasse com rapidez e eficiência, desorganizando o movimento. O caboclo Marcelino procurou refúgio na Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu, situada entre os rios Pardo (ao sul) e Colonia (ao norte), o que serviu como uma das justificativas para a ação violenta desencadeada posteriormente sobre aquela reserva. (PARAISO, 1976, ms).

Em visitas que fizemos a Olivença nos anos de 1977 e 1978, tivemos a oportunidade de observar que a população remanescente vive em pequenas casas de taipa afastadas do núcleo urbano, aje transformada em área de veraneio dos moradores de Ilhéus e adjacências, principalmente Itabuna. As atividades econômicas a que se dedicam são a agricultura de subsistência e artesanato, destacando-se a confecção de colares de conchas que as crianças vendem aos veranistas e visitantes que frequentam o Balneário de Tororomba. Pescam e empregam-se com assalariados nas residências, pequenas fazendas e sítios, e em empresas imobiliárias que realizam loteamentos no local.

Apesar do estágio avançado de integração em que se encontram, mantêm ainda uma atividade anual que faz com que sejam identificados como caboclos. No segundo domingo do mês de janeiro realizam uma corrida que parece ser resquício de corrida de toras na qual participam ativamente todos os membros do grupo. Divididos em dois subgrupos, aparentemente constituídos segundo critérios de parentesco, cortam dois grandes toros nas matas que circundam a vila e iniciam a corrida. Esta se encerra na área em frente à igreja de São Sebastião, onde o grupo vencedor tem o direito de fincar o seu toro em substituição àquela colação anterior. Essa atividade foi incorporada ao calendário turístico de Ilhéus e costuma atrair inúmeros visitantes.

Os participantes explicam essa festividade como sendo uma homenagem dos "caboclos" a São Sebastião, santo católico, que é representado como tendo sofrido martírio num tronco de árvore e atingido por flechas. Isto porque os missionários ou párocos que exerceram atividade junto aos índios de Olivença devem ter descaracterizado a corrida de toras, transformando-a, talvez, num ato de expiação dos pecados cometidos pelos membros do grupo. Pelos dados que coletamos no local, parece que até o início do século a corrida terminava no interior da igreja. Esta, porém, ficou muitos anos fechada devido a um crime que ocorreu no seu interior no ano de 1905, em decorrência de disputas políticas. Então a cerimônia ficou restrita ao pátio da igreja, onde até hoje acontece anualmente.

Essa atividade desenvolvida pelos "caboclos" de Olivença merece um estudo de campo mais detalhado, pois poderá revelar a sobrevivência

de mecanismos de coesão social e de identificação étnica ainda em plena vigência, apesar de aparentemente não mais existirem e de a população indígena ser considerada extinta ou assimilada. (RIBEIRO, 1970:236; KIETZMAN, 1967:50).

Oliveira é, hoje, um distrito do Município de Ilhéus, na micro-região Cacaueira, apresentando uma população de 7019 habitantes, distribuídos da seguinte forma: 715 residentes na área urbana e 6304 na zona rural. Representa 5,2% da população total do município, sendo, como já afirmamos uma zona tipicamente de veraneio. (IDCE, V.I, 1981:12).

Prosseguindo na direção E-W, critério de ordenamento adotado em nossa exposição, trataremos a seguir do antigo aldeamento de São Pedro de Alcântara, também conhecido por Ferradas, como ainda hoje é denominado.

O aldeamento surgiu inicialmente com o nome de Ferradas em 1815, quando da construção da estrada entre Ilhéus e o rio Parão, que posteriormente deveria atingir Minas Novas. Devido à necessidade de mão-de-obra foram deslocados para o local contingentes dos antigos moradores do aldeamento de Nossa Senhora do Rosário do Almada, os Grên.

As descrições de Ferradas demonstram o estado precário em que viviam os primitivos moradores, uma mistura de índios, espanhóis, portugueses e pardos:

"O lugar em que nos encontrávamos, era uma miserável aldeia, com apenas umas dez casas de barro e uma igreja, que não passa de uma espécie de alpendre, construído também de barro: deram, no entanto, a essa aldeia o nome de vila de São Pedro de Alcântara; todavia, há ainda o costume de chamá-la impropriamente de as "Ferradas", porque, a pouca distância dela, o leito do rio é atravessado por porção de pedras conhecidas por Banco das Ferradas. Essa vila, ou melhor, essa aldeola, foi fundada há dois anos quando se concluiu a estrada de Minas. Reuniram-se aí homens de toda a sorte, alguns espanhóis, várias famílias de índios, e homens de cor (pardos), além de um grupo de índios Camacãs trazidos da mata e de um que os portugueses conhecem com o nome de Mongoiós....

"A vila de Almada, situada sobre o rio Itaípe, e a que já acima me

referi, forneceu também alguns habitantes à nova vila de São Pedro de Alcântara, nas margens do rio Cachoeira. Quando concluíram a igreja, o ouvidor da comarca instalou nela a paróquia; mais adiante, a alguns dias de viagem, no ponto em que a nova estrada atinge o sertão do rio Salgado, construiu-se também uma igrejinha onde se celebrava missa, e havia plantações para os viajantes; esse pequeno estabelecimento, porém, caiu em ruínas, o lugar se tornou deserto, ficando inúteis todas essas despesas, pois a estrada não foi mais utilizada e, dentro de pouco tempo, não se poderá mais reconhecê-la. Os mineiros preferem a esse caminho difícil atravessar das matas o que atravessa os campos ou as planícies nuas do sertão interior da capitania da Bahia, porque não encontram na vila de Ilhéus nem colocação para as suas mercadorias, nem navios que as transportem para a cidade da Bahia. A decadência da vila de São Pedro de Alcântara acompanhou a da estrada, cujo mau estado experimentáramos várias vezes durante a nossa viagem.... A vila de São Pedro de Alcântara só é habitada, nesse momento, por um cura ("padre vigário") e meia dúzia de famílias que desejam ardentemente que o governo crie para elas medidas de proteção. Diz-se que a estrada ia ser desobstruída e que se mandaria para São Pedro uma nova leva de moradores.

"Essa povoação está situada numa zona inteiramente selvagem, rodeada por todos os lados de florestas cheias de animais ferozes, e percorridas por bandos de Patachôs. Esses índios não causaram até então o menor mal aos habitantes, mas como não se conseguiu concluir com eles o menor contacto, tanto mais quanto, em fase de ataque, os colonos em menor número, não se poderiam defender. As casas são rodeadas pelas plantações, de onde um caminho estreito conduz à estrada grande; os nossos animais com suas cargas só puderam passar por ele depois de aberto a machado". (WIED-NEUWIED, 1958:356/7).

A situação de Ferradas não apresentou melhorias a curto prazo, como se pode depreender das observações feitas dois anos depois por Spix e Martius. A razão de não terem ocorrido transformações profundas, como Wied-Neuwied observa na citação anterior, foi a falta de estímulos econômicos na região. Além da carência de recursos financeiros por parte da população de Ilhéus, o que eliminava a possibilidade do surgimento de um mercado consumidor atraente

para os produtos mineiros que deveriam se deslocar para o litoral, as dificuldades determinadas pelo ~~assoreamento~~ o regime de ventos no porto de Ilhéus tornava a exportação para outros mercados pouco provável. Podemos comprovar a manutenção do mesmo quadro de pobreza, talvez até mesmo um agravamento com o insucesso da estrada, nestas observações:

"A povoação chamada antigamente "As Ferradas", e que hoje tem o nome de vila de São Pedro de Alcântara, em honra ao atual soberano do Brasil, consta de seis a oito pobres palhoças de barro, de uma pequena igreja de semelhante construção e alguns ranchos abertos, nos quais encontramos, ao chegar, três famílias de guerêns que se haviam mudado de Almadá para ali, assim como alguns indivíduos, mulheres e crianças da tribo dos Camacãs. Constituem estes últimos, atualmente, o principal núcleo da população, contando cerca de umas sessenta ou setenta almas; número igual morreu de febres malignas, ou dispersou-se, logo depois da fundação do lugar". (SPIX e MARTIUS, 1976:166).

De entanto, apesar do quadro negativo pintado pelos autores citados quanto às perspectivas futuras de Ferradas, após 1835 houve progresso no aldeamento, em decorrência, ao que tudo indica, do fortalecimento econômico da área. Assim em dois documentos datados de 1835 observamos o pedido de verbas para a compra de ferramentas, justificada pela necessidade de estimular o aprendizado das atividades agrícolas pelos índios que ali residiam (LIORNE, 1835 a, ms). As razões apresentadas eram a necessidade de concluir os trabalhos de pacificação de outros grupos locais. O que se pode concluir da solicitação de Frei Ludovico de Liorne é que o aldeamento começava a prosperar devido ao cultivo de produtos destinados à comercialização, e à adoção de outras atividades que permitiam aos índios auferir recursos monetários, que, administrados pelos missionários, e mais as verbas investidas pelo Governo Provincial teriam criado os estímulos necessários ao crescimento da localidade. O documento citado refere-se às atividades e à população nos seguintes termos:

"... a povoação de São Pedro de Alcântara na Comarca de Ilhéus consta atualmente de cento e doze indivíduos, todos índios, repartidos em trinta famílias pequenas; dos quais parte estão batizados e civilizados e parte catecúmenos. A sua ordinária ocupação consis

te em estender e cultivar as suas roças e, principalmente, na plantação de café e algodão. Trabalham também com machados e fazem canoas" (LIORNE, 20/10/1835;ms).

O uso compulsório da mão-de-obra indígena localizada em Ferradas' é claramente explicitado no seguinte documento:

"Diz Frei Vicente Maria de Arcole, missionário.... capuchinho ca-
te dos índios bravos Camacãs e vigário encomendado da Fregue-
sia de São Pedro de Alcântara, vulgo Ferradas, que em vista dos ' serviços prestados ao Exmo. Governo pelos índios da sua aldeia ' tanto para tornar navegável o rio Cachoeira, do ponto chamado Mutucugê até as Ferradas, obra de tres léguas, como em marcar a es-
trada de comunicação entre a vila de Vitória e a dos Ilhéus, além da edificação da igreja paroquial coberta com telhas; por isso pe-
de a V. Exa. que queira dignar-se mandar-lhe dar um fornecimento de ferramentas como machados, foices, enxadas, facões e algumas ' folhas de serra para levar na mão, algumas peças de algodão da terra para vestir os homens, outras de chita para vestir as mulheres e uma arroba de pólvora com chumbo para caçar, sendo este o único meio de obter alguma carne para alimentação". (MARTINS, 03/1850,ms).

Podemos observar que a forma de pagamento aventada para os trabalhos realizados era a aquisição de novas ferramentas, o que na realidade visava tornar mais produtivo o trabalho a ser desenvolvindo posteriormente. Os demais itens previstos como forma de remuneração referiam-se a roupas, ponto primordial dos valores cristãos impostos pela ação missionária, além de chumbo destinado à caça. O crescimento de Ferradas pode ser comprovado pelo cálculo da população estabelecido no ano de 1851 pelo Diretor Geral dos Índios Casemiro de Sena Madureira. Ele afirma que dois anos antes - 1849 - a população era de 200 indivíduos e já no ano de realização do relatório era de 300 pessoas. Isto nos permite calcular um crescimento entre 1818, quando foram visitados por Spix e Martius, da ordem de 300%. Esta explosão demográfica pela continuação do processo de pacificação de outros grupos Kamakã e o deslocamento de índios de outros aldeamentos com dificuldades de sobrevivência administrativa para Ferradas, situada numa área de expansão econômica. A importância de Ferradas pode ainda ser comprovada no mesmo documento, pela proposta que faz seu autor de arrecadar e usar recur-

nos das aldeias do norte da Província para aplicar nas do sul. Inclusive, propunha a instituição de cômguas diferenciadas para os missionários que trabalhavam nas duas áreas. Era importante investir em aldeias como Ferradas que se enquadravam nas propostas básicas da política indigenista: liberar terras em áreas de expansão econômica, criar espaços onde a mão-de-obra indígena seria inicialmente preparada para o exercício das novas atividades que lhes seriam destinadas, e posteriormente usada para a instauração da infra estrutura garantidora da futura expansão. Os recursos, portanto, sequer saíam de sua receita, já que advinham do Governo Imperial e se justificavam por serem recursos destinados à "cataquese". (MADUREIRA, 8/2/1851,ms).

Outro documento datado do mesmo período indica que os aldeamentos, como os de Ferradas, destinavam-se também a experiências agrícolas, com a introdução de novas formas de cultivo destinadas ao mercado, como o cacau e o café. (CÂMARA DE ILHÉUS, 22/03/1851,ms).

Outra atividade destinada aos índios era dar combate aos "bravios" que atacavam os caminhos, estradas e até mesmo as roças e fazendas. Além dos prejuízos econômicos decorrentes da perda das cargas ou dos produtos agrícolas, os ataques comprometiam o projeto de implantação de novos colonos na região. Para o exercício dessa atuação contra os Pataxó, os índios de Ferradas foram armados, com recursos governamentais. Para o governo provincial tais medidas também representavam economia de recursos, fosse pela ausência de pagamento ou pelo baixo salário pago aos combatentes, que era tirado das verbas de catequese (MADUREIRA, 30/10/1852,ms).

Aparentemente, Ferradas cresceu em termos econômicos de forma surpreendente até 1855. Nessa ocasião, calculava-se a sua produção em vinte mil pês de cacau e outro tanto de café, além do cultivo do arroz e da mandioca. Ocupava uma légua de terra, não demarcada, que provavelmente já começava a ser invadida. A população havia decrescido de forma violenta: restavam 128 pessoas. Talvez possamos explicar tal fenômeno ou pela transfiguração étnica ou pela taxa elevada de mortalidade, devido a carências alimentares, exploração excessiva da força-de-trabalho e epidemias de malária, muito comum na região. (MADUREIRA, 31/01/1855;ms).

Apesar da redução da população, a que permaneceu na área continuou

a ser usada nos combates aos Pataxó, acusados de destruírem roças, roubarem ferramentas e provocarem mortes até mesmo aos índios aldeados em Ferradas (MADUREIRA, 10/12/1855, ms). O engajamento na construção de estradas continuava a se processar. A desistência do Major-Engenheiro, Inocêncio Veloso Pederneiras, de administrar os trabalhos de abertura da estrada entre Ilhéus e Minas, fez com que tal tarefa fosse atribuída aos missionários dos aldeamentos da área a ser atingida. A razão apresentada para justificar a aplicação de recursos e para mobilizar índios e missionários, foi a necessidade de estabelecer ligações rápidas e eficientes entre os aldeamentos, o que lhes daria maior segurança em caso de ataques ou epidemias (MADUREIRA, 8/5/1855, ms). Sabemos, entretanto, que tais estradas estavam vinculadas a interesses da sociedade nacional e não aos dos índios.

Ferradas começou a sua decadência, como aldeamento, a partir de então. Uma vez os objetivos propostos já haviam sido atingidos, e tendo-se concretizado o avanço dos nacionais sobre as terras que antes haviam sido designadas para os índios, começaram a escassear recursos (MADUREIRA, 12/10/1856, ms). Culminou esse processo com o abandono do aldeamento pelo missionário, levando os índios à dispersão conforme atenta documento abaixo:

"Tendo V. Exa. nomeado Frei José de Caltanizera, capuchinho italiano, para diretor da aldeia de São Pedro de Alcântara por informar o Prefeito dos fatos capuchinhos que ele estava apto para ser o vigário da dita aldeia por nomeação do Exmo. Bisposano, recebi um ofício do nomeado declarando-me que não podia aceitar a direção da aldeia por lhe faltar vocação para viver entre os índios. Ao mesmo tempo foi para a referida aldeia, Frei Rainero de Ovada, que ali esteve o ano passado e tinha sido removido para a de Pedra Branca, buscar o que ali deixara e observar o estado dela. Agora chegaram ao rio Pardo o missionário Frei Luis de Grava e seu ajudante Frei Joaquim de Colorno, a cujo cargo estavam as aldeias dos Mongoyós de Catulês e dos Botocudo que da Barra do Catolês emigraram para a Lagoa do rio Pardo, próxima a povoação de Cachimbo, do termo de Vitória, e informaram que muitos índios das Ferradas de São Pedro de Alcântara têm se retirado dela pela ausência ou falta de missionário e vêm abrindo sítios em baixo da mesma em procura da Vila dos Ilhéus, na estrada que dista uma légua para Conquis

ta. Espero a volta de Frei Rainero de Ovada para obter mais amplas e exatas informações porque os atuais informantes passaram ligeiramente pela dita aldeia.

"Posto que não julgo prejudicial o estabelecimento de famílias; de índios pela estrada, principalmente aproximando-se mais do litoral, por que um dos males da dita estrada é ser deserta. Afirmando de pois de permitida e acomodada esta migração, é necessário comunicar-se a aldeia com o missionário que a dirija por ter sido esta aldeia a que se tem dado mais ao trabalho durante a direção de Frei Vicente Maria de Árcoles, que está hoje com o cargo de Prefeito do Hospício desta cidade. Para que o novo missionário seja útil a um número maior de índios, convinha que V. Exa. autorizasse a remoção dos índios Mongoyôs de Catolês para o sítio onde outrora estiveram estabelecidos à margem do rio Salgado, na estrada da vila de Ilhéus para a Conquista, porque fica este lugar completamente distante de Ferradas (4 léguas) e 10 léguas da vila de Ilhéus, podendo os ditos missionários de Catolês e seu ajudante administrarem as duas aldeias da Comarca das Ferradas e dos Mongoyôs de Catolês, estabelecidos estes à margem do rio Salgado. Autorizados por ora os capuchinhos referidos a persuadirem os índios para esta mudança da aldeia em que eles se acham, seria então resolvido por V. Exa. definitivamente a mudança da aldeia. Para os Botocudos, que estão na Lagoa e perto do Cachimbo, seria bastante qualquer religioso de outras ordens do país ou presbítero secular que lhes administrasse sacramentos e os dirigisse. Porém, nenhum sacerdote enviado para aquela aldeia tem deixado de cuidar mais dos habitantes do populoso arraial do Cachimbo, que dos índios entre os quais têm repugnância de morar.

"Frei Luis de Grava tem seguido o exemplo de Frei Francisco Antônio de Falerno, ótimo capuchinho que foi, todavia removido dali por cuidar mais dos índios que dos habitantes do Cachimbo. Para dirigir, porém, as duas aldeias como estão sendo atualmente a dos Mongoyôs, a mais populosa, são indispensáveis os dois capuchinhos pois que é leigo, Frei Joaquim de Colorno e não pode tratar da catequese completamente.

"Parece-me de grande vantagem aproximar da vila dos Ilhéus estes 130 Mongoyôs de Catolês que estão na distância de 36 léguas para o Salgado, que dista 16 léguas e por debaixo de uma só direção as

duas aldeias de Mongôyôs e Kamakãs, embora separadas 3 ou 4 lēguas uma da outra, porque a diferença de tribos impede que eles se reunam ou se reduzam a um sô as ditas aldeias. Os ditos capuchinhos, Frei Luis de Grava e Joaquim de Colorno, voltam no vapor de 6 de julho e podem receber de V. Exa. as instruções que se dignar dar-lhes a este respeito". (MADUREIRA, 30/06/1858;ms).

Após a dispersão dos índios em torno da estrada, eles passaram a viver de biscates e a se assalariarem aos passantes e colonos que começavam a se instalar na região. Colocava-se, já então, o problema de aproveitamento das terras e benfeitorias implantadas no antigo aldeamento.

A solução encontrada pelo Governo Provincial foi a de transformar a área numa Colonia Nacional para onde foram deslocados grande levas de migrantes. A administração da Colonia foi entregue ao mesmo missionário pensado para exercer a catequese junto aos índios, Frei Luis de Grava.

As atividades desenvolvidas nessa Colonia visavam suprir as necessidades alimentícias dos seus moradores com a agricultura de subsistência e a produção de produtos comercializáveis, como café e cacau, o que garantia a expansão crescente da população e do espaço conquistado aos índios "bravios que infestavam a região". Daí porque a outra proposta do projeto era a de promover a catequese dos grupos nômades locais.

Os já aldeados nas cercanias passaram a ser atraídos, outra vez, para a área do antigo aldeamento, devido aos novos melhoramentos realizados e à possibilidade de assistência e trabalho, e continuaram a ser usados nas mesmas atividades: combate aos Pataxô e Baenã, que por terem seus territórios de caça e coleta reduzidos atacavam constantemente Ferradas, derrubada de matas, para a implantação de novas roças, e abertura e conservação das estradas indispensáveis ao sucesso da Colonia. (HENRIQUES, 01/03/1872,ms; GRAVA, 09/04/1870;ms; GRAVA, 18/09/1872,ms; GRAVA, 04/11/1873,ms).

O pagamento aos índios consistia em uma ração de farinha (CEM REIS e 10 libras de pólvora e chumbo para caçarem. Era, portanto, mão-de-obra barata, subsidiada pelo Governo Imperial sob o rótulo de ação catequética, e que porluzia em parte seu próprio sustento, apresentando, portanto, vantagens concretas sobre a mão-de-obra

escrava ou mesmo a assalariada (MADUREIRA, 16/01/1873). Observa-se a explicitação clara desse raciocínio num relatório de Frei Luis de Grava:

"... Certo de que em pouco tempo e talvez como facilidade não só a Província ficará livre de tais obstáculos, como poderia contar com mais este avultado número de braços hoje inúteis e bastante prejudiciais a sociedade que sendo bem aproveitados nos serviços rústicos prestariam não pequeno serviço ao país tão precisado na época presente em que a liberdade do elemento servil começa a refletir na economia e que podem ser considerados como mais próprios em relação ao clima do que qualquer povo europeu.

"E assim, no meu fraco entender, julgo que a colonização indígena deve ser protegida da melhor forma possível, pois também é a menos custosa ao estado. A minha asserção está baseada na observação e na experiência adquirida em dezenove anos de morada entre os índios, exposto a toda a sorte de sacrifícios e perigos". (GRAVA, 17/01/1873, ms).

A morte acidental de Frei Luis de Grava, afogado no rio Colonia, fez com que o projeto da Colonia Nacional fosse abandonado. Uma das razões alegadas foi a de que nenhum outro missionário ou administrador quizesse assumir a direção da Colonia, justificando-se com a afirmativa de ser composta de trabalhadores nacionais, não apresentando, para eles, possibilidades de progresso. Acreditamos, entretanto, que a razão fundamental tenha sido a de que a colonia já tinha também ultrapassado a sua fase inicial de estimuladora da concentração de mão-de-obra. O fato de já haver grande abundância de artigos inseridos no mercado regional e mesmo internacional, com o cacau, teria permitido o loteamento das terras entre as famílias.

Ferradas transformou-se, portanto, num núcleo de produtores de cacau que sofreu o processo comum, na área, de concentração de propriedade através de violento "caxixe". Nesse processo os antigos colonos foram transformados em assalariados rurais e os índios se engajaram de forma marginal como prestadores de pequenos serviços, nem sempre remunerados.

Os poucos remanescentes que mantiveram a sua identidade étnica foram, posteriormente, ou seja a partir de 1926, recolhidos à Reser-

va Indígena Caramuru e Catarina Paraguaçu, criada pelo governo do Estado e administrada pelo SPI interessado em afastá-los da área ocupada pelos cacauicultores, para os quais não mais apresentavam interesse como mão-de-obra, devido a pouco representarem em termos demográficos, se comparados à quantidade de trabalhadores nacionais já existentes na área e mais ajustados às exigências do modelo de exploração implantado.

Hoje Ferradas é um distrito do Município de Itabuna, na micro-região Cacaueira, com uma população de 8735 habitantes, distribuídos entre 3397 na zona urbana e 5328 na zona rural, vivendo basicamente do plantio de cacau. Representa 5,6% da população total do município (IBGE,V.I,1981:13), e não inclui qualquer grupo diferenciado como indígena.

A aldeia da Barra do rio Salgado com o Colonia ou Cachoeira nunca chegou a alcançar o desenvolvimento e a importância das duas aldeias anteriores. Parece-nos que a localização desse aldeamento seguiu os padrões tradicionais em sua instalação: garantia da paz nas estradas, criação de uma pequena localidade que produzisse excelentes alimentares para vender aos viajantes, além de concentrar trabalhadores para a abertura de estradas e sua conservação.

Ainda que não tenha sido possível identificar o grupo étnico ali instalado, (DÓRIA,1976,ms) cremos poder sugerir a possibilidade de serem Kamakã os índios aí aldeados devido estar localizado em área identificada como sendo habitat desse grupo. Viviam de agricultura de subsistência e eram tropa de apoio no combate aos Pataxô, acusados de assaltarem constantemente os tropeiros que usavam a estrada de Ilhéus para Minas. (MADUREIRA,12/10/1856,ms).

Acreditamos que este aldeamento deve ter sido uma vida administrativa muito curta, pois é citado pela primeira vez em 1853 e já a partir de 1861 desaparece dos documentos administrativos. Uma das razões prováveis para o insucesso foi o fato deste aldeamento estar situado numa região caracterizada por ser de transição do clima AM e AF, que não a tornava totalmente adequada ao plantio de cacau. Em área marginal à expansão, o aldeamento não mereceu os cuidados e investimentos do Governo Provincial; consequentemente, os índios tiveram que adotar como forma de sobrevivência a de se tornarem assalariados e sob tais circunstâncias, sofrendo um rápido

do processo de transfiguração étnica. Outra possibilidade, que nos parece também provável, por ser comum na região, é a de os índios terem migrado para outros aldeamentos mais prósperos e, portanto, capazes de atrair e justificar os investimentos governamentais.

O aldeamento da Barra do Salgado foi extinto legalmente pelo Decreto Provincial do ano de 1875, juntamente com os demais do município de Ilhéus, tendo ficado a Câmara autorizada a alienar as terras, que naquela ocasião já deviam estar ocupadas devido à migração dos indígenas para áreas onde se processavam investimentos governamentais e havia assistência de diretores-missionários.

A aldeia da Barra do Salgado tornou-se sede do município de Itapê, sendo homônima. Até hoje não conseguiu grande desenvolvimento em decorrência da sua não transformação em centro produtor de cacau, numa região voltada eminentemente para essas atividades. O município de Itapê pertence à micro-região Cacaueira, tendo uma população total de 18.217 habitantes, dos quais 11.617 na área urbana e 6.600, na área rural. A atividade econômica da região é mixta, cacau e pecuária. O município não apresenta distritos (IBGE, V.I, ' 1981:13) e não subsistem ali qualquer remanescente indígena.

O próximo aldeamento é o do Salto do Rio Pardo, situado na confluência do córrego do Nado com o citado rio, no limite entre os antigos municípios de Canavieiras e Ilhéus. Atualmente é o povoado de Angelim. Criado nas proximidades do Quartel do Salto do rio Pardo, objetivo desse aldeamento foi o de estabelecer os Botocudo em áreas próximas aos quartéis construídos para defesa das vias de circulação. Assim conseguir-se-ia atingir vários objetivos: sedentarizar grupos Botocudo e distribuição de lotes aos colonos, liberar os seus antigos territórios para a ocupação nacional, facilitar o comércio e a conscrição da mão-de-obra indígena para a instalação de infra-estrutura viária e agrícola, além do combate aos grupos não-aldeados da região, no caso os Pataxó além de outros subgrupos Botocudo.

O combate sistemático aos Botocudo na Bahia desenvolveu-se desde os primeiros momentos da colonização, quando ainda eram conhecidos por Aimoré e, posteriormente, por Gren. E, porém no século XIX que este combate se intensifica, e, no sul da Bahia, desde o início desse século. Os agentes desencadeadores desse processo foram

a Sétima Divisão Militar, além as tropas encarregadas da construção dos quartéis e da abertura das estradas ou rotas de comércio, além de particulares prestigiados e financiados pelo Governo.

No começo do século, o aldeamento de Botocudo mais antigo e já em fase final de desarticulação era o de Almada. Fundado por jesuítas, que os instalaram na região após os sangrentos combates que haviam mantido com os Tupiniquim e os colonos de Ilhéus, Porto Seguro e Santo Amaro, ele deixou de existir na prática quando da construção da estrada de Ilhéus para Minas Gerais. Parte da população foi deslocada para Ferradas, ou São Pedro de Alcântara, para trabalhar na obra, enquanto os demais foram abandonados à própria sorte, sendo assimilados, provavelmente, como trabalhadores. Wied-Neuwied afirma que quase todos os deslocados para Almada morreram.

"Almada, agora, apenas indica o local onde, há uns sessenta anos, se tentou fundar uma aldeia de índios. Uma tribo de descendentes dos Aimorés ou Botocudos, conhecida nos rios Itaípe e Ilhéus pelo nome de Guerens, consentiu que se fundasse um estabelecimento, com a condição de que lhes dessem terrenos e habitações. A proposta foi aceita; construíram-se casas e uma pequena igreja; um padre e vários índios do litoral vieram habitar a aldeia. Todavia, esse estabelecimento fracassou. Os Guerens morreram todos, com exceção dum velho chamado Manuel, e de duas ou três velhas. Ultimamente, levaram os índios do litoral para povoar a vila de São Pedro de Alcântara, que também está próxima do seu fim". (WIED-NEUWIED, 1958: 344).

Já Spix e Martius afirmam que os sobreviventes se encontravam em estágio adiantado de "integração" e exerciam atividades junto aos colonos:

"A região montanhosa de matas de Almada havia sido antes habitada pelos Guerens, uma tribo dos Botocudo, que, embora, em pequeno número, se podia obrigar a ocupar este ponto, em vez das matas do Rio de Contas. Também uns remanescentes Tupiniquins foram para aí transferidos pelos jesuítas; porém, essa colônia já estava, desde muito tempo, em decadência, e desapareceu completamente, quando em 1815, se abriu uma estrada de Ilhéus para o Rio Parão, e o resto da população foi removida para a recém-edificada vila de São

Pedro de Alcântara. Sua Alteza Real o Príncipe Maximiliano de Neu-wied, que dois anos antes havia visitado, na Fazenda de Almada, os solitários agricultores, encantando-os com o seu caráter amável e o seu estranho amor pela história natural, foi ainda testemunha ocular da existência desses remanescentes guerêns ali; depois disso, morreu o velho índio Manuel, e apenas alguns índios mansos, ' provavelmente da tribo dos tupiniquins, que já não sabiam mais falar a língua de seus pais, ficaram para servir de caçadores aos novos colonos". (SPIX e MARTIUS, 1976:162).

Esse antigo aldeamento foi depois transformado em colônia estrangeira sob a administração de Pedro Weyll, que trouxe 28 casais de alemães, que após inúmeros percalços tornaram-se proprietários, porém noutra área, o Banco da Vitória. (LIRA, 1982).

Mas o aldeamento do Salto do Rio Pardo surgiu como decorrência da política de implantação e estruturação de vias de comércio entre Minas Gerais e o litoral da Bahia. Dentre os vários quartéis construídos nas margens dos rios, um dos últimos a serem instalados ' foi o do Salto do Rio Pardo. O trabalho foi realizado no início ' de 1850 pelo engenheiro Inocêncio Veloso Pederneiras, que considerava os moradores da região como pouco perseverantes nas atividades econômicas e no combate aos índios. Considerava que a obra ' que iniciava iria resolver os principais problemas regionais: promoção da ocupação dos terrenos do médio curso do rio, tidos como de excelente qualidade, o que garantiria boas oportunidades aos migrantes nordestinos que precisavam abandonar as terras áridas que ocupavam até então; e a criação de uma colônia nacional na região. Tal colônia deveria atender as seguintes premissas: introduzir habitantes na região; reorganizar e reativar o comércio local; e ' dar apoio à catequese, que até aquele momento não tinha atingido os objetivos propostos de liberação de terras e rotas de comércio. (PEDERNEIRAS, 1854, ms).

O autor do relatório acima citado achava que a estrada, que tam- ' bém deveria ser aberta pelo rio Jequitinhonha, deveria ter priorida- ' de sobre a do Pardo. Esta última era considerada uma promessa futura, já que se destinaria a uma realização ainda em fase de planejamento. Já a outra atenderia a uma realidade concreta, já existente, de um comércio florescente e que, portanto, justificava a curto prazo o investimento realizado. Algumas dificuldades eram

apontadas pelo engenheiro para a realização da obra: inicialmente o fato do curso do Pardo ser bastante sinuoso, o que tornava quase impossível a construção de uma estrada marginal, os constantes ataques dos índios, e as grandes enchentes do rio.

O trabalho realizado na área partiu da vila de Canavieiras, de onde foi aberta uma picada até a região do Salto do rio Pardo. Em chegando ao local, abriram-se dois roçados, um destinado a construção do quartel e outro para o aldeamento para o qual deveria, posteriormente, ser deslocado um missionário, que se encarregaria de "pacificar" os índios locais. Também foi construído uma roça que deveria prover de alimentos os soldados do quartel e os índios do aldeamento (PEDERNEIRAS, 1854, ms).

O núcleo inicial de povoamento do novo aldeamento foi estabelecido com a transferência dos Mongoyós, antes sediados na foz do Catolê com o Pardo. Este núcleo inicial deveria servir de base para a atração futura dos Botocudo, principal objetivo da construção do quartel nessa área. A tarefa foi realizada conjuntamente pelo engenheiro e por um missionário. Para tal tarefa foi designada uma verba especial, como se pode depreender do seguinte documento:

"Para levar-se a execução o estabelecimento de aldeamento de indígenas no Salto do Rio Pardo, conforme indicara o Major de engenharia Inocêncio Veloso Pederneiras, que já seguiu para o dito rio, deve-se remover para ali a aldeia dos Mongoyós, que está na margem do mesmo rio, onde faz barra o riacho Catolê. Já se obteve do Governo Imperial a faculdade para remover-se a dita aldeia a pedido do missionário respectivo ou indo este com alguns indígenas promover o aldeamento dos que infestam as matas do referido rio. Peço, portanto, a V. Exa. que mande por a minha disposição 3\$000 da consignação distribuída pelo Governo Imperial para esta província, a fim de que eu possa habilitar o dito major e o missionário a fazerem as despesas necessárias com a remoção da aldeia de Catolê e com o estabelecimento da nova aldeia do Salto do rio Pardo, p
contas do que despendarem (MADUREIRA, 7/5/1853, ms).

A opção pela atração dos índios "hostis" parece ter predominado devido à resistência dos mongoyós em se transferirem do seu aldeamento e em viverem com os Botocudo. A dificuldade mais grave enfrentada para a implantação do projeto de ocupação da área era

a carência de missionários que gerissem adequadamente os aldeamentos locais. Os pedidos eram constantes, inclusive, com a sugestão de que um mesmo frade exercesse a atividade em mais de uma aldeia, apesar da distância e dificuldade de comunicação entre os vários pontos, das rivalidades que se estabeleciam entre os grupos assistidos por um mesmo missionário, e dos abandonos temporários dos grupos, quando os diretores religiosos vinham resolver problemas na Prefeitura de Salvador ou eram transferidos:

"Participo a V. Exa. que há grande urgência de diretor especializado para os indígenas Botocudos, que em número de 150 existem aldeados nas margens do rio Pardo, sendo o mais próprio para este emprego o capuchinho Frei Joaquim de Colorno. Deve V. Exa. mandar dar-lhe a gratificação mensal de 20\$000 pelo cofre provincial e a quantia de 200\$000 de consignação. Destinaremos ainda pequena verba da Tesouraria Geral para a ajuda de custo para suas viagens e para a construção de algumas choupanas para algumas famílias que ainda não as tem na barra que faz no rio Pardo o riacho Catolê, onde presentemente se encontram os ditos Botocudo acéfalos sem uma pessoa que trate de sua civilização, porquanto estando desta tarefa encarregado o Frei Antônio de Falerno foi retirado por ordem de seu Prefeito que o chamou para o Hospício da Piedade desta cidade.

"A saída deste benemérito religioso pôs em consternação os Botocudos, quinze ou vinte dos quais desceram até Canavieiras em procura de transporte para irem reclamar a restituição de seu pedagogo, e não achando aí quem consentisse na tão imprudente pretensão, tentaram embarque nas terras de Una e Poxim e afinal voltaram para a barra que faz o riacho Catolê, onde tem plantações, mas onde não poderão permanecer tranquilos sem um diretor zeloso, que lhes inspire confiança e respeito como o dito Frei. Senão ocorrer tal facto, voltarão para as brenhas.

"A conversão dos Botocudos neste ponto da margem do rio Pardo será muito conveniente à comunicação que está incumbido de realizar o Major Pederneiras pela margem do dito rio entre esta província e a de Minas. Desligada esta aldeia da direção de Frei Antônio de Falerno, que reside na aldeia dos Mongoyós de Santo Antônio da Cruz, no lugar chamado Cachimbo, deve ter por diretor o proposto Frei Joaquim de Colorno porque os Botocudos têm alguma rivalidade

com os Mongoyós e ciúme da residência que faz entre estes o missionário. Por isto vivem pouco satisfeitos com o dito missionário 'Frei Antônio de Falerno, aliás, capelão dos Mongoyós...' (MADUREIRA, 28/5/1853, ms).

Apesar de todos os argumentos, ainda demorou a nomeação de um missionário para a nova aldeia, como podemos ver neste documento:

"Torna-se de grande urgência a ida de um missionário para o Salto do rio Pardo a fim de chamar à civilização por meio de catequese' os indígenas selvagens que infestam as matas próximas à margem 'do dito rio e mesmo dirija os Botocudos aldeados, conforme indica o Major Pederneiras, visto ter o Prefeito dos capuchinhos mandado retirar Frei Joaquim de Colorno, que deveria dirigir os ditos Botocudos deixando que continuassem acéfalos.

"Consta-me que chegou do Norte, o capuchinho Frei Luis de Grava , o qual não fará falta ao hospício, como me informou o Prefeito. 'Convinha, pois, requisitá-lo para a missão do Salto do rio Pardo, se V. Exa. houver por bem aprovar esta indicação e dirigir ordens ao Prefeito". (MADUREIRA, 5/10/1854, ms).

A alternativa encontrada para atender a esses problemas, era a nomeação provisória de religiosos não-presbíteros como forma de tentar complementar o quadro sempre carente de missionários, embora funcionassem como auxiliares dos missionários-presbíteros. Mais 'uma vez as dificuldades enfrentadas para a nomeação de missionário e a construção da estrada que marginava o rio Pardo, levando a outras soluções, determinou o abandono do aldeamento. Os Mongoyós 'voltaram para o seu aldeamento de origem e os Botocudos conquistados foram deslocados para a Barra do Catolé, como se pode constatar:

"... Daí foram para a Barra do Catolé e foram seguidos por um missionário, o qual depois seguiu para a aldeia de Cachimbo, levando um ano fora da Barra dos Catolés. Carecem, pois, os Botocudos de um diretor tenha o título que tiver, ou de ajudante ou subdiretor além do missionário que passa metade do ano na povoação de Cachimbo para atender os Mongoyós, além de ter que acudir a outros lugares do rio Pardo para atender ao Major Pederneiras, quando de suas instruções ou onde aparecem selvagens". (MADUREIRA, 29/10/1855 , ms).

A partir desse momento, o destino dos Botocudo e Mongoyó do Salto do rio Pardo confunde-se com o dos demais grupos algonquinos na aldeia do Cachimbo e da Barra do Catolé. A razão fundamental dessa situação decorre do insucesso do projeto viário pelo rio Pardo, nos moldes pensados pelo Major Pederneiras. Manteve-se, entretanto, o destacamento do Salto do rio Pardo, que serviu de núcleo para o surgimento de pequena povoação, especializada em atividades comerciais e de subsistência.

Talvez a localização do aldeamento, na margem direita do rio Pardo, o único, aliás, tenha influenciado na decisão de abandonar esse aldeamento. A via mais utilizada acompanhava a margem esquerda do rio, onde se localizavam os demais aldeamentos, a ocupação era mais intensa e o caminho mais curto. O eixo de apoio utilizado para estas viagens era o rio Colonia ou Cachoeira, enquanto ao sul se incrementavam os caminhos às margens do rio Jequitinhonha. Outra dificuldade era resultante das dificuldades da foz do rio Pardo, que tornava impossível o acesso ao mar. Realizaram-se várias obras na área, como a construção de numerosos canais, como o da Salsa pelo rio do mesmo nome, não eliminando, entretanto as dificuldades existentes, o que teria levado à opção pelo rio Colonia ou Cachoeira, ao norte, como via de penetração do litoral para o interior. Estradas foram abertas ligando o rio Colonia à margem esquerda do Pardo, o que permitia o posterior acompanhamento do seu curso.

Hoje o antigo aldeamento do Salto do rio Pardo é uma povoação do Município de Potiraguá, Angelim, pertencente à micro-região da Encosta do Pico de Conquista e tendo como atividades básicas a agricultura cacaueteira, apicultura, devido às características locais de faixa de transição entre o clima MI e IM. (IBGE.V.I:1981:13). Tem 11.146 habitantes, sendo 4.181 na área urbana e 6.962 na área rural.

O aldeamento mais próximo do Salto do rio Pardo era o da Barra do Catolé. Como já foi indicado, o dito aldeamento ficava à margem esquerda do rio Pardo, na foz do rio Catolé. A primeira notícia sobre o grupo de Botocudo pacificado na região do Pardo, que seriam mais tarde situados na Barra do Catolé, revela claramente que eram índios que já haviam sido aldeados anteriormente e que, devido à desativação dos antigos aldeamentos, ou ao simples abandono por falta de estímulos para continuar com sua administração, foram

deslocados para lá. O seguinte documento torna isso evidente:

"Dizem os Botocudos, moradores nas margens do rio Pardo e suas adjacências, que desejando eles, os suplicantes, de se reunirem na sua primitiva terra situada entre o riacho Catolê e o de São Pedro, e ali na beira do mesmo rio formarem a sua aldeia e coadjuvarem com sustento a braços, os canoeiros da importantíssima navegação do rio Pardo. Portanto, pedem a V. Exa. que seja servido conceder aos suplicantes uma légua de terra no lugar acima especificado entre o lado direito e esquerdo do rio Pardo para sua lavoureira" (ABAIXO ASSINADO DOS ÍNDIOS BOTOCUDOS DO RIO PARDO, 4/8/1849;ms)

No mesmo ano, após terem sido autorizados a escolherem as terras onde deveriam se instalar, tres Botocudos se deslocaram para a região em que solicitaram os terrenos para a futura instalação do seu aldeamento. Iniciaram o trabalho de derrubada da mata e preparo das roças no local para onde deveriam se transferir os demais membros da comunidade, que naquele momento se encontravam refugiados no Riacho d'Água, na jurisdição da Vila de Vitória. (PANICALE, 1849,ms).

As terras para as quais se trasladaram os Botocudos, eram consideradas férteis, salubres, desertas e de importância estratégica para o sucesso do comércio pelo rio Pardo. O órgão responsável pela administração dos aldeamentos da Bahia, no entanto, ignorava o número de índios que iriam para o local. (RELATÓRIO DO DIRETOR GERAL DOS ÍNDIOS, 26/11/1849,ms).

Essa pretensão dos Botocudos estava em concordância com os projetos do Governo Provincial, que por considerar a zona do sul da Bahia como de vital importância para o desenvolvimento econômico da província, afirmava a todo o instante a necessidade da criação de novas aldeias nas áreas do Pardo, Jequitinhonha, Prado e Mucury (LIMA, 30/06/1853,ms). Uma das justificativas para a implantação dessas novas aldeias era as notícias constantes de ataques com furto e pilhagem às fazendas locais. Porém, a grande dificuldade continuava sendo ainda a nomeação de missionários que efetivamente dirigissem os novos aldeamentos (MADUREIRA, 28/05/1853,ms). Podemos comprovar as dificuldades enfrentadas neste documento:

"Acuso a recepção do officio de V. Exa. datado de 11 do corrente, ao qual respondendo tenho a dizer a V. Exa., que, na actualidade,

não me é possível satisfazer aos desejos de V. Exa. e das autoridades locais por não ter indivíduo algum disponível. O indicado pelo Diretor Geral dos Índios para trabalhar na área do Pardo, responderá por si mesmo a V. Exa.

Igualmente tenho a dizer que se não estiver errado, a vila do Pardo é pertencente ao bispado do Rio de Janeiro e sendo como eu penso pertencente à Prefeitura do Rio de Janeiro a obrigação de fornecer o missionário necessário. Mas, sendo que ela está em penúria, assim como a daqui, penso em pedir pelo primeiro vapor ao comissário que me remeta o seu beneplácito conforme a promessa feita para me mandar da Itália todos aqueles de que nos precisamos diretamente para nos ou para aquela província. Para se poder efetivar tudo isso, é necessário que V. Exa. expresse por ofício a quantia que determina para isso e quantos missionários quer, a fim de que eu possa obter com segurança e dar a comissão necessária. É o quanto tenho a dizer a V. Exa., que Deus guarde por muitos anos". (PANICALE, 19/10/1853).

No mesmo ano, chegou à Prefeitura da Bahia Frei Luis de Grava, que imediatamente foi transferido para a região do Pardo, após receber dotação especial de 300\$000 da Tesouraria Geral. (PANICALE, 28/10/1853, ms).

A implantação dos trabalhos no novo aldeamento fez-se com grande rapidez, de modo que já no ano seguinte Frei Luis de Grava solicitava ao Diretor Geral dos Índios a indicação de um ferreiro "que fabrique e conserte ferramentas das aldeias do rio Catolé, a dos Mongoyós dirigida por Frei Rainero de Ovaia e a dos Botocudos, dirigida por Frei Luis de Grava, e vá ensinando aos índios aborígenes este ofício tão necessário aos lavradores, como representa o Prefeito da Piedadade."... (MADUREIRA, 13/12/1854, ms),

Já em 1855, no relatório apresentado pelo Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província, a aldeia de Barra do Catolé era assim descrita:

"Contêm 125 indivíduos catecúmenos regidos por um missionário capuchinho italiano, Frei Luis de Grava, o qual vence a cômputo de 620\$000 pelo cofre geral. As terras não estão medidas e como não têm vizinhas, não se sabe a extensão que elas poderão ocupar. Estes indígenas são trabalhadores e têm plantado muita mandioca e

outros artigos de alimento". (MADUREIRA, 31/I/1855;ms).

No mesmo ano o aldeamento da Barra do Catolé foi envolvido no projeto de construção da estrada entre Ilhéus e Minas Gerais, que estava sob a responsabilidade do engenheiro Inocêncio Veloso Pederneiras. A ida do Major-Engenheiro para a Corte, obrigando-o a abandonar a obra, resultou na entrega da obra aos missionários-diretores dos aldeamentos locais. A estratégia adotada foi a de fazer com que cada agrupamento construísse a parte da estrada que ligaria um aldeamento ao outro. Era uma forma de engajamento compulsório da mão-de-obra indígena na implantação da infra-estrutura viária, o que garantiria economia sensível de recursos, que de outra forma seriam dispendidos em maior volume com a contratação de nacionais. O argumento a favor de tais medidas era a de incrementar a civilização dos índios, já que assim aprenderiam com mais rapidez ofícios "civilizados", além de estimularem o contacto com nacionais, levando-os à aquisição de novos hábitos. Na realidade, a medida inseria-se também no quadro da política indigenista mais amplo, que estimulava o afastamento dos índios dos seus territórios, o que provocava grave desarticulações na sua organização social, econômica e política, levando-os a um processo de descaracterização mais rápido. Posteriormente essas transformações serviriam de justificativa para a eliminação do aldeamento, e, consequentemente, a incorporação individual e definitiva dos índios como trabalhadores braçais assalariados ao mercado local, e da de suas terras ao patrimônio público; ou ao de particulares, caso já houvesse colonos na região, restando aos índios, no máximo, o direito ao acesso de alguns lotes familiares.

O argumento usado mais uma vez era o de que promovendo a ligação entre as aldeias facilitaria o socorro mútuo de víveres em caso de doenças, ou de ataques de outros índios, não aldeados, como podemos comprovar no trecho do primeiro texto abaixo apresentado e na íntegra do segundo, no qual, inclusive é explicitado o pagamento fornecido aos índios que trabalhavam na abertura das estradas:

..."Julgo muito urgente a abertura dessa estrada de Ilhéus para as Minas, principalmente aquela que comunica a aldeia de São Pedro de Alcântara com a de Catolé, ficando a administração deste serviço' a cargo do muito enérgico e zeloso missionário de São Pedro de Alcântara, Frei Vicente Maria de Arcoles, podendo ele dispendir até

400\$000, que receberá aliamentados e o mais que for possível no resto do corrente exercício. O trabalho se estenderá nas dezoito lêguas que há entre as ditas aldeias, cujo isolamento é muito prejudicial aos indígenas, como aconteceu em janeiro do ano passado ' que não houve meios de socorrer aos índios de Catolê atacados de peste e fome senão pela estrada de Nazareth à Vitória e desta a Catolê numa distância de sessenta lêguas. Entretanto, se esta estrada aberta pelo Coronel Felisberto Gomes Caldeira estivesse em bom estado de conservação teria sido mais fácil ao missionário da aldeia de São Pedro de Alcântara, provido de farinha e legumes, socorrer à outra no espaço de dois dias porque não passa de dezoito lêguas a distância entre uma e outra aldeia. Peço, pois, a V. Exa. a autorização para fornecer os 400\$000 ao dito missionário e en-'carregã-lo de melhorar a estrada entre as duas aldeias com esta ' quantia e com o mais que for necessário neste exercício.

"Da mesma sorte é indispensável abrir comunicações entre a aldeia de Catolê, em que estão os Kamakã, sob a direção de Frei Rainero de Ovada, e a de Botocudos da Barra, que no rio Pardo faz o mesmo riacho Catolê, sob a direção de Frei Luis de Grava, cuja a energia e disposição afiançam trabalhos muito proveitosos". (MADUREIRA, 25/04/1855;ms).

"Representei ao Exmo. antecessor de V. Exa. que era necessário au-'torizar aos missionários das aldeias de São Pedro de Alcântara, e de Catolê e o da Barra do Catolê a abrirem comunicação fácil entre as ditas aldeias para se prestarem mútuos socorros e facilitar o comércio entre Conquista e Minas pelo rio Pardo e fui autoriza-'do a fornecer 400\$000 ao missionário de Ferralvas ou São Pedro de Alcântara, e 300\$000 ao da Barra do Catolê, no rio Pardo para os trabalhos nestas estradas por ofício de 27 de abril pretérito.

"Faltou-me propor a quantia que deveria ser fornecida ao Frei Rainero de Ovada, missionário da aldeia de Catolê, com a qual tem de comunicar-se ambas as outras ditas estradas. Proponho, portanto, ' que V. Exa. autorize-me a fornecer-lhe 94\$000 que é quanto poderá ele gastar com economia nos meses de maio e junho deste ano.

"O diretor da nova aldeia de Santa Rosa estabelecida na estrada ' que abriu em 1850 da Casca para a Conquista, representou-se verbal-'mente em Valença e disse-me que era necessário cuidar com pronti-

dão da conservação da dita estrada na extensão de 9 léguas porque a vegetação espontânea do lugar vai tornando inútil o serviço que se fez e se obrigava a fazê-lo com vinte índios diariamente, dando-lhes apenas uma ração de farinha na razão de cem réis e dez libras de pólvora e chumbo para caçarem e fazerem provisões de caça. Nos meses de maio e junho a despesa das rações não pode exceder ' de 100\$000, os quais podem sair assim como os 94\$000 que peço para o serviço da estrada de Catolê. O dinheiro deverá ser retirado daquele que estava destinado para ser aplicado para os misteres ' das estradas do sul da província que o Major Pederneiras não pode em pregar por ter ido para a Corte. Esta quantia foi retirada, por ordem da Prsidência, da verba da catequese e do Cofre Geral. As dez libras de pólvora e chumbo poderia V. Exa. mandar fornecer ao dito diretor João de Souza Santos pelo Cofre Provincial, caso se esgotem os dois contos de réis do Cofre Geral. (MADUREIRA, 4/3/1855, ms).

As enchentes do rio Pardo obrigaram Frei Luis de Grava a retirar ' os índios da Barra do Catolê, levando-os mais para o interior, onde foram acometidos de malária, sendo tratados com remédios homeopáticos comprados em Salvador. O abandono do aldeamento implicou em sérios prejuízos já que, na fuga desordenada, abandonaram as ' suas ferramentas de trabalho, que teriam sido apanhadas pelos grupos não-aldeados ao visitarem a área do aldeamento abandonado provisoriamente (MADUREIRA, 5/7/1855; ms).

No mesmo ano alguns Botocudos, que viviam até então no aldeamento de Cachimbo, mudaram-se para a Barra do Catolê ao serem abandonados pelo seu missionário Frei Joaquim de Colorno, que por não ser presbítero era supervisionado por Frei Francisco de Falerno. Como Frei Luis de Grava precisasse visitar outra aldeia, os índios voltaram para o Cachimbo, mas ao encontrarem ali o missionário vivendo com brasileiros, voltaram mais uma vez para a Barra do Catolê. (MADUREIRA, 29/10/1855; ms).

O surgimento de índios Botocudos na área da vila do Prado criou ' um sério impasse quanto ao destino dos recém-contactados. Uma opção era a de criar novas aldeias na zona do Jequitinhonha, e outra a de efetivar a transferência dos Botocudos para a aldeia da Barra do Catolê, onde passariam a viver sob a administração de Frei

Luis de Grava, juntamente com os outros já aldeados anteriormente. (MADUREIRA, 20/10/1856;ms).

Porém, o surgimento constante de grande quantidade de índios não-aldeados às margens do rio Pardo, determinou com que se abandonasse a idéia de os trazer do Prado para a aldeia de Barra do Catolê. Em compensação, o missionário deste aldeamento foi encarregado de promover o contacto e aldear os índios dessa área:

"Sobre a petição do Major Inocência José de Castro da Vila de Canavieiras na qual requisitada uma força militar e a licença para dar entradas nas matas da margem do rio Pardo e correr com os selvagens que as ocupam e muitas vezes delas saem para hostilizar os fazendeiros, o que tenho a informar, em execução do despacho de V. Exa. de 19 de maio, que hoje foi-me apresentado por parte dos suplicantes, é o mesmo que há um ano passado informei contrariamente no ofício do juiz municipal e o delegado da dita vila de Canavieiras. Nele requeria iguais meios de violência contra os selvagens, pronunciando-me contra a ressurreição deste reprovado sistema de tratar os indígenas com hostilidades ou de chamá-los por força à civilização.

"A catequese por meio dos missionários capuchinhos é o meio mais eficaz de aliciar os indígenas e o que a humanidade aconselha. Pode V. Exa. mandar que o missionário da aldeia dos Botocudos, estabelecido na barra que faz o riacho Catolê no dito rio Pardo, Frei Luis de Grava, passe aos lugares indicados pelo suplicante e acompanhado de alguns moradores que vão pacificamente sem ânimo de hostilizar os índios com o prestégio da religião católica a se aldearem e viverem pacíficos. A ida de Frei Joaquim de Colorno para a aldeia de Catolês a fim de servir de ajudante do dito missionário e substituí-lo em suas periódicas ausências teve em mira facilitar sem prejuízo da aldeia dos Botocudos, a missão mais profícua do dito Frei Luis de Grava que é a de percorrer as margens do rio Pardo, infestada de selvagens e tentar a catequese e aldeamento de algumas hordas. Neste caso, estão as de que o suplicante queixa-se. Esta deve ser em minha opinião a providência, contudo, V. Exa. lhe defirirá como achar mais conforme à tranquilidade dos fazendeiros sem ofensa da humanidade que se deve respeitar nas pessoas dos indígenas que têm igual direito a sua conservação". (MADUREIRA, 30/5/1856;ms).

Os problemas começaram a surgir para o aldeamento da Barra do Catolê com o abandono sofrido pelos índios com a retirada de Frei Luis de Grava, que considerava mais interessante o exercício de sua atividade junto aos nacionais (MADUREIRA, 19/12/1856;ms). A solução encontrada foi a de efetivar o ajudante, Frei Joaquim de Colorno, como efetivo administrador da Barra do Catolê, devendo Frei Luis de Grava, temporariamente, assistir as aldeias da Lagoa do Rio Pardo e a de Catolê, além daquela da Barra. (MADUREIRA, 24/7/1857;ms). As atividades desenvolvidas continuavam a ser basicamente as da agricultura, corte de madeira, serviços como remeiros aos viajantes do Pardo.

Devido a política aplicada à área, que promoveu a rápida desintegração das comunidades indígenas locais, o aldeamento de Barra do Catolê foi extinto, na prática, quando seus objetivos foram atingidos: a incorporação dos índios, como trabalhadores, e das terras como futura área de expansão para os colonos, que já começavam a plantar cacau nas margens do rio Pardo. Supomos que aqueles índios que porventura não se integraram como trabalhadores assalariados foram transferidos para outros aldeamentos da região: Salto do rio Pardo e Santo Antônio da Cruz (LIMA, 1856,ms), o que implicava em economia já que reduzia o número de congruas pagas a missionários. Barra do Catolê é hoje uma pequena povoação do município de Itapetitinga, pertencente à micro-região Pastoril de Itapetitinga, sobre a qual não temos maiores informações ou dados estatísticos.

A aldeia mais próxima desta é a de Catolê, situada na foz do riacho Catolezinho com o Catolê. Era habitada por índios Mongoyô e situava-se na estrada entre Ilhéus e Minas Gerais, da qual foram os principais construtores.

Esta aldeia foi contruída no início da década de 1820, provavelmente por inspiração de Antonio Dias de Miranda, que após combater duramente os Kamakã e os Mongoyô da região de Vitória da Conquista, criou aldeamentos na margem esquerda do rio Pardo. Mais uma vez os objetivos a serem alcançados pelos aldeamentos eram o de liberar a área para a expansão econômica de seus conquistadores, e preparar os índios, em espaço apropriado e sob direção adequada, para o exercício das atividades consideradas prioritárias para o desenvolvimento da região. Considerava-se que a presença em grande

número de indígenas mais que justificava a criação e manutenção dos aldeamentos locais, considerando-se os grandes serviços que poderiam prestar na abertura e conservação da estrada, o fornecimento de gêneros alimentícios aos viajantes, o combate aos demais índios não-aldeados (como os Botocudo e Pataxó), além do seu uso por particulares em serviços que interessavam diretamente ao desenvolvimento das propriedades.

O uso indiscriminado do trabalho indígena, os problemas de saúde, a desagregação social resultantes da orientação da política indigenista determinaram com que em 1852 se pensasse na possibilidade de extinção desta aldeia. Os índios que ali residiam, e que em 1850 eram computados em 150 "ainda quase todos selvagens" (MADUREIRA, 10/01/1851, ms), deveriam ser deslocados para a aldeia de Santo Antônio da Cruz, com o que se obteria economia de recursos (MADUREIRA, 3/11/1852, ms). Podemos também pensar, embora não haja dados, na possibilidade de pressões exercidas por proprietários locais.

No mesmo ano de 1852, deu-se a nomeação de um novo missionário, e os estímulos criados com as modificações econômicas, resultantes da intensificação do comércio entre Minas e o litoral baiano, tornaram obsoleta a decisão de transferir a população do aldeamento. Novas solicitações de verbas foram feitas e atendidas, demonstrando claramente o interesse do governo provincial em manter em funcionamento de Catolê:

"Frei Rainero de Ovada, missionário dos índios da aldeia de Catolê, requer a diária de \$500 para um indivíduo que o ajuda incessantemente na direção dos trabalhos agrícolas a que precisa acostumar os índios e na catequese e ensino da doutrina cristã. Sou de opinião que é muito necessário esse ajudante e que sirva principalmente de feitor para os trabalhos de campo, nos quais os índios, que são muito indolentes, e não prosperam senão aguilhoados por um feitor que os não deixe nem por um momento durante o serviço. A diária de \$500 é módica e deve ser concedida, visto que a verba de catequese e civilização dos índios tem sobras no corrente ano. Por esta última razão parece-me conveniente que V. Exa. mande dar ao dito missionário a ajuda de custo de 80\$000, que ele disse-me pretendia pedir para a sua viagem, pois é uma justa remuneração das privações que tem passado este missionário desde

que tomou posse da missão de catequisar os Kamakã e Mongoyô em sítios tão ermos e desprovidos até do necessário à subsistência por tão minguada cônica" (MADUREIRA, 9/11/1852, ms).

Uma das razões do medo e dificuldades alegadas constantemente pelo missionário era o isolamento em que vivia o aldeamento. Considerando sempre a possibilidade de serem atacados por outros grupos indígenas da região do Pardo - Kamakã, Botocudo e Pataxô - vários dos indicados pediram a sua transferência para outro centro mais próximo dos povoados nacionais ou de quatês, ou mesmo de outros aldeamentos de onde pudessem receber socorro em caso de ataque (WANDERLEY, 1/3/1853, ms).

A carência de missionários para atenderem simultaneamente aos aldeamentos já solidificados e às novas frentes de conquista e catequese de índios, determinava com que propostas de fusão de aldeias fossem uma constante na correspondência administrativa governamental. Assim, por exemplo, em 1853 o Diretor Geral dos Índios da Bahia propunha que se transferisse a população do aldeamento de Santo Antônio da Cruz para Catolê na tentativa de liberar um frade capuchinho, que deveria seguir para as matas do Prado, onde deveria catequisar um grupo de indígenas que estariam "infestando" a região e pondo em risco suas possibilidades de desenvolvimento. (MADUREIRA, 4/11/1853, ms)

Porém, a importância do aldeamento de Catolê numa região que começava a ter grande relevância, devido ao comércio estabelecido entre Minas Gerais e o litoral da Bahia, determinou que a Diretoria Geral dos Índios optasse, no ano seguinte, pelo aumento da cônica do missionário que ali trabalhava, como forma de garantir a sua fixação. Oferecia-se ainda a contratação de um ferreiro que deveria atender os dois aldeamentos do rio Catolê. As funções previstas para este ferreiro eram não só as de fabricar as ferramentas necessárias às atividades dos índios, como também as de ensinar os índios o exercício desse "ofício tão necessário aos lavradores" (MADUREIRA, 13/12/1854, ms).

Em 1855 a aldeia de Catolê é descrita como tendo uma população de 106 Mongoyô, vivendo em terras não medidas, das quais, por não terem vizinhos, se desconhecia a extensão, já que os seus limites eram a mata virgem sobre a qual ninguém tinha domínio. O futuro previsto para o aldeamento era o de se tornar um centro

... alimentos, o que lhes permitiria exercer uma das funções pensadas para os aldeamentos locais, a de servir de ponto de apoio e centro de alimentação para as tropas de comércio (MADUREIRA, 31/01/1855, ms).

Em 1855, a retirada do Major Pederneiras determinou que a verba que lhe havia sido designada para administração foi distribuída entre os missionários dos aldeamentos de Ferradas e os de Catolê, inicialmente, a fim de que estes, mobilizando estes recursos e a mão-de-obra indígena de que dispunham, construíssem a estrada (MADUREIRA, 25/04/1855, ms). Mais tarde, por sugestão do Diretor Geral dos Índios, também o aldeamento de Barra do Catolê foi envolvido no processo de construção dessa estrada, elemento essencial para a expansão dos grupos nacionais e a desarticulação das comunidades indígenas que ali residiam (MADUREIRA, 4/3/1855, ms).

Os investimentos aumentavam no aldeamento de Catolê, o que indica que a aldeia continuava a representar um papel importante para a incorporação da área ao domínio da sociedade nacional. Em 1855 foi solicitada verba pelo missionário para "a construção de um engenho ca para fazer rapaduras e mel das canas que os Índios têm plantado" (MADUREIRA, 5/07/1855, ms). Foi solicitada também verba para a compra de um tacho de cobre para cozer rapaduras, no que foi atendido, considerando-se que tal aldeamento deveria se tornar auto-suficiente e, se possível, gerador de recursos que seriam administrados pelo missionário e aplicados quase sempre na construção de igrejas, capelas, paramentos religiosos, melhoria de caminhos e estradas ou compra de roupas para os Índios (MADUREIRA, 5/12/1855, ms).

No ano de 1856 o aldeamento de Catolê é indicado como tendo 93 indígenas e mais uma vez é apontado o receio dos missionários de que ataques de Índios "bravios" colocassem em risco suas vidas e a dos Índios. Apresentava mais uma vez a sugestão de extinguirem o aldeamento e transferirem a população para os aldeamentos de Santo Antônio da Cruz ou Ferradas. No entanto, por considerar-se a região como prioritária para o desenvolvimento da Província, e de extrema importância o trabalho de acomodação desenvolvido pelos missionários nos aldeamentos, a opinião do Governo Provincial foi mais uma vez contrária à solicitação dos missionários (LIMA, 14/05/1856, ms).

Podemos observar que, no caso específico de Catolé e aldeias circunvizinas, um dos principais elementos de oposição à manutenção dos aldeamentos era a insistência dos missionários em sua eliminação, o que justificaria a sua liberação para o trabalho junto as comunidades nacionais, objeto preferencial de sua missão, cremos mesmo que, muitas vezes, a ânsia de trabalharem em núcleos urbanos nacionais, onde as condições de vida eram mais fáceis, fazia com que alterassem observações e dados da realidade vivida pelos aldeamentos, no sentido de mais rapidamente conseguirem sua extinção e assim serem liberados. Nisso, não eram atendidos porque a orientação dominante na época foi a de que "a catequese por meio dos missionários capuchinhos é o meio mais eficaz de aliciar os indígenas e o que a humildade aconselha" e de que seriam capazes com o "prestígio da religião católica levarem-nos a se aldearem e viverem pacíficos" (MADUREIRA, 30/05/1856, ms).

Apesar das dificuldades geradas com a redução da verba de catequese para a Província da Bahia - no exercício de 1852/53 a dotação havia sido de 4:000\$000 e no ano de 1854/55 ficou em 2:000\$000 (MADUREIRA, 15/09/1856; ms), o governo provincial sempre procurou encontrar formas alternativas que permitissem suprir as necessidades de investimentos nas estradas que os índios construíam sob a direção dos missionários. Assim, nesse mesmo ano foi destinada uma verba suplementar de 700\$000 para a construção de pontes necessárias na estrada Ilhéus-Minas Gerais e 500\$000 para a conservação dos trechos já abertos em anos anteriores (MADUREIRA, 30/09/1856; ms). A solução encontrada em termos administrativos foi a de recolher a renda dos aldeamentos do norte da Província, que já se encontravam parcialmente arrendados a não-índios para aplicação nas áreas consideradas prioritárias (MADUREIRA, 20/10/1856; ms). Alternativas deste tipo é que nos permitem concluir que a catequese não representava ônus direto para os Governos Provinciais, mas podiamos mesmo funcionar como mecanismos gerador de recursos aplicáveis em investimentos de grande interesse para a sociedade nacional, fosse pelo uso das terras das comunidades em estágio mais adiantado de contacto, ou pela apropriação do trabalho indígena em troca de alimentação precária, ferramentas e material para o exercício da caça. Algumas vezes, os recursos para a continuação das estradas eram retirados da economia feita com a exoneração de um missionário e a extinção

de aldeamentos, dos quais a população era transferida para outro aldeamento situado em ponto mais estratégico em termos econômicos, e, ou, militares, e que por isso mesmo não podia ser desativado ' nesse momento (MADUREIRA, 19/12/1856;ms).

As medidas adotadas de contenção de despesas, aliadas às dificuldades de nomeação de missionários suficientes, determinaram no ano de 1857 a saída do missionário de Catolê para substituir o de Ferradas, que havia se retirado para Salvador. Assim ficou apenas um missionário para atender aos aldeamentos de Barra do Catolê, Lagoa do Rio Pardo e Catolê, o que facilitou o avanço da comunidade nacional sobre as terras da comunidade (MADUREIRA, 24/07/1857;ms). O efeito imediato dessas medidas foi a fuga dos índios, que passaram, de forma desordenada, a ocupar as margens da estrada Vitória-Ilhéus, o que era até considerado positivo por parte do governo provincial, pois este considerava esta uma possibilidade de solução para o principal problema da estrada, o fato de ser deserta. Porém, como a ocupação desordenada e dispersão dos índios não estava de acordo com os moldes políticos pensados, a solução foi a de se transferir o aldeamento de Catolê para a área daquele que existia às margens do rio Salgado tido como mais adequado para o exercício das atividades de apoio ao comércio entre Ilhéus e Vitória da Conquista (MADUREIRA, 30/06/1858;ms).

A situação de total abandono vivida pelos índios, que implicou na sua dispersão pelas áreas circunvizinhas à estrada, provocou reações negativas por parte dos moradores do Distrito do Verruga, que elaboraram um abaixo-assinado dirigido à Câmara Municipal da Imperial Vila da Vitória para que esta instasse, junto ao governo provincial, no sentido de obter o deslocamento de Frei Luis de Grava na administração dos aldeamentos da região, que "têm de enfrentar o trânsito da estrada dos Ilhéus". Caso o capuchinho solicitado não pudesse ser reconduzido, insistia-se na possibilidade de nomeação de um outro, já que os índios do aldeamento de Catolê se recusavam a mudar para qualquer outro lugar. (ABAIXO-ASSINADO, 6/06/1860;ms).

Parece-nos que tal pedido, apesar de recebido parecer favorável, não chegou a se concretizar a curto prazo. Os índios continuaram por algum tempo a se dispersar pelas margens da estrada em busca de oportunidade de trabalhos nas roças dos fazendeiros que

já haviam se instalado na região. Os ataques constantes dos "bravios" Pataxô às estradas e roças determinavam a fuga da população nacional, e o uso dos pacíficos Mongoyô do antigo aldeamento como combatentes. A nova meta a ser atingida na região era a de combater os índios não-aldeados "que vagam pelas florestas, assustando os colonos que se instalam à margem das estradas e em regiões' mais afastadas da província". Considerava-se ainda que, devido à falta de recursos para aplicação na catequese dessas novas "hordas" a medida a ser adotada era a de vender as terras de antigos aldeamentos que já tivessem cumprido seu objetivo, para assim se conseguiram recursos necessários para a criação de novas aldeias. ' (HENRIQUES, 01/03/1872;ms).

A situação crítica vivida pelos aldeamentos locais, denunciada' pelo Diretor Geral dos Índios (VISCONDE DE SERGIMIRIM, 7/02/1875) , detrminou a nomeação do engenheiro Manoel Joaquim de Souza Brito para a realização de um orçamento das obras que deveriam ser realizadas nos aldeamentos de Catolê e Cachimbo, apontadas como indis pensáveis para que retomassem suas funções de centros catequisado res de novos grupos "hostis" a partir do apoio fornecido pela população indígena que ali residia e havia criado uma infra-estrutu ra (SÃO SEVERINO, 10/03/1875;ms).

Um relatório do ano de 1876 notifica desta forma a existência do aldeamento de Catolê:

"Acuso recebimento do ofício de V . Exa. datado de 29 de fevereiro próximo passado pedindo-me novas informações das aldeias de Catolê e Cachimbo, sobre a sua localização, qual o número, procedên cia e a ocupação de seus habitantes, a probabilidade de aumentã- los pela aquisição de neófitos e outras circunstâncias, que demons trem possuírem aqueles estabelecimentos referidos para se desenvol verem e prosperarem.

"A aldeia de Catolê ocupa uma bonita posição pela razão de que di ta aldeia é situada sobre uma pequena colina perto do rio Catolê' e o seu terreno é fértil pela sua eminente lavoura de mandioca, mi lho, feijão, arroz e café além de outros gêneros. O número, pois , de seus habitantes é pouco mais ou menos de duzentos e tantos. Sua procedência é das tribos dos Kamakãs e sua ocupação é trabalhar ' nas usas roças, derrubadas de mato, caçar e pescar. Também estes

Índios aldeados de Catolê aumentam dia a dia (todas as vezes, porém, que morar aí o missicnário e por meio de sua presença, indústria, energia e atividade forma-se uma grande aldeia e assim logo floresce aquele estabelecimento em desenvolvimento e prosperidade. Creio, portanto, que a nossa presença atrairá novos moradores e o progresso para a região e a aldeia (SÃO SEVERINO.2/03/1876;ms):

Este projeto de ampliação do aldeamento de Catolê não vingou devido ao Decreto Provincial que decretou a extinção dos aldeamentos da região de Ilhéus, ficando o governo autorizado a alienar as terras respectivas, inclusive a de Catolê, no ano de 1875.

Em 1892 os Kamakã do antigo aldeamento de Catolê foram visitados por José B. de Sá Oliveira, que afirma haverem estes retornado a alguns hábitos do período pré-contato. Viviam em constantes lutas com os Pataxó e se empregavam como assalariados temporários em Ilhéus, Cachimbo ou Vitória da Conquista. Viviam em moradias que foram denominadas de tabas pelo autor e usavam "tangas" (sic) ao invés de roupas civilizadas. Haviam mantidos alguns mecanismos básicos de solidariedade grupal, como o hábito de distribuírem os produtos de caça e coleta entre os membros da coletividade. Das manufaturas mantinham a confecção de cerâmica, e a de tecidos de algodão tingidos com cores vivas, técnica que devem ter adquirido com os civilizados.

O autor atribuiu as dificuldades vividas pelos Kamakã à extinção do seu aldeamento, ao abandono a que ficaram relegados, ao combate ferrenho e desigual que mantinham com os Pataxó e com os colonos, que os atacavam sistematicamente com armas de fogo, além de contaminarem propositalmente as aguadas usadas pelos índios situados no rio Catolê (OLIVEIRA, 1892:47-56).

A redução violenta da população Kamakã impediu o seu desaparecimento como comunidade social com vida própria e autônoma. Porém, quando em 1928 o Capitão Vasconcelos, do Serviço de Proteção aos Índios, realizava a demarcação do Posto Indígena Caramuru-Paraguacu, que tem por limite sul o rio Pardo, encontrou ainda alguns sobreviventes Kamakã. Dentre estes, um que batizou com o nome de Manuel Aratimbó, e que serviu, posteriormente, de informante a Kurt Nimuendajú e Rosário F. Mansur Guérios, quando realizaram estudos de classificação linguística dos Kamakã, já então quase totalmen-

te descaracterizados e aculturados pela sociedade envolvente (GUÉRIOS, 1944: 231-310)

Hoje, o antigo aldeamento de Catolê é a próspera cidade de Itapetinga, situada na micro-região Pastoril de Itapetinga, importante núcleo da zona pecuária do sul da Bahia. Tem uma população total de 49.022 habitantes, distribuídos nos dois distritos: Itapetinga (43.954 habitantes, estando 37.747 na área urbana e 6.207 na zona rural) e Bandeira do Colônia (com 5.068 habitantes, sendo 3043 moradores da zona urbana e 2025 na zona rural) (IBGE, V.I, 1981:13). Não há registros ou informações da existência de grupos indígenas ou mesmo de remanescentes da antiga população. Provavelmente os sobreviventes devem ter se instalado no PI Caramuru-Paraguaçu ou migrado para outros locais.

Outro aldeamento do rio Pardo, de que trataremos agora, era o de Cachimbo, situado à margem do rio Verruga, afluente que despejava pela esquerda no médio rio Pardo. Vivia aí uma pequena população de Botocudo e Kamakã.

Este aldeamento é dos mais antigos da região. Parece ter sido criado por iniciativa de Antônio Dias de Miranda, quando da fundação da Vila Imperial da Vitória. Inicialmente, devem ter sido aldeados os Kamakã, e só mais tarde os Botocudo foram para ali deslocados, já na segunda fase dos trabalhos exercidos pelo Capitão-Mor da Conquista e sua família.

Wied-Neuwied, que o visitou em 1817, assim descreveu o local:

"Achávamo-nos então sobre o rio Berruga, pequeno rio que se lança, bem perto dali, no rio Pardo. Tres famílias de gente de cor foram os primeiros moradores deste sertão, na época em que se teve a idéia de fundar nesse lugar uma aldeia, para comodidade dos viajantes, quando se abriu a estrada. Essa gente é já possuidora de importantes plantações, e ainda continua a derrubar a mata para alargar os seus "roçados". Pode-se avaliar a fertilidade do solo pela altura e pelo vigor dos pés de milho, e, conseqüentemente, pela abundância de sua produção. O milho ainda não estava maduro: as bananeiras, plantadas em grande número, também não haviam atingido ainda o ponto; por isso só podemos nos prover de farinha.

"Tres pequeninas casas de barro, coberta de casca de árvores e cheias de carrapatos é em que consiste até agora a aldeia de Berruga.

Alguns Mongoyôs (Kamakãs), que trabalham por dia, se estabele-
ram com as mulheres e os filhos, numa pequena choça pouco distan-
te; estavam quase nus e tinham várias partes do corpo pintadas de
vermelho e preto, com urucu e jenipapo; traziam em volta do pesco-
ço colares de sementes grandes e redondas tiradas de uma espécie
de graminea. O governo nomeou um mulato para chefe dos Kamakãs ;
reside nesta localidade e tem sob seus cuidados diferentes aldeias
ou "rancharias". O chefe os reúne quando se trata de uma expedi-
ção contra as tribos selvagens inimigas, como por exemplo os Boto-
cudos, e consta que, nessas ocasiões, eles têm se portado com bra-
vura.

"Tendo passado vinte e dois dias viajando em plena floresta virgem,
desde a nossa partida de São Pedro até a nossa chegada a Verruga,
sem ver uma única habitação humana, tínhamos naturalmente o mais
vivo desejo de poder dormir, ao abrigo da chuva e do sereno, de-
baixo de um teto. Por consequente, não nos preocupamos muito com
os tormentos que teríamos a sofrer dos carrapatos e mosquitos que
pululavam nessas moradas miseráveis, e passamos o dia 28 nelas
descançando. Conseguimos obter feijão preto e farinha; não eram
petiscos muito apreciados, mas quem suportou o jejum durante al-
gum tempo, habitua-se com a frugalidade. Os nossos animais pude-
ram, com efeito, descansar; mas não encontraram bons pastos, pois
todo o terreno tomado às matas tinha sido transformado em planta-
ções; daí a razão por que, durante a noite, a nossa tropa fugia
para as plantações de milho." (WIED-NEUWIED, 1958:385/6).

Consideramos importante a transcrição integral do texto porque de-
monstra claramente quais os objetivos quando da criação de uma al-
deia às margens de uma estrada. O seu papel de centro abastecedor
de alimentos era de vital importância, além de comporem a tropa
de choque que combatia os demais grupos ainda não aldeados e que
representavam séria ameaça aos viajantes. Mesmo que estes grupos
se tornassem posteriormente seus companheiros de aldeamento, como
no caso em pauta. Em novo ataque do capitão-mor Dias de Miranda
aos Botocudo, o resultado obtido foi seu aldeamento na missão do
Verruga, juntamente com os Kamakãs que os haviam combatido. O fi-
nanciamento recebido do governo destinava-se, principalmente, à
aquisição de ferramentas que garantissem o trabalho produtivo dos
novos aldeados, como podemos ver neste documento:

"Com a bem da Missão do Verruga e dos Índios Mongoyôs, no sertão de Messaca, e sossego de todo aquele distrito do meu comando, já representara a V. Exa. o respectivo missionário, o Padre Manoel Francisco da Costa achar-se catequisando outra nação de Botocudos, que vêm se aproximando tendo já chegado quarenta e dois deles para o nosso convívio. Imploramos os indispensáveis socorros de machados, facões, carapuças e o que mais consta do requerimento daquele mesmo missionário, o qual se acha afeto a V. Exa. e ainda não teve despacho. E tendo-se-me dirigido iguais representações, é do meu dever aviá-las e ratificá-las por meio do presente, pois que reconheço a sua vontade e a grande necessidade dos exigidos socorros assaz insignificantes para a nação e com os quais sendo com a brevidade que deles se carece não sô se conseguirá o cristianizar-se tais gentios, tornando-os domésticos e úteis ao Estado, mas até se evitarão os desassossego, roubos e mortes que sempre acontecem com as mais pequenas guerras, além das despesas que em tal caso, seriam muito maiores do que as que agora unicamente se precisam a fim de se conseguir a pacificação, aumneto e prosperidade de todos". (MIRANDA, 14/03/1826;ms).

A ação desencadeada surtiu os efeitos desejados, pois, em relatos posteriores, o mesmo autor, Antonio Dias de Miranda, afirma que já havia tornado "mansos os dominados Mongoyôs e Botocudos" e propunha-se a continuar o trabalho junto aos "Pataxôs, que além de serem em extremo bravios e numerosos têm sempre vivido reconcentrados nas montanhas mais adustas": (MIRANDA, 26/12/1826; ms). O uso da mão-de-obra indígena era importante para o desenvolvimento local. Isto pode ser comprovado pela preocupação do Capitão-Mor quanto ao direito de sua jurisdição sobre os aldeamentos que ele criara, questionando a pretensão do capitão da nova Vila de Caetité quanto ao direito de usar o trabalho dos aldeados (MIRANDA, 17/05/1826;ms).

O fato deste aldeamento estar diretamente vinculado ao Capitão-Mor da Conquista determinou com que pouca documentação fosse produzida sobre a situação dos grupos envolvidos. Sô mais tarde é que, ao ser administrada pelo Governo Provincial, começa a ser encontrada regularmente, havendo, inclusive, a nomeação de um missionário capuchinho, que passou a dirigir o aldeamento, acumulando-o com as atividades exercidas em Santo Antônio da Cruz. (MADU-

REIRA, 22/01/1851;ms).

Já em 1851 o missionário requer verba especial para a compra de material que considera essencial para o desenvolvimento dos catecúmenos: foices, fusos de roca para algodão, ralos de cobre para fazer farinha de mandioca e tecidos para a confecção de roupas. Solicita, ainda, a nomeação de "um indivíduo inteligente e de bons costumes que o ajude a ensinar aos índios as primeiras letras e a doutrina cristã", já que sozinho não pode atender aos dois aldeamentos que eram de sua responsabilidade (MADUREIRA, 26/01/1851;ms). Este pedido indica claramente que o Governo Provincial assumira a responsabilidade pela introdução de mudanças na vida comunitária, incentivando as alterações culturais - e suas consequências estruturais - necessárias a eliminação, ou pelo menos submissão dos grupos indígenas ali situados.

A saída do missionário determinou que os Botocudos, por não aceitarem a convivência forçada com os Mongoyós, tentassem abandonar o local, procurando se instalar em outras aldeias. Considerava-se, porém, a sua permanência como de grande relevância para o projeto de abertura e conservação da estrada entre Minas Gerais e Ilhéus, o que determinou com que fosse nomeado outro missionário para atender aos grupos aldeados e, assim, garantir a sua permanência no mesmo local, incumbindo, inclusive, o referido missionário de atrair outros índios para o mesmo ponto: "ou frei Joaquim de Colorno ou Frei Rainero de Ovada são os que podem dirigir os Botocudos e Mongoyós da aldeia de Cachimbo e chamar alguns das matas para reunir-se aos que estão domesticados, facilitando assim a esperanças empresa de abrir frequente comunicação entre esta e a província de Minas pelos rios Pardo e Jequitinhonha, que o Governo Imperial tem recomendado, combinando eles com o Major Pederneiras sobre o lugar mais conveniente" (MADUREIRA, 28/05/1853;ms).

Em 1855 o missionário que os dirigia foi transferido para a região do Prado, ficando a aldeia acéfala, o que parece ter determinado o desinteresse por parte dos Mongoyós quanto a combaterem os índios "bravios" existentes na região. O resultado de tal fato foi o ataque destes índios, provavelmente Pataxó, à fazenda do Tenente José Baiana, o que provocou inúmeros protestos e o interesse do Diretor Geral dos Índios em conseguir um missionário e nomear um novo dirigente para a aldeia de Cachimbo. Os Botocudo, que ali

também viviam, abandonaram o Cachimbo e foram para outras aldeias da região em que também habitavam Botocudo. Ao voltarem para o ' Cachimbo, por encontrarem o missionário residindo com várias famílias brasileiras na área do aldeamento, preferiram regressar ' para a região de Barra do Catolê. (MADUREIRA, 29/10/1855;ms). Esta informação indica-nos que já nessa ocasião a região do Cachimbo ' era povoada por população nacional, que exercia as atividades econômicas responsáveis pelo desenvolvimento da economia local: pecuária, agricultura e comércio.

Um outro informe de 1856 confirma essa indicação: "Tendo sido nomeado missionário dos Botocudos do rio Pardo Frei Luis de Grava ' desde 1853 com a gratificação de 600\$000 do cofre geral, só em 1854 chegou à aldeia de Barra do Catolê, onde se achavam os ditos Botocudos e em poucos dias deixou-os, subindo para a povoação de Cachimbo para viver entre os moradores daquele local". (MADUREIRA, 19/12/1856;ms). No mesmo documento encontramos outra informação que nos permite confirmar a hipótese de que as estradas construídas pelos índios, ainda que fossem justificadas pela necessidade que teriam os indígenas aldeados de romperem o isolamento ' para garantirem sua sobrevivência, destinavam-se, na realidade , 'ao atendimento da expansão nacional em áreas que não eram aldeadas: "Parece-me também conveniente que o dinheiro recebido ultimamente pelo Frei Luis de Grava do cofre provincial para melhoramento da estrada de Catolê para Cachimbo, em direção da vila de Vitória, seja por ele entregue a Frei Rainero de Ovada, missionário da aldeia de Catolê, para que este trate deste serviço. (MADUREIRA, 19/12/1856;ms). No ofício, em que Frei Rainero de Ovada se recusa a dirigir os trabalhos que lhe haviam sido indicados, alegando a grande distância entre a estrada e seu aldeamento, podemos verificar que nessa ocasião Cachimbo já possuía, inclusive , um juiz de paz, o que vem confirmar a descaracterização da área como aldeamento (MADUREIRA, 28/03/1857;ms).

Os poucos índios que permaneciam no local não mais despertavam ' atenção prioritária no Diretor Geral dos Índios. Alegava-se que por seu estado adiantado de "civilização" dispensavam maiores ' cuidados como, inclusive, a nomeação de um missionário, indicação precisa do desinteresse pelo destino do grupo, que já eram considerados, portanto, aptos ao exercício das tarefas que lhe eram '

destinadas, sendo, também, incapazes de reproduzir seu sistema social de origem. (MADUREIRA, 30/06/1858).

Um abaixo-assinado dos moradores do distrito de Verruga demonstra a tentativa desencadeada para que os índios se deslocassem para Ferradas, ao que eles se recusavam. Solicitavam, portanto, os moradores a nomeação de um missionário que dirigisse os habitantes do antigo aldeamento de Cachimbo e Catolê, o que pode indicar que, devido à redução populacional sofrida por esses grupos, e ao número crescente de colonos nacionais, os índios deixavam de apresentar uma alternativa econômica interessante como mão-de-obra. Isso, mesmo que, suas terras não fossem ainda objeto de cobiça para garantir a expansão da agricultura e pecuária, já que a pressão demográfica não se fazia sentir de forma premente. (ABAIXO-ASSINADO, 06/06/1860;ms).

O progresso do povoado de Cachimbo pode ser avaliado neste documento:

"Tendo-se determinado aos habitantes do Distrito do Verruga, no município da Imperial Vila da Vitória a construirem uma igreja, projetada desde o tempo do missionário Frei Francisco Antônio de Fallerio, meu antecessor, dentro das terras da missão, pertencentes a esta Diretoria de nome Cachimbo, e onde existe já uma povoação bastante numerosa, tanto que em 1859 a Assembléia Legislativa Provincial decretara-lhe uma cadeira pública primária, e cuja situação topográfica, Exmo. Sr., protegida pelo Governo certamente não deixará de tomar um dia uma posição de incontestável vantagem para este centro da Província, primeiramente por seu porto, onde podem chegar com facilidade os negócios de transporte da bem conhecida navegação do rio Pardo, que se estende até a vila de Canavieiras, cinquenta e tantas léguas rio abaixo, como também por ser o ponto mais próprio de defesa contra as agressões dos selvagens que existem ainda em grande massa dispersas nestas vastas e ricas florestas, ameaçando de contínuo a vida e a subsistência dos moradores vizinhos ou dos viajantes que navegam o dito rio Pardo ou descem pela estrada que do interior vai ter no porto da vila de Ilhéus além da vida dos civilizados índios aldeados; outrossim, em relação a grande distância que da sobredita povoação existe a vila da Vitória, que é de quatorze léguas de caminho quase intran-sitável, em sua maior parte, tornando-se desta sorte as precisões

de cada individuo um não pequeno obstáculo, sobretudo para as classes menos comodas. Movido, portanto, pelo bem público e religioso, e pelas razões já expostas, restou-me, Exmo. Sr., aceitar a direção da dita igreja. Promoveu-se logo uma subscrição entre os prestantes cidadãos da localidade, o que produziu a quantia de 3:195\$000. Bem assim, foram escolhidas duas pessoas idôneas para que se encarregassem da cobrança dos dinheiros, o senhor juiz de paz de então, João Baptista Ribeiro, e o subdelegado Tenente João Oliveira que de mui boa vontade se prestaram para semelhante serviço. Levantei ao mesmo tempo a planta da dita obra, conforme as minhas pequenas luzes e que a tendo apresentado ao juizo de algumas pessoas entendidas e estando as duas opiniões em tudo concordes, passou-se a dar principio aos primeiros trabalhos da obra no dia primeiro de agosto de 1862. Acabamos em fins de novembro do mesmo ano, deixando já a capela-mor e as duas sacristias cobertas e neste ano que acaba, durante outros quatro meses de serviço, o corpo da igreja recebia a sua cobertura. De certo, Exmo. Sr., seja-me permitido mencionar com especialidade esta nova igreja, a qual toma o título de Santo Antônio, que sendo ela toda de madeira representa quase um prodígio de arte, tanto em matéria de suas grandes madeiras, que foram com grande perspicácia escolhidas, como pela dificuldade de officiais de carpintaria num lugar, onde esta arte é absolutamente desconhecida. A obra tem 142 palmos, 71 de largura e 52 de altura. Dando presentemente conhecimento a V. Exa. por escrito, porquanto tive a honra de o fazer verbalmente a respeito da dita obra, não é só por ser uma obra pública, mas que também pertence a missão de que me acho encarregado e tendo-as já V. Exa. julgado digna de sua aprovação, certamente jamais deixará de a tomar debaixo de sua especial proteção e assim poderá prosseguir com aquele desenvolvimento que tem tido até agora e não ficará paralisada uma obra que tantos trabalhos e sacrificios tem custado a estes pobres povos, que convencidos também de que têm o amparo de V. Exa. nada valerão semelhantes esforços e tudo será insufficiente para o bom desempenho de obra tão pia. Esta obra, Exmo. Sr., foi orçada em 20\$000 com os trabalhos já feitos e tem-se empregado a quantia de 3:150\$000 não compreendidos os grandes serviços prestados gratuitamente pelos moradores sem distinção de sexo que têm concorrido com a melhor boa vontade além do dinheiro que arrecadaram. Carecendo, ainda, Exmo. Sr., do auxílio de 6:000\$000

pouco mais ou menos para a conclusão da obra, cujo o auxílio venho hoje implorar-lhe. Da alta magnificência de V. Exa. determinará conforme for de justo e conveniente.

"Praza a Deus que esta obra seja coroada conforme as suas interções, as quais, em verdade, não são outras que não o bem da religião e engrandecimento do Estado". (GRAVA,01/06/1864;ms).

Embora observemos que o pedido de verba seja justificado por ser para uma área de aldeamento, alegada a importância de tal obra para a civilização dos índios, estes, na realidade, não passam de alegação para a obtenção de meios para a construção de uma igreja, objeto dos interesses dos colonos e do missionário local, já que lhes garantiria a possibilidade de reconhecimento do Distrito como sede paroquial, o que, por sua vez, levaria à eliminação da antiga conotação de aldeamento. A verba para a construção da igreja, ao sair pela rubrica da catequese (GRAVA,25/04/1870;ms), vem confirmar a nossa idéia de que a existência de aldeamentos podia ser manipulada de várias formas, inclusive para a obtenção de recursos aplicados em obras de interesse dos colonizadores, que serviriam, ao fim e ao cabo de argumento para a perda definitiva das terras pelos grupos indígenas.

A manipulação, necessária para a aplicação de recursos no arraial de Cachimbo, advindos da verba destinada à catequese, permitiu em 1874 que, fossem introduzidas melhorias no próspero e populoso arraial, entreposto de comércio entre Ilhéus e Conquista (SILVA CAMPOS,1947:268), e a manutenção temporária do povoado na condição de aldeamento (VISCONDE DE SERGIMIRIM,07/02/1875;ms). No ano seguinte, foi nomeado um engenheiro Manoel Joaquim de Souza Brito, que deveria realizar o levantamento completo das necessidades de Cachimbo e Catolê, em termos de obras consideradas essenciais para o funcionamento dos aldeamentos: "não é possível manter as duas aldeias de Catolê e Cachimbo não lhes dando os meios de que carecem para o seu desenvolvimento e a fim de que alcance o diretor o futuro que se prognostica com a uberdade de seu solo e a salubridade do seu clima". (SÃO SEVERINO,10/03/1874;ms).

Em 1876 o missionário da região descrevia assim a povoação de Cachimbo: "A aldeia do Verruga, de nome Cachimbo, é de ótima posição, situada em uma planície perto do rio Pardo, onde existe uma

povoação bastante numerosa e em todo distrito de Verruga pouco mais ou menos é em número de dois mil habitantes, como consta do abaixo-assinado que eu apresentei a V. Exa. na minha chegada na Colônia para esta presidência da Bahia. Com efeito, a ~~mesma~~ Assembléia Legislativa Provincial lhe decretara uma cadeira pública primária. A situação topográfica, Exmo. Sr. protegida pelo Governo, certamente não deixará como em outro tempo de tomar uma posição de incontestável vantagem para este centro da Província (SÃO SEVERINO, 02/03/1876;ms).

O destino dos índios ali remanescentes parece ter sido o de sua dispersão na população nacional através da incorporação como mão-de-obra assalariada pelos colonos que ali se instalaram ou fuga para a mata, onde teriam desaparecido e tido fim ignorado.

O aldeamento de Cachimbo é hoje a próspera cidade de Itambé, sede do município do mesmo nome, na micro-região Pastoril de Itapetinga, onde a atividade econômica predominante é a pecuária. Tem uma população de 26.348 habitantes distribuída pelos dois distritos que compõem (Itambé com 19.506 habitantes, vivendo 13.401 na área urbana e 6.105, na rural; e o de Catolezinho, com 6.842 habitantes, estando 1.462 fixados na área urbana e 5.380 na rural). É uma das áreas mais ricas e comercialmente ativas do Estado da Bahia (IBGE, 1981, V.I:13). Também nessa região não há dados sobre a existência atual de remanescentes indígenas.

O oitavo aldeamento de que trataremos é o da Lagoa do rio Pardo, situado na confluência do rio Jibóia com o Pardo, pouco distante da aldeia de Santo Antônio da Cruz. Era habitado por índios Botocudo. Este aldeamento foi uma consequência da ação de Antônio Dias de Miranda, e atendeu também a política estabelecida de criar pontos de apoio para a estrada que sai de Ilhéus em busca de Minas Gerais. Sua criação foi posterior à de Cachimbo, pois Wied-Neuwied, quando passou pelo local em 1817, afirma que "havia na margem ocidental uma casa aberta, coberta de cascas de árvores, e junto dela, um curral para boiadas que deveriam passar por aí, quando a estrada fosse inaugurada". (WIED-NEUWIED, 1958:387).

Em 1850 o aldeamento, ao ser assumido pela Diretoria Geral dos Índios, nomeou um missionário que exercia sua direção e a de Santo Antônio da Cruz. Para isso contratou-se também um auxiliar para as atividades exercidas nos dois aldeamentos. O processo de atra-

ção dos Botocudo para o controle do missionário era através do pagamento de gratificação aos indígenas que comparecessem à missa e a outros trabalhos por ele dirigidos ou executados. Também se lhes oferecia sustento enquanto estivessem sob a autoridade do diretor e suas roças não produzissem durante a fase de implantação. O Diretor Geral dos Índios solicitava ainda recursos para a compra de alfaias e outros artigos necessários ao funcionamento da casa de oração, o que indica claramente que foi nesse ano que o processo de aldear os Botocudo na Lagoa do rio Pardo começou a ser desenvolvido nos moldes tradicionais da política indigenista da época. (MADUREIRA, 2/2/1850;ms).

O interesse do governo provincial pelo sul da província determinava com que os aldeamentos ali localizados tivessem tratamento prioritário, inclusive com pagamentos de cômmodos superiores, principalmente quando o missionário, como no caso agora analisado, acumulava a direção de mais de um aldeamento (MADUREIRA, 22/01/1851;ms). E os investimentos realizados nas duas aldeias, o da Lagoa e o de Santo Antônio da Cruz, se fazia geralmente na compra de equipamentos a serem utilizados pelos índios em atividades agrícolas e na fiação de algodão. (MADUREIRA, 26/08/1851).

Relatório de 1855 indica, porém, que os índios Botocudo, em número de 98, haviam abandonado o aldeamento da Lagoa devido ao afastamento do seu missionário, fazendo com que fossem recolhidos ao aldeamento de Barra do Catolé. O Governo da Província da Bahia nomeou outro diretor que procurou atraí-los mais uma vez para a Lagoa. Por não concordarem, os índios, com a convivência forçada que deveriam manter com os nacionais, que se haviam instalado no local, voltaram para Barra do Catolé, onde se fixaram (MADUREIRA, 29/10/1855;ms).

A nomeação de um novo diretor e o regresso forçado dos Botocudo, para a Lagoa do Rio Pardo, deveu-se ao engajamento compulsório dos indígenas na construção da estrada entre Ilhéus e Vitória, que passava pelas terras do aldeamento (MADUREIRA, 30/09/1856;ms).

A nomeação sucessiva de missionários mostra claramente que o aldeamento não mais justificava a presença efetiva de um diretor (MADUREIRA, 19/12/1856;ms; MADUREIRA, 28/03/1857;ms). A indicação de um frade era garantia enquanto não se encontravam alternativas mais

interessantes para a ocupação deste missionário, como se pode deduzir do seguinte documento:

"Nestas circunstâncias e adiada como está a missão das matas do ' Prado, por falta de meios adequados, parece conveniente que V.Exa. revogue a dispensa que deu ao referido Frei Luis de Grava do cargo de missionário dos Botocudo, o conserve nessa missão, obrigando-o a assitir alternadamente a aldeia da Lagoa do rio Pardo e a' dos Mongoyões de Catolê, enquanto Frei Rainero de Ovada está nas Ferradas". (MADUREIRA, 24/07/1857;ms). O desprestígio do aldeamento da Lagoa pode ser confirmado num trecho de outro documento, que, ' ao fazer considerações sobre as dificuldades enfrentadas pela Diretoria Geral de Índios em encontrar missionários suficientes para o atendimento a todos os aldeamentos do rio Pardo, apresenta a seguinte sugestão: "Para os Botocudos, que estão na Lagoa e perto do Cachimbo, seria bastante qualquer religioso de outras ordens ' do país ou presbítero secular que administrasse sacramentos e os dirigisse. Constatase que os missionários que têm sido enviados para aquela aldeia têm cuidado mais de curar os habitantes do populoso arraial do Cachimbo que dos índios, entre os quais têm repugnância de morar" (MADUREIRA, 30/06/1858;ms).

Devido a solicitação feita por um abaixo-assinado dos moradores ' do Distrito de Cachimbo, em 6 de junho de 1860, a Diretoria Geral dos Índios nomeou um novo missionário, que atendia simultâneamente aos tres aldeamentos do citado distrito: Verruga, Catolê e Lagoa do rio Pardo. Porém sabemos que este missionário se dedicou ' muito mais ao atendimento das necessidades dos moradores do Cachimbo que dos indígenas ali aldeados, colocando como prioridade nas suas atividades a construção da igreja de Santo Antônio do Cachimbo (GRAVA, 01/06/1864;ms).

O missionário que substituiu a Frei Luis de Grava, transferido para o atendimento à Colonia Nacional de Cachoeira de Ilhéus (HENRIQUES, 01/03/1872;ms), assim relata a situação do aldeamento:

"Enquanto, pois, a procedência dos índios da Lagoa, são da tribo Botocudo que existem ainda pouco mais ou menos em número de seis famílias..... Sua ocupação é trabalhar na lavoura, que é também a ocupação dos outros habitantes do Cachimbo. Finalmente, ' consideramos que aquele estabelecimento felizmente pode prosperar

ainda mais pelo lugar e pelas circunstâncias favoráveis dos ótimos terrenos, o que tem feito com que tome bastante desenvolvimento em virtude da sua eminente lavoura de mandioca, milho, feijão, arroz e etc. e outros produtos que ali se cultivam. De sorte que com a morada certa do missionário, chama-se a atenção de todos os habitantes do sobredito distrito da Verruga, de nome Cachimbo e adjacências, e com a sua energia desenvolve toda a formosura ao comércio, que floresce graças a atividade deste missionário e garante a riqueza da indústria daquela povoação. Eis, aqui, portanto, toda a probabilidade de aumentar aquele estabelecimento do Cachimbo e assim conseguir a aquisição de neófitos dos Índios Botocudos e outros... tendo por isso mesmo, a certeza do seu desenvolvimento e prosperidade"(SÃO SEVERINO, 02/03/1876;ms).

Como podemos verificar, o destino deste aldeamento não fugiu às características fundamentais dos demais. A população indígena perdeu as terras que foram ocupadas por fazendeiros que implantaram na região a pecuária, tendo aquela se transformado em segmentos marginalizados do processo de expansão, terminando por se extinguir como grupo social com identidade própria. A área do antigo aldeamento não atingiu a prosperidade sonhada pelo missionário. Hoje é um pequeno povoado, sem maior representatividade, tanto assim que não chega a constar sobre ele qualquer dado ou informação nos anuários estatísticos da Bahia.

Outro aldeamento da bacia do Pardo é o do Saco do rio Pardo, situado no Riacho Mundo Novo, que desagua no rio principal ainda no sertão da Conquista. Era habitado por índios Mongoyó, já em estágio adiantado de contacto. Provavelmente este aldeamento surgiu em consequência da ação devastadora de Antônio Dias de Miranda contra os Mongoyó e Botocudo na década de 1820, razão pela qual não é notado por Wied-Neuwied em 1817, ainda que estivesse posteriormente, localizado na foz do riacho Mundo Novo, por onde passou aquele viajante.

O processo de ligação desta aldeia ao núcleo administrativo provincial se deveu às mesmas razões dos demais: a importância das vias de comunicação entre Ilhéus e Minas Gerais através do rio Pardo, e a comunicação paralela estabelecida com a Imperial Vila da Vitória, grande centro pecuário e comercial, como se pode observar neste trecho de documento:

"Convinha que o Governo Imperial suprimisse as diretorias de todas as aldeias da Província, a exceção das que existem à margem do rio Pardo e das que se puderem estabelecer de novo nas Comarcas de Ilhéus e Porto Seguro além de Caravelas, onde há muitas hordas de Botocudos, Mongoyós e Kamakãs que precisam de catequese, consignando-se no orçamento geral alguma quantia para a congrua de missionários e outros misteres da catequese "Espero que se a diretoria Geral dos Indígenas ficar limitada as tres Comarcas do sul, onde unicamente eles precisam desta inspeção, proteção imediata do governo, melhor poderá ele atender as necessidades dos indígenas que precisam de aldeamento". (MADUREIRA, 22/01/1851;ms).

Nessa ocasião, o aldeamento do Saco do rio Pardo compartilhava o missionário com o aldeamento de Santo Antônio da Cruz, o que pode ser explicado não só pela proximidade dos dois aldeamentos, mas também pela carência de missionários e, principalmente, pelo estágio "adiantado" dos indígenas que ali estavam situados. O missionário solicitava constantemente auxílio especial para os índios, por considerar que eles ainda não haviam desenvolvido suficientemente as suas roças, o que garantiria seu sustento e evitaria a possibilidade de "voltarem a vida nômade e selvagem de que foram chamados". O pedido que fazia, tinha uma vinculação direta com as atividades agrícolas, que o missionário considera prioritárias: duas arrobas de aço e quatro de ferro e quarenta chales. (MADUREIRA, 02/11/1852;ms).

No ano seguinte, o missionário afirmava que os "Mongoyós estão se adiantando muito na civilização e na agricultura (- o que, aliás para a política da época, era praticamente sinônimo -, de modo que estão quase esquecidos da caça e da pesca" (FALERNO, 18/05/1853 ms). As dificuldades geradas pela administração de dois aldeamentos, ainda que se tentasse contorná-las com a nomeação de um ajudante leigo "para continuar a ensinar-lhes agricultura... no tempo em que ele ensina os homens da roça, a mulher dele está ensinando às índias em casa serviços domesticos, como os de fiar e tecer" (FALERNO, 18/05/1853;ms), determinaram uma revisão administrativa. Esta separou a direção dos dois aldeamentos, o que levou à sugestão de se extinguir Santo Antônio da Cruz. (MADUREIRA, 28/05/1853;ms).

A saída de seu missionário determinou com que os Botocudo de Santo Antônio da Cruz se refugassem no Saco, principalmente após as grandes enchentes do rio Pardo, e dali só se retirassem após a nomeação de um missionário para o seu aldeamento (LIMA, 22/10/1855;ms). Mais tarde, no entanto, quando do aparecimento de índios "bravios" na região do rio Pardo - o que provocou problemas para o ajustamento das verbas às novas necessidades, além da nomeação de outro missionário que administrasse este aldeamento - optou-se por aldeá-los no Saco, juntamente com aqueles que ali residiam (MADUREIRA, 20/10/1856;ms).

Consequentemente, porém, ocorriam demissões dos missionários que ali trabalhavam, e os motivos alegados demonstram claramente que a região já se encontrava densamente povoada, e que sua população já tinha grande capacidade de pressão junto aos órgãos decisórios provinciais: "Frei Luis de Grava tem seguido o exemplo de Frei Francisco Antônio de Falerno, ótimo capuchinho, que foi removido dali por cuidar mais dos índios que dos habitantes locais" (MADUREIRA, 30/06/1858;ms).

Creemos que essa inconstância na permanência de um missionário à frente do aldeamento é sinal bastante elucidativo de que esta não chegava a se enquadrar nas prioridades estabelecidas pelo Governo Provincial. E esta situação é que teria levado a uma mais rápida desintegração dos Mongoyô aí localizados. Estes, provavelmente, vem ter-se refugiado em outros aldeamentos como os de Catolê, Barra do Catolê, Cachimbo, Lagoa do rio Pardo ou Santo Antônio da Cruz, ou ainda nas matas interioranas, abandonando as terras de seu aldeamento para a expansão pecuária.

Hoje, o antigo aldeamento do Saco do rio Pardo não se transformou em sede de qualquer povoação importante. É apenas um pequeno aglomerado de casas sem relevo, sobre a qual não encontramos qualquer tipo de dado estatístico ou informação mais concreta. Não há, tampouco, até agora, notícias sobre quaisquer remanescentes indígenas.

O último aldeamento existente neste período e região era o de Santo Antônio da Cruz, localizado na foz do ribeirão da Vereda, afluente da margem esquerda do médio rio Pardo, área cortada pela estrada entre Ilhéus e a Vila de Vitória, sendo habitado por índios Mongoyô e Botocudo. Ele faz parte dos que foram criados na pri

meira etapa de conquista exercida por João Gonçalves da Costa e Antonio Dias de Miranda, responsável pela distribuição da população de Mongoyó e Botocudo em sete aldeias ao norte do rio Pardo, dentre estas a da Barra da Vereda, que é descrita por Wied-Neuwied:

"Lançamos um olhar de surpresa em torno de nós, quando saindo da mata, avistamos de súbito, ao lado dum vale suavemente inclinado, uma planície descampada e atapetada de relva e de arbustos, limitada ao longe por montes arredondados e cobertos de vegetação tendo alguns trechos cultivados

"Há também sempre em Barra da Vereda algumas famílias de índios Kamakãs, que trabalham mediante um certo salário; são empregados, sobretudo, na derrubada das matas ou em caçar na floresta. Têm ' ainda por hábito tirar das plantações do proprietário o que lhes convém; o capitão Sr. Ferreira é bom demais para impedi-lo. Cobrem-se com algumas vestes, sobretudo camisas, e as mulheres usam aventais de retalho de algodão. A maioria havia sido batizada e alguns traziam uma cruz vermelha pintada com urucu na testa; as mulheres mostravam semicírculos pretos pintados entre os seios e outros riscos da mesma cor no corpo e na face"...

"O Sr. capitão Ferreira Campos me acolheu de forma mais amigável possível, juntamente com a minha numerosa tropa, obsequiando-nos generosamente com víveres e excelente leite, provisões essas extremamente raras até então, e fornecendo grande quantidade de milho para os nossos animais. Teve ainda para comigo a especial amabilidade de mostrar-me as suas vastas plantações, onde o arroz e o milho tinham sofrido um pouco com a seca. Eram sobretudo consideráveis as provisões de milho e algodão... Havia, entre outras coisas, 91 arrobas de algodão embalado em grandes sacos quadrados de couro prestes a serem expedidos para a Bahia"(WIED-NEUWIED, ' 1958:389/393).

Provavelmente, os Botocudo só foram levados para o aldeamento na década de 1820, quando Antonio Dias de Miranda desencadeou sua segunda ofensiva na região do Pardo, desta vez voltada contra esses grupos, que ainda não haviam sido aldeados, e que, devido à importância dos aldeamentos para a implantação e manutenção da ' estrutura viária, foram colocados em novos aldeamentos ou insta-

lados nos aldeamentos pré-existentes e habitados por uma população de pequeno porte, como é o caso deste de que agora tratamos.

O interesse pela rota comercial que margeava o Pardo e pela liberação de terras da área florestal para a expansão da agricultura e pecuária determinou com que também este aldeamento fosse incluído no circuito administrativo do Governo Provincial. Tanto assim que em 1851 já dispunha de um missionário nomeado, ainda que exercendo atividades também em outra aldeia. Como o exercício nos dois locais implicava em viagens constantes, o missionário solicitava recursos especiais para fazer frente às despesas, e ainda, a nomeação de um ajudante que o auxiliasse no ensino da doutrina cristã e policiasse os índios. O processo de atração dos índios para as atividades da missão era feito, mais uma vez, pelo pagamento de esmolas e oferta de sustento aos índios que se dispusessem a comparecer à missa e pregação dominical (MADUREIRA, 2/2/1850; ms).

No ano seguinte, o relatório apresentado pelo missionário aponta os progressos havidos e demonstra que, embora o aldeamento fosse considerado como único, era, na realidade, composto de dois núcleos, sendo um habitado pelos Botocudo e o outro pelos Mongoyó. O autor do relatório afirma que os 140 Botocudo haviam chegado ao local após a vasta peregrinação: vinham de Mangerona e Lagoa do Espírito Santo. Dedicavam-se ao plantio da mandioca. Os Mongoyó são apontados como mais "adiantados e civilizados", vivendo em chupanas familiares. Plantavam mandioca e legumes; eram quatorze famílias e o missionário considerava o aldeamento promissor, em termos de desenvolvimento (MADUREIRA, 10/01/1851; ms).

As dificuldades enfrentadas eram basicamente as mesmas: falta de recursos e de missionários. As soluções apresentadas eram essencialmente iguais: eliminar os aldeamentos do Norte da Província, considerados desnecessários por já haverem alcançado seus objetivos, para assim se poder realizar melhor distribuição de recursos. O problema dos missionários era solucionado com a distribuição de mais de um aldeamento para um mesmo missionário. O que passava também a representar economia, na medida em que só recebia uma gratificação pelo trabalho dobrado que passava a exercer. (MADUREIRA, 22/01/1851; ms).

O missionário insistia nos pedidos - feitos, aliás, conjuntamente

para mais de uma aldeia - que considerava indispensável para o desenvolvimento da comunidade: foices, fusos de roca e ralos de cobre para fazer farinha de mandioca, além de roupas para os índios. Considerava, ainda, essencial a nomeação de um ajudante de bons costumes que o ajudasse a ensinar "aos índios as primeiras letras e a doutrina cristã" (MADUREIRA, 26/08/1851;ms). Considerando que "estes índios precisam de socorros numerais por que apenas produzem para sustentar-se, são domesticados há pouco tempo e ainda susceptíveis de voltarem a vida nômade e selvagem de que foram chamados", o missionário fazia novos pedidos que considerava essenciais para o progresso do aldeamento: 2 arrobas de aço, 4 de ferro e 40 chales (MADUREIRA, 02/11/1852;ms).

Outro grupo de Botocudo se deslocou para a região do aldeamento de Santo Antônio da Cruz, onde estabeleceram uma grande roça de produtos de subsistência e canaviais, os quais justificavam o pedido do missionário para a instalação de um engenho e a manutenção de seu ajudante (FALERNO, 18/05/1853;ms).

No entanto, os Botocudo, talvez por serem nômades tinham dificuldade de ajustamento aos padrões sedentários impostos pelos aldeamentos, assim como ao novo processo produtivo. Era também difícil o seu relacionamento com os Mongoyô, tradicionais inimigos com os quais eram obrigados a viver, tudo isto fez com que os Botocudo se evadissem constantemente dos aldeamentos, como no caso de Santo Antônio da Cruz. Podemos deduzir que tal fato ocorreu no mesmo ano, em que devido às dificuldades de nomeação de missionários em quantidade suficiente para o atendimento dos aldeamentos instalados e aos que se pretendiam construir para a atração de novos grupos, o Diretor Geral dos Índios apresentou como solução a extinção de Santo Antônio da Cruz:

"Poder-se-ia dispensar Frei Francisco Antônio de Falerno da Missão de Santo Antônio da Cruz, onde somente onze famílias de catecúmenos residem e que podem se unir às da aldeia de Catolê"... (MADUREIRA, 04/11/1853;ms). O fato do Diretor indicar Catolê como alternativa para a localização dessas onze famílias, indica claramente que as que ainda permaneciam em Santo Antônio da Cruz eram Mongoyô e não Botocudo, pois o próprio autor reconhecia que os Botocudo não aceitavam viver no mesmo aldeamento com os Mongoyô ou Kamakã. (MADUREIRA, 28/05/1853;ms).

No ano de 1855 o relatório apresentado confirma o afastamento dos Botocudos:

"Na aldeia de Santo Antônio da Cruz restam apenas trinta Kamakãs' por se terem os outros passado para Catolê, pelo que foi removido o missionário para as matas do Prado na Comarca de Caravelas, onde o ano passado apareceu uma horda de quarenta selvagens, que se conservou tranquila. Mas outras hordas têm vindo e repetido as suas excursões pelas fazendas dos agricultores que receiam estragos na sua imaginação presumem, os fazendeiros, que esses indígenas ' passam de mil. O missionário Frei Francisco Antonio de Falerno, cuja mansidão e maneiras afáveis o tornaram tão aceito dos Kamakãs' de Santo Antônio da Cruz, partiu para essa nova missão a 18 do ' corrente, vencendo uma cônica de 320\$000 pelo cofre provincial e 300\$000 de gratificação pelo cofre geral por deliberação do Exmo. Presidente da Província, precisando ele de faculdades concedidas pelo Exmo. Ordinário do Rio de Janeiro, a que pertence a Freguesia do Prado, para cura das almas". (MADUREIRA, 31/01/1855;ms).

O resultado prático do deslocamento do missionário para a área considerada de maior importância pelo governo provincial, e da dificuldade em obter-se substituto, foi o de que se deliberasse pela extinção do aldeamento de Santo Antônio da Cruz. Os Kamakã seriam transferidos para outra área, e os recursos a serem gastos no local foram realocados para os índios das matas do Prado, região prioritária dentro da orientação indigenista vigente, que se preocupava fundamentalmente com os destinos dos grupos enquanto representavam ameaça à expansão dos fazendeiros, e podiam apresentar interesse como mão-de-obra aproveitável (MADUREIRA, 10/01/1856;ms).

Os Botocudo do aldeamento de Santo Antônio da Cruz, após se instalarem em Catolê, Barra do Catolê e Saco do rio Pardo, optaram por regressar para Santo Antônio da Cruz, o que motivou a nomeação de um novo missionário que passaria a dirigí-los, uma vez que: "Os Botocudos são mais de noventa e o missionário deverá evitar que eles voltem para as matas ou infestem as estradas entregues a si mesmos" (MADUREIRA, 22/10/1856;ms).

As dificuldades de nomeação de um missionário para cada aldeamento determinou com que, no caso concreto, se estipulasse a indicação de um religioso, que não era presbítero, e que estaria sob a

direção de outro situado no aldeamento de Catolê (LIMA, 14/05/1856; ms). Isto indica o caráter provisório que se pretendia dar ao aldeamento de Santo Antônio da Cruz. No entanto, os problemas enfrentados pela população local, com a circulação constante de grupos Pataxó, com que o aldeamento fosse mantido até o ano de 1875, quando um Decreto Provincial determinou a sua extinção e suas terras foram alienadas, desconhecendo-se o que aconteceu com a sua população.

Hoje a área do antigo aldeamento de Santo Antônio da Cruz é Inhobim, distrito do Município de Vitória da Conquista, pertencente à micro-região do Planalto da Conquista, onde predomina a atividade agro-pecuária. Tem uma população de 9.594 habitantes, sendo 733 sediados na zona urbana e 8.861 na rural. A população de Inhobim representa 5,5% da população total do município. (IBGE, VI, 1981:23), e não temos notícia de que ali haja remanescentes indígenas.

Pelo que podemos concluir a partir da documentação disponível, as aldeias das bacias do rio Pardo e do Cachoeira ou Colonia, e mais o aldeamento de Olivença, justificavam-se economicamente por estarem incluídas na rota comercial entre Ilhéus e Minas Gerais, com uma radial para Vitória da Conquista. Estabelecia-se ali um comércio próspero entre o litoral, centro produtor de artigos regionais como o sal e importador-distribuidor de manufaturados, e o interior, principal área de criação de gado e produtor de artigos derivados.

Os padrões estabelecidos para estes aldeamentos seguiam procedimentos que visavam atingir os objetivos bem definidos, e repetidamente apontados: liberação das terras pela redução do território ocupado pelos grupos indígenas e preparação dos índios aldeados para o exercício das atividades que lhes eram destinadas no processo de ocupação. Os aldeamentos transformavam-se em unidades produtivas de subsistência, capazes não só de alimentar a sua própria população como também garantir excedente a ser vendido às tropas de mercadores e tropeiros. Empregavam-se, os indígenas como diaristas nas fazendas dos colonos, principalmente nos períodos de plantio e colheita. Mas a sua principal atividade era a de abertura, conservação e policiamento das estradas e núcleos urbanos nacionais. Esporadicamente eram usados também para combaterem os

quilômbolas instalados entre os rios de Contas e Cachocira (VASCONCELOS, 20/06/1853;ms), além dos índios não aldeados.

Com tudo isso, caracteriza-se os aldeamentos com núcleos de concentração para ser reserva de mão-de-obra, a ser utilizada em atividades produtivas ou guerreiras.

A criação de aldeamentos na região obedeceu, normalmente, ao princípio de aproveitar as aldeias já existentes, porém constantemente surgiu a necessidade de transferir sua população para áreas consideradas prioritárias na manutenção do comércio por rotas seguras e cômodas.

Observamos que no início da segunda metade do século XIX as principais razões de conflito entre os índios e os colonos não era a disputa de terras. Devido a baixa densidade populacional na região, a preocupação fundamental era a apropriação da mão-de-obra, fator importante para garantir o desenvolvimento local. O trabalho indígena se orientava no sentido de criar a infra-estrutura necessária à implantação dos empreendimentos agrários e pecuários, mas principalmente viários.

O índice de mortalidade dos grupos indígenas aldeados deve ter sido elevado, o que fazia com que os novos grupos contactados fossem colocados nos antigos aldeamentos sempre que havia interesse na sua manutenção nos locais em que se encontravam. Quando, no entanto, não mais havia interesse na permanência deles o que se observava era o deslocamento da população para outro local, onde fosse considerada ainda essencial a mão-de-obra indígena para a implantação da infra-estrutura local, ou mesmo para obter a presença de missionário, ou a aplicação de recursos por parte do governo provincial e imperial em obras de interesse dos colonos nacionais.

A adoção de trabalhos que não os de agricultura provocava sérias desarticulações no sistema produtivo indígena, o que gerava uma sensível redução na produção de alimentos e se refletia não só no padrão de vida dos índios, como também na sua capacidade de comercialização. Isto provocava severas críticas por parte dos missionários, que sempre alegavam o caráter indolente e preguiçoso dos seus dirigidos.

A redução de verbas destinadas pelo Governo Imperial para a Província da Bahia aplicar na catequese obrigou o Governo Provincial

a definir mais claramente as prioridades na aplicação das verbas. consequentemente, recursos eram tirados dos aldeamentos do norte, aceleravam-se as decisões para sua extinção com a entrega das terras aos ocupantes nacionais, que já viviam na área como arrendatários, está, aliás, fora a primeira fórmula encontrada para garantir renda suplementar a ser aplicada em outras localidades, preferencialmente as do sul da província, área de recente ocupação.

Aliando-se ao problema de falta de recursos, que dificultava o pagamento das cômguas e ainda a formação de reservas para compra de instrumentos e construções indispensáveis ao progresso do aldeamento, havia ainda o problema da carência de missionários. A solução encontrada foi a de nomear o mesmo para mais de um núcleo, o que repetidas vezes provocou atritos entre os grupos administrados pelo mesmo missionário. Além disso tornava a assistência insatisfatória, gerando desagrado e fuga dos indígenas.

Cremos, entretanto, que a política de aldeamentos, apesar das duras críticas que sofriam por parte dos administradores provinciais, atingiu os objetivos que se propunha, como poderemos observar nas conclusões.

CONCLUSÕES

A região que escolhemos como objeto de análise caracteriza-se por se ter mantido economicamente isolada durante o período colonial. As razões disso foram as características físicas do litoral, que, retilíneo e pouco articulado, além de exposto aos alíseos, tornava a atracação difícil. Mesmo as barras de seus inúmeros rios caracterizavam-se por apresentar um processo constante de assoreamento, o que, combinado com o fator anteriormente citado, criava sérios precalços ao desenvolvimento das atividades planejadas para a área, pois estas dependiam de portos adequados, que permitissem a exportação dos produtos agrícolas, inserindo os produtores no mercado internacional, assim seria gerado o capital necessário para os investimentos indispensáveis à expansão dos espaços cultivados, e possibilitada a incorporação crescente de força-de-trabalho assalariada, em parceria ou escrava.

Essas dificuldades criaram obstáculos de difícil superação, como se pode constatar acompanhando as mudanças administrativas sofridas pela Capitania de Ilhéus, que passou da família de Jorge Figueiredo Correia para a de Lucas Giraldes, sendo finalmente confiscada pela Coroa Portuguesa. A falta de alternativas econômicas terminava com que a região não se tornasse objetivo suficientemente interessante para a fixação de colonos e mesmo para a aquisição de escravos, que realizassem as atividades produtivas necessárias ao desenvolvimento local.

Outro fator relacionado com a rarefação da população portuguesa na capitania era a dificuldade de estabilizar o sistema de dominação e exploração dos grupos indígenas locais. Inicialmente, estabeleceram-se relações de escambo de caráter mais ou menos pacífico, nas quais predominava uma relativa simetria definida pelo caráter de igualdade estabelecido nas trocas entre produtos manufaturados, possuídos pelos colonos, e produtos alimentícios, produzidos pelos indígenas. Porém, à medida em que as atividades econômicas implantadas pelos portugueses exigiam o concurso de trabalhadores e a ocupação de maiores espaços de terra para o cultivo de produtos comercializáveis a nível de mercado internacional, as relações interétnicas se transformaram, assumindo características

acentuadamente competitivas e guerreiras, que podem ser exemplificadas pela revolta dos Tupiniquim nos meados do século XVI e pela guerra desencadeada aos Aimorê, nos fins do mesmo século. A predominância numérica da população indígena sobre a portuguesa fez com que houvesse uma involução econômica, gerando o agravamento das condições de vida da população e o abandono do projeto agrário-esportador, transformando a região num centro produtor de artigos de subsistência, capazes de garantir a reprodução da população, mas incapazes de gerar atrativos para o ingresso de novas levas de colonos e de capital que revitalizasse a economia. Principalmente, com a transformação da capitania em domínio administrativo da Coroa, os investimentos cessaram.

Essa interrupção de investimentos deveu-se, também, à nova orientação pensada para a área. Dentro do quadro econômico da época, as capitamias de Ilhéus e Porto Seguro tornaram-se importantes zonas estratégicas que deveriam ser mantidas como matas fechadas, dificultadoras do acesso à região das minas de ouro da capitania de Minas Gerais. As únicas derrubadas pensadas e permitidas eram as que se destinavam ao fornecimento de madeiras para a Marinha Real. Consequentemente, a região tornou-se privilegiada para os grupos indígenas, que puderam manter-se, nas áreas mais interiores, afastados do processo de expansão da sociedade nacional, o que lhes permitiu, até o século XIX, manter seus padrões sociais e a integridade de seus territórios, enquanto o Norte da província da Bahia, e, principalmente seu litoral, enfrentava fortes pressões e grave desarticulação das sociedades indígenas.

A região do sul da Bahia, e particularmente a compreendida entre os rios Colonia ou Cachoeira e o Pardo, começou a oferecer interesse econômico capaz de motivar a expansão e fixação de colonos e fazendeiros a partir do início do século XIX, quando as novas atividades econômicas, pecuária principalmente, exigiram mercados que fossem também centros distribuidores de produtos manufaturados além do sal, artigo típico do litoral. Na capitania da Bahia, o centro pecuário responsável pelo aceleração econômico da região sul teve como foco central a Imperial Vila de Vitória, grande centro criador e de comercialização do gado local, de outras regiões da Bahia e de Minas Gerais.

Em decorrência da necessidade da criação de corredores comerciais, iniciou-se o desbravamento sistemático das matas interiores do sul da Bahia. Os eixos escolhidos para a efetivação do comércio acompanhou as margens dos grandes rios, que têm como característica geral o fato de nascerem em Minas Gerais e correrem no sentido W-E, vindo desaguar no Oceano Atlântico e tendo nas suas fozes vilas ou povoados que simultaneamente, se constituíam em mercado local e em entreposto de comércio marítimo.

A necessidade de criar uma infra-estrutura capaz de oferecer condições mínimas de segurança e apoio às rotas comerciais fez com que a política adotada para os grupos indígenas da região se concentrasse na meta de forçar a sedentarização dos grupos próximos aos cursos dos rios. A criação de aldeamentos visava liberar aquelas rotas, o que ofereceria a necessária segurança e também a criação de unidades produtivas de artigos de subsistência, capazes de suprir as necessidades dos viajantes. Além, foi fundamental o treinamento de índios para o combate aos grupos que fixados em territórios mais distantes das margens dos rios, esporadicamente atacavam as tropas.

As duas áreas nucleares na região foram os médios cursos do rio Pardo, povoado e desenvolvido a partir da Imperial Vila de Vitória e do rio Cachoeira ou Colonia a partir de Ilhéus. A colonização do primeiro atingiu aos Kamakã e Mongoyô, que foram aldeados em Barra do Catolê, Catolê, Cachimbo, Lagoa do Rio Pardo, Saco do Rio Pardo e Santo Antônio da Cruz (Vide Mapa 4). E a do segundo deu origem às aldeias de São Pedro de Alcântara ou Ferradas e Barra do Salgado. Os dois aldeamentos marginais a essas áreas foram o de Olivença, que já havia sido criado no século anterior, e o do Salto do Rio Pardo, único na margem direita deste rio. Os grupos aldeados no eixo do rio Colonia ou Cachoeira foram os Kamakã, Botocudo e Tupiniquim (Vide Mapa 4). Na área do médio curso do Pardo, o aldeamento Botocudo foi feito em fase posterior, e realizado com o concurso dos Kamakã e Mongoyô.

Pelo menos grande parte dos grupos indígenas atingidos pela frente de expansão pecuária e pelas tropas de comércio na primeira metade do século XIX viveriam, segundo a documentação, em estado de nomadismo. É difícil, entretanto, avaliar com precisão a acuidade

dessas observações, sendo preciso reservas quanto à sua aceitação. Por outro lado, para muitos desses grupos ignoramos se o nomadismo seria original, ou, pelo contrário, resultado da competição estabelecida entre eles e a sociedade nacional em função da posse de terras, assim como dos efeitos disruptivos provocados pela de população, resultante dos ataques que sofriam e da contaminação, intencional ou não, por doenças "civilizadas".

Excetuando-se o aldeamento de Olivença, no qual viviam remanescentes Tupiniquim, os demais eram habitados por Kamakã, Mongoyô e Botocudo. Pertenciam ao tronco linguístico Macro-Jê e apresentavam, segundo tudo indica, semelhanças na organização social devido a uma tradição comum, à convivência em ambientes semelhantes, e ao fato de terem sofrido coerções similares, sendo obrigados a viver nos mesmos aldeamentos. Isto forçava-os a uma interação intensa levando à descaracterização das culturas originais. Podemos concluir que, em determinada etapa o que se constata era a existência de profunda interferência entre os vários sistemas sócio-culturais e a adoção final de um modelo alternativo e imposto pela sociedade nacional, ou seja, uma variante local do sistema desta última.

A bibliografia consultada indica que os Kamakã e Mongoyô praticavam agricultura no período pré-contato, enquanto os Botocudo são referidos como sendo grupos vivendo de caça e coleta, que teriam adquirido o conhecimento das técnicas agrícolas após o contato com a sociedade nacional. No entanto, alguns documentos acusam a presença de agricultura incipiente entre os Botocudo, o que nos leva a suspeitar da possibilidade desses grupos a terem praticado anteriormente ao contato.

Ainda que os grupos Jê tenham forte tendência ao fracionamento, cremos que a redução dos seus territórios, em decorrência da expansão da sociedade nacional, deve ter influenciado no sentido de acentuar aquela tendência. Assim sendo, estes grupos são descritos a todo o momento como vivendo em pequenos bandos com grande mobilidade, e sendo constantemente atacados pelos vários segmentos da sociedade nacional com os quais entravam em contato, fosse como resultado espontâneo do processo de ocupação de novas áreas, ou do destacamento de grupos de combatentes ou bandeirantes a quem o governo central encarregava de exercer o combate, ou permitia que

exercessem tal atividade em proveito próprio.

A precariedade das condições de vida dos grupos envolvidos no processo de ocupação de seus territórios, fosse por nacionais ou por outros grupos indígenas ainda bem organizados socialmente e em atividade guerreira, fez com que alguns pequenos grupos optassem por se aldearem "voluntariamente", considerando as possibilidades de uma vida com menor índice de agressões. No entanto, nem sempre esse sonho se concretizava. Os responsáveis pelos aldeamentos procuravam transformar os índios em combatentes a serem utilizados no policiamento das estradas e no combate aos grupos ainda não sujeitos ao jugo dominador da sociedade nacional, e, algumas vezes, até mesmo a quilombolas.

Em termos de política indigenista, a primeira metade do século XIX pode ser caracterizada como um retorno às características anteriores ao período pombalino. A volta da "guerra justa" e do direito ao aprisionamento dos indígenas para o uso indiscriminado em trabalhos desenvolvidos por particulares ou pelo próprio Estado parece-nos típico dos momentos de arranque da sociedade nacional na conquista de novos espaços. Estes seriam destinados à implantação de novas atividades econômicas pelos imigrantes, fossem eles recém-chegados da Europa, como aqueles que vieram com a Família Real, ou de outras regiões do país. A razão dessa migração interna pode ser compreendida ao considerarmos a estrutura fundiária das regiões já ocupadas, onde predominava o latifúndio açucareiro, principalmente, que por enfrentar crises econômicas responsáveis pela sua marginalização no mercado internacional não mais era capaz de absorver a mão-de-obra local em atividades produtivas. Criava-se, portanto, a figura do excedente de mão-de-obra e a solução encontrada era a de forçar ou estimular a sua migração para regiões de fronteira, onde deveriam conquistar novas áreas tomadas aos índios e estabelecer as condições necessárias para a posterior ocupação efetiva pelos grandes proprietários, que reproduziam a estrutura latifundiária na nova região.

Para garantir essa expansão e ocupação de novos espaços, criou-se e mobilizou-se todo um poder militar, representado por quartéis e destacamentos construídos junto às áreas em que se desencadeava a expropriação dos territórios indígenas. Esse estado de guerra perdurou até o momento em que se atingiu o equilíbrio definido pela

suficiência de terras e de mão-de-obra para as necessidades dos projetos econômicos do momento. É por isso que na primeira metade do século se desencadeou, na região em apreço, o processo de guerra e aldeamento forçado dos vários grupos e subgrupos que viviam na área. A segunda metade do século caracterizou-se pela consolidação do domínio, mediante trabalhos de catequese e preparação da mão-de-obra para a sua plena utilização, porque a estrutura econômica exigia o uso do trabalho indígena. Constata-se, assim, a existência de tres momentos na relação estabelecida entre a sociedade nacional e as comunidades indígenas, que eram atravessados de acordo com as exigências do modelo econômico nacional nos seus vários estágios de desenvolvimento. Assim podemos caracterizar o primeiro momento como aquele de introdução de trabalhadores nacionais. Nesta etapa, o grande objetivo estabelecido para as relações interétnicas é o de garantir novos espaços, conquista dos territórios tribais. Para isso desencadeia-se um movimento de guerra e agressão que levam à conquista e confinamento das populações indígenas em áreas previamente definidas, onde eram obrigadas a se sedentarizar e começavam a sofrer um processo de compulsão sistematicamente desenvolvido por agentes da sociedade nacional - diretores de aldeia, missionários, trabalhadores nacionais e fazendeiros vizinhos, apoiados por mecanismos de coerção social de que faziam parte os destacamentos e quartéis.

O objetivo de forçar a sedentarização dos índios em áreas restritas ultrapassava essa etapa inicial, e visava criar centros produtores de artigos de subsistência para serem comercializados pelos diretores e ou missionários, base essencial que garantia a manutenção das rotas de comércio. Outro objetivo dos aldeamentos era a de concentrar contingentes de mão-de-obra a ser preparada para a construção de infra-estrutura viária, essencial às atividades agrícolas já que permitiam o acesso ao mercado.

O segundo momento das relações interétnicas, é aquele em que se processa a exploração plena da mão-de-obra indígena já habilitada pela ação dos agentes acima citados. Outro indicador dessa etapa é a aceitação implícita, por parte dos brancos, do direito de uso da terra dos aldeamentos pelos indígenas. A razão dessa aceitação implícita parece-nos estar relacionada com o estágio de ocupação da área pela sociedade nacional. Por residir ali uma população

ainda rarefeita como consequência de as atividades ainda estarem em fase inicial de instalação sem terem ainda grandes atrativos econômicos, não se declara então a disputa pelas terras dos aldeamentos.

A grande disputa ainda se processa pelo direito ao uso do trabalho indígena, já que, complementando as razões para essa organização a população dos aldeamentos ainda representa uma parcela significativa da força-de-trabalho local.

A terceira etapa caracteriza-se como sendo aquela em que fatores demográficos, pertinentes tanto à sociedade nacional como à indígena, além dos econômicos, provocam alterações nas relações estabelecidas. O que se observa é a redução violenta da população indígena aldeada, provocada pelas altas taxas de mortalidade, assim como pela dispersão dos indivíduos. Esta deveu-se a seu engajamento em trabalhos fora da aldeia, em estradas ou na Marinha, a casamentos interétnicos e à incorporação definitiva de parcela dos habitantes como assalariados ou como pequenos proprietários por efeito dos estímulos criados com a oferta de lotes individuais aos índios que apresentassem "progresso" no aprendizado dos novos padrões culturais e sociais impostos pela sociedade nacional. Descompensando ainda mais a relação de forças entre os contingentes demográficos, o que se constata é que os bons resultados econômicos obtidos com a exploração de novos espaços atraem maior número de imigrantes, que buscam áreas em que se possam instalar e exercer sua atividade econômica. Agrava este processo, no caso da região em estudo, e cremos que em outras também, o fato dessa segunda leva de imigrantes ser composta de pessoas geralmente com recursos financeiros, próprios ou financiados por casas de exportação, que instauram na região uma estrutura latifundiária, deslocando, portanto, os antigos pequenos proprietários e estimulando a vinda de mais imigrantes. Estes destinados a se transformarem em trabalhadores assalariados, são atraídos pela esperança de virem a ser, eles também proprietários de terra. É a fase de concentração das propriedades (V. GARCEZ, 1977) modelo considerado ideal, na época, para os grandes projetos agrários. Nessa fase, portanto, a mão-de-obra indígena não tem mais relevância numérica e importância para o desenvolvimento local. Consequentemente, é abandonada à própria sorte.

No entanto, as suas terras assumem um caráter de vital importância para o processo de expansão do sistema econômico. Altera-se, portanto, o foco das disputas, que se concentra na expropriação das terras dos aldeamentos. A população indígena, entretanto, não é mais objeto de preocupação, sendo esta a fase em que o governo deixa de investir nessas unidades administrativas e causa sua falência que, posteriormente, justificará as medidas de extinção adotadas. O raciocínio usado foi o de que as terras estão sendo subaproveitadas, e não concorrem para o desenvolvimento do país. A rarefação da população indígena, provocada por fatores criados pela sociedade nacional, é outro fato insistentemente alegado, dizendo-se que uma população de pequeno porte não faz jus aos dispêndios governamentais e à retenção de áreas supostamente grandes.

Obtivemos, nos documentos consultados, um levantamento demográfico dos aldeamentos considerados, que, embora, precário e incompleto, podem dar uma idéia das flutuações demográficas que sofriam os aldeamentos:

ALDEAMENTOS	A N O S										
	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1857	1858	1859	1860	1861
São Pedro de Alcântara	300	300	196	110	128	130	-	106	-	306	-
Olivença	-	-	-	200	200	200	-	-	-	-	-
Barra do Catolé	-	-	-	90	98	115	-	-	-	-	-
Barra do Salgado	-	-	-	125	125	-	-	-	-	125	-
Salto do Rio Pardo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Católé	150	96	93	98	106	125	130	103	-	235	-
Saco do Rio Pardo	-	-	50	-	-	105	-	-	-	150	-
Lagoa do Rio Pardo	-	150	150	-	-	-	-	-	-	158	-
Cachimbo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santo Antônio da Cruz	140	53	20	71	30	20	-	-	-	-	-

Interpretar essas flutuações é, no entanto, difícil pois não se devem exclusivamente a fatores de ordem vegetativa; migrações, forçadas ou não, de indivíduos, de pequenos contingentes ou da população total têm de ser tomados em conta como intervenientes na redução demográfica de umas aldeias e incremento em outras. Basta lembrar os diversos motivos que levaram a deslocamentos de um aldeamento para outro, ou o regresso a floresta, descritos em ca-

pítulo anterior: os mais comuns eram a insatisfação com o aldeamento ou abandono deste pelo missionário, ou o reagrupamento de várias populações numa só aldeia. De qualquer modo, o quadro vale para dar idéia da população indígena da região nessa época. E, nos dois casos indicados acima é que o sistema interétnico já se encontrava no terceiro estágio, no qual a grande meta era a tomada das terras dos aldeamentos, já que a mão-de-obra não mais interessava.

Outro aspecto, que consideramos de grande relevância na análise do problema é o dos investimentos realizados pelo Governo Imperial ou Provincial nas atividades de catequese. Os recursos aplicados em áreas consideradas estratégicas e em momentos considerados vitais, destinavam-se, na realidade, a valorizar as terras a serem depois apropriadas por particulares diretamente ou indiretamente com a intermediação do Governo. Assim, talvez, possamos afirmar que a criação de um aldeamento indígena numa determinada área representava uma forma de valorização da região. Antes, esta era considerada inóspita, e conseqüentemente, sem valor econômico, porque ninguém nelas se podia fixar, antes pela carência de infraestrutura e de mão-de-obra do que pela insegurança, que, embora presente, não chegava a representar um obstáculo intransponível, como os próprios fatos demonstram. A criação de um aldeamento permitia, então, o surgimento da série de condições indispensáveis à valorização e conseqüente ocupação da área. Assim ele atrai recursos do Governo Imperial, justificados pela necessidade de incorporação dos "Índios brabos" ao "grêmio da civilização". Esses investimentos, no entanto, eram destinados a atividades que podem ser identificadas com a criação de infraestrutura indispensável ao desenvolvimento e valorização das terras, e não a beneficiar as comunidades indígenas, que pretensamente se deveriam tornar autônomas, economicamente falando.

Esse raciocínio poderia levar a supor que, quando tal meta fosse atingida, o grupo indígena passaria a gozar de relativa autonomia e a manter relações simétricas com a sociedade envolvente. Pensar-se-ia, até, na possibilidade desse grupo reencontrar as condições básicas que lhe permitiriam manter ou reorganizar seus padrões sociais e sua identidade étnica. No entanto, o que pudemos constatar leva-nos a crer que isso não chegava a se concretizar. O que pode-

mos comprovar é que quando a autonomia econômica dos aldeamentos era atingida ou estava prestes a sê-lo o Governo, pressionado pelos fazendeiros com interesses locais, eliminava o aldeamento entregando as terras aos representantes da sociedade nacional. Aos índios cabia, quando sobrassem, terras sob a forma de lotes individuais, o que descaracterizava a estruturação comunitária que permitia a sobrevivência do grupo indígena como uma sociedade com identidade própria. O governo, ao tomar tal atitude conseguia, de certa forma, reaver com grande margem de lucro, podemos supor, embora nos falte a respectiva contabilidade, os investimentos que havia realizado. Como agente capacitado a executar a venda, incluía no preço estipulado os melhoramentos introduzidos. Assim o Governo Imperial investia recursos que eram auferidos com as loterias bancadas pelo próprio Governo, e que depois, com a venda das terras, eram capitalizados pelo Governo Provincial.

Outra forma de valorização das terras dos aldeamentos eram os trabalhos de derrubada realizados por trabalhadores pagos pelo Governo Imperial. Isto, tanto para aqueles que delas se apropriavam diretamente, pelo uso da violência e sem a intermediação do governo, quanto para o próprio governo provincial, que, ao vendê-las, muitas vezes já produzindo, auferia consideráveis ganhos, sem que na realidade tivesse realizado qualquer tipo de investimento, se considerarmos que no caso da Província quem investia era o Governo Central.

Também as vilas e povoações se beneficiavam com a presença dos aldeamentos. Principalmente quando se atingia o estágio de arrendamento de suas terras. Em princípio, tais rendas reverteriam para as comunidades indígenas, que assim poderiam mais facilmente atingir a projetada autonomia financeira, passando a se auto-sustentar e a realizar investimentos que permitissem o desenvolvimento econômico do aldeamento. Mas, tais rendas, na realidade, eram desviadas para aplicação em outros aldeamentos que estivessem na fase inicial de implantação. O que caracterizaria, em determinados momentos e situações, o financiamento de projetos de interesse da sociedade nacional com o uso e aplicação de recursos auferidos pela exploração das terras indígenas, valorizadas em nome delas e com a aplicação do seu trabalho, extraído pelos agentes da soci-

idade nacional. Mas, além desse aspecto que podemos definir como de transferência de recursos, observamos também que muitas vezes as rendas auferidas com arrendamento das terras indígenas eram usadas para construções nas áreas urbanas, e até mesmo para pagamento dos vereadores das Câmaras Municipais.

A realidade dessas afirmativas pode ser comprovada no quadro estatístico que compõe o anexo da tese. Usamos para sua elaboração dados esparsos, sistematicamente coletados nos documentos pesquisados no Arquivo Público da Bahia, na seção referente à Presidência da Província. Trata-se de uma documentação não seriada apresentando dados incompletos, mas que, por se referir a dotações especiais, sempre justificadas no ato de solicitação, consideramos bastante elucidativa pois demonstra claramente quais os objetivos visados pela sociedade nacional, ao conceder verbas especiais para os aldeamentos. Observamos que as justificativas apresentadas variavam muito pouco, e que podem ser interpretadas à luz dos interesses dominantes da sociedade brasileira. Dos 54 itens referentes a justificativas apresentadas para a solicitação de verbas, cinco (9,25%) estão em branco, o que nos deixa com uma quantidade referencial de 49 pontos a serem considerados. Desses 49 pontos, cito (16,32%) dizem diretamente respeito à necessidade de promover a "pacificação" de grupos indígenas ainda não-aldeados, o que pode ser entendido, no quadro de análise que nos propusemos adotar, como sendo próprio do momento de expansão da sociedade nacional sobre os territórios ainda controlados pelos grupos indígenas. Por estarem as relações ainda naquela primeira etapa, que definimos como de arranque, o grande propósito dos investimentos estava voltado para forçar a sedentarização dos grupos indígenas. Assim, procurava-se liberar terras para a instalação de colonos atraídos pela perspectiva de se tornarem proprietários nas terras promissoras do interior.

Daqueles 49 pontos outros seis (12,24%) explicitam a necessidade de oferta de condições especiais e instrumentos, além de esmolas, que garantiriam a permanência dos índios aldeados no perímetro da aldeia, sob controle dos agentes da sociedade nacional. Podemos interpretar essa fase como sendo aquela intermediária, em que a sociedade nacional necessitava manter os grupos circunscritos e sob treinamento. Assim garantia-se não só a liberação das terras

como também o treinamento da mão-de-obra a ser utilizada na etapa subsequente, nas já descritas atividades de implantação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento local.

Referindo-se diretamente à implementação dos trabalhos agrícolas nos aldeamentos como forma de garantir a subsistência e a produção de excedentes comercializáveis, achamos seis (12,24%) justificativas apresentadas para a solicitação de verbas especiais. Encontramo-nos, portanto, já na fase de apropriação dos produtos gerados pelas atividades diárias dos indígenas nos aldeamentos sob a direção do missionário, que nos casos aventados exerciam também as funções de Diretores Administrativos.

No tocante ao item relativo à construção de igrejas e capelas, além da compra de alfaias e outros materiais necessários ao exercício da atividade missionária, encontramos seis (12,24%) referências. A incidência dessa solicitação pode ser entendida como algo 'perfeitamente coerente com a ideologia dominante na época, em que se confundiam as noções de civilização e cristianismo: o ato de 'tornar o índio num cristão significava a primeira etapa de sua incorporação à sociedade nacional, que era, antes de tudo, cristã.' Porém, além desse aspecto podemos ainda analisar o assunto por outro ângulo, de importância eminentemente política e de interesse dos missionários: a criação de capelas e, principalmente, de igrejas paroquiais implicava na criação da primeira condição para a transformação do aldeamento em vila ou povoado, já que esta era uma das condições básicas para a definição do local como área "civilizada": o reconhecimento eclesiástico da paróquia.

Encontramos, ainda, referências ao uso do trabalho indígena na construção de estradas, pontes, recuperação e conservação de estradas em número de dez (20,40%). A construção dessa infra-estrutura viária relacionava-se diretamente com as necessidades de implementação do comércio na região, além de ser um elemento essencial para a valorização dos terrenos, ao criar as condições básicas para o escoamento dos produtos agrícolas locais que começavam a se inserir no mercado. Essa criação da infra-estrutura viária facilitava o acesso às terras do interior, permitindo a expansão das áreas plantadas e o aumento da produção regional. Os resultados, consequência do trabalho indígena, eram apropriados pela sociedade nacional, fosse pelos seus membros particulares ao tomarem as terras

dos indígenas, ou pelo Governo Provincial ao arrendá-las ou vendê-las aos colonos nacionais. Esta etapa de plena utilização do trabalho indígena corresponde àquela etapa em que a exploração da região se processa de uma forma que poderíamos qualificar como de 'solidificação' da etapa inicial. A valorização das terras decorria das aplicações feitas nos aldeamentos - com derrubadas, plantios, garantia de mão-de-obra abundante e barata, além da citada infraestrutura viária. Como não há uma migração intensa devido ao caráter experimental e ainda pouco atrativo do empreendimento localizado não havia interesse nas terras porque as que já haviam sido liberadas na primeira etapa eram suficientes para a manutenção das condições de estabelecimento da exploração local naquele momento.

No tocante a atividades guerreiras por parte dos índios ao combaterem indígenas não-aldeados, vistos como permanente ameaça ao sucesso econômico da área - fosse por atacarem as estradas, vilas, povoações ou mesmo os aldeamentos - encontramos cinco (10,20%) indicações. Essa atividade é compreendida no quadro de análise, pois a "pacificação" dos índios ainda não-aldeados representava não só garantia para a continuidade das atividades produtivas instaladas na região, como também liberação de novos espaços a serem ocupados, num momento em que não se podia dispensar o concurso do trabalho indígena concentrado nos aldeamentos. Além da imagem de segurança transmitida aos imigrantes em potencial, essa "paz" garantia o clima especial capaz de permitir a fixação de novos colonos e a aplicação de capitais.

Os oito pontos restantes indicados como justificativas para o pedido de verbas especiais podem ser classificados como fatores eventuais e resultantes de problemas esporádicos e não enquadrados numa perspectiva mais ampla de metas políticas, estabelecidas para o trato do problema indígena. Incluem-se aí desde decisões sobre a compra de uma farmácia homeopática, até o transporte de índios "bravios" do ponto em que foram capturados para o aldeamento, ou mesmo viagens dos missionários para avaliação das condições de aldeamento dos demais grupos existentes na área.

Outro fator de relevância é a forma gradual de participação dos índios na economia de mercado. As formas possíveis variavam de acordo com o grau de integração dos indígenas à sociedade nacional e as características locais desta última. Num primeiro momento, os

índios, que podemos classificar como mantendo contacto intermitente, conforme classificação de Darcy Ribeiro (1970:231-235), travam relações aparentemente de caráter simétrico. São fornecedores de artigos silvestres que trocam por manufaturados. A sociedade nacional tem interesse muito mais político que econômico na manutenção desse caráter simétrico, já que essas relações transmitem aos índios a imagem da possibilidade de uma relação igualitária, fazendo com que aceitem mais facilmente o contacto permanente com a sociedade que eles ainda não percebem como dominante, porque não lhes mostrou sua verdadeira face. Num segundo momento, em que se estabelecem as relações de contacto permanente, que corresponde àquela etapa que identificamos como inicial na correlação de forças entre a sociedade nacional e as indígenas, a aparente simetria é rompida porque nas novas formas de relações que são estabelecidas, os primeiros objetivos propostos são alcançados: liberação de terras e confinamento dos índios em espaço reduzido e bem definido. Nessa ocasião, a inserção do indígena na economia do mercado se faz de forma acentuadamente marginal. Ele passa a ser treinado de acordo com as prioridades estabelecidas por particulares e pelo governo para a região. É um período de estufa no qual a ação desenvolvida está ainda voltada para a aprendizagem de novas formas de produção, já que posteriormente o índio vai ser usado de forma mais adequada às novas exigências do sistema. Esse período de treinamento, desenvolvido pelos missionários, no nosso caso, recebia dotações especiais do Governo Imperial, objetivando a superação dessa etapa no mais curto espaço de tempo possível.

Tal superação deveria culminar no momento em que os índios se tornassem capazes de produzir para o seu sustento, e também excedentes para mercado. O acesso a este, entretanto, não era feito diretamente pelos produtores, mas sim com a intermediação de agentes da sociedade nacional, responsáveis pela administração dos primeiros. Na realidade eram eles os grandes controladores do processo econômico, desde a produção até a comercialização e aplicação da renda auferida, que escapava do poder decisório dos produtores para se situar na esfera de domínio da sociedade nacional. Além da sua participação de forma indireta no mercado, como produtores, os índios também podiam participar como força-de-trabalho manipulada pelo Governo para uso em atividades de construção de estradas ou criação de infra-estrutura de apoio às rotas de comércio, ou, ain

da, para garantir a necessária reserva de mão-de-obra à implantação das atividades agrícolas na região.

Após essa etapa as relações estabelecidas entre a sociedade nacional e os grupos indígenas não mais eram calcadas nas necessidades de uso do trabalho dos índios, pois a quantidade de trabalhadores nacionais já era bastante elevada, enquanto a de indígenas tornou-se reduzida em termos absolutos e proporcionais. Consequentemente, o grande objetivo a ser atingido era a conquista das terras que ainda pertenciam aos aldeamentos. Supunha-se que a etapa anterior¹ tinha conseguido atingir o objetivo de habilitar os índios ao exercício das atividades produtivas no quadro nacional. Assim os índios, ao perderem as terras, fenômeno que acontecia num período não muito longo, deveriam estar aptos a se tornarem trabalhadores assalariados, vendendo, portanto, uma nova mercadoria-a força de trabalho-, única que lhes restava a partir do momento em que se processava a separação entre o principal meio de produção que detinham, a terra, e o produtor. Havia, ainda, a possibilidade legal desses índios se tornarem pequenos proprietários rurais ao receberem lotes familiares como "prêmio" por sua aplicação na aprendizagem da nova ordem estabelecida pela sociedade nacional. A impossibilidade de os indígenas se tornarem efetivamente assalariados, habilitados e aceitos pelos regionais, não chegava a ser motivo de preocupação por parte da sociedade nacional, pois esta considerava que já havia atingido o que desejava: transformar o índio tribal em indivíduo inserido no mercado de trabalho regional, após a sua preparação e utilização plena nas várias etapas de incorporação da área à economia nacional e em alguns casos até mesmo internacional; ao que se somava a expropriação das suas terras, que passavam a integrar o patrimônio da nação público ou particular.

Outro aspecto que consideramos interessante é a possibilidade de os aldeamentos terem também funcionado, pelo menos na área que escolhemos como objeto de estudo, como núcleos experimentais para a introdução de culturas novas nas regiões a serem conquistadas. Essa possibilidade é por nós aventada em decorrência do caráter pioneiro, na região do cultivo do cacau e do café em tais dimensões nas áreas dos aldeamentos. Destacamos, dentre os demais, o de Ferradas ou São Pedro de Alcântara, que no ano de 1855, que na descrição do Diretor Geral dos Índios em seu relatório ao Ministro¹

de Estado e Negócios do Império, era assim descrito: "estes indígenas têm plantado 20 mil pés de café e 20 mil de cacau, arroz e mandioca, sendo a sua aldeia a mais florescente e dada a agricultura e a mais moralizada pela ação enérgica e a dedicação do missionário" (MADUREIRA, 31/01/1855, ms). Uma das razões que nos levam a crer nessa possibilidade é a similitude entre os aldeamentos indígenas e as colônias estrangeiras implantadas no sul da Bahia. Nestas colônias os investimentos eram feitos com recursos do Governo Imperial e não punham em risco capitais particulares, que só eram aplicados após comprovação do sucesso da cultura na região e de ter assegurado sua colocação no mercado. As vantagens desse processo vinham do financiamento estabelecido pelo Governo Imperial e realizado em áreas posteriormente apropriáveis, em caso de sucesso, ou abandonadas sem maiores preocupações juntamente com a população que nelas residia quando ocorria o insucesso. Era, portanto, uma forma subsidiada de realizar experiências agrícolas e de colonização.

A documentação compulsada permitiu-nos estabelecer um modelo geral dos passos estabelecidos pelos administradores para a criação de um aldeamento na segunda metade do século XIX, sob a direção dos capuchinhos.

O primeiro passo partia de notícias da existência de grupos hostis ou arredios na localidade em que se pretendia estabelecer a ocupação nacional. Normalmente, as notícias chegavam à Diretoria Geral dos Índios através de cartas, ofícios e petições nas quais os fazendeiros e ou colonos afirmavam que os índios ameaçavam constantemente a sua segurança e o sucesso dos investimentos realizados com a plantação de artigos a serem lançados no mercado. A decisão adotada era de imediato, a designação de um missionário, que geralmente era deslocado de um outro aldeamento, já considerado como apto a dispensar o concurso da ação de diretor.

O missionário ao chegar ao local fazia uma avaliação da realidade das informações e da possibilidade concreta de estabelecer o aldeamento planejado. Muitas vezes, o insucesso do projeto era determinado pela mobilidade dos grupos, o que fazia com que nem sempre os índios fossem localizados, o que levava a que o missionário voltasse ao ponto de origem ou ficasse à disposição do Prefeito do Hospício.

No entanto, quando o missionário obtinha sucesso na empreitada inicial, contratava homens nas povoações vizinhas que o ajudavam nos trabalhos preparatórios de instalação. As primeiras providências eram as de fazer derrubadas da mata, geralmente formando uma clareira. Em seguida, faziam a queimada e o plantio daqueles produtos essenciais para o sustento dos índios na fase inicial de acomodação dos futuros aldeados. Solicitava-se, então, ajuda aos moradores da região, sob forma de esmolas, mas principalmente recorria-se aos cofres do Governo Provincial para que este repassasse cotas de verba de cataquese.

A próxima atividade desenvolvida era a construção da casa a ser ocupada pelo missionário, que servia também de depósito para os produtos agrícolas colhidos e o material enviado pelo Governo para o estabelecimento do contacto. Esses objetos constituíam-se de manufaturados, ferramentas na sua maioria, além de carapuças e das tradicionais missangas, que apesar de terem pouca utilidade prática, deveriam exercer fascínio sobre os índios não-contactos, pois a frequência de pedidos de tal artigo era significativa e constante, não obstante o passar dos anos. A casa deveria ter amplas varandas, que seriam usadas provisoriamente para a celebração da missa.

Enquanto se aguardava a chegada do material solicitado, continuavam-se os trabalhos de preparação de novas roças destinadas não só ao sustento dos índios, mas quando possível e sendo a área propícia, a produtos típicos de mercado, no caso o cacau e o café. Construíam-se, ainda, bolandeiras para o fabrico de farinha a ser oferecida em abundância aos índios recém-instalados e ainda não capacitados a suprirem o seu sustento.

Chegado o material necessário para a atração, as roças estando em produção, o missionário internava-se nas matas em busca dos índios, deixando o aldeamento sob administração de contratados pagos na forma de diárias e alimentação (aguardente, carne-de-sertão, farinha). O frade encarregado da atração viajava acompanhado de remeiros e guias, e usava canoas construídas no aldeamento. Transportavam o equipamento recebido para o serviço de atração, alimentos, ferramentas e roupas, além do necessário para o culto religioso.

Escolhiam áreas próximas ao local em que se situavam os índios, erguiam uma cruz, junto à qual rezavam missas diárias. Construíam um

pequeno abrigo onde colocavam a bagagem trazida e se recolhiam à noite.

Geralmente, o missionário se fazia acompanhar de um "língua", encarregado de estabelecer os contactos iniciais e de servir de intérprete entre o missionário e os índios a serem encontrados. As esparsas indicações sobre como o contacto era estabelecido, permite-nos informar que o processo não era muito diferente daquele que conhecemos no século XIX:

"Fizeram-se-lhes alguns presentes de ferramenta, carapuças, farinha, carne, peixe, etc.: à vista d'isto alguns, que do mato nos espreitavam, foram-se aproximando, ainda que muito desconfiados, e reuniram-se em número de doze, sendo cinco mulheres, duas das quaes traziam os filhinhos agarrados ao ~~peito~~, e seguros unicamente por uma embira, que passando por uma cõxa d'elles ia dar ' volta na cabeça d'ellas. O bom tratamento recebido os tornou muito satisfeitos, e fez-lhes perder a grande desconfiança, enchendo-nos de abraços, batendo palmas, e gritando Jac-je-menú, termo de que se servem sempre para indicar paz e amizade: muito espanto, e mesmo medo, lhes causou a vestimenta do missionário, com quem à custo se familiarisaram, e a quem chamavam Ink-jac de Tupan, irmão de Deus, cuja existência elles conhecem, e de quem se temem até de pronunciar o nome, porque lhes não mande alguma trovada, segundo dizem na sua ignorância. Porque se lhes não augmentasse a desconfiança, fizemos conservar as canoas com a nossa gente na margem opposta do rio, que observavam com bastante temor, sem dũvida lembrando-se das traições de que tem sido victimas na villa do Prado, e em outros lugares; e poucos estivemos com elles.

Para vermos o effeito que n'elles faria a música, mandamos buscar a viola de um soldado, e ao toque d'ella alegres dançaram a seu modo.

Não havia proporções para ahi passarmos a noite; e como elles satisfeitos nos prometteram ir ao nosso encontro no morro d'Arara com toda a tribo d'ahi a dois dias, continuamos no fim da tarde a descer o rio para pern^oitarmos na Coroa d'Alegria.

O machado foi a ferramenta que mais lhes agradou, e de que pareciam conhecer o uso porque, logo que os recebiam, experimentavam

nas árvores se cortavam bem: em um momento desapareciam com os presentes e regressavam em busca de novos. Andavam pelo mato com a maior rapidez e só os víamos quando já muito próximos: estavam todos nus, os homens robustos, bem feitos, de semblante alegre, com as orelhas furadas; as mulheres são magras e uma grande roda de pão, que trazem metida rente os cabelos da cabeça, únicos que não arrancam. A compustuta do capitão Mac-Mec consistia em tres voltas de contas ao pescoço, de que fez brinde de duas ao juiz de Direito e uma ao Juiz Municipal. Aquelle sítio se deu o nome de - Encontro Feliz - : mostraram sentir a nossa separação e na margem do rio se conservaram batendo palmas até que perderam de vista as nossas canoas". (BARBOSA D'ALMEIDA, 1867:443-444).

Como pudemos observar pelo texto acima citado, a troca de presentes e a aceitação do diálogo eram os primeiros passos que levavam a uma aproximação maior e à possibilidade de convencer os índios a abandonarem os territórios ocupados e se mudarem para a área que lhes havia sido reservado. A mudança era geralmente demorada, porque exigia a criação, por parte dos índios, de novos hábitos de consumo, que só podiam ser atendidos e satisfeitos ao aceitarem sua incorporação ao sistema de dominação da sociedade nacional, único canal através do qual podiam ter acesso aos produtos que passavam a ser importantes para seu sistema econômico. Além da sua submissão à sociedade nacional, que os tornava consumidores dependentes, era necessário também que os índios passassem a confiar nas novas relações estabelecidas. Daí porque nessa etapa inicial, os agentes responsáveis pelo contacto procurarem manter uma relativa simetria, estabelecendo o regime de trocas e tentando apenas lentamente assumir o controle social.

Havia casos, entretanto, em que eram os índios os que procuravam os missionários nos aldeamentos em fase inicial de criação ou já em funcionamento, e ali procuravam se instalar. As razões apontadas para tal fato ocorrer eram os constantes combates que esses grupos mantinham com outros indígenas desalojados de seus habitats pelo avanço da sociedade nacional, que, ao reduzir os territórios de caça e coleta disponíveis, acentuava a competição por recursos, além de terem que enfrentar essa pressão, também a competição se estabelecia diretamente com os nacionais pelas terras e recursos. Aldear-se sob a direção dos capuchinhos, que desenvolviam formas

de compulsão mais brandas, terminava por se tornar uma alternativa de sobrevivência mais viável que continuar uma luta sem quartel no interior das matas.

Após a instalação dos índios no aldeamento, era-lhes dado um prazo em que deveriam aprender a praticar a agricultura, necessária inicialmente para o seu sustento e mais tarde para a colocação de excedentes no mercado. Também alcançado através de produtos especialmente a ele destinados.

Superada essa fase, em que a aprendizagem das técnicas agrícolas era considerada como satisfatória, e estando os índios já habilitados ao exercício de outras atividades, eles recebiam treinamento em novas habilidades, estipuladas a partir das necessidades e exigências dos moradores locais. Outro tipo de treinamento estimulado era o de aprenderem as técnicas básicas necessárias à implantação e conservação de estradas. Uma das primeiras a serem construídas, logo após a instalação, era a que ligasse o aldeamento às demais povoações locais. Em nome da segurança e da necessidade de receber bens indispensáveis à sua vida, o que se fazia era inserir o aldeamento nas rotas comerciais e valorizar-lhe as terras com a criação da infra-estrutura viária, a qual, aliás, servia para acelerar a expropriação das terras da comunidade.

Outra meta estabelecida a curto prazo era a construção de casas de taipa para abrigar as famílias nucleares indígenas, já que esta arrumação espacial e a distribuição dos moradores em casas individuais eram um elemento essencial para o aceleramento da reorganização social nos moldes da sociedade nacional, pois eliminava os pontos referenciais de identificação e solidariedade. A construção dessas casas era muitas vezes quase contínua quando o aldeamento funcionava como centro catalizador das populações indígenas da região.

Novos investimentos eram feitos nos casos em que o aldeamento prosperava por estar ele numa região em que a expansão nacional ainda se fazia lentamente, e sua inserção no mercado estava em caráter experimental, embora já houvesse ocorrido o primeiro assalto aos territórios indígenas que resultara na criação do aldeamento.

Assim, alguns aldeamentos recebiam dotações especiais para a cons-

trução de mais engenhocas, alambiques, casas de farinha e outras unidades transformadoras dos produtos agrícolas plantados.

Sob este pano de fundo de caráter administrativo, o que se processava era a gradual desarticulação da estrutura social indígena pela imposição de novos padrões sociais referentes tanto à estrutura política, quanto à econômica e social. As pressões desenvolvidas atingiam, portanto, a todos os níveis da organização social, eliminando a possibilidade desses grupos manterem a sua sociedade em funcionamento e conservarem o seu padrão organizacional peculiar.

O grande símbolo de integração efetiva do aldeamento e seus moradores à sociedade nacional era a construção de uma igreja em seu perímetro. Nesse momento, os organizadores do aldeamento, capuchinhos no caso, estimulavam o reconhecimento da Igreja como sede paroquial, o que representava um avanço na importância do seu trabalho e uma prova incontestada do sucesso de sua missão entre os índios. Pode ser também entendido por nós que a presença de não-índios já começava a predominar na área. Para a comunidade nacional ali fixada, o reconhecimento da região como paróquia era também uma vitória significativa, pois representava um passo efetivo para descaracterizar a área como aldeamento indígena. A partir desse momento ficaria mais fácil a extinção e a transformação da antiga aldeia em povoado, ou vila a depender do seu desenvolvimento.

No referente ao problema da identidade étnica, as dificuldades que encontramos para realizar uma análise baseada em dados concretos, levou-nos a optar por estabelecer uma série de hipóteses que consideramos como propostas abertas para pesquisas mais voltadas para esse ângulo do problema.

Uma das hipóteses que consideramos como possível é a de que a violência da expansão da sociedade nacional, na área, aliada ao sucesso da política indigenista aplicada, determinou com que as populações indígenas fossem, através de sucessivas gerações, perdendo a consciência de pertencerem originalmente a uma etnia diferenciada.

Creemos que a primeira geração de índios aldeados, assim como outras nascidas sob a administração dos missionários, teriam mantido sua identidade própria. No entanto, a ação desenvolvida pela sociedade

dominante através de seus agentes especialmente credenciados para o exercício de tal tarefa, e ainda de outros, envolvidos indiretamente a partir de seus interesses particulares, convergia para que fosse atingido o grande objetivo: a descaracterização dos grupos indígenas como etnias com identidade própria e contrastante com a da sociedade nacional. Os vários mecanismos de compulsão sofridos por esses grupos, nem sempre obtinham de imediato os resultados pensados. Assim, ao mesmo tempo em que procuravam tornar as populações em entidades genéricas, primeiro passo para a perda de identidade, a discriminação exercida no trato diário funcionava como um reforço diário para que as pessoas envolvidas no sistema de fricção interétnica não esquecessem as oposições que caracterizavam as suas posições no quadro de relações firmadas.

O ato de discriminar, acreditamos, funcionava, no caso, como uma via de duas mãos, em que jogavam forças antagônicas. Enquanto reafirmava posições, estimulava os discriminados a mudarem sua posição como única forma de promover a interrupção dessa forma de relação, principalmente pela manipulação da identidade étnica de forma que seja favorável à sobrevivência, em melhores condições, daquele segmento que não encontra um espaço adequado e não tem autonomia para decidir sobre sua própria situação. Por outro lado, desencadeia mecanismos defensivos e ofensivos que, em sentido contrário, conduzem à perpetuação do sistema discriminatório.

Trata-se, aqui, de relações tipicamente coloniais, em que um segmento etnicamente diferenciado exerce o domínio pleno e efetivo sobre o outro segmento, que, ainda que ocupando o mesmo espaço físico, é tratado como se fosse pertencente a um outro universo referencial. A grande preocupação do segmento dominante é determinar a incorporação dos demais grupos, inclusive através de casamentos e uniões, e assim efetivar a dominação em moldes mais contestados. É, na sua perspectiva, a assimilação a ser promovida ao longo de gerações, através de mecanismos de pressão e desprestígio aos que teimam em se manter como entidades com outra identificação que não a de "brasileiros". No entanto, o segmento dominante, é capaz também de oferecer estímulos e premiações aos que se dispõem a abandonar os antigos padrões comportamentais da sua sociedade de origem, e se submeterem aos ditames e ordenações que lhes são impostos: no caso, a oferta de lotes aos indivíduos que não mais se

comportavam como índios é excelente exemplo, embora não saibamos como isso afetava a identidade étnica.

Acreditamos que na região estudada o processo ocorreu seguindo essas linhas básicas. O que nos leva a crer em tal possibilidade são indícios observados quando da realização de trabalho-de-campo. A predominância do tipo físico marcadamente indígena entre os pequenos e médios proprietários da região nos faz supor que realmente ocorreu a incorporação individuada de pessoas à sociedade nacional como donos de pequenos lotes ou como assalariados, o que representa a possibilidade de a política indigenista ter obtido sucesso. Assim, teria se efetivado a proposta estabelecida pela sociedade dominante: a assimilação dos descendentes dos grupos indígenas aldeados - embora não destes últimos - em espaço de tempo não determinado. Isto, portanto, parece exigir que estudo futuro repense, teoricamente, a questão de integração e assimilação.

No entanto, outro fato nos leva a crer que esse processo não atingiu integral e necessariamente a todos os descendentes. Podemos ' levantar, então, a hipótese de que aqueles que não obtiveram os prometidos lotes ou os perderam para representantes da sociedade nacional teriam tido a tendência a manter ou reassumir a sua identidade étnica como forma reivindicatória, alguns anos mais tarde, quando condições especiais favoreciam a retomada, a mação e ou reformulação da identidade étnica perdida: a possibilidade de terem acesso a terras no Posto Indígena Catarina Paraguaçu-Caramuru. Por isso, esses índios, que ali se instalaram entre os anos de ' de 1937 e 1948 não mais eram capazes de se auto-identificarem como Kamakã, Mongoyô, Botocudo ou Tupiniquim, mas como índios de "Oliveira", "Santa Rosa", "Catolé", "Barro Preto" e de "Ferradas" (PARAISO, 1976).

Os remanescentes desses índios genéricos viveram na área do PI citado, juntamente com os recém-contactados Pataxô-Hãhãhã e Baenã, porém também aí o processo de expansão da sociedade nacional os ' foi atingir. A área inicialmente reservada pelo Governo do Estado da Bahia era de 50 léguas quadradas de florestas acatingadas e gerais, destinadas a que nela se recolhessem os índios não-contactados que se vinham mantendo em luta com os nacionais. Estes começavam a interiorizar a plantação de cacauais. A criação da reserva serviu como estímulo para a concentração dos remanescentes dos

demais grupos, já aculturados, que antes haviam vivido nos aldeamentos da área. O avanço, porém, das propriedades caçaqueiras terminou por aumentar as pressões, criando o ambiente adequado para acusações de que o Chefe do Posto, Telêsforo Martins Fontes, desenvolvia atividades comunistas na área da reserva. As consequências de tais acusações foram um ataque desencadeado pela Polícia Militar da Bahia e a redução da área do Posto Indígena, que ficou com 36.000 hectares. A nova demarcação reconheceu o avanço dos fazendeiros e criou duas unidades administrativas: o Posto Caramuru, dedicado aos índios recém-contactados, e o Paraguaçu, ocupado pelos remanescentes dos demais grupos antes existentes na região. A condição exigida para o recebimento de lotes era o de comprovar a sua ascendência indígena perante uma Comissão Permanente instalada no Posto Indígena, cujos critérios para a comprovação da condição exigida era o local de origem do indivíduo, sua aparência física e o fato dele se identificar como descendente de índios, fato que deveria ser confirmado por outras testemunhas.

No entanto, a administração do Posto Indígena encontrou uma fórmula de conciliação entre os interesses dos índios e a pressão exercida pelos fazendeiros no sentido de ampliar a área que ocupavam. Estabeleceu-se a política de arrendamentos temporários das terras da Reserva, reproduzindo antigas decisões em nome da mesma perspectiva de tornar o Posto Indígena financeiramente autônomo, o que permitiria satisfazer o interesse dos fazendeiros em explorar as terras pertencentes às comunidades indígenas. Seguindo etapas semelhantes às já vividas no século passado, os arrendatários iniciaram um processo de concentração de terras sob seu controle e a contestar o direito dos índios de manterem-se como ocupantes das terras da Reserva. Aos poucos, os indígenas foram sendo desalojados, as terras ocupadas pelos antigos arrendatários, determinando isto, inclusive, a venda do rebanho dos Postos porque não havia mais terras onde pudesse pastar. A fuga sistemática dos índios, forçada pela perda das terras e os constantes ataques e ameaças sofridas, servia de base para os argumentos apresentados no sentido de eliminar o Posto Indígena. Outra alegação recorrente era o adiantado estado de civilização dos índios, além do subaproveitamento das terras que ocupavam. Essa pressão culminou na desativação gradativa do Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu e o abandono dos índios à própria sorte.

Estabeleceu-se, desde então, grande polêmica entre o Estado da Bahia, com o seu governo representando os interesses dos fazendeiros e o Serviço de Proteção aos Índios, que deveria defendê-los. Apesar dos vários relatórios e as pressões dos fazendeiros, estes só conseguiram efetivamente desativar o Posto Indígena a partir de 1969.

O trabalho de campo que ali realizamos em 1976, na tentativa de oferecer bases para uma decisão definitiva para o problema, localizou 1.358 remanescentes indígenas distribuídos por vários pontos da antiga área dos Postos, assim como em regiões vizinhas. Os componentes dessa população dispersa vivem na sua maioria como assalariados dos fazendeiros que lhes tomaram as terras, mas outros exercem atividades distintas nas cidades vizinhas (motoristas, construtores de estradas, palhaço de circo e dirigente de sindicato rural, por exemplo). As mulheres que restam dos Pataxó-Hãhãhã e dos Baenã tornaram-se na quase totalidade prostitutas em Ilhéus, Itabuna e Canavieiras. Apenas cinco famílias de indígenas originadas de aldeamentos detêm posses na área da Reserva na qualidade de arrendatários de suas próprias terras, tendo pago as taxas exigidas pelo Serviço de Proteção aos Índios e pela Fundação Nacional do Índio; e quatro famílias Hãhãhã ocupam 1 hectare em torno do Posto Caramuru, vivendo da renda auferida com seu arrendamento a um fazendeiro.

Os arrendamentos não são cobrados pela FUNAI desde o ano de 1965, e, devido à omissão, os arrendatários vêm registrando as terras do Posto como proprietários particulares sob o incentivo direto do Governo do Estado da Bahia. A única medida adotada pela FUNAI data de 1977, quando decretou a Demarcação Administrativa da Reserva. Esta não se concretizou, porque os fazendeiros organizaram um pequeno levante armado, o que fez com que a firma vencedora da concorrência para os trabalhos abandonasse o local, alegando falta de segurança quanto ao exercício das tarefas para as quais fora contratada.

Até o presente momento a situação continua inalterada, sofrendo os índios, neste século, uma continuação do processo de expropriação de suas terras e de sua incorporação como força-de-trabalho explorada pelos fazendeiros locais. São objeto de permanente discriminação por parte dos moradores da área, o que os obriga a ne-

garem e manipularem sua identidade para conseguirem trabalho. Entretanto, continuam a manter consciência de pertencerem a outra 'etnia, manifestando-o claramente nos momentos de reivindicações 'das suas terras.

Creemos que a luta ainda está por se definir na área do rio Pardo. Resta-nos avaliar o sucesso da política indigenista ao tentar descharacterizar as comunidades indígenas, transfigurando ao longo de gerações sucessivas os índios tribais em índios genéricos e posteriormente em caboclos. Estes terminam, parece, e pelo menos em 'parte, por ter seus descendentes assimilados à sociedade nacional e sendo encarados como figuras algo exóticas, que afirmam serem 'descendentes de uma mítica "avó índia apanhada a dente de cachorro", sobre a qual resistimos a crer - embora nos pareça que pode ser mais real do que tendemos a pensar. De qualquer modo, o longo processo de persistência demográfica - se é que existiu - e transformação sócio-cultural é algo que deve ser retomado combinando a perspectiva da História, da Demografia e da Antropologia em pesquisa futura.

N O T A S

I Capítulo

- (1) - Os limites seriam: ao Norte, a ponta do Garcez, ao Sul a margem esquerda do rio Jequitinhonha, a Leste o Oceano Atlântico e a Oeste a linha de Tordesilhas.
- (2) - Dado ao caráter histórico deste trabalho optamos pela grafia mais corrente na documentação para os nomes tribais. Das regras estabelecidas pela Associação Brasileira de Antropologia, conservamos apenas a de manter no singular aqueles nomes (V. I Reunião de Antropologia, 1953 - Projeto de Convenção para grafia de nomes tribais, Revista de Antropologia, V.2, nº 2, dez. 1954; p.150-152; vol. 3, nº 2, dez. 1955, p.125-132, São Paulo).
- (3) - A relação econômica estabelecida entre "moradores" e latifundiários podia assumir várias formas quanto à cessão dos lotes dentro dos latifúndios. A primeira delas era de usá-la como forma de substituir o pagamento de salários ou complementá-los. Podia ser também uma maneira de extrair trabalho não remunerado monetariamente dos moradores nos momentos críticos da atividade agrícola - plantio e colheita. Outra possibilidade era a de estabelecer a obrigação dos moradores empregarem seus produtos para serem moidos nos engenhos das grandes fazendas, o que permitia aos latifundiários reterem parte da mercadoria como forma de pagamento. Havia ainda, os sistemas de "meia", "terça" e "quarta" que permitiam aos latifundiários se apropriarem de parcelas variáveis dos bens produzidos nos lotes dos moradores.

II Capítulo

- (1) - Embora desconheçamos dados particulares sobre tal orientação, consideramos que esta prática, comumente adotada para os escravos vindos da África, pode ter sido estendida também aos grupos indígenas. Procurava-se, com

esta medida, acelerar o processo de desintegração social e a adoção de novos padrões organizativos.

- (2) - Não tivemos acesso às fontes primárias devido a problemas decorrentes de barreira linguística ou da impossibilidade de conhecê-las, por não estarem publicadas.

III Capítulo.

- (1) - Deixamos de transcrever por ser excessivamente extenso, a proposta de reforma que faz o autor. Em suma, ele sugere que se intensificasse o processo de "dominação" dos índios, usando-se os métodos tradicionais, que seriam mais eficientes, obrigando-os a trabalhar, gerando recursos capazes de serem investidos na construção de Câmaras Municipais e infra-estrutura das vilas. Acreditava que com uma administração severa se romperiam os hábitos de indolência e preguiça "hereditários", responsáveis pelo não aproveitamento das riquezas naturais, terras e mão-de-obra, importantes elementos para o desenvolvimento do Brasil.
- (2) - Ao que parece, os Pataxó mantiveram, intermitentemente, contactos pacíficos em toda região; isto, entretanto, não contradiz o que dissemos quanto à sua atração e sedentarização tardias.
- (3) - Carlos Moreira Neto utiliza a classificação que citamos. Hilcete da C. Dória em seu trabalho "Localização das Aldeias e Contingente Demográfico das Populações Indígenas da Bahia entre 1850 e 1882" elaborada com base na documentação do Arquivo Público da Bahia, estabeleceu o seguinte: Catecúmenos, mansos, civilizados e arredios. Darcy Ribeiro estabeleceu outra classificação: Isolados, hostis, arredios, em contacto intermitente, em contacto permanente e integrados. Roberto C. de Oliveira optou por estabelecer um gradiente no sistema de fricção interétnica. Tentamos aqui estabelecer um quadro de equivalências entre as várias classificações:

AUTORES	C L A S S I F I C A Ç Õ E S	
OLIVEIRA	NÃO INCLUIDOS EM SISTEMA DE FRICÇÃO INTERÉTNICA	INCLUIDOS EM SISTEMA DE FRICÇÃO INTERÉTNICA
RIBEIRO	ISOLADOS, HOSTIS, ARREDIOS	CONTACTO INTERMITENTE, CONTACTO PERMANENTE, INTEGRADOS
MOREIRA	ISOLADOS, HOSTIS	ALDEADOS, INTEGRADOS, DESTRI BALIZADOS
DÓRIA	ARREDIOS	CATECÚMENOS, MANSOS, CIVILIZADOS

BIBLIOGRAFIA.

ABREU, Capistrano de -

- (1930) Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil, Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, R.J.,
- (1931) Ensaio e Estudos, Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, R.J.,
- (1945) Capítulos da História Colonial (1500-1800), Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, R.J.,

ACCIOLI E SILVA -

- (1874) Memória ou Dissertação Histórica, Etnográfica e Política sobre as Tribos Aborígenes que Habitavam a Província da Bahia ao tempo em que o Brasil foi conquistado, sobre as suas Matas Maduras e Animais que o Povoavam in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, R.J., nº 12;
- (1898) Memórias ou Dissertação sobre os indígenas e matas da Província da Bahia in Memória Histórica e Etnográfica e Política, Tipografia Portella, Bahia.

ACCIOLI E SILVA e AMARAL, Brás do - Memórias Históricas da Província da Bahia, Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1925.

AFONSO, Frederico M. A. e BARROCO, Hélio E. - Introdução à Região Cacaueira da Bahia, Brasil, CEPLAC, Ba., 1970.

AGOSTINHO, Pedro - Introdução ao Projeto de Pesquisa sobre as Populações Indígenas da Bahia, dat., Ba. s/d;

- (1972) Identidade e Situação dos Pataxó de Barra Velha, Bahia, dat., Ba.
- (1974) Identificação Étnica dos Pataxó de Barra Velha, Bahia In Memórias de Antônio Jorge Dias, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, I. A. C., Lisboa.

AGUIAR, Durval Vieira de - A Província da Bahia, Ed. Catedra, R.J., 1979

AGUIAR, Manuel Pinto de - A Zona Cacaueira, Livraria Progresso Ed., Ba., 1960.

ALENCAR, Maria Helena - Aspectos da Concentração de Produção de Cacau e da Estrutura Fundiária na Região Cacaueira, CEPLAC, Ba., 1970.

AMARAL, Brás do -

- (1921) Recordações Históricas, Typographia Econômica, Porto, 1921;
- (1923) História da Bahia do Império à República, Imprensa Oficial da Bahia, Ba., 1923.

- ANCHIETA, José de - Cartas, Editora da Academia Brasileira de Letras, R.J., 1933.
- ANDRADA E SILVA, José B. de - Apontamentos para a Civilização dos Índios Bravos do Brasil in Homenagem a José Bonifácio, Ed. do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, R.J., 1910.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA - Projeto de Convenção para a Grafia de Nomes Tribais in Revista de Antropologia, Vol. 2, nº 2, dez de 1954, pp 150-152, vol. 3, nº 2, dezembro de 1955, pp 125-132, S. P., 1955.
- AUGEL, Johannes e GUERREIRO, Antônio - Monocultura e Urbanização na Região Cacaueira da Bahia, dat, Ba., 1974.
- AVE-IALEMANT, Roberto - Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859, 1ª Vol. Instituto Nacional do Livro, R.J., 1961.
- AZEREDO COUTINHO, J.J da C. - Obras Econômicas, Ed. Nacional, S.P., 1966.
- AZEVEDO, Antônio M. de - Relatório Apresentado ao Exmº Sr. Capitão Secretário de Estado de Segurança Pública pelo Coronel Comandante das Forças em Operação contra a Célula Comunista do P.I. Catarina Paraguçu, dat, 1936.
- AZEVEDO, João Lúcio de - Épocas de Portugal Econômico, Esboços de História, Livraria Clássica Ed. Lisboa, 1978.
- AZEVEDO, Thales -
- (1976) Italianos e Gaúchos: os anos Pioneiros da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, Instituto Estadual do Livro, Porto Alegre.
 - (1976) Catequese e Aculturação in SACHEDEN, Egon - Leituras de Etnologia Brasileira, Cia. Editora Nacional, S.P.
- BAENA, Antônio L. M. - Observações ou Notas Ilustrativas sobre o Projeto de Estrada da Cidade da Bahia para o Rio de Janeiro, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T.V, Ed Imprensa Americana, R.J., 1843.
- BAGU, Sérgio - Tiempo, Realidad Social e Conocimiento, Propuesta de Interpretación, Ed. Siglo XX, Buenos Aires, 1970.
- BALANDIER, Georges - Sociologie Actuelle de l'Afrique Noire, Presses Universitaires, Paris, 1955.
- BALDUS, Hebert -
- (1960) Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira, Publicação da Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, S.P, 1954.
 - Antropologia Aplicada e o Indígena Brasileiro, in Revista Anhembi nº 40, pp 257-266, S.P.
 - (1962) Métodos e Resultados da Ação Indigenista no Brasil, Revista de Antropologia, vol. X, nºs. 1/2, pp 27-42, São Paulo.

- (1969) Ensaio de Etnologia Brasileira, Cia. Editora Nacional, Brasília, 1969.
- BANDEIRA, Maria de Lurdes - Os Kariris de Mirandela, Um Grupo Indígena Integrado, Ed. da UFBA., Ba., 1972.
- BARBOSA, J. da C. - Qual seria o melhor sistema de colonizar os índios entrados em nossos sertões?, Revista de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T. II, Typografia de J. E. S. Ca., R.J., 1840.
- BARBOSA d'ALMEIDA, Luis A. - Viagem as Vilas de Caravelas, Viçosa, Porto Alegre e aos Rios Mucury e Peruípe, Revista de História e Geografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T. VII, Tipografia Ignácio da Silva, R.J., 1867.
- BARROS, Francisco Borges de -
As Fronteiras de Ilhéus, Tipografia e Encadernadora do Liceu de Artes e Ofícios, Ba., 1923.
Terras da Bahia, vol. 2, Archivo Histórico, Imprensa Oficial da Bahia, Ba., 1924.
- BEEUREPAIRE-ROHAN, H - Conquista, Cataquese e Civilização dos Selvagens do Brasil, Revista de Ensaio Filosófico Paulistano, S.P., 1852.
- BENCI, Jorge - Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos, Ed. Grjalbo, S.P., 1977.
- BRITO, João R. de - Cartas Econômicas Políticas sobre a Agricultura e Comércio da Bahia, Ed. da Imprensa Oficial da Bahia, Ba., 1924.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio -
 (1957) Caminhos e Fronteiras, Livraria José Olímpio Ed. R.J.
 (1971) História Geral da Civilização Brasileira, Difusão Européia do Livro, S.P.
- CALDAS, José Antônio - Notícia Geral dessa Capitania da Bahia, 1744, Ed. Fac. simulada, Bahia, 1949.
- CALDEIRA, Clóvis - Fazendas de cacau na Bahia, dat, s/d.
- CALMON, Francisco Marques de Goes - Vida Econômico-Financeira da Bahia, Elementos para a História de 1808-1899, CPE, Ba., 1978.
- CARVALHO, Maria Rosário G. de - Os Pataxó de Barra Velha, seu Subsistema Econômico, dat, Ba., 1977.
- CASAL, Manoel Aires - Corographia Brasílica (1816), Ed. Imprensa Nacional, R.J., 1945.
- The CATHOLIC ENCYCLOPAEDIA - The Universal Knowledge Foundation Inc., N.Y., 1913.
- COSTA, João Gonçalves - Artigo sobre a Colonização do Sul da Bahia in Gazeta da Bahia; 14, 21 e 28/07/1818.

- COUTO MAGALHÃES - Memórias sobre Colonias Nacionais e Indígenas, Tipografia da Reforma, R.J., 1875.
- DENIS, Fernando - O Brasil, vol.2, Livraria Progresso Ed.,1955.
- DEBRET, Jean Baptiste - Viagens Pitorescas e Históricas do Brasil, Ed. Martins, S.P.,1940.
- DIAS, Gonçalves - Brasil e Oceania, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico do Brasil, R.J.,1867.
- DÓRIA, Hildete da C. - Localização das Aldeias e Contingente Demográfico das Populações Indígenas da Bahia entre 1850-1822, dat, Ba.,1976.
- EHRENREICH, Paul - Contribuições para a Etnologia Brasileira, in Revista Museu Paulista. N.S., vol. II, pp 7-135, S.P.,1948.
- ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, William Benton Publisher, Vol.9.N.Y.,1972.
- EMMERICH, Charlotte e MONSERRAT, Ruth - Sobre os Aimoré, Krens e Botocudos, Notas Linguísticas, Boletim do Museu do Índio nº 3, Minter R.J., outubro de 1975.
- FERNANDES, Florestan -
- (1963) Organização Social dos Tupinambá, Difusão Européia do Livro,S.P.
 - (1971) Os Tupi e a Reação Tribal à Conquista in História Geral da Civilização Brasileira, organizada por Buarque de Holanda, Sergio, ' vol. I, Difusão Européia do Livro.
 - (1975) Um Balanço Crítico da Contribuição Etnográfica dos Cronistas in Investigação Etnográfica no Brasil e outros Ensaios, Ed. Vozes , Petrópolis.
 - (1975) Investigação Etnológica no Brasil e Outros Ensaios, Ed. Vozes, ' Petrópolis.
- FERRARA, Venanzio de - De missione dei Cappuccini nell Provincia di Bahia, Genova,1892.
- FERREIRA, Manoel Jesuino - A Província da Bahia, Apontamentos, Typografia Nacional, R.J., 1875.
- FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil, Cia Editora Nacional, S.P.1974.
- FOULQUEIER, S.J.,Joseph H. - Passados 4 séculos, Jesuítas no Norte, Edição Comemorativa do 4º Centenário da Companhia de Jesus, Ba,1940.
- GALVÃO, Eduardo -
- (1973) Índios do Brasil: Áreas Culturais e Áreas de Subsistência, Ed. ' da UFBA, Ba.
 - (1979) Índios e Brancos no Brasil, Encontros de Sociedade, Ed. Paz e Terra, R.J.
- GARCEZ, Angelina N.R. -
- (1977) Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Itabuna-

- Ilhéus, 1890-1930, dat, Ba.
- (1981) Instituto de Cacau da Bahia, Meio Século de História, Secretaria de Agricultura e Instituto de Cacau da Bahia, Ba., 1981.
- GARCEZ, Angelina N.R. e MATTOSO, Kátia - Introdução ao Estudo dos Mecanismos de Formação da Propriedade no Eixo Ilhéus-Itabuna em 1890-1930, dat, 1978.
- GIBSON, D. D. - A Bibliography of Anthropological Bibliographies: The American Current Anthropology, vol I, nº I.
- GUÉRIOS, Rosário F. M. -
- (1944) Estudos sobre a Língua Camacã, Vocabulário, Notas Gramaticais e Investigações Etnológicas, Revista dos Arquivos do Museu Paranaense, vol IV, Paraná.
- (1944) Entre os Botocudos do Rio Doce, in Gazeta do Povo, 18, 20 e 21 de junho de 1944, Curitiba.
- GUIMARÃES, Alba Zaluar - Desvendando Máscaras Sociais, Livraria Francisco Alves Ed., R.J., 1975.
- GUIMARÃES, Alberto Passos - Quatro Séculos de Latifúndio, Ed. Paz e Terra, R.J., 1977.
- HANBURY-TENNYSON, R - A Question of Survival for the Indians of Brazil, Scribners, N. Y., 1973.
- HARNECKER, Marta - O Capital: Conceitos Fundamentais, Ed Parma, S.P., 1978.
- HAUCK, João; Fragoso, Gugo; BEOZZO, J.O.; GRIJP, Klauss V.; BROD, Bemo - História da Igreja no Brasil, Ed. Vozes, Petrópolis, 1980.
- HORTA BARBOSA, L.B. - Pelo Índio e pela sua Proteção Oficial, Comissão Rondon, R.J., 1923.
- IANNI, Octávio - Raças e Classes Sociais no Brasil, Ed. Civilização Brasileira, R.J., 1972.
- IBGE - Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, V.I, T.I, nº 14, R.J. 1981
- IGNACE, Etienne - Les Camacans, in Suplemento da Revista Anthropol, 1912.
- JUNQUEIRA, Carmen - Os Índios de Ipavú, Um Estudo sobre a Vida do Grupo Kamayurã, Ed. Ática, S.P., 1978.
- KIETZMAN, Dale W. - Indians and Culture Area in the Twentieth Century Brazil, Washington Institute for Cross Cultural Research Washington, 1967.
- LARAIA, Roque e MATTA, Roberto da - Índios e Castanheiros: a Empresa Extrativa e os Índios do Médio Tocantins, Ed. Paz e Terra, R.J., 1979.
- LEÃO, Antônio Carlos - Considerações sobre o meio ambiente in Solos e Aptidão Agrícola, Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira, vol. 2, CEPLAC, Ba. 1975.

- LETTE, Serafim - História da Companhia de Jesus no Brasil, Instituto Nacional do Livro, R.J., 1965.
- LE GOFF, J; NORA, P. - História: Novos Problemas, Livraria Francisco Alves Ed. R.J., 1976.
- LEPARGNEUR, Hebert - O Futuro dos Índios no Brasil, Livraria Hachette do Brasil, R.J., 1975.
- LÉRY, Jean - Viagem à Terra do Brasil, Ed. Itatiaia, S.P., 1980.
- LIRA, Henrique B. - Colonias Estrangeiras e Colonos na Bahia do Século XIX (título provisório) tese de Mestrado a ser apresentada, Ba., 1982.
- LOUKKA, Chestmir -
- (1931) Família Linguística Kamakan del Brasil in Revista do Instituto Etnológico de la Universidad Nacional de Tucumán, México;
 - (1939) Línguas Indígenas dos Patachô in Revista do Arquivo Municipal, Vol. LIV, S.P., 1939;
 - (1939) A Língua dos Patachô in Revista do Arquivo Municipal, S.P., 1939.
- LOWIE, Robert -
- (1963) The Cariri, The Pancararú, The Tarairio in STEWARD, J., Handbook of South American Indians, vol. I, The Marginal Tribes, Cooper Square Publishers Inc, N. Y.
 - (1963) The Tropical Forests: An Introduction in STEWARD, J., Handbook of South American Indians, vol. III The Tropical Forest Tribes, Cooper Square Publishers Inc, N.Y,
 - (1963) The Indians of Eastern Brazil in STEWARD, J., Handbook of South American Indians, vol. I The Marginal Tribes, Cooper Square Publishers Inc., N.Y.
- LUGON, C. - A República "Comunista" Cristã dos Guaranis, Ed. Paz e Terra, R.J., 1977.
- MALCHER, José M. da G. -
- (1962) Índios, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, R.J.
 - (1962) Áreas Culturais, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, R.J.
- MAGALHÃES, B. - Expansão Geográfica do Brasil Colonial, Cia. Editora Nacional, R.J., 1935.
- MARCATO, Sônia M. - A Repressão contra os Botocudos em Minas Gerais in Boletim do Museu do Índio, nº 1, maio de 1979, Minter, R.J., 1979.
- MARCHANT, A - Do Escambo à Escravidão, Cia. Editora Nacional, S.P., 1943.
- MARTINS, Wilson - História da Inteligência Brasileira, vol. II, Ed. Cultrix, EDUSP, S.P., 1977.
- MARTIUS, C.F. - Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros, Cia. Editora Nacional, S.P., 1939.

MARX, Karl -

- (1977) Introdução à Crítica da Economia Política, Ed. Martins Fontes, S.P., 1977.
- (1977) Formações Econômicas Pre-Capitalistas, Ed. Paz e Terra, R.J., 1977.
- (1978) A Origem do Capital e a Acumulação Primitiva, Global Ed. e Dis., S.P.
- (1979) O Capital, Livro III - O Processo Global da Produção Capitalista, Ed. Civilização Brasileira, R.J.

MATTA, Roberto da - O Ofício do Etnólogo ou como ter Anthropological Blues in NUNES, Edson de O. - A Aventura Sociológica, Zahar Ed., R.J., 1978.

MASON, J. Alden - The Languages of South American Indians in STEWARD, J., Handbook of South American Indians, vol. VI. Physical Anthropology, 'Linguistic and Cultural Geography of South American Indians, Cooper Square Publishers Inc., N.Y., 1963.

MEIATTI, Júlio C. - Índios do Brasil, Instituto Nacional do Livro, S.P., 1980.

METRAUX, Alfred -

- (1963) The Botocudo in STEWARD, J.; Handbook of South American Indians, vol. I, The Marginal Tribes, Cooper Square Publishers Inc., N.Y.
- (1963) e NIMUENDAJÚ, K - The Mashacalí, Patashó and Malali Linguistic Families in STEWARD, J., Handbook of South American Indians, vol. I, The Marginal Tribes, Cooper Square Publishers Inc. N.Y., 1963.
- (1963) e NIMUENDAJÚ, K - The Camacan Linguistic Family in STEWARD, J., ' Handbook of South American Indians, vol. I, The Marginal Tribes, Cooper Square Publishers Inc., N.Y., 1963.

MONIZ BARRETO, Domingos A.B. - Plano sobre a Civilização dos Índios do Brasil e, principalmente, para a Capitania da Bahia com uma Breve Notícia da Missão que entre os Mesmos Índios foi feita pelos Prescritos' Jesuítas in Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil Tip. Universal de Laemmert, R.J., 1856.

MOREIRA NETO, Carlos - Constante Histórica do "Indigenato" no Brasil, in Atas 'do Simpósio sobre a Biota Amazônica, vol. 2. R.J., 1967.

- (1967) A Política Indigenista Brasileira durante o Século XIX, Tese de Doutorado em Antropologia, Rio Claro, mm.

NANTES, Martins de - Relations Succiente & Sincère de la Mission du Père Martins de Nantes, Predicateur Capucin, Missionnaire Apostolique dans le ' Bresil, Ed. Fac-Similada, 1952.

NAVARRO, Luis T. - Itinerário da Viagem que fez por Terra da Bahia ao Rio de Janeiro in Revista do Instituto Histórico e Geográfico, T.VII, ' R.J., 1846.

- NEVES, Luis F. B. - O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios: Colonialismo e Repressão Cultural, Ed. Forense, R.J., 1978.
- NIMUENDAJÜ, Kurt - Carta a Frederico Edelweiss in Documenta Universitatis, UFBA, Ba, 1971.
- NORBERTO, Jorge - A Catechese dos Índios no Brasil, Ed. Marê y Monti, S.P., 1909.
- OLIVEIRA, H. - Coletânea de Leis, Atos e Memórias Referentes ao Indígena Brasileiro, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, R.J., 1947.
- OLIVEIRA, J.B. de Sã - Índios Camacãs, in Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, vol. XXV, Ba., 1892.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de -
- (1964) O Índio e o Mundo dos Brancos, Difusão Européia do Livro, S.P;
 - (1965) O Índio na Consciência: Nacional in Sociologia do Brasil Indígena, Tempo Brasileira Ed, R.J.
 - (1967) O Contacto Interétnico e o Estudo de População in Revista de Antropologia, S.P.
 - (1968) Urbanização e Tribalismo: a Integração dos Índios Terena numa Sociedade de Classes, Zahar Ed., R.J.
 - (1972) Estudo de Áreas de Fricção Interétnico no Brasil in O Índio e o Mundo dos Brancos (Apêndice), Ed. Pioneira, S.P.
 - (1972) Sociologia do Brasil Indígena, Tempo Brasileira Ed., R.J.
 - (1976) Identidade, Etnia e Estrutura Social, Livraria Ed. Pioneira, S.P.
 - (1977) O Processo de Assimilação dos Terena ou do Índio ao Bugre, Ed. Francisco Alves, R.J., 1977.
- OTT, Carlos -
- (1945) Vestígios de Cultura Indígena no Sertão da Bahia, Publicação do Museu da Bahia, SEC, nº 15, Ba., 1945.
 - (1957) Formação e Evolução Étnica da Cidade do Salvador, Publicação da Prefeitura de Salvador, Ba. 1957.
 - (1958) Pre-História da Bahia, Publicações da UFBA., Ba., 1958.
- OTTONI, Theophilo B. - Notícia sobre os Selvagens do Mucuy in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. XXI, R.J., 1858.
- PALAZZOLO, F. Jacinto de - Nas Selvas do Mucury e do rio Doce, Cia Editora Nacional, S.P., 1954.
- PARAISO, Maria Hilda B. - Relatório sobre a Situação de Ocupação das Terras, Demografia e Condições Sócio-Econômicas dos Índios do Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu na Bahia, dat, 1976.
- D. PEDRO II - Diário da Viagem ao Norte do Brasil, Livraria Progresso Ed., Ba. 1959.

- PERDIGÃO MALHEIRO, Agostinho M. - A Escravidão no Brasil, Tipografia Nacional, R.J., 1867.
- PIMENTA, Altino R. - Almanaque Administrativo, Comercial e Industrial da Província da Bahia para o ano de 1873, Ba., 1872.
- PITANGA, Antônio F. de S. - Tutela dos Índios e sua Catarchese; in Anais do Primeiro Congresso de História Nacional, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, R.J., 1915.
- PINTO, Estevão - Os Índigenas do Nordeste, Cia. Editora Nacional, S.P., 1935.
(1956) - Etnologia Brasileira, Cia. Editora Nacional, S.P.
- PITT, David C. - Using Historical Sources in Anthropology and Sociology, Holt, Rinehart and Winston Inc. N.Y., 1972.
- POLANY, Karl - El Sistema Economico como Processo Institucionalizado, El Enfoque substantivista in Antropologia y Economia, Ed. Anagrama, Barcelona, 1974.
- POHL, João Emanuel - Viagem no Interior do Brasil empreendida nos anos de 1817-1821, R.J., 1951.
- PRADO Jr., Caio - Formação do Brasil Contemporâneo, Ed. Brasiliense, S.P., 1967.
(1967) História Econômica do Brasil, Ed. Brasiliense, S.P.
- PRIMERIO, F. Fidelis M de - Capuchinhos em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII, XIX, Livraria Martins Fontes, S.P., 1940.
- RAMOS, Artur - Introdução à Antropologia Brasileira, Casa do Estudante do Brasil, R.J. 1943-1947.
- REIS, A.A. - Os indigenas da Bahia in Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lithografia e Typografia Reis, Ba. 1903.
- REVISTA DE CULTURA VOZES - A Política Indigenista no Brasil, nº 3, ano 70, 1976.
- RIBEIRO, O. - O Jequitibá da Tabocas, Imprensa Oficial da Bahia, Ba., 1960.
- RIBEIRO, Darcy y
(1956) Convívio e Contaminação - Efeitos Dissociativos da Depopulação provocada por Epidemias em grupos Indigenas, in Revista de Sociologia, vol. XVIII, nº 1, S.P.
(1957) Culturas e Línguas do Brasil in Revista de Educação e Ciências Sociais, ano II, vol. 2, nº 6, R.J.
(1962) A Política Indigenista Brasileira, Serviço de Informações Agrícolas, Ministério da Agricultura, R.J.
(1968) O Processo Civilizatório - Etapas da Evolução Sócio-Cultural, Ed. Civilização Brasileira, R.J.
(1970) Os Índios e a Civilização, Ed. Civilização Brasileira, R.J.
(1975) Configurações Histórico-Culturais dos Povos Americanos, Ed. Civilização Brasileira, R.J.

- (1977) As Américas e a Civilização, Ed. Vozes, Petropolis.
- (1979) Por Uma Antropologia Melhor e mais Nossa in Revista Encontros com a Civilização Brasileira, nº 15, Ed. Civilização Brasileira, R.J.,
- (1980) Etnicidade, Indigenato e Camponato in Revista de Cultura Vozes, ano 73, vol. XXIII, nº 8, Petropolis.
- Relação do Número das Aldeias dos Índios que se criaram em Vilas, nomes que se lhe deram na sua criação, com a notícia de suas situações, Anais do Arquivo Público da Bahia, vol. 13, s/d.
- Regulamento Interino para o Aldeamento e Civilização dos Índios Botocudos do rio Doce da Província do Espírito Santo in Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Tipografia João Ignácio da Silva, T. VI, Vol. 6, R.J., 1844.
- RICARDO, Cassiano - Marcha para o Oeste, Livraria José Olimpio Ed. R.J., 1940.
- RODRIGUES, Aryon dall'Igna - Línguas Ameríndias, in Grande Enciclopedia Delta Larousse, vol. IX, 1972.
- RONDON, Cândido M. da Silva - Catálogo Geral das Publicações da Comissão Rondon e Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Imprensa Nacional. R.J., 1946.
- ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE OF GREAT BRITAIN AND IRELAND - Guia Prático de Antropologia, Ed. Cultrix, S.P. 1973.
- RUGENDAS, João Maurício - Viagem Pitoresca Através do Brasil, Ed. Itatiaia, S.P. 1979.
- SAINT-ADOLPH, J.C. R.M - Dicionário Geográfico do Império do Brasil, Ed. J.P. Ailland, Paris, 1845.
- SAINT-HILAIRE, Augusto - Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais, Cia. Editora Nacional, S.P., 1938.
- SAMPAIO, Teodoro - Os Naturalistas Viajantes dos Séculos XVIII e XIX e o Progresso da Etnologia do Brasil, Congresso de História Nacional, vol. I, R.J., 1914.
- SAUER, Carl O. - Cultivated Plants of South and Central America in STEWARD, J., Handbook of South American Indians, vol. VI, Physical Antropology, Linguistic and Cultural Geography of South American Indians, Cooper Square Publishers Inc. , N.Y. 1963.
- SCANDIANO, Fabiano - Os Capuchinos na Bahia in Anais da Cidade de Salvador, vol. IV, Ba., 1950.
- SEEGER, Anthony - Os Índios e Nós: Estudo sobre Sociedade Tribais Brasileiras, Ed. Campus, R.J., 1980.

- SEHNERD, Robert - A Afirmação da América em face do Velho Colonialismo - Recuo e Reinício da Expansão Européia in História Geral das Civilizações, vol. 13, Ed. Difusão Européia do Livro, S.P., 1961.
- SELIGSON, Otto - Cacau da Bahia, História e Problemática, Ed. IPSA, Ba. 1971.
- SERRA, Joaquim - Qual a posição do Índio em presença da raça conquistadora in Revista do Instituto Geográfico Histórico Brasileiro, T.63,V.100, B.L. Garnier Livreiro, 1900.
- SILVA CAMPOS, J - Chronica da Capitania de São Jorge dos Ilhéos, Imprensa Vitória, Ba., 1947.
- SILVA, Luis F. - Recursos Naturais da Zona Fisiográfica Cacaueira Baiana in Introdução à Região Cacaueira da Bahia, Brasil; Seminário de Desenvolvimento Regional Integrado, CEPLAC, Ba., 1970.
- SPIGER, Edward - Cycles of Conquest, The University of Arizona Press, Tucson, 1926.
- SPIX, von e MARTIUS, F von - Através da Bahia, Imprensa Oficial da Bahia, Ba. 1916.
(1976) Viagem pelo Brasil, Ed. Melhoramentos, S.P.
- SOUTHEY, Robert - História do Brasil, Ed. Melhoramentos, MEC, S.P. 1977.
- SOUZA, Gabriel Soares de - Notícia do Brasil, Introdução, Comentários e notas pelo Professor Pirajá da Silva, Livraria Martins Editora, S.P., 1939.
- STRAUSS, Claude Levy - The Use of Wild Plants in Tropical South America in STEWARD, J., Handbook of South American Indians, vol. VI, Physical Anthropology, Linguistic and Cultural Geography of South American Indians, Cooper and Square Publishers Inc., N.Y., 1963.
- SUZANET, Conde de - O Brasil em 1845 (Semelhanças e Diferenças após um século) Livraria da Casa do Estudante do Brasil, R.J., 1945.
- TAUNAY, Affonso de E. - História Geral das Bandeiras Paulistas, Imprensa Oficial, vol. VI, S.P. 1945.
- TOURINHO, Eduardo - Alma e Corpo da Bahia, Ed. Irmãos Pongetti, R.J. 1953.
- VARNHAGEM, Francisco A. de -
(1975) História Geral do Brasil, Ed. Melhoramentos, MEC, INL, S.P.
(1979) História, Coletânea organizada por Nilo Odália, Ed. Ática, S.P.
- VASCONCELOS, Simão -
(1864) Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil, Tipografia de João Ignácio da Silva, R.J., 1864.
(1977) Crônica da Companhia de Jesus, Ed. Vozes, Petrópolis, 1977.
- VELHO, Otávio G. - Capitalismo Autoritário e Campesinato, Difel, R.J., 1976.
- VIANNA, Francisco V. - Memória sobre o Estado da Bahia, Tip. e Encadernação do Diário da Bahia, Ba., 1893.

- VIANNA MOOG - Bandeirantes e Ploneiros, Paralelo entre Duas Culturas, Ed. Civilização Brasileira, R.J.,1966.
- VILHENA, Luis dos Santos - A Bahia no século XVIII, Ed. Itapuã, Ba.1969.
- WERNECK SODRÉ, Nelson - Formação Histórica do Brasil, Ed. Brasiliense,S.P.1962.
- WIED-NEUWIED, Maximiliano - Viagem ao Brasil, Cia. Editora Nacional, S.P.1940.
- WOLF, Eric -- Types of Latin-American Peasantry: a Preliminary Discussion, in American Anthropologist, vol. 57, nº 3.1955.

DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA

- Abaixo Assinado dos Índios da Aldeia de São Fidelis ao Presidente da Província, 1845,ms (APBa)
- Abaixo Assinado dos Índios da Aldeia de Valença ao Presidente da Província,16/07/1845,ms (APBa)
- Abaixo Assinado do Distrito de Verruga, 06/06/1860,ms (APBa)
- ARAÚJO, Vig. Luis S. - Relação das Povoações, Logares, Rios e Distâncias que há entre elles na Freguezia da Invenção de Santa Cruz da villa dos Ilhéos,1757,ms (APBa)
- ARCOLES, F. Vicente Mº d' - Ofício ao Diretor Geral dos Índios, Casemiro de Senna Madureira, 06/12/1850,ms (APBa)
- AZAMBUJA, Bernardo, A. N. de - Memória sobre as Colonias do Sul da Bahia apresentadas ao Presidente da Província,1873,ms (APBa)
- AZEVEDO, Antônio Ignácio - Fala Inaugural da Sessão Legislativa apresentada pelo Presidente da Província no ano de 1847,ms (APBa)
- AZEVEDO, Antônio Miguel - Ofício ao Presidente da Província, 08/08/1844,ms, (APBa)
- BAPTISTA, Manoel Amâncio, Vereador da Câmara de Ilhéos - Ofício ao Presidente da Província, 23/03/1838,ms (APBa)
- CASTRO, Inocêncio José - Ofício ao Inspetor da Fazenda Francisco Antonio Ribeiro, 17/11/1853,ms (APBa)
- CASTRO, Manoel C. - Ofício ao Diretor Geral dos Índios, Casemiro de Senna Madureira, —/01/1856,ms (APBa)
- CÂMARA DA VILA DE SANTARÉM - Ofício ao Presidente da Província , 16/12/1848,ms (APBa)
- CÂMARA DA VILA DE CONCEIÇÃO DA TAPERA - Ofício ao Presidente da Província, 15/02/1851,ms (APBa)
- CÂMARA DA VILA DE ILHÉOS - Ofício ao Presidente da Província, 22/03/1851, ms (APBa)
- CONDE DA PONTE - Ofício ao Visconde de Abadia, 31/05/1807, ms (APBa)
Ofício ao Visconde de Abadia, 27/04/1808, ms (APBa)
- COMISSÃO DE DISCRIMINAÇÃO DOS ALDEAMENTOS EXTINIOS - Ofício ao Presidente da Província, 03/08/1878, ms (APBa)
- CORREA, Domingos Jorge - Ofício de Prestação de Contas ao Diretor dos Índios, Casemiro de Senna Madureira, 19/10/1856,ms (APBa)
- CRUZ, Antonio Cândido da - Fala Inaugural da Sessão Legislativa apresentada pelo Presidente da Província, 03/1874, ms (APBa)

CUNHA, José Marcelino da - Ofício ao Conde de Linhares, Ouvidor da Comarca de Porto Seguro, 15/07/1811, ms (APBa)

DÓRIA, José Jácome - Ofício ao Conselheiro Antonio da Costa Pinto, 1857, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província Antonio da Costa Pinto, 25/04/1861, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província Antonio da Costa Pinto, 11/05/1861, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província Antonio da Costa Pinto, 23/05/1861, ms (APBa)
 - Ofício ao Vice Presidente da Província José Augusto Chaves, 25/07/1861, ms (APBa)
 - Ofício ao Diretor Geral dos Índios, Barão do Rio Vermelho, 13/01/1862, ms (APBa)

FALERNO, Fr Francisco Antonio de

- Ofício ao Juiz Municipal e de Orfãos, Antonio Lopes, s/d, ms (APBa)
 - Ofício ao Diretor Geral dos Índios, 28/10/1852, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província João M. Wanderley, 26/12/1853, ms (APBa)

FONTOURA, Marcelino de J.

- Ofício ao Juiz de Direito da Comarca de Caravelas, 06/08/1853, ms (APBa)
 - Ofício ao Diretor Geral dos Índios, Casemiro de Senna Maudreira, 14/10/1856, ms (APBa)

GONÇALVES, M. Francisco

- Fala Inaugural da Sessão Legislativa apresentada pelo Presidente da Província, 03/1850, ms (APBa)

GRAMACHO, Roberto de B.

- Descrição da Freguezia de São Boaventura do Poxim apresentada ao Digníssimo Governante do Governo da Bahia, 1756, ms (APBa)

GRAVA, F. Luis de - Ofício ao Presidente da Província Antonio Coelho de Sá Albuquerque, 01/06/1864, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província Antonio Joaquim da Silva Gomes, 14/07/1864, ms (APBa)
 - Ofício ao Vice-Presidente da Província Antonio Ladislau de Figueiredo Rocha, 04/11/1869, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província Barão de São Lourenço, 09/04/1870, ms (APBa)

- Ofício ao Presidente da Província João José de Almeida, 01/07/1870, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província João Antonio de Araújo Freitas, 24/01/1872, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província Joaquim Pires de Machado, 18/09/1872, ms (APBa)
- Ofício ao Vice-Presidente da Província João José de Almeida Couto, 17/01/1873, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província Antonio Cândido da Cruz Machado, 04/11/1873, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província Antonio Cândido da Cruz Machado, 07/12/1873, ms (APBa)

GUBBIO, F. Luis de - Ofício ao Presidente da Província, 28/12/1862, ms (APBa)
HENRIQUES, João Antonio de Araújo

- Fala Inaugural da Sessão Legislativa apresentada pelo Presidente da Província, 01/03/1872, ms (APBa)

JORGE, Bernardino José - Ofício ao Presidente da Província, __/__/1857, ms (APBa)
JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE VALENÇA-

- Ofício ao Presidente da Província, 18/01/1855, ms (APBa)

LIMA, Álvaro Tibério de Moncorvo e -

- Ofício ao Presidente da Província ao Diretor Geral dos Índios, Casemiro de Senna Madureira, __/__/1855, ms (APBa)
- Fala Inaugural da Sessão Legislativa apresentada pelo Presidente da Província, 03/1856, ms (APBa)

LITORNE, F. Ludovico de - Ofício ao Diretor Geral dos Índios, 20/10/1835, ms (APBa)
MADUREIRA, Casemiro de Senna -

- Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província, 26/11/1849, ms (APBa)
- Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Presidente da Província Francisco Martins, 04/10/1850, ms (APBa)
- Ofício do Diretor Geral dos Índios ao Vice-Presidente da Província Álvaro T de M e Lima, 20/09/1850, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província Francisco G. Martins, 11/11/1850, ms (APBa)
- Relatório ao Ministro d'Estado e Negócios do Império, Visconde de Monte Alegre sobre o estado das Aldeias da Bahia, 22/01/1851, ms (APBa)

- Ofício ao Presidente da Província, Francisco G. Martins, 08/02/1851, ms (APBa)
- Ofício ao Vice-Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 04/07/1851, ms (APBa)
- Ofício ao Vice-Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 26/08/1851, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Francisco G. Martins, 12/02/1852, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Francisco G. Martins, 24/02/1852, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 28/05/1852, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 20/07/1852, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 30/10/1852, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João M. Wanderley, 02/11/1852, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João M. Wanderley, 03/11/1852, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João M. Wanderley, 09/11/1852, ms (APBa)
- Ofício ao Vice-Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 16/01/1853, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley, 05/02/1853, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Mauricio Wanderley, 07/05/1853, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 28/05/1853, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 30/06/1853, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 27/08/1853, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 23/09/1853, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley, 05/10/1853, ms (APBa)

- Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley , 09/10/1853, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley , 10/10/1853. ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley , 25/10/1853, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley , 25/11/1853, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley , 16/02/1854, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley , 03/10/1854, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley , 04/10/1854, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley , 13/12/1854, ms (APBa)
- Relatório do estado das Aldeias e Índios da Província da Bahia, apresentado ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 31/01/1855, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley , 20/02/1855, ms (APBa)
- Ofício ao Vice-Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 04/03/1855, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley , 25/04/1855, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 09/06/1855, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 25/06/1855, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, 05/07/1855, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 10/10/1855, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 22/10/1855, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 29/10/1855, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 05/12/1855, ms (APBa)

- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 10/12/1855, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 29/12/1855, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 22/01/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 05/03/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 12/03/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 15/03/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 28/05/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 30/05/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de M e Lima, 10/06/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Luis Vieira Cansanção de Sinimbú, 15/09/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Luis Viera Cansanção Sinimbú, 30/09/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Luis Vieira Cansanção de Sinimbú, 12/10/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Luiz V. C. de Sinimbú, 20/10/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Luis V. C. de Sinimbú, 30/10/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Luis V. C. de Sinimbú, 19/12/1856, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Luis V. C. de Sinimbú, 28/03/1857, ms (APBa)
- Ofício ao Presidente da Província, João Luiz V. C. de Sinimbú, 28/03/1857, ms (APBa)
- Ofício ao Vice-Presidente da Província, Manoel Alves Messias de Leão, 30/06/1858, ms (APBa)

MELLO, José Cardoso P. de -

- Ofício ao Presidente da Província, Francisco José de S. S. Andréia, 16/01/1845, ms (APBa).

- MELLO, Mathias Correa de - Ofício ao Capitão Domingos Gonçalves, 16/04/1827, ms (APBa)
- MIRANDA, Antonio Dias de - Súplica ao Presidente da Província, 17/05/1826, ms (APBa)
- Súplica ao Presidente da Província, 17/06/1826, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província, 26/12/1826, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província, 14/03/1828, ms (APBa)
- MONTEIRO, Geraldino Alves- Ofício ao Presidente da Província, Luis Antonio da Silva Nunes, 12/04/1876, ms (APBa)
- MUNIZ BARRETO, Luis Álvaro Falcão-
- Quadro das Aldeias da Bahia apresentado ao Presidente da Província, 08/02/1855, ms (APBa)
- OVADA, Frei Rainero
- Ofício ao Juiz Municipal de Vitória da Conquista, Antônio Joaquim Lopez, 24/05/1851, ms (APBa)
 - Ofício ao Juiz Municipal de Vitória da Conquista, Antônio Joaquim Lopez, 08/06/1851, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província, Álvaro T. de M e Lima, __/__/1852, ms (APBa)
- PAIXÃO, Manoel Pinheiro da- Ofício ao Ouvidor Interino da Comarca de Porto Seguro, 05/08/1831, ms (APBa)
- PANICALE, Fr Paulo de
- Ofício ao Diretor dos Índios, Casemiro de Senna Madureira, 06/10/1853, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley, 09/10/1853, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província, João Maurício Wanderley, 25/11/1853, ms (APBa)
- PARAISO, Francisco de Souza- Ofício ao Capitão-Mor da Aldeia de São Fidelis, 14/08/1827, ms (APBa)
- PEDERNEIRAS, Inocência Velloso -
- Relatório da Comissão de Navegação dos Rios Pardo e Jequitinhonha, __/__/1854, ms (APBa)
- PEREIRA, João
- Ofício ao Juiz de Direito da Comarca de Ilhéus, 11/08/1853, ms (APBa)
- PETIÇÃO DOS ÍNDIOS BOTOCUDOS- Ofício ao Presidente da Província encaminhado pelo escrivão da Diretoria Geral dos Índios, 04/08/1849, ms (APBa)

- POTRUS, Fr. João Evangelista de
- Ofício à Câmara de Ilhéus, 16/11/1838, ms (APBa)
- QUEIROZ, Balduino Nunes
- Ofício ao Presidente da Província, Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, 29/10/1855, ms (APBa)
- REBELO, Henrique J.
- Ofício ao Vice-Presidente da Província, Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, 17/09/1853, ms (APBa)
- SÃ, Egidio Luis de
- Ofício ao Presidente da Província, 08/07/1861, ms (APBa)
- SAMPAIO, Manoel P.
- Ofício ao Presidente da Província, Joaquim José P. de Vasconcelos, 16/10/1853, ms (APBa)
- SANTOS, Francisco M.
- Ofício ao Vice-Presidente da Província Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, 06/07/1853, ms (APBa)
- SÃO LOURENÇO, Barão de
- Fala Inaugural da Sessão Legislativa apresentada pelo Presidente da Província, 03/1870, ms (APBa)
 - Fala Inaugural da Sessão Legislativa apresentada pelo Presidente da Província, 03/1871, ms (APBa)
- SERGIMIRIM, Barão de
- Ofício ao Presidente da Província, Barão de São Lourenço. 17/11/1870, ms (APBa)
- SERGIMIRIM, Visconde de
- Ofício ao Presidente da Província, João José de Almeida Couto, 21/02/1873, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província, Eduardo Freire de Carvalho, 23/07/1873, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província, Eduardo Freire de Carvalho, 05/11/1873, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província, José de Oliveira Lisboa, 07/02/1875, ms (APBa)
 - Ofício ao Presidente da Província, Antônio Araújo d'Aragão Bulcão, 22/03/1879, ms (APBa)
- SEVERINO, F. Damião
- Ofício ao Presidente da Província, 02/03/1876, ms (APBa)
- SINIMBU, João Luis Vieira Cansanção de
- Fala Inaugural da Sessão Legislativa apresentada pelo Presidente da Província, 03/1857, ms (APBa)

TOURINHO, Francisco Ignácio -

- Ofício ao Diretor Geral dos Índios, José Jacome Dória, 26/10/1860, ms (APBa)

TROINA, F, Francisco Caetano de

- Ofício ao Juiz de Direito da Comarca de Caravelas, 06/11/1845, ms (APBa)

VASCONCELOS, J. J. Pinheiro

- Parecer sobre a Isenção de Impostos de Santarém, 10/12/1949. ms (APBa)

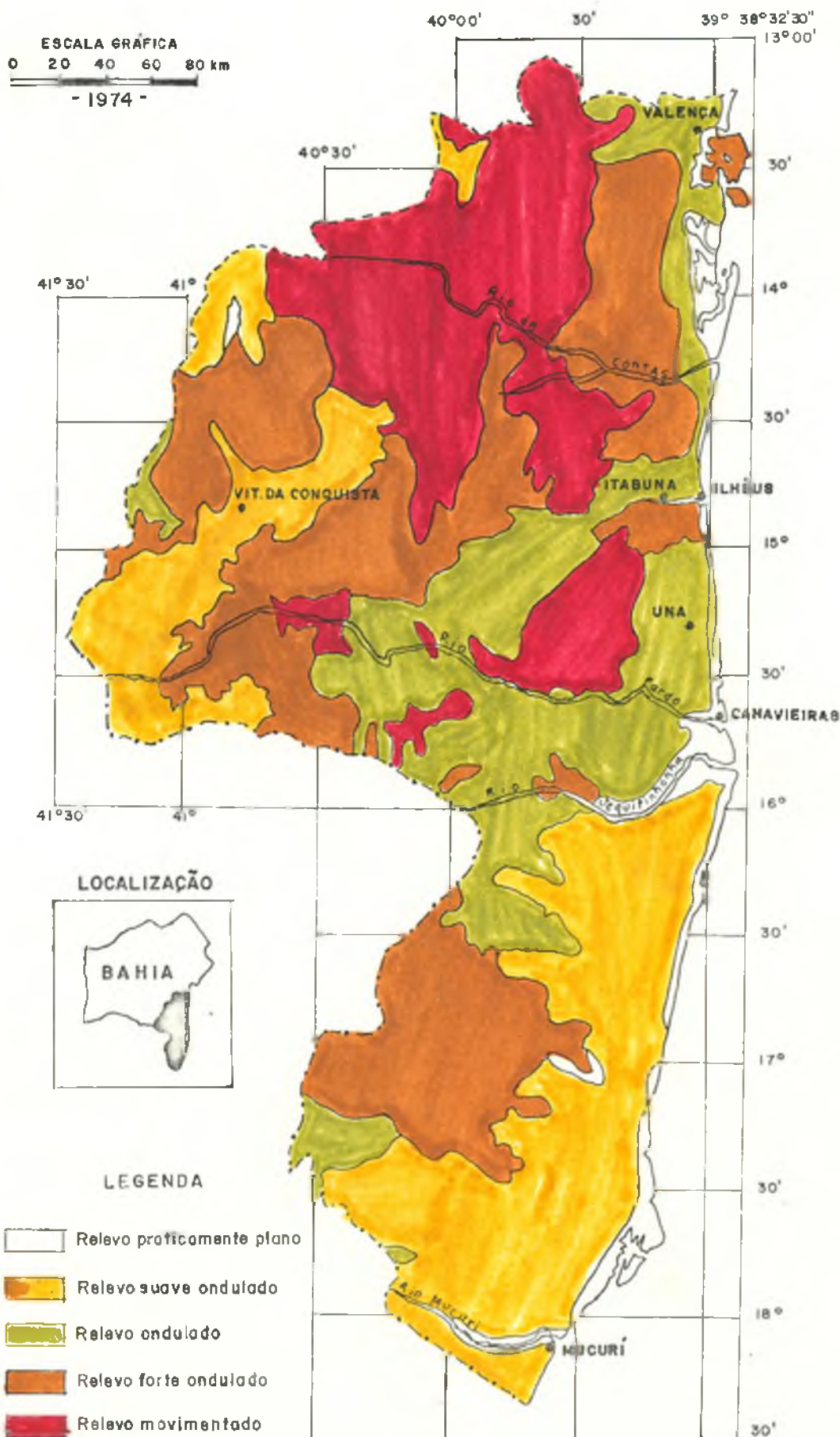
WANDERLEY, João Maurício

- Fala Inaugural da Sessão Legislativa apresentada pelo Presidente da Província, 03/1853, ms (APBa)
- Fala Inaugural da Sessão Legislativa apresentada pelo Presidente da Província, 03/1854, ms (APBa).

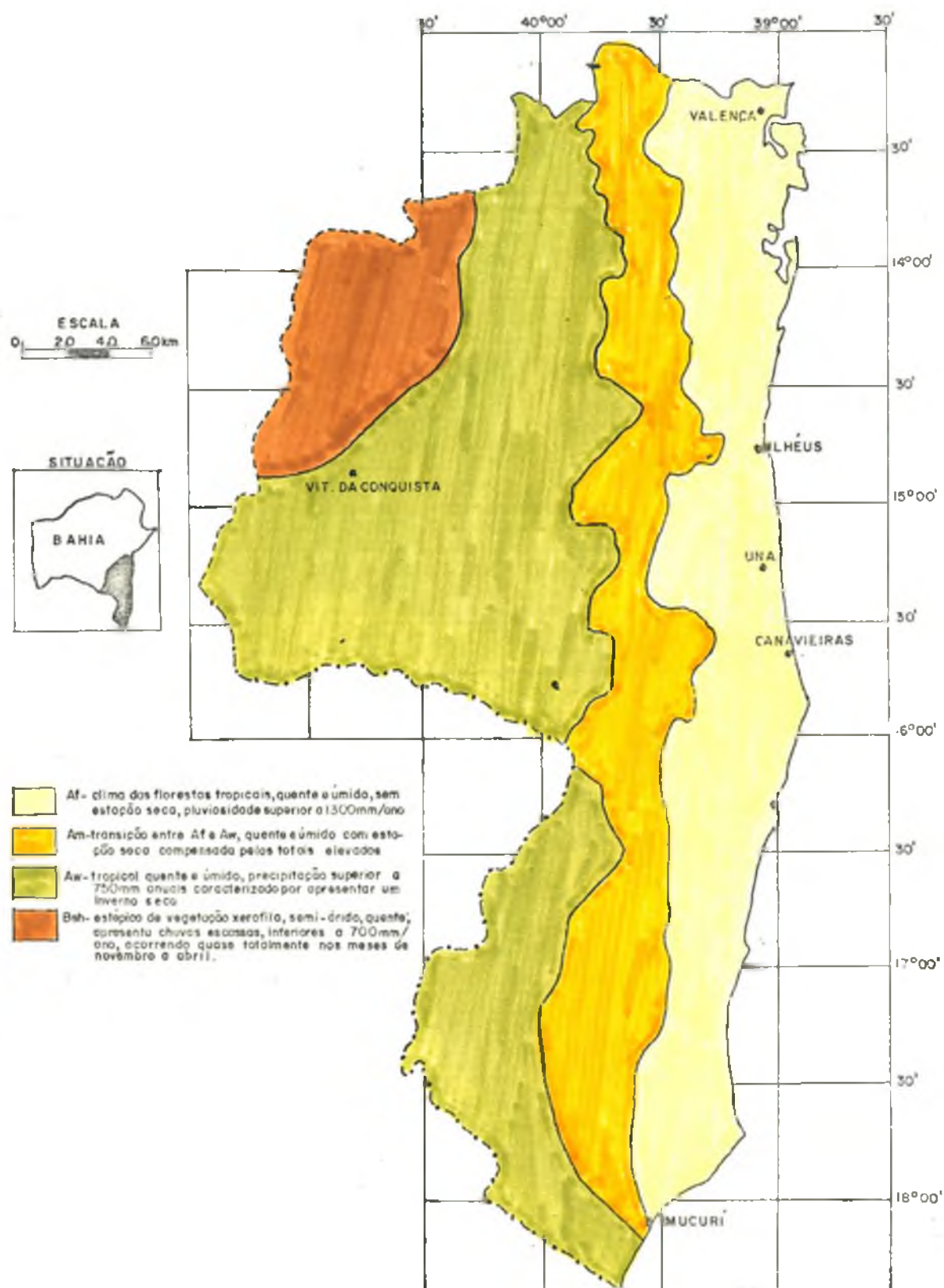
A N E X O

Com o intuito de situar a discursão e a carta de distribuição dos aldeamentos estudados em seu quadro geográfico regional, incluem-se aqui os mapas do relevo, clima e ecossistemas do sul da Bahia, além daquela carta específica. Observe-se que as duas áreas ainda habitadas por remanescentes de grupos tribais - Olivença e Reserva Paraguaçu-Caramuru - são exatamente as que se encontram em locais impróprios, por suas condições pedológicas e climatológicas, à monocultura do cacau.

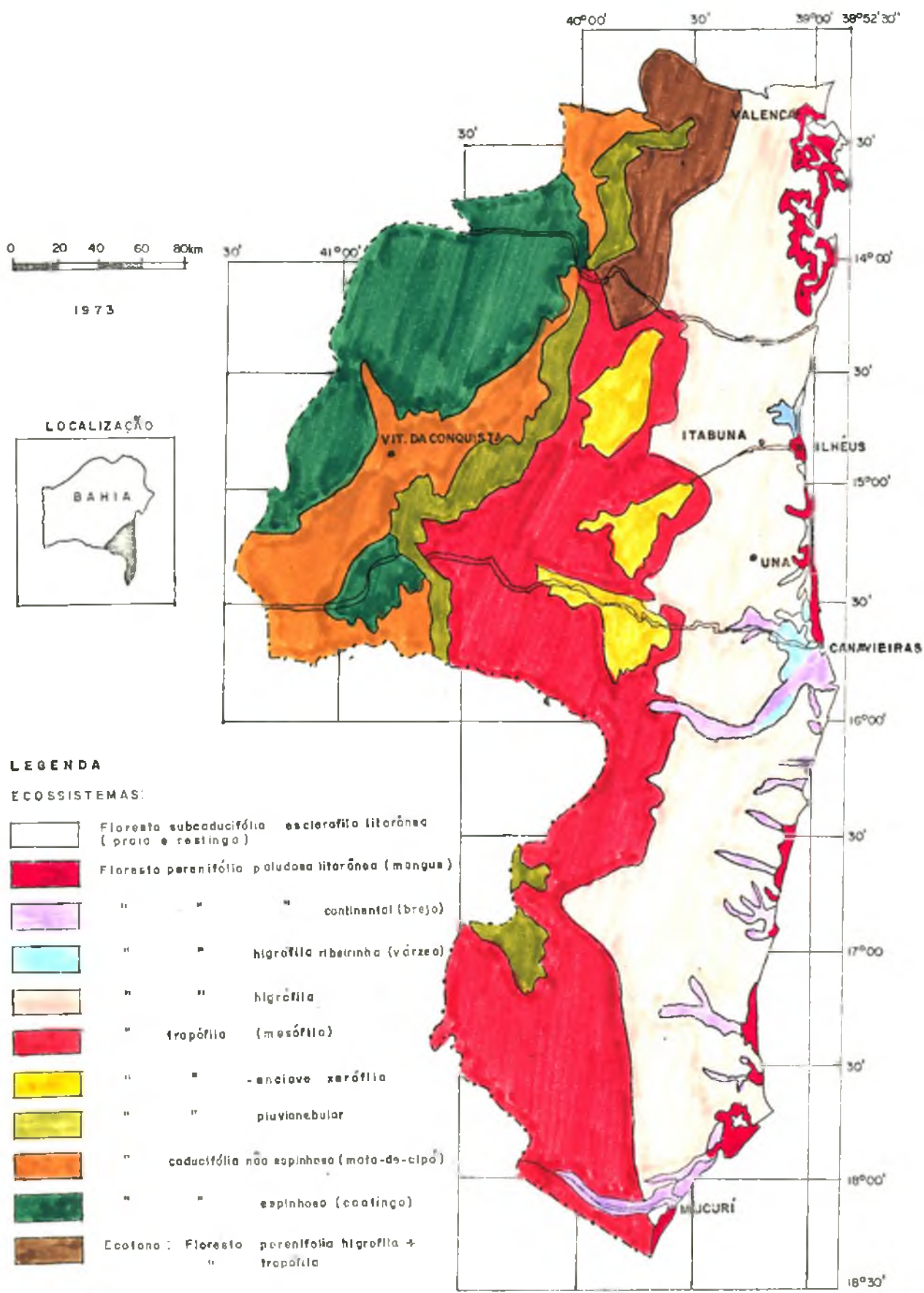
CLASSES DE RELEVO - (mapa esquemático)



- TIPOS CLIMÁTICOS -



ECOSSISTEMAS DA REGIÃO CACAUEIRA BAIANA



ALDEAMENTOS, SUA LOCALIZAÇÃO E GRUPOS ÉTNICOS ALI ALDEADOS.

ALDEAMENTOS	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA/MUNICÍPIO ATUAL	GRUPOS ÉTNICOS
OLIVENÇA	PONTA DE ITAPOÃ - ILHÉUS	TUPINIQUIM, BOTOCUDO e KAMAKÃ
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - FERRADAS	ITABUNA	BOTOCUDO e KAMAKÃ
BARRA DO SALGADO	FOZ DO RIO SALGADO - ITAPÉ	KAMAKÃ (TAINEZ)
SANTO DO RIO PARDO	FOZ DO CÔRREGO DO NADO - POTIRAGUÃ	BOTOCUDO
BARRA DO CATOLÉ	FOZ DO RIO CATOLÉ - ITAPEATINGA	BOTOCUDO
CATOLÉ	FOZ DO RIACHO CATOLEZINHO ITAPEATINGA	KAMAKÃ e MONGOYÓ
CACHIMBO	MARGEM DO RIO VERRUGA ITAMBÉ	BOTOCUDO e KAMAKÃ
LAGOA DO RIO PARDO	FOZ DO RIO JIBÓIA	BOTOCUDO
SACO DO RIO PARDO	FOZ DO RIACHO MUNDO NOVO VITÓRIA DA CONQUISTA	MONGOYÓ
SANTO ANTONIO DA CRUZ	FOZ DO RIBEIRÃO DA VEREDA VITÓRIA DA CONQUISTA	MONGOYÓ e BOTOCUDO.

DO PEDRO DE ALCÂNTARA	700\$000 para a construção de uma ponte sobre o rio Salgado.	320\$000 + 200\$000 por ser também Diretor.		2 arrobas de pólvora; 2 quintais de chumbo.	Permitir o comércio entre Ilhêus e Minas Gerais; Garantir a defesa do aldeamento.
	1857				
CAIOLÊ.	300\$000 para construção de estrada.				Ligar a Imperial Vila da Vitória à estrada Ilhêus-Minas Gerais.
	1858				
SACO DO RIO PARDO				40 machados; 40 foices; 40 enxadas; 40 facões; 6 ralos de cobre; 40 sa- ias de chita; 120 varas de algodão para blusas; 120 varas de algodão pa- ra calças; e 120 varas de algodão para camisas	Repor material roubado pelos índios bravos durante as enchentes do rio Pardo; Manter os índios aldeados.
	1860				
SANTO ANTONIO DA CRUZ	4.000\$000 auferidos com arrendamento das terras da aldeia e 15% da renda obtida com a venda de artigos produzidos pelos índios.				Reconstruir a Capela da aldeia.
	1864				
CACHIMBO	6.000\$000 para construção de uma igreja.				Atender aos índios e moradores.
	1870				
CACHIMBO	1.400\$000 para conclusão da Igreja,	400\$000		Vacinas contra bexiga	

DOTAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS DA VERBA DE CATEQUESE NAS ALDEIAS EM ESTUDO NO PERÍODO ENTRE 1826-1870.

	1826					
ALDEIAS	VERBA	SALÁRIO DO MISSIONÁRIO	SALÁRIO DO AJUDANTE	MATERIAL	OBJETIVO DA APLICAÇÃO	PAGAMENTO DE SERVIÇOS
SERTÃO DA RESSACA	100\$000, para pagamento dos condutores de can- gas.			40 Machados; 40 Facões ordinários; 50 Facas flamengas; 100 carapu- ças velhas; 24 Mis- sangas sortidas; 1 Bar- ril de Pólvora; 1 Bar- ril de Chumbo.	Promover a Pacificação dos Pataxó	
	1828					
SERTÃO DA RESSACA	300\$000, para compra de mantimentos; transporte e tecidos de algodão.			40 Machados; 40 Facões 40 Facas Flamengas 80 Carapuças Vermelhas 20 Enxadas; 8 Arrobas de Chumbo; 1 Barril de Pólvora.	Promover a Pacificação dos Botocudo	
	1835					
SÃO PEDRO DE ALCANTARA	Quantia que a Assembléa Provincial determinasse			Utensílios e Instru- mentos de Lavoura	Continuação da Catequese Pacificação de outros Grupos.	
	1850					
SANTO ANTONIO DA CRUZ	Quantia que a Assembléa Provincial determinasse	300\$000 + 300\$000 por ser também Diretor		Alfaia	Socorrer necessidades da Casa de Orações; Esmola Dominical para os Índios; Contratação de Ajudante para Poli- ciamento e Instrução dos Índios	

	1850					
SÃO PEDRO DE ALCANTARA	300\$000 para a compra de material necessário.			Machados, Foices, Enxa- das, Facões, Serras ; Peças de Algodão para homens e chita para mu- lheres; 1 arroba de põl- vora; 1 arroba de chunko	Tornar Navegavel o Rio Cachoeira de Mutucujê a Ferradas (3 léguas) Marcar a estrada de Conquista a Ilhéus; Construção da Igreja	
	1851					
SANTO ANTON IO DA CRUZ		300\$000 + 300\$000 por ser também Diretor	30\$000 para ser profes- sor de Agri- cultura.	40 Foices; 25 Fusos pa- ra Algodão; 4 Ralos de Cobre;; outras ferramen- tas Agrícolas		
SÃO PEDRO DE ALCANTARA		300\$000 + 300\$000 por ser também Diretor				
CATOLÊ		480\$000 + 300\$000 por ser também Diretor				
	1852					
CATOLÊ	60\$000 para comprar rou- pas	480\$000 + 300\$000 por ser também Diretor e 80\$000 de ajuda de Cus- to p/viagem	50\$000 para o professor de Técnicas Agrícolas e 50\$000 para o substitui- to do missi- onário.		Forçar os índios a tra- balharem com afinco; Pacificar índios não aldeados; Manter os índios alde- ados sob controle.	

	1852				
SÃO PEDRO DE ALCANTARA	100\$00 para compra de t cidos e quinquilharias para presente	480\$000 + 300\$00 por ser também Diretor e 80\$000 para ajuda de cu to com via- jem.		40 Espingardas; 1 Arro- ba de ferro; 1 arroba de aço; 1 arroba de chu- bo; 2 barris de P ^o lvo- ra	Resistência aos ataques de índios não aldeados; Aprisionar os fugitivos; Aldear os Pataxô.
SANTO ANTONIO DA CRUZ E SACO DO RIO PARDO	50\$000 para compra de ob- jetos necessários e quan- tia a ser estipulada pa- ra o sustento dos índios que ainda não produzam	480\$000 + 300\$000 por ser também Diretor		2 arrobas de aço; 4 ar- robas de ferro; 40 cha- les; 12 foices; 8 macha- dos; sal, farinha.	Evitar que os índios al- deados voltem à vida sel- vagem.
	1853				
CATOLÉ	Pagamento a 7 Canoeiros por 15 dias de trabalho	800\$000 +, 300\$000 por ser também Diretor			Transporte de 15 índios selvagens para o alde- amento.
TODAS AS ALDEIAS DO SUL DA BAHIA	400\$000 para escolas e outras urgências.				Conter os índios alde- ados em obediência.
MISSÃO DO RIO PARDO		800\$000 + 300\$000 por ser também Diretor		Peças Sacras para cele- bração da missa	
SALTO DO RIO PARDO	3\$200 para remoção dos aldeados.	800\$000 + 300\$000 por ser também Diretor			Transferir os índios de Catolé para o Salto; Liberar o Missionário pa- ra atrair índios bravios

	1854				
CATOLÉ	35\$000 para instrumentos agrícolas; 60\$000 para construção de uma Engehhoca; 94\$000 para abertura de estrada; 24\$300 para compra de um tachodde cobre.				Garantir a subsistência e autonomia financeira do aldeamento; Construir estrada entre Ferradas e Catolé para permitir comunicação mais fácil.
BARRA DO CATOLÉ	250\$000 para despesas médicas; 300\$000 para abertura de estrada.	620\$000 por ser também Diretor		Compra de uma farmácia homeopática	Atender aos maleitosos; Abrir estrada de Catolé a Barra do Catolé.
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	300\$000 para compra de material para pacifica 400\$000 para abertura de estrada; 160\$000 para compra de instrumentos agrícolas,	620\$000 por ser também Diretor			Pacificar os Pataxô; Ligar Ilhéus a Ferradas; Aumentar a produção da aldeia.
	1856				
BARRA DO CATOLÉ	58\$050 para compra de um alquidar de cobre 72\$000 para aluguel de Canoas ; 300\$000 para melhorar a estrada.	300\$000 + 200\$000 por ser também Diretor		2 fardos de tecido; 4 quintais de aço; 8 quintais de ferro.	Aumentar a produção do aldeamento; Transporte do material solicitado.; Recuperar a estrada Ilhéus-Vitória.
CATOLÉ	200\$000 para melhoria de estradas.	300\$000 + 200\$000 por ser também Diretor		2 arrobas de pólvora; 2 quintais de chumbo.	Facilitar a comunicação entre Ilhéus e Vitória

